

Universidade do Vale do Paraíba
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional

Clayton Galdino Rosendo dos Santos

Planejamento Urbano e Regional: trajetórias do Quilombo
da Caçandoca em Ubatuba, SP



São José dos Campos
2021

Clayton Galdino Rosendo dos Santos

**Planejamento Urbano e Regional: trajetórias do Quilombo da Caçandoca em
Ubatuba, SP**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional como complementação dos créditos necessários para obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali

Co-orientador: Prof. Dr. Pedro Ribeiro Moreira Neto

São José dos Campos
2021

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Rosendo dos Santos, Clayton Galdino
Planejamento Urbano e Regional : trajetórias do Quilombo da
Caçandoca em Ubatuba, SP / Clayton Galdino Rosendo dos Santos;
orientadora, Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali;
co-orientadora Pedro Ribeiro Moreira Neto. - São José dos
Campos, SP, 2021.
327 p.

Tese (Doutorado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José
dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e
Regional.

Inclui referências

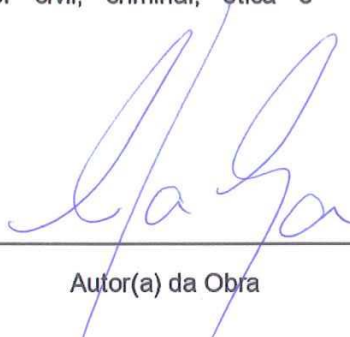
1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Planejamento Urbano e
Regional. 3. Patrimônio Cultural. 4. Quilombo da Caçandoca. 5.
Ubatuba, SP. I. Papali, Maria Aparecida Chaves Ribeiro, orient.
II. Ribeiro Moreira Neto, Pedro, co-orient. III. Universidade do
Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano
e Regional. IV. Título.

Eu, Clayton Galdino Rosendo dos Santos, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em
outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o
usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado
respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de
propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e
profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 25 de Fevereiro de 2021. □



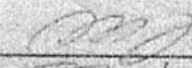
Autor(a) da Obra

Data da defesa: 24 de fevereiro de 2021

CLAYTON GALDINO ROSENDO DOS SANTOS

**"PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: TRAJETÓRIAS DO QUILOMBO
DA CAÇANDOCA EM UBATUBA/SP."**

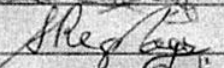
Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba - Univap, pela seguinte banca examinadora:

PROF.ª DR.ª MARIA APARECIDA CHAVES RIBEIRO PAPALI 

PROF. DR. PEDRO RIBEIRO MOREIRA NETO 

PROF.ª DR.ª VALÉRIA REGINA ZANETTI 

PROF.ª DR.ª VIVIANA MENDES LIMA 

PROF.ª DR.ª SILVIA REGINA PAES - UFVJM 

PROF.ª DR.ª ZULEIKA STEFANIA SABINO ROQUE - UFABC 

Prof.ª Dr.ª Lúcia Vieira

Diretora do IP&D - Univap

São José dos Campos, 24 de fevereiro de 2021.

*Para Dona Izaltina (in memorian) e demais senhoras e senhores dos caminhos,
mulheres e homens da Serra da Lagoa.*

AGRADECIMENTOS

Tenho imensa gratidão neste momento, muito além das formalidades próprias desta etapa acadêmica.

Por ter o privilégio de herdar o conhecimento de meus professores e de meus antepassados. De adentrar no sagrado, as memórias de comunidades ancestrais. De poder exercer com prazer minha profissão e dela extrair não somente o meu sustento, mas o acalento de minha alma.

Portanto, presto aqui o reconhecimento a todas e todos que me auxiliaram nesta trajetória. Para Maria, Henrique, Giulia, Giovana e Raquel, minha base familiar. Ao meu irmão, especialmente pelas revisões.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa concedida.

A Wagner Gomes Bernal e equipe da Origem Arqueologia, pela construção cotidiana no exercer de uma arqueologia cidadã.

Ao geógrafo David, que cartografou os anseios desta tese.

Ao Everaldo, pelas belas ilustrações.

Ao Instituto Agrônomo de Campinas, pela cessão de imagens aéreas.

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e à corporação da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, por meio de seus depoentes, pelas elucidações institucionais nesta tese.

As companheiras e companheiros das aulas na Univap, que dividiram as expectativas e angústias de nossos projetos, nos bons cafés das tardes.

As professoras e professores, pela construção deste olhar multidisciplinar e pela militância por um melhor urbano para o povo brasileiro.

Para professora Maria Aparecida Papali e professor Pedro Ribeiro Moreira Neto, pela orientação, cobranças e incentivos.

Por fim, para a comunidade caiçara-quilombola da Caçandoca, pelo acolhimento e testemunhos de alegria, resistência e liberdade.

*Fazenda velha, cumeeira arriou,
Levanta negro, cativoiro acabou.
Se negro soubesse o talento que ele tem
Nãõ aturava desaforo de ninguém.*

Teresa Cristina e Grupo Semente

RESUMO

Este trabalho objetivou abordar o Patrimônio Cultural do Território Quilombola da Caçandoca em Interface com o Planejamento Urbano e Regional. Sob metodologia não invasiva (Arqueologia da Paisagem) e participativa (Arqueologia Pública) evidenciou na Serra da Lagoa, Ubatuba, SP um anfiteatro que acolheu desde tempos coloniais sistemas culturais que originaram a conformação da comunidade tradicional atual. Descreveu o *status* deste compartimento como um dos últimos locais de tráfico clandestino de escravos no Brasil. Abordou a economia e ocupação de subsistência caiçara-quilombola na transição entre o fim do século XIX e avançar dos novecentos. Incluiu em sua discussão a formação do quilombo, como resistência ante agressões capitalistas. Com ela, a consolidação da identidade quilombola e sua luta, em conjunto com diversos movimentos sociais, no decorrer da década de 1980. Estes esforços resultaram em ganhos jurídicos, personalizados pela constituição cidadã de 1988. O arcabouço legal foi analisado nos diversos contextos que se inter-relacionam: patrimonial; étnico; urbanístico e ambiental. Em associação, foram elencados testemunhos das categorias de recursos culturais da comunidade: arqueológico; edificado; monumental e artístico em espaços públicos; paisagístico; imaterial; bens móveis e o quilombo, ele próprio um bem patrimonial. A presença destes recursos demanda responsabilidades de preservação, termo aqui concebido como composto por zeladoria, autonomia em sua gestão e fruição. As possibilidades de uso do patrimônio cultural são representadas por vieses pedagógicos, artísticos, econômicos e identitários. As análises da relação patrimônio cultural – Planejamento Urbano e Regional concluíram que os testemunhos do passado poderão balizar demandas funcionais e simbólicas da comunidade. Indicam que a autonomia do território, em construção e disputa com a sociedade, pode direcioná-lo para inserção no pacto federativo nacional, à maneira de outra esfera administrativa, inclusa no município. Sobretudo, procurou atentar para as demandas afetivas da comunidade, em suas necessidades em relação ao poder público: o atendimento às suas questões práticas devem ser acompanhadas de suas percepções memoriais, expressões do patrimônio cultural brasileiro. Em conjunto com os recursos naturais dos quais são depositários, são componentes do macrobem ambiental nacional, bens necessários à vida, vetores de desenvolvimento individual e coletivo.

Palavras chave: Planejamento Urbano e Regional; Patrimônio Cultural; Quilombo; Caçandoca; Ubatuba, SP.

Urban and Regional Planning: trajectories of Quilombo da Caçandoca in Ubatuba, SP

ABSTRACT

This work aimed to address the Cultural Heritage of the Quilombola Territory of Caçandoca in Interface with Urban and Regional Planning. Under a non-invasive (Landscape Archeology) and participatory (Public Archeology) methodology, in Serra da Lagoa, Ubatuba SP, an amphitheater that has welcomed since colonial times cultural systems that originated the conformation of the current traditional community. He described the status of this compartment as one of the last clandestine slave trafficking sites in Brazil. It addressed the caiçara-quilombola economy and subsistence occupation in the transition between the end of the 19th century and the advancement of the 20th century. In his discussion he included the formation of the quilombo, as resistance to capitalist aggressions. With it, the consolidation of quilombola identity and its struggle together with various social movements, during the 1980s. These efforts resulted in legal gains, personalized by the 1988 citizen constitution. The legal framework was analyzed in the various contexts that inter - relate: heritage; ethnic; urban and environmental. In association, testimonies from the community's cultural resource categories were listed: archaeological; architectural; monumental and artistic in public spaces; scenic; immaterial; movable property and the quilombo, itself a patrimonial asset. The presence of these resources demands preservation responsibilities, a term here conceived as composed of janitorial, autonomy in its management and enjoyment. The possibilities of using cultural heritage are represented by pedagogical, artistic, economic and identity biases. The analysis of the relationship between cultural heritage - Urban and Regional Planning concluded that the testimonies of the past may guide the functional and symbolic demands of the community. They indicate that the autonomy of the territory, under construction and disputes with society, can direct it towards insertion in the national federative pact, as a another administrative sphere, included in the municipality. Above all, it tried to pay attention to the affective demands of the community, in its needs in relation to the public power: the attendance to its practical questions must be accompanied by its memorial perceptions, expressions of the Brazilian cultural heritage. Together with the natural resources of which they are depositors, they are components of the national environmental macro-asset, assets necessary for life, vectors of individual and collective development.

Keywords: Urban and Regional Planning; Cultural heritage; Quilombo; Caçandoca; Ubatuba, SP

LISTA DE PRANCHAS

Prancha 01: Reconhecimento de campo.....	50
Prancha 02: Reconhecimento de campo.....	51
Prancha 03: Cartografia social.	54
Prancha 04: Cartografia social.	55
Prancha 05: Localização.	60
Prancha 06: Cartografia histórica.....	65
Prancha 07: Tratado de Paz - Confederação dos Tamoios.	67
Prancha 08: Portos projetados no Litoral Norte.....	74
Prancha 09: Atividades caiçaras.....	76
Prancha 10: A Fazenda dos Ingleses e Catástrofe de 1967.	81
Prancha 11: Veranismo.	86
Prancha 12: Redes sociais.	106
Prancha 13: Ocupação (1962).	132
Prancha 14: Ocupação (1972).	133
Prancha 15: Ocupação (2020).	134
Prancha 16: Concentração urbana – Praia da Caçandoca.	148
Prancha 17: Ação deliberativa da associação.	167
Prancha 18: SA Fazenda Lagoa 01.....	203
Prancha 19: SA Fazenda Tabatinga 01.....	204
Prancha 20: SA Saco do Morcego 01.....	205
Prancha 21: SA Caçandoquinha 01.....	206
Prancha 22: AOA Sobrado 01.....	207
Prancha 23: Covas de casa.....	214
Prancha 24: Covas de casa.....	215
Prancha 25: Covas de casa.....	216
Prancha 26 : cemitérios do quilombo.	218
Prancha 27: Ocupações do povo negro.	220
Prancha 28: Ocupações do povo negro.	221
Prancha 29: Patrimônio edificado - comunitários.....	224
Prancha 30: Patrimônio edificado - laborais.....	225
Prancha 31: Patrimônio edificado – antigas escolas.....	225
Prancha 32: Patrimônio edificado – religioso.....	227
Prancha 33: Patrimônio edificado – residências atuais.....	228
Prancha 34: Patrimônio edificado – arruamento e organização espacial.	229
Prancha 35: Patrimônio monumental e artístico em logradouros públicos.....	232
Prancha 36: Patrimônios paisagístico – culturais.....	236
Prancha 37: Patrimônios paisagístico – culturais.....	237
Prancha 38: Patrimônio imaterial - religiosidade.....	245
Prancha 39: Patrimônio imaterial – artesanato.....	246
Prancha 40: Patrimônio imaterial – novas manifestações.....	247
Prancha 41: Patrimônio imaterial – ofícios tradicionais.....	248
Prancha 42: Zeladoria.....	266

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 01: Organização da base conceitual da metodologia proposta.	37
Esquema 02: Fontes documentais propostas.....	41
Esquema 03: Componentes de um processo de preservação.	262

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 01: Organização dos métodos e técnicas propostos.....	42
Fluxograma 02: Organização dos sistemas culturais do Quilombo da Caçandoca.	195

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Quilombos da RMVPLN. Situação em 2021.....	122
Mapa 02: Quilombos em Ubatuba. Situação em 2021.....	123
Mapa 03: Dinâmicas de ocupação do Quilombo da Caçandoca. Situação em 2021.	149
Mapa 04: Mapa do Zoneamento Ecológico – econômico do Litoral Norte de São Paulo, 2021.	176
Mapa 05: Limites da Paisagem Cultural Serra da Lagoa e Perímetro do Quilombo da Caçandoca. Situação em 2021.....	192
Mapa 06: Mapa da reconstituição hipotética do Sistema Cultural Colonial.	196
Mapa 07: Mapa da reconstituição hipotética do Sistema Cultural das ocupações quilombolas.	197
Mapa 08: Cartografia Social do Quilombo da Caçandoca, com sinalização dos três sistemas culturais. Situação em 2021.	198
Mapa 09: SA Lagoa 01. Situação em 2021.....	208
Mapa 10: SA Tabatinga 01. Situação em 2021.	209
Mapa 11: SA Saco do Morcego 01. Situação em 2021.....	210
Mapa 12: SA Caçandoquinha 01. Situação em 2021.....	211

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AOA	Área de Ocorrência Arqueológica
APMSS	Arquivo Público do Município de São Sebastião
ARCQC	Associação dos Remanescentes da Comunidade Quilombo da Caçandoca
CEOM	Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CONAQ	Coordenação Nacional das Associações Quilombolas
CONDEMAT	Consórcio de Municípios do Alto Tietê
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
DPH	Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
IAC	Instituto Agrônomo de Campinas
IBAMA	Instituto Brasileiro Meio Ambiente Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA	Instituto Sócioambiental
ITESP	Fundação Instituto de Terras de São Paulo
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MNU	Movimento Negro Unificado
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCM	Patrimônio Cultural do Mercosul
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PDUJ	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
PESM	Parque Estadual da Serra do Mar
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RFFSA	Rede Ferroviária Federal
RMVPLN	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SA	Sítio Arqueológico
SABACRA	Sociedade Amigos do Bairro da Caçandoca, Raposa e Saco das Bananas
SIGs	Sistemas de Informações Geográficas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TEBAR	Terminal Marítimo de Combustíveis Almirante Barroso
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UTGCA	Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	15
	INTRODUÇÃO	18
1	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA	22
2	METODOLOGIA	36
2.1	Dos métodos	40
2.1.1	Pesquisa bibliográfica	42
2.1.2	Depoimentos	42
2.1.3	Reconhecimento de campo	47
2.1.4	Cartografia	52
3	ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOECOLÓGICOS DE UBATUBA	57
3.1	As condicionantes geográficas. O que nos fala o meio natural?	59
3.2	As primeiras ocupações: o que nos falam as pedras, ossos e fragmentos?	62
3.3	A trajetória econômica do Litoral Norte nos primeiros séculos: do alvorecer à desertão	66
3.4	A economia caiçara	75
3.5	A industrialização tardia	79
3.6	A terra e a paisagem como mercadorias: a especulação imobiliária	82
4	CAIÇARAS, QUILOMBOLAS: IDENTIDADES E RECONHECIMENTOS	89
4.1	O Caiçara	91
4.2	Quilombos de ontem e de hoje	93
4.3	Práticas de resistência e liberdade: os movimentos sociais	101
4.4	Um quilombo, outros significados	107
4.5	Quilombos na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral	118
4.6	O Quilombo da Caçandoca	124
5	PATRIMÔNIO CULTURAL REGIONAL: PROTEGER PARA USUFRUIR	150
5.1	O ordenamento jurídico internacional e interestadual: as cartas patrimoniais	152
5.2	A legislação nacional para o patrimônio cultural	154
5.3	O direito quilombola em âmbito federal	159
5.4	A proteção aos recursos culturais - ambientais na esfera paulista	168
5.5	O patrimônio cultural na governança interfederativa	169
5.6	O olhar jurídico para o patrimônio cultural na legislação municipal de Ubatuba	171
5.7	O macrobem ambiental: território, cultura e recursos naturais	172
5.8	Conexões jurídicas: entre poderes, instâncias e temas	178
6	FRUTOS DA TERRA, MENTES E MÃOS: O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E OS BENS CULTURAIS INTEGRADOS	182
6.1	Patrimônio: heranças e construções	184
6.2	Letras dispersas, em páginas na terra e na água: o patrimônio arqueológico	185

6.2.1	Uma trajetória do pensamento arqueológico	186
6.2.2	As taperas da Serra da Lagoa	189
6.2.2.1	Sítio Arqueológico Praia da Lagoa 01	199
6.2.2.2	Sítio Arqueológico Fazenda Tabatinga 01	200
6.2.2.3	Sítio Arqueológico Saco do Morcego 01	200
6.2.2.4	Sítio Arqueológico Caçandoquinha 01	201
6.2.2.5	AOA Sobrado 01	201
6.2.2.6	Nichos, ou covas de casas, quilombolas	212
6.2.2.7	Antigo Cemitério	217
6.2.3	Nichos e covas de casa: ocupação caiçara ou terras de negros?	219
6.3	Os bens culturais integrados	222
6.3.1	O patrimônio edificado	222
6.3.2	Monumentos e obras de arte em espaços públicos	230
6.3.3	O patrimônio paisagístico-cultural	233
6.3.4	O patrimônio móvel: coleções, acervos e bens individuais	238
6.3.5	O patrimônio imaterial	239
6.4	O Quilombo como patrimônio cultural	249
7	TRADIÇÃO E LUTAS: A APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ..	251
7.1	Preservação dos bens ambientais quilombolas: tradição baseada em lutas, dos antepassados e cotidianas	253
7.2.1	Zeladoria	262
7.2.2	Autonomia	265
7.2.3	Fruição	271
7.2.3.1	O suporte à identidade: uma quarta base de fruição	284
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	286
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	294
	APÊNDICE A: CARTOGRAFIA SOCIAL: GERAL E ARTICULAÇÕES	312

APRESENTAÇÃO

Falar sobre si, em ambiente no qual todas e todos são instados a se pronunciar no impessoal, é desafiador. Portanto, espero em breves linhas me apresentar, discorrer sobre minha trajetória e sobre os motivos que me levaram a ter a grata oportunidade de trabalhar com o Quilombo da Caçandoca.

Caiçara que sou, andei léguas tiranas (Belchior) em vida de cigania (Chico César) por diversas cidades, na infância e juventude, no colo físico e afetivo de minha mãe. Ela, obrigada pelas circunstâncias da vida a migrar em busca de oportunidades e estabilidade financeira, percorreu o estado de São Paulo afora, desejosa de retornar para sua terra praiana natal.

Esta trajetória me deixou distante da minha identidade caiçara, que redescobri aos poucos, no momento que também retornei a Caraguatatuba no início da década de 1990. Pouco tempo depois, iniciei minha vida acadêmica.

Na graduação em Turismo, já se despertou a vocação para trilhar as veredas do Patrimônio Cultural. Felizmente este caminho se sedimentou, com a especialização em Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico. Já funcionário público municipal, veio a oportunidade para ser alocado na Secretaria de Cultura e Turismo de São Sebastião, SP.

Nesse departamento, tive a oportunidade de conhecer parte do vasto repertório cultural do município, desde o casario colonial, os nichos caiçaras e os sítios arqueológicos. Destes, um é expoente: o São Francisco. Com ruínas de fazenda escravocrata com 1.200.000 m², componente de complexo sistema clandestino de tráfico negro, pesquisado a mais de 20 anos por Wagner Gomes Bornal.

Os caminhos da Arqueologia me guiaram para o mestrado na Universidade de São Paulo, que me fez aportar na profissão que exerço. Em São Sebastião, tive a oportunidade de aplicar algumas iniciativas de uso do patrimônio cultural pela comunidade, nas vertentes pedagógicas, artísticas-culturais e econômicas.

Uma destas ações consistia em trazer para as dependências do Sítio Arqueológico São Francisco, um testemunho da diáspora africana, eventos direcionados para o povo negro. Assim, no fim da década de 2000, foram realizadas apresentações de congada; missa inculturada afro – com altar montado na senzala –

e *via crúcis*, cujas estações representavam momentos do sofrimento e resistência dos afro-brasileiros.

Nessas ocasiões pude conhecer os quilombolas da Caçandoca. Por eles soube da existência de ruínas de fazendas em seu território; momento que me despertou o interesse, tanto acadêmico quanto sentimental, de poder abordar estes testemunhos. Os eventos em São Sebastião já me imbuíram do olhar que deveria ter com os vestígios coloniais. Além de testemunhos de atividades econômicas eram, sobretudo, locais sagrados para os descendentes dos escravizados, palcos tanto de sofrimentos quanto de resistências e conquistas.

Findado meu mestrado, mantive contato regular com lideranças locais do quilombo. No entanto, não desejava reproduzir num futuro doutorado outra pós-graduação em Arqueologia, mas adicionar a minha trajetória outras abordagens (ambientais e urbanísticas, por exemplo). Assim, tive a honra de ser aceito nas fileiras do Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, na Universidade do Vale do Paraíba.

O ano de 2018 foi marcado, em nível nacional, por retrocesso civilizatório, representado pela eleição presidencial. Junto com esta mazela, vieram ataques sistemáticos aos avanços étnicos, ambientais, culturais e de gênero, conquistados pelos movimentos sociais no esteio da redemocratização brasileira.

No segundo ano de minha tese, pude iniciar as entrevistas. Conforme poderão ver no trabalho apresentado, os ensinamentos, reflexões e desabafos nele presentes, foram a base para a compreensão da dinâmica da comunidade. Para as atividades de campo tive a colaboração dos “senhores do caminho”, belo termo empregado por um ancião da comunidade da Caçandoca para descrever seus integrantes.

O ano de 2020, trouxe o flagelo da pandemia Covid-19; e com ela, restrições de convívio. Muitas etapas de campo foram abortadas, em decorrência de cancelamentos de eventos na comunidade. Estava ansioso para a Festa de São Benedito, na casa de quilombola, em abril. Para as celebrações de Nossa Senhora Aparecida, em outubro, momento no qual o quilombo recebe visitantes de toda a região. Assim como vivenciar outras confraternizações, componentes de calendário cultural, religioso e étnico já consolidado.

O cenário da pandemia me fez adaptar as atividades de reconhecimento. Felizmente, sua condição de atividade ao ar livre favoreceu sua conclusão. Pude, assim, percorrer todas as praias do quilombo, todos os antigos núcleos que estão à

espera de melhores condições de infraestrutura e serviços, para receber novamente suas filhas e filhos.

A construção da tese originou alguns frutos, na forma de dois artigos publicados, ambos em 2020: *Enfermidades, sanitarismo e preconceito: uma análise histórica de Comunidades Caiçaras e Quilombolas do litoral norte de São Paulo, Brasil, no decorrer do Século XX*, editado pela Revista de História da Universidade Estadual de Goiás. E, *Ser quilombola. Conceitos e memórias na trajetória da comunidade negra da Caçandoca, Ubatuba, Estado de São Paulo*, disponibilizado pelos Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

A trajetória de pesquisa contou com generosidade de minha orientadora e de meu co-orientador. Tive com eles o equilíbrio entre a liberdade de criação e a condução, que aparou meus equívocos e permitiu minhas contribuições. Dispus também da providência de ter nas etapas de qualificação o 'abrir de olhos', representados pelas seguintes considerações: 'por que não aborda o cenário sul-americano?'. E a segunda: 'Onde estão os autores negros em seu trabalho?'. Estas sugestões contribuíram sobremaneira para minhas conclusões e meu aprendizado.

Por fim, a gentileza das professoras e professores, das companheiras e companheiros de sala e, sobretudo, o acolhimento da comunidade quilombola, me confortaram, nesta ampla responsabilidade de lidar com o inviolável: a memória de uma comunidade ancestral. A todas e todos, já digo aqui meu obrigado!

INTRODUÇÃO

A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos 'padrões' que coexistem na cidade.

Henri Lefebvre (2016).

O Litoral Norte de São Paulo acolhe porção considerável de remanescentes florestais do bioma Mata Atlântica e ecossistemas associados (mangue, jundu, restinga), cursos d'água que entremeiam ritmos serenos e encachoeirados além de feições topográficas diversas. Cenário que moldurou paisagens ocupadas desde tempos pré-coloniais por nações indígenas, perpassou a trajetória colonial, a consolidação da ocupação caiçara de subsistência e é suporte dos dias atuais, com urbanização complexa.

Esta região possui vasto patrimônio cultural formado pelas ocupações citadas, representadas por sítios arqueológicos, núcleos de comunidades tradicionais, casarios, saberes e fazeres além de paisagens notáveis. Presenciou o sincretismo do homem indígena, do europeu e do africano que resultou na gente caiçara, personagem símbolo do homem praiano. Todos estes fatos e atores contemplaram as cidades com seus vestígios, testemunhos de seus hábitos, da ocupação, interação e transformação da paisagem que os cercava, que auxiliam a entender nossa história.

Esta parcela do estado de São Paulo permaneceu em certo isolamento e sob ciclos de pujanças e recuos econômicos. Estes últimos representados sobremaneira pela cultura de subsistência e pesca artesanal caiçaras, até a década de 1950. Após este período, mudanças de ordem estrutural agiram sobre o urbano e a economia, por meio de abertura de rede de vias rodoviárias. Fator que derivou a 'redescoberta' do Litoral Norte, pelo fenômeno do veranismo praticado por famílias vindas de polos mais adensados, como a Grande São Paulo e Vale do Paraíba. Tal panorama revelou o embate entre paisagens de consumo *versus* escasso espaço urbano que gerou impactos negativos. Tem-se como exemplos a especulação imobiliária destinada à segunda residência, assentamentos irregulares, perda de qualidade ambiental e supervalorização da terra, como disserta Leinad Ayer de Oliveira (2001, p. 47).

Com o decorrer deste processo, núcleos resistentes de comunidades tradicionais empreendem luta cotidiana pela posse de seu território, pelo fortalecimento de sua cultura, por acesso a serviços públicos bem como ao direito de

gerenciarem seus recursos ambientais (aqui entendidos como o conjunto de bens naturais e culturais, comuns ao povo brasileiro).

Inserido nesta problemática, o objeto deste projeto de doutorado refere-se à relação entre o patrimônio cultural do Quilombo da Caçandoca e o Planejamento Urbano e Regional.

O questionamento inicial que nos motivou a eleger tal tema concerne em qual o papel do patrimônio cultural na formação e consolidação de um território quilombola e qual sua relação com as políticas de Planejamento Urbano e Regional. Também surgem como perguntas, dentre outras: quais as formas de ocupação praticadas pelos antepassados dos quilombolas e se estas são reproduzidas atualmente; como as trajetórias econômica e social, passíveis de serem evidenciadas por meio de vestígios arqueológicos, atuaram na formação da comunidade em estudo e como esta dinâmica de ocupação atual impacta positiva ou negativamente a prática das manifestações culturais vernáculas deste grupo.

Tem-se como hipóteses o desconhecimento e desvinculação de parte do patrimônio cultural nas ações internas de consolidação do Quilombo assim como nas relações externas. Além, um possível subaproveitamento destes bens em processos de fruição de ordem pedagógica, artístico - cultural e econômica. Também aventava-se a identificação de ruínas das unidades produtivas monocultoras, citadas na narrativa da formação do quilombo da Caçandoca e vestígios das unidades residenciais de cunho caiçara - quilombola. Ademais, inferiu-se inicialmente que estes bens culturais, componentes do patrimônio ambiental local, são imprescindíveis para a manutenção desta comunidade, sob o seu cotidiano vernáculo - orgânico.

Justifica-se nossa abordagem diante da possibilidade de leituras sobre a interface do Planejamento Urbano e Regional e o patrimônio cultural regional, principalmente de base comunitária. Acrescenta-se a necessidade de identificação de especificidades destes núcleos: em relação às suas demandas; à sua forma de organização assim como às salvaguardas necessárias que devem ser observadas em ações de planejamento (legislação incidente, partidos de preservação e fruição) referentes aos bens ambientais. Outro aspecto refere-se à possibilidade destas análises e reflexões não quedarem restritas à comunidade em estudo (Quilombo da Caçandoca), mas poderem ser aplicadas a grupos similares localizados no município e em outras regiões.

Salienta-se que o recorte territorial, à primeira vista voltado para o quilombo e o município sede, justifica-se pela relação direta destes. Sendo a municipalidade o ente que exerce a atribuição primaz de ordenamento territorial e planejamento, parcelamento e ocupação do solo urbano e conseqüente reflexo à gestão do patrimônio cultural. Aqui, se apoia nas palavras de Ulpiano Bezerra de Meneses (2006, p. 40): "É o município, e não o Estado, a região, o país, ou o mundo, como o *locus* privilegiado da fruição concreta, aprofundada e diversificada da cidade como bem cultural". Em consonância com este conceito patrimonial do urbano, Henri Lefebvre (2016, p. 25), ao abordar a necessária retomada da cidade por todos, diz "[...] a sua reconquista da Cidade, este bem entre os bens, este valor, esta obra que lhes tinha sido arrancada".

Por fim, dentre outras justificativas consolidadas no decorrer da pesquisa, entende-se necessário inserir em políticas de Planejamento Urbano e Regional possíveis tensões derivadas de exclusões, identidades e alteridade. Meneses (2006, p. 36) elenca como uma das dimensões da cidade a do campo das forças, ao explicar: "Expressão que ilustra um espaço definível de tensões, conflitos, de interesses e energias em confronto constante, de natureza territorial econômica, política, social, cultural e assim por diante". Este cenário entende-se ser mais candente em território de comunidade tradicional, agravado por interesses econômicos hegemônicos eivados de possíveis preconceitos, ações lesivas e omissões por parte do poder público.

Para alcançar o objetivo e validar as hipóteses utilizou-se como matriz teórica autores que discorrem sobre a interface do Planejamento Urbano e Regional com o patrimônio cultural. Diante da ótica da preservação composta por ações de zeladoria, fruição e autogestão destes bens e análises de aspectos funcionais e simbólicos do espaço.

Isto posto, apresenta-se a base conceitual que norteou a abordagem, que contempla a relação do Planejamento Urbano e Regional e o patrimônio cultural. Em caráter complementar, olhares sobre a pesquisa arqueológica aplicada ao contexto geral elencado e às hipóteses foram ofertados.

Em seguida, descreve-se a metodologia que baliza os procedimentos de pesquisa (campo e gabinete), adaptados para as características do território em estudo. A definição dos métodos também considerou pesquisas já realizadas por

outros autores, para evitar sobreposição/repetição de ações com os mesmos objetivos.

Na sequência, apresenta-se a seção que versa sobre os aspectos históricos e geográficos do Litoral Norte e Ubatuba. Voltado para embasar a compreensão dos contextos social e econômico que resultaram nas conformações da comunidade em estudo.

Na quarta seção abordam-se os conceitos que designam as comunidades tradicionais de Ubatuba, especificamente as populações caiçaras e quilombolas, e em específico, o Quilombo da Caçandoca. Traça um breve arco sobre quilombos no Brasil e alguns casos sul-americanos, entremeado com as mobilizações sociais integradas em redes ambientais, étnicas, culturais e de gênero, expoentes na década de 1980 e nas seguintes.

O findar desta seção foi reservado para a descrição do Quilombo da Caçandoca, por entendê-lo um resumo das seções anteriores. Uma comunidade derivada dos períodos econômicos e da atividade escravocrata coloniais, sua consolidação na atividade de subsistência no decorrer dos novecentos e os enfrentamentos às agressões capitalistas da segunda metade do século XX.

Em seguida, aborda-se o arcabouço jurídico incidente em contextos correlacionados: do patrimônio cultural, ambiental, étnico e urbanístico. As análises estão ordenadas segundo as escalas de atuação: internacional e interestadual (cartas patrimoniais); federal; estadual paulista, colegiada (metropolitana e similares) e municipal.

A seção subsequente discorre sobre conceitos e categorias do patrimônio cultural brasileiro: arqueológico; edificado; monumental e artístico em logradouros públicos; paisagístico-cultural, imaterial e bens móveis (objetos e coleções particulares). Apresenta os resultados de reconhecimento de campo na Serra da Lagoa, compartimento que abriga os sistemas culturais do Quilombo da Caçandoca: colonial (estruturas de fazendas e polos escravocratas); o de subsistência (ocupações caiçara-quilombolas posteriores) e o atual, decorrente do rearranjo espacial gerado pelas novas conformações do território.

Por fim, a última seção abrange os conceitos de tradição e preservação. A primeira, direcionada não a um apego exclusivo ao passado, ao congelamento dos testemunhos materiais e encenação teatralizada dos bens imateriais, mas balizada na

ação de luta. Postura que prevê o acolhimento de novas manifestações e reflexões permanentes sobre as conquistas e demandas, ancoradas nas memórias ancestrais.

Referente ao termo preservação dos patrimônios ambientais, a abordagem tem como suporte a conjunção de três atitudes: zeladoria, ação sistemática de prevenção e manutenção dos recursos ambientais da comunidade; autonomia, baseada na liberdade de propor alterações, adições, permanências ou supressões de determinados bens culturais, sejam eles tangíveis ou intangíveis. E por último, a fruição, representada pelas potencialidades de uso destes recursos em vieses pedagógicos, artístico-culturais, econômicos e identitários, vetores de desenvolvimento coletivo e individual.

1 PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

*Eu não estou interessado em nenhuma teoria,
Em nenhuma fantasia nem no algo mais...
Amar e mudar as coisas,
Amar e mudar as coisas, me interessam mais.*

Belchior, 1976

A base conceitual que norteia esta pesquisa refere-se à interface do Planejamento Urbano e Regional com o patrimônio cultural, em linhas gerais e em específico com a comunidade tradicional quilombola de Ubatuba, SP. Relaciona vieses sobre esta correlação, as potencialidades e necessidades de fruição dos bens culturais e a contribuição derivada da *práxis* arqueológica para estes contextos.

Para a sua realização utilizam-se como referências os autores Ulpiano Bezerra de Meneses, Henri Lefebvre e Milton Santos, dentre outras e outros, que expressam em suas obras diversos olhares sobre as interfaces dos campos aqui tratados. No decorrer das etapas de qualificação obtiveram-se diversas contribuições dos docentes para acrescentar outras abordagens derivadas de autores negros, tanto em âmbito sul-americano quanto nacional. Tais abordagens são permeadas por suas experiências pessoais no campo da luta quilombola e dos movimentos sociais.

Desta forma, estas autoras e autores orientam as implicações que os bens culturais possuem: salvaguardas legais, possibilidades de uso, partidos e conceitos de preservação, autonomia dos grupos detentores em sua gestão. Somam-se diretrizes de trabalho de campo para a identificação de bens culturais com olhar mais apurado aos bens arqueológicos incidentes.

A eleição dos patrimônios arqueológicos nesta pesquisa deu-se da possibilidade de contribuição da Arqueologia para estudos de Planejamento Urbano e Regional. E também, utilizá-los como balizas na relação desta pesquisa com a comunidade quilombola. Esta segunda ação é consoante com o que abordam Marcia Arcuri Suñer *et al.* (2016, p. 5):

Nesse sentido, as ações pretexto justificam-se como uma forma de engajar as comunidades em processos criativos e colaborativos, entendendo-as como agentes interessados nos aspectos afetivos e cognitivos suscitados pela memória individual e coletiva de seus territórios. Ao conectar o presente à memória, a arqueologia e a museologia comunitária atuam como ferramentas para se acessar o passado por meio de ações alimentadas por sentidos e significados próprios das comunidades.

O termo norteador bem cultural o insere como componente do patrimônio ambiental brasileiro. Isto é, o conjunto de recursos naturais (o solo, a paisagem, a hidrografia, flora, fauna) e culturais (o saber fazer, as manifestações materiais e imateriais, o patrimônio arqueológico, as paisagens notáveis). Yi-Fu Tuan (2012, p. 91) reflete: “No nível de atitudes e preferências do grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico”. No Brasil, este viés se consolida no adentrar da década de 1980, quando vem à luz a percepção do compartilhamento entre os contextos natural e cultural num único regime, mas com instrumentos protetivos autonomamente considerados.

A abordagem proposta sobre o patrimônio cultural neste trabalho transita entre o olhar geral e o específico do contexto urbano do objeto em estudo. Este último mediante base oferecida por Antônio Arantes (2006, p. 430) que diz: "Passarei a me referir ao patrimônio ambiental urbano, conceito que destaca três aspectos importantes das cidades: sua condição de artefato, de campo de forças sociais e de agregado de representações simbólicas". Ademais Giulio Carlo Argan (1984, p. 201)¹ explica: "[...] o urbano tem um componente histórico porque considera as situações sociais na dupla perspectiva do passado e o do futuro” (tradução do autor). O autor (ARGAN, 1984, p. 223) prossegue:

Administrar no interesse comum um patrimônio de valores, econômicos certamente, já que o solo é um bem que deve dar benefícios, mas também históricos, estéticos, morais; coletivos e individuais; devidamente reconhecidos e inventariados ou sedimentados, latentes no inconsciente² (tradução do autor).

Destaca-se na fala acima o trecho *"inventariados ou sedimentados, latentes no inconsciente"*. Isto é, aqueles bens memoriais que já estão reconhecidos pela sociedade em geral, ditos *consagrados* por algum instrumento de reconhecimento ou proteção (tombamento, registros). E também aqueles *sedimentados, latentes*, de conhecimento de muitos ou alguns, ainda que vago, mas sem proteção específica.

No caso do Quilombo da Caçandoca foram obtidas informações sobre ruínas de sítios arqueológicos envoltos em processos de destruição - antrópica ou natural - à espera de ações de proteção. Tais vestígios foram indicados em relatos de seus

¹ ...tiene un componente histórico porque considera a las situaciones sociales en la doble perspectiva del pasado y el futuro

² "[...] administrar en el interés común un patrimonio de valores, económicos ciertamente, ya que el suelo es un bien que debe dar beneficios, pero también históricos, estéticos, morales; colectivos y individuales; debidamente reconocidos y inventariados o sedimentados, latentes en el inconsciente."

moradores assim como em publicações pontuais - matérias jornalísticas - ou textos em páginas pessoais, tanto em meio físico quanto virtual.

Outro ponto a ser destacado se refere à correlação entre aspectos funcionais e simbólicos do território. Dentre estes, com o eixo Planejamento Urbano e Regional e o patrimônio cultural em consonância com o prescrito por Lefebvre (1976, p. 45). O autor propõe analisar o espaço mediante necessidades funcionais (moradia, abastecimento, trabalho, educação, deslocamento, ócio) e outras não funcionais (afetividade, sociais e lúdicas). Eduardo Rodrigues Alves (2020, p. 158) também pontua: "Já a perspectiva cultural ou simbólico-cultural, interpreta o território como resultado da apropriação simbólica que grupos humanos de pessoas faz de um espaço." E por fim, Tuan (2012, p. 16) diz: "[...] sabemos que atitudes e crenças não podem ser excluídas nem mesmo da abordagem prática, pois é prático reconhecer as paixões humanas em qualquer cálculo ambiental".

Portanto, a análise de aspectos simbólicos em conjunto com os funcionais traz consigo a percepção de que os espaços utilizados por determinada comunidade acumulam traços, vestígios das experiências pretéritas bem como percepções do presente. Haroldo Gallo (2006, p. 109) pontua: "A identidade de um espaço urbano envolve e transcende sua base material alcançando o seu clima particular que se traduz numa irrepetível atmosfera física e psicológica".

Em territórios de comunidades tradicionais muitas experiências e demandas estão ligadas não somente a questões funcionais. Mas, também à manutenção de condições propícias para a gestão e exercício de suas manifestações simbólicas. Estas tanto pretéritas quanto atuais, revestidas na tradicional resistência cotidiana. Alia-se o passado de lutas e conquistas que traz consigo as memórias do tempo da escravidão; do rearranjo espacial, econômico e social posterior. Somam-se na atualidade o embate e a resistência ante agressões do mercado, do poder público e da sociedade em geral (desapropriações, preconceitos, negligência estatal, dentre outras). Sobre tal aspecto Priscilla Vaz (2020, p. 408) aborda: "Vulnerabilidades cumulativas reproduzidas por séculos de racismo estrutural deixam os afrodescendentes enfrentando obstáculos econômicos múltiplos e sobrepostos".

Por este viés, os aspectos simbólicos do espaço, no decorrer da trajetória de luta e negociação, também se fazem presentes. São relevantes em caráter paritário na concepção da dignidade humana, conforme aborda Tânia Andrade (1997, p. 49):

[...] espaços de moradias ou de produção agrícola/extrativista, mas também todos aqueles que se referem à recreação, à mitos/simbologia e às áreas necessárias à perambulação entre as famílias e ao estoque dos recursos naturais.

No mesmo sentido vê-se respaldo nas palavras de Milton Santos (1988, p. 10) ao afirmar que:

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento que as forma, pois têm um papel na realização social.

À primeira vista, e aqui infere-se empiricamente, demandas de ordem funcional são as que inicialmente recebem o olhar quando da execução de políticas públicas de base territorial. Moradia, infraestrutura, acesso à educação, saúde, trabalho, deslocamento, são pautas que recebem atenção mais apurada por parte do poder público. Como representam as necessidades básicas da população, também são as primeiras a serem reivindicadas.

Tal contexto exprime-se de forma candente em grupos tradicionais que travam lutas pela efetiva titularidade de seu território. No entanto, o atendimento das necessidades básicas (água, luz, acessos, ensino e saúde pública, oportunidades de geração de renda) são acompanhadas também por demandas simbólicas, que muitas vezes podem ser ignoradas ou desprezadas nas políticas públicas de planejamento urbano.

Num cenário hipotético no qual todas as necessidades funcionais fossem sanadas, é possível que qualquer outra reivindicação relacionada a aspectos simbólicos destas comunidades seja rechaçada pelo poder público sob o argumento de que 'já demos a eles casa, pavimentação, luz, água... O que querem mais?'³

Este cenário também pode incidir em outros contextos, como por exemplo, favelas realocadas para conjuntos habitacionais, conforme pontua Fabiana Cristina Luz (2020, p. 148). Mas, ao se tratar de núcleos tradicionais, a relação destes com o

³ Esta afirmação foi extraída de aula ministrada pelo professor Paulo Romano Reschilian em comunicação pessoal, durante a disciplina Seminários de Pesquisa 01 do Programa de Pós graduação em Planejamento Urbano da Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP, no primeiro semestre de 2018. Tal afirmação foi validada pelo professor por meio de correio eletrônico.

território e com a vizinhança exprime-se de forma ainda mais pujante. Neste sentido Nilda Carolina Barraza (2016, p. 88) ao abordar o cenário colombiano de comunidades tradicionais no início do século XXI, diz⁴:

Assim como 'terra' é essencial para a formação e a manutenção dos costumes da comunidade, assim também é o 'território'. O território, neste caso, não se utiliza no sentido ecológico - como um lugar para proteger um grupo ou espécie destinados a manutenção de recursos naturais, senão, mais relacionado à uma área delimitada que tenha sido historicamente associada com uma comunidade autodefinida.[...] Assim, terra e território não são simplesmente lugares onde se cultiva, também são lugares onde se enraíza a identidade de uma comunidade, criando costumes, rituais e experiências (tradução do autor).

Sob esta ótica Eduardo Restrepo (2016, p. 191), em relação a defesa do território por comunidades negras no Pacífico, explica⁵:

Tão relevante é sua defesa que uma parte importante das organizações denominam a si mesmas, nada gratuitamente, como étnico - territoriais. [...] O território é considerado credencial e condição da etnicidade das comunidades negras (tradução do autor).

Um desafio para o Planejamento Urbano e Regional pode residir em lidar com tais demandas de terra e território (aspectos funcionais e simbólicos), por meio das comunidades tradicionais assim como de forma intrínseca pelos movimentos sociais. Não há somente o clamor pela titularidade da terra, mas também pelo direito de exercer suas manifestações e gerir seus recursos. Seja em ambiente urbano (movimentos culturais em favelas, por exemplo) ou em meios rurais (indígenas, assentados, caiçaras, quilombolas, beradeiros, faxinalenses).

Em relação às lutas por território em ambiente urbano e rural, há nuances entre estes. Na cidade - território definida por Lefebvre, a sua delimitação seria mais fluida e diversa "[...] pela pluralidade, pela coexistência e simultaneidade no urbano de padrões" (LEFEBVRE, 2016, p. 66). Em ambientes rurais ou semi-rurais, como é o

⁴ *Así como 'tierra' es esencial para la formación y el mantenimiento de las costumbres de la comunidad así mismo lo es también el 'territorio'. El territorio, en este caso, no se utiliza en sentido ecológico - como un lugar para proteger un grupo o especie con fines de mantenimiento de recursos naturales, sino, más bien, como un área delimitada que ha sido historicamente asociada con una comunidad autodefinida.[...] Por lo tanto, tierra y territorio no son simplemente lugares donde se plantan cultivos, también son lugares donde se enraíza la identidad de una comunidad creando costumbres, rituales y experiencias.*

⁵ *Tan relevante es su defensa que una parte importante de las organizaciones se denominan a si mismas, nada gratuitamente, como étnico - territoriales. [...] El territorio es considerado credencial y condición de la etnicidad de las comunidades negras.*

caso de um núcleo quilombola, a percepção de território é mais densa e permanente, imbuída pela necessidade de proteção deste ante agentes externos de ordem política e/ou econômica, descritos adiante.

Parte desta densidade também é representada pelas suas manifestações culturais, seus patrimônios. Analisar seu papel na composição e manutenção do território é consonante com prática política que Arturo Escobar (2016, p. 159) define como "[...] a qual buscava por em relevo tanto a dimensão política da cultura como a dimensão cultural da política" (tradução do autor).⁶

Sob o enfoque das responsabilidades institucionais de planejamento e gestão do patrimônio cultural brasileiro, este é considerado bem comum do povo, necessário à vida e de proteção consorciada entre todos os entes da federação (MORAIS, 2003, p. 100; SOARES, 2007, p. 24). Por sua natureza de bem de interesse difuso, sob responsabilidade de proteção impressa ao Estado, suas ações implicam em interfaces com as demais políticas públicas, como educação, ordenamento territorial, saúde, lazer, cultura, economia.

O trato referente ao patrimônio cultural insinua-se em maior ou menor grau em diversas instâncias administrativas, igualmente nas esferas do pacto federativo nacional. Sob este foco Meneses (2006, p. 52) explana que o patrimônio ambiental urbano não pode ser tratado exclusivamente por leis culturais, mas com "[...] atuação diferenciada, mas tão solidária quanto possível entre diversos agentes, como o arcabouço jurídico referente a lei de uso e ocupação do solo", por exemplo.

Consoante com este olhar Haroldo Gallo (2006, p. 109) salienta a importância do Planejamento Urbano e Regional como instrumento eficiente na preservação de patrimônios culturais, mediante participação da comunidade. Somam-se abordagens que consideram tanto a diversidade e democratização das manifestações quanto as inserem como componentes do conjunto cultural urbano "[...] entendendo a cidade como obra de arte" (GALLO, 2006, p. 97).

Listado o viés que correlaciona o Planejamento Urbano e Regional e a gestão do patrimônio cultural, concentra-se este olhar para o contexto ambiental quilombola, enquanto subsídios para garantia de seu território e da sua fruição. Entender o território como patrimônio, como instrumento de afirmação de sua identidade e como vetor de desenvolvimento tanto da comunidade quanto de seus indivíduos reveste-se

⁶ "...la cual buscaba poner de relieve tanto la dimensión política de la cultura como la dimensión cultural de la política."

de grande importância. Este agir pode ser considerado um contraponto a ações deliberadas de setores hegemônicos, que promovem um esquecimento consciente dos lugares de memória da diáspora e martírios dos povos africanos, como pontua Denílson Araújo de Oliveira (2020, p. 315).

Neste sentido Jonathan Marcelino (2020, p. 437) e Priscilla Vaz (2020, p. 398) propõem observar o espaço quilombola como componente de relações raciais, suporte de testemunhos tanto de afirmação e resistência afro-brasileira quanto fruto das desigualdades infringidas a estas comunidades. Considera-se também o que Oliveira (2020, p. 315) define como “[...] privilégios espaciais da branquitude”, isto é, ações sistemáticas de setores hegemônicos para aquinhoar porções mais privilegiadas do território nacional, as quais se inserem, por exemplo, os terrenos a beira mar.

Sob este escopo, ações e reações da comunidade quilombola a estas tensões raciais delineiam também os contornos territoriais deste grupo, conforme afirma Paula Regina de Oliveira Cordeiro (2020, p. 37). Estas relações de conflito, negociação, conquista e afirmação étnicas apresentam para seus integrantes e para a sociedade em geral os limites de seu território, seja ele de posse consolidada ou almejada.

Inserir o componente étnico e racial nas políticas de Planejamento Urbano e Regional pode contribuir para compreender dinâmicas de segregação urbana, de condições precárias de habitação, de autoestima, de criatividade e desenvolvimento. Enfim, ausência ou insuficiência de atendimento das necessidades básicas, sociais e de autorrealização de populações vulneráveis, como diz Fabiana Cristina Luz (2020, p. 129, 130).

Sob os olhares das autoras e autores acima, entende-se que a abordagem territorial, no âmbito das políticas e Planejamento Urbano e Regional, deve considerar as características específicas derivadas das manifestações funcionais e simbólicas de ordem étnica. Não pode ignorar o passado e o presente de resistência e luta, bem como os constantes embates de ordem racial, que podem refletir em consequências sociais e espaciais de segregação, privação e estagnação.

Sobre o tema preservação do patrimônio cultural, sua trajetória brasileira esteve voltada inicialmente para o monumental (no sentido de grandioso, unilateral), e concentrada em bens isolados. Assim, davam-se ações de salvaguarda pelo bem em si, não sendo considerada a sua natureza social, sua função original.

Atualmente, já permeia os órgãos de preservação a ideia de não se proteger o objeto pelo objeto (a edificação, ou mancha urbana, ou determinado sítio por si), mas integrada com as demais políticas de ordenamento territorial. Assim estas instituições "[...] reconhecem formalmente que o patrimônio ambiental urbano faz parte do planejamento nacional, regional e local" (MENESES, 2006, p. 41).

Entende-se, portanto que as políticas de preservação do patrimônio não deverão ser destinadas apenas à consolidação das condições materiais de um bem tangível. Tampouco, na reprodução teatralizada e sob calendário de um recurso de natureza imaterial. Há de se ressaltar que o uso do termo preservação se atém ao caráter não estático de suas manifestações. Principalmente se estas são inseridas em grupos tradicionais, que devem ter a faculdade de alterar ou adaptar tais práticas ou bens culturais conforme diz Escobar (2016, p. 181) "[...] modificar as tradições tradicionalmente"⁷, isto é, sob conceitos e velocidade próprios da comunidade detentora.

Destaca-se o reclame de grupos antagonistas às comunidades tradicionais para que estas sejam estanques, preservem como um cenário e encenação seu cotidiano, para deleite de uma classe consumidora. Assim, os detentores estariam segregados e sem acesso às novas técnicas, ao desenvolvimento e participação nas arenas políticas. Neste sentido Escobar (2016, p. 181) observa:

Os territórios não são estáticos, como tampouco não são os mundos, e nunca o foram. Vê-los desta maneira suporia sucumbir a uma das trapaças da modernidade, que é condenar toda forma de resistência radical a estar e a existir em outro espaço, em outro tempo. (tradução do autor).⁸

Um ponto expresso por Meneses (2007, p. 40) concernente ao conceito amplo de preservação refere-se ao "[...] uso e garantias de fruição social". Assim, serão abordadas neste momento as bases que apoiarão a apropriação e significância do patrimônio ambiental pela comunidade em estudo.

Entende-se que a preservação deve ser empreendida não somente às características funcionais e materiais dos patrimônios que porventura forem elencados, mas também às suas "relações sociais e afetivas" (MENESES, 2006, p.

⁷ "...cambiar las tradiciones tradicionalmente".

⁸ *Los territorios no son estáticos, como tampoco no son los mundos, y nunca lo han sido. Verlos de esta manera supondría claudicar ante una de las trampas de la modernidad, cual es la condenar toda forma de resistencia radical a estar y a existir en otro espacio, en otro tiempo...*

40). Sobre este viés Lefebvre (2016, p. 7) diz: "A arte, também reconhecendo suas condições iniciais, dirige-se para um novo destino, o de servir à sociedade urbana e à vida cotidiana nessa sociedade". Assim, a *preservação* deve ser atrelada à apropriação destes recursos pela comunidade, inseridas e pesquisadas em seu cotidiano, conforme expressa Meneses (2006, p. 35):

[...] modalidades de proteção legal e física do patrimônio cultural, como também, as operações de identificação (pesquisa, documentação, análise) e valorização (principalmente pelo uso e garantias de fruição social).

Destaca-se na afirmação acima a correlação que o autor traça entre medidas específicas de *proteção* (instrumentos legais, restaurações, vigilância, conservação), com a *pesquisa*, documentação e análise. Estas podem ser tanto de ordem acadêmica quanto de base solidária, como as ferramentas *wiki*⁹, cartografia social, etc.

Sobre o papel da academia José Luis de Moraes (2003, p. 101) diz que usos atribuídos ao patrimônio cultural não podem ser exercidos sem planejamento e que os municípios, sob tal quesito, muitas vezes encontram-se pouco aparelhados. O autor prossegue (MORAIS, 2003, p. 101): "Neste ponto desponta a figura da universidade. Além da docência e da pesquisa, a ela compete promover a extensão de seus serviços à comunidade".

Para assegurar uma política perene de preservação destes bens ambientais e a sua inserção nas demais políticas públicas, esta deve estar imbuída de participação popular, principalmente pela comunidade local, detentora e fruidora dos recursos em seu território (MORAIS, 2006, p. 194). Por vezes, instabilidades políticas e percepções de gestores públicos interrompem iniciativas de salvaguarda (SOUZA; BASTOS, 2010, p.51; YÁZIGI, 2003, p. 123). Sobre este risco, observa Salge Jr. (2003, *apud* MORAIS, 2006, p. 193):

No confronto entre uma necessidade política ou uma necessidade ambiental, acreditamos fortemente que o Estado sempre vá escolher a primeira, até porque é da essência do poder público, pouco dado a pensar no coletivo, encastelar-se no seu feudo, em detrimento de questões sociais ou ambientais. Primeiro mantêm-se o Estado, depois a nação e o meio em que vivemos.

⁹ Um wiki é uma coleção de documentos criados de forma coletiva no ambiente da Internet. Fonte: WIKIUNIVERSIDADE. Ambientes Virtuais de Aprendizagem/Ferramenta wiki no Moodle Disponível em: https://pt.wikiversity.org/wiki/Ambientes_Virtuais_de_Aprendizagem/Ferramenta_wiki_no_Moodle

Entende-se que a participação popular e perenidade do trato institucional aos bens ambientais em políticas de Planejamento Urbano e Regional se apresentam como bases para a fruição destes recursos. São vetores de desenvolvimento local, com potencialidades de ordem pedagógica, artístico - cultural e econômica, ambas de base comunitária e sob condução desta, condizente com o núcleo alvo desta tese.

A abordagem local aqui proposta inclui-se nas especificidades do objeto de estudo, diante da prática usual de verticalidade nas ações de Planejamento Urbano e Regional. Neste sentido, Meneses (2006, p. 39, 40) afirma:

Conviria sempre qualquer projeto de intervenção ser executado pela base, centrando as preocupações no habitante, pois ele é que deve ser o fruidor prioritário [...]. Essa relação contínua, permanente, cotidiana, demorada e que o tempo adensa, é que cria as condições mais favoráveis para a fruição do patrimônio ambiental urbano.

A fruição encontra na unidade e nos ideais presentes no quilombo condições favoráveis para atendimento às suas demandas. Neste sentido, Lefebvre (2016, p. 122) reflete:

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar delas e levar até a sua plena realização soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra.

Conflitos entre ações institucionais de planejamento urbano e os reais anseios de comunidades tradicionais podem ser exemplificados nas unidades de conservação. Por vezes, não observam a participação destas populações e seus bens ambientais em sua gestão, como define Moraes (2003, p. 102) "[...] sem considerar o patrimônio cultural, seja ele tangível ou intangível".

Observa-se que o olhar do planejamento urbano em nichos tradicionais deve preconizar a sincronia entre a preservação física e a fruição. Estas, condicionadas, no que for adequado, à gestão dos bens ambientais exercida pelos seus integrantes, *por* e *para* o grupo tradicional, almejando o desenvolvimento social e econômico para esta localidade (MORAIS, 2003, p. 99).

Sob este ponto, a fruição e gestão destes bens podem ser exercidas em subprogramas de ordem pedagógica, artística - cultural e econômica. Esta última dividida em atividades artesanais e turismo, ambas de base comunitária. Assim os recursos culturais são compatíveis com o exercício de atividades comerciais: valor cultural ou valor econômico, ambos são válidos para satisfazerem necessidades

humanas. Para tal afirmação embasa-se com o que preconiza Meneses (2006, p. 39) ao afirmar que:

Não pode haver qualquer sinal negativo, portanto, *a priori*, quando se trata da dimensão econômica do bem cultural [...]. Cálculos de investimento/retorno/custo/benefício só são legítimos, no campo da cultura, se estes termos todos forem determinados segundo hierarquia fundamentada na lógica cultural.

Morais (2003, p. 98) prossegue, ao olhar especificamente a atividade turística:

O turismo, se entendido como opção de desenvolvimento social e econômico, só pode acontecer sob o respaldo do planejamento previsto nas políticas públicas geradas pela União, pelos estados e pelos municípios. E à comunidade, convencida e suficientemente envolvida, caberá a realidade do cotidiano na convivência com o turista.

Compreende-se que o Planejamento Urbano e Regional se faz primordial na inserção do patrimônio cultural não somente nas obrigações legais de salvaguarda, mas nas possibilidades que estes bens oferecem para o desenvolvimento social. Acrescenta-se a necessidade de se observar o contexto cultural de determinada localidade, que Eduardo Yázigi (2003, p. 128) define como olhar "[...] pautado pelas virtudes naturais da região".

No entanto Lefebvre (2016, p. 93) ressalta o desafio de se harmonizar a apropriação econômica com a manutenção da autonomia das comunidades detentoras, ante a "[...] racionalidade economista e produtivista" do capital. Neste sentido, ações de planejamento podem proporcionar, ao invés de equidade social, zonas de exclusão e desigualdade. Cenário ainda mais candente em uma comunidade que, para existir, deve seguir a propriedade coletiva do território, algo que causa conflitos internos e externos.

Sobre as pressões externas Lefebvre (2016, p. 127) pontua: "O urbano assola o campo; esse campo urbanizado se opõe a uma ruralidade sem posses [...] Os urbanos transportam o urbano consigo, ainda que não carreguem a urbanidade!"

Em relação ao turismo, muitas vezes a municipalidade, ao propor zonas de qualificação, objetiva somente melhorar e/ou vender os lugares, paisagens de consumo (LEFEBVRE, 2016, p. 20), para o turista, ou outra determinada classe hegemônica. Faz-se à maneira de uma cidade marketing baseada no tripé cultura, história e capital.

O autor Lefebvre (2016, p. 127) prossegue: "Estranho percurso, dizemos: a natureza [e o patrimônio] entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida". Esta ação inclusive se apropriaria dos bens ambientais comuns ao povo brasileiro, pois, segundo Meneses (2006, p. 53): "A história confere densidade à cultura e assim facilitaria a venda dos lugares".

Argan (1984, p. 233) aponta os protestos do capitalismo contra a preservação de núcleos urbanos, ao mesmo tempo que reivindica o status dos bens patrimoniais para obter um prestígio cultural. Lefebvre (2016, p. 15) também discorre: "Disso resulta que a industrialização pressupõe a ruptura desse sistema urbano pré-existente; ela implica na desestruturação das estruturas estabelecidas".

Aqui entende-se industrialização como o consumo dos espaços, tendo como exemplos condomínios, complexos hoteleiros e ocupações irregulares decorrentes. Com materiais, técnicas e estilos alheios ao meio circundante, conforme observa Lefebvre (2016, p. 87): "[...] a cidade se alinha pela empresa industrial [...] Rebaixada para o nível de meio, ela estende a programação para o lado dos consumidores e do consumo."

Em relação à Ubatuba, e de outros municípios detentores de núcleos urbanos e rurais tradicionais, estes podem estar sujeitos à ação capitalista de centros emissores para o lazer de seus moradores. Lefebvre continua (2016, p. 17): "Ela ataca a Cidade (cada cidade), assalta-a, toma-a, assola-a. Tende a romper os antigos núcleos, apoderando-se deles". Assim, o patrimônio comum de todos é utilizado para acentuar desigualdades, nas palavras de Meneses (2006, p. 48):

A cidade, hoje, só pode ser abordada como um todo fragmentado. O território urbano se decompõe em pontos múltiplos de apropriação desigual e é nesse quadro que o próprio planejamento produziu a segregação.

Sob este olhar é possível inferir que uma cidade litorânea como Ubatuba dispensa recursos amplos para um turismo / veranismo exercido por classes mais abastadas, mas reduzidos para classes menos favorecidas. Isto posto, as bases teóricas aqui descritas procuraram embasar esta tese de doutorado que aborda a interface do Planejamento Urbano e Regional com o patrimônio cultural em contexto de uma comunidade tradicional de Ubatuba, São Paulo. Esta correlação é analisada mediante a interface de aspectos simbólicos e funcionais do território e as potencialidades de fruição dos bens ambientais no cotidiano do planejamento.

Pretende inserir nas discussões aventadas uma contribuição decorrente da pesquisa arqueológica.

Objetivou-se o uso de alguns conceitos basilares: a concepção de patrimônio ambiental como sendo o conjunto dos recursos naturais e culturais, necessários à vida. A noção de preservação que inclui garantia de gestão destes por seus detentores, mediante modificação/adaptação orgânica; as possibilidades de fruição do patrimônio de uma localidade em vieses pedagógico, artístico - cultural e econômico; as especificidades de um território quilombola a serem observadas pelo Planejamento Urbano e Regional (relação intrínseca com o território; posse coletiva; tensões relativas à identidade e alteridade; luta por acesso a serviços públicos e ao fortalecimento de sua cultura).

A comunidade tradicional será tratada à maneira de um enclave autônomo na cidade. Sujeita a ser gestora de seus recursos, mediadora entre elementos de ordem próxima (outras comunidades tradicionais; movimentos sociais, a vizinhança imediata) e a ordem distante (o estado, o capital) (LEFEBVRE, 2016, p. 55). Diante do exposto, para a obtenção dos objetivos aqui propostos, bases metodológicas de viés participativo fazem-se necessárias, apresentadas na seção a seguir.

2. METODOLOGIA

Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas os seus segredos... Deve escutar as fábulas, os mitos, os sonhos, a imaginação...Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história.

Fustel de Coulanges

As ações da pesquisa objetivaram a identificação dos bens culturais do Quilombo da Caçandoca e embasamento documental sobre a trajetória destes recursos. Tal resultado foi obtido mediante participação da comunidade no diagnóstico, no fornecimento de informações e percepções sobre estes patrimônios, para futuras análises e reflexões sobre seu cenário atual. Assim, preconizou-se para esta tese a obtenção de dados em diversas fontes, por meio de pesquisa bibliográfica, entrevistas, trabalhos de campo e organização em meio cartográfico.

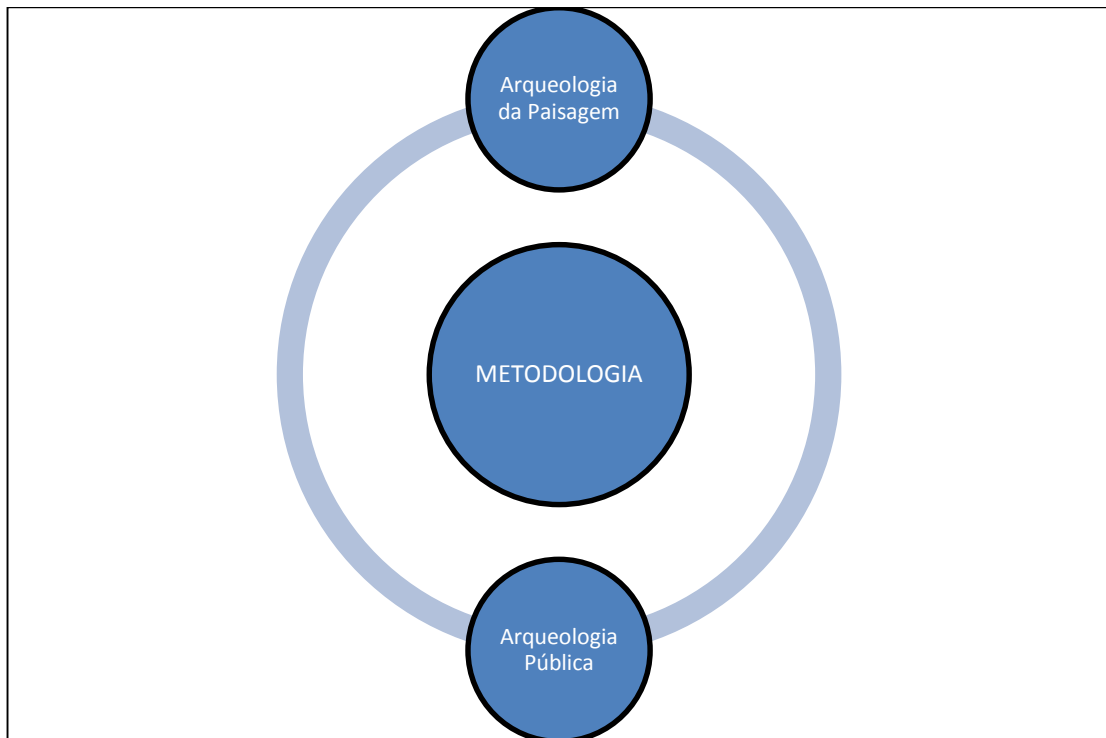
A aplicação de uma metodologia com procedimentos e análises derivadas do olhar do pesquisador e da comunidade envolvida revelou-se assertiva. Tal conclusão obteve-se em bibliografia consultada e em aplicação de mestrado no Município de São Sebastião, SP, tendo como objeto a gestão de seu patrimônio arqueológico (ROSENDO DOS SANTOS, 2012).

Desta forma, o trabalho proposto balizou-se em preceitos de subcampos da Arqueologia, denominados da Paisagem e Pública (Esquema 01). Estas bases metodológicas prescrevem, dentre outros aspectos, ações não interventivas no patrimônio arqueológico (integradas com os demais bens culturais); co-participação da pesquisa com a comunidade diretamente envolvida; uso de geotecnologias e interface das informações com demais campos de conhecimento correlatos, sobretudo com o Planejamento Urbano e Regional.

A combinação de métodos objetiva a complementaridade entre diversas fontes e a elaboração conjunta com a comunidade detentora. Faz-se necessário no momento em que o objeto refere-se a um bem difuso, no caso, o patrimônio cultural brasileiro. Neste sentido observa José Luiz de Moraes (1999, p. 13):

De fato, o conhecimento científico chegou aos seus confins e, por isso, é hora de ele começar a dialogar com outras formas de conhecimento. Assim, reconhecendo as diferenças fundamentais entre ciência e tradição, pode-se frisar não a sua oposição, mas, sim, a sua complementariedade. E a ótica patrimonial - o patrimônio do povo - acaba por ganhar sentido.

Esquema 01: Organização da base conceitual da metodologia proposta.



Fonte: o autor

Diante da necessidade de abordar o patrimônio arqueológico, este reveste-se de características que prescrevem a análise de seus vestígios materiais como documentos, “[...] em geral mutilados e deslocados do seu local de utilização original” (FUNARI, 2003, p. 32), em caráter paritário com as fontes escritas e orais. Têm-se assim as camadas da terra como folhas de um livro, sendo seus fragmentos arqueológicos letras e frases que compõem a leitura do local.

A eleição de métodos da Arqueologia em estudos de Planejamento Urbano e Regional pode proporcionar a identificação de condicionantes históricos e geográficos que influenciam modos atuais de ocupação, conforme observa Tuan (2012, p. 239):

[...] chegamos a compreender algo do estilo de vida de um povo incluindo sua atitude em relação ao mundo, somente por meio da evidência acumulada dos atos diários e das circunstâncias físicas onde ocorrem.

Neste contexto, uma das metodologias presentes na ciência arqueológica refere-se à Arqueologia da Paisagem, assim descrita por José Luiz de Morais (1999, p.11):

Trata-se de uma ação integradora de conhecimento e experiência, não apenas junto às áreas de Planejamento e Arquitetura, mas também de

uma atividade de comunicação e diálogo entre aquelas e demais áreas do conhecimento, envolvendo o meio cultural em que vivemos.

A Arqueologia da Paisagem não concentra o olhar no bem em particular, mas no sistema geográfico que o acolheu. Permite relacionar o conjunto cultural identificado com os recursos naturais, as atividades exercidas e com as percepções simbólicas da comunidade diretamente envolvida (MÉNDEZ; BOADO, 2000, p. 56). Este subcampo harmoniza-se com outras disciplinas e suas variantes, num direcionamento no qual Milton Santos (2006, p. 12) observa que: "[...] o espaço seja definido como um conjunto indissociável de objetos e de sistemas de ações". Insere-se também a descrição do autor (SANTOS, 2006, p. 32), sobre a geografia histórica a qual: "[...] buscando, ela própria, fazer uma geografia no tempo, reconstruindo as geografias do passado. [...] A geografia histórica pretende retrair o passado, mas ela o faz assentada no presente."

Ao basear a metodologia neste campo pretendeu-se encontrar subsídio para a compreensão das dinâmicas de ocupação do quilombo: mudanças de núcleos; transições de práticas econômicas e sociais (subsistência, serviços, turismo); entender as vias de acesso e como os fatores econômicos e naturais balizaram estas transformações. Por esta análise sistêmica, possui aplicabilidade no Planejamento Urbano e Regional (MORAIS, 1999, p. 6; 12).

Ademais, entender o suporte geográfico que acolhe a comunidade poderá fornecer informações para se inferir sobre demandas futuras, estas ligadas as práticas vernáculas de tal grupo. Para exemplificar, cita-se a possibilidade de retomada de antigas parcelas do território quilombola, hoje sem habitações, para novas moradias. Somam-se atividades tradicionais ou modernas de cultivo e extrativismo, como por exemplo, permacultura, agrofloresta, dentre outras. Sob este viés Eduardo Rodrigues Alves (2020, p. 155) pontua:

Todavia, o processo de reconhecimento valorativo de comunidades quilombolas perpassa - antes de qualquer articulação entre diferentes instâncias - pela sua autopercepção como território-patrimônio, que por sua vez resgata territorialidades construídas ao longo do tempo no espaço geográfico para compreender as formas do presente e as traçar projeções para a permanência e reconstrução futura destes territórios. E este é o ponto de partida para a reivindicação desta percepção no âmbito externo às comunidades, tanto pela esfera civil quanto pela esfera do poder público.

Os métodos da Arqueologia da Paisagem consistem na análise de cartografia e imagens aéreas, para identificar processos pretéritos de ocupação e suas cicatrizes;

reconhecimento de campo e registro de bens arqueológicos; análise e inserção destes dados em cartografias comparativas (estados anteriores e atual de ocupação). Um exemplo que será abordado adiante refere-se aos mapas 06 e 07 reconstituições hipotéticas das ocupações coloniais e de subsistência do território da Caçandoca.

Sua aplicação no Planejamento Urbano e Regional pode contribuir, primeiramente, na identificação de vasto repertório de bens culturais em amplo recorte territorial. Dá-se em curto espaço de tempo e pode auxiliar em políticas de preservação destes bens, comuns do povo brasileiro. Atua no entendimento de processos de ocupação pretéritos e, de forma correlata, na compreensão de condicionantes geocológicos que pode ser utilizada em processos atuais ou futuros.

Em associação, outro subcampo arqueológico denominado Arqueologia Pública foi acionado. Erika Marion Robrahn - González (2006, p. 64) assim o define:

Ramo da Arqueologia voltada ao relacionamento entre a pesquisa e o manejo de bens culturais com os grupos sociais interessados, de forma a promover a participação da sociedade na gestão de seu patrimônio arqueológico e histórico.

A Arqueologia Pública nasce na crescente percepção sobre a necessidade de divulgação das informações arqueológicas para o público em geral. Possibilita a participação destes nas etapas de pesquisa, inclusive na eleição de bens que devem ser ou não estudados. Encontra abrigo nos reclamos de populações nativas e grupos vulneráveis para acesso às informações e metodologias de viés usualmente eurocentrista ou norte-americano (FUNARI; ROBRAHN - GONZÁLEZ, 2006).

Os vestígios arqueológicos podem ser bens imóveis (ruínas, caminhos) ou móveis (fragmentos de artefatos cotidianos laborais, domésticos, lúdicos). Abordá-los compõe estratégia para alinhar junto com a comunidade detentora a construção conjunta do conhecimento. E, elaboração de novas formas de uso e fortalecimento da identidade local. Trazer ao cotidiano desta comunidade o conhecimento sobre estes vestígios permite discutir novas formas de preservação. Estas, alinhadas com as experiências pessoais dos integrantes deste grupo, em caráter participativo e não exclusivo da academia ou de órgãos gestores estatais (SUÑER *et al.* (2016, p. 8). Abertas a participação popular, seja pelo público em geral ou determinados nichos multiplicadores: escolar, associações, ONGs, etc. (FUNARI; ROBRAHN – GONZÁLEZ, 2006, p. 3).

A eleição da Arqueologia Pública encontra ressonância com os anseios da autonomia na gestão de seus bens ambientais por grupos tradicionais. Geny Ferreira Guimarães (2020, p. 295) discorre sobre a:

[...] construção de métodos e metodologias para que as histórias, culturas e conhecimentos de grupos sociorraciais colonizados e escravizados possam ser inseridos em perspectivas de análises espaciais afirmativas.

Outrossim, os métodos eleitos para esta tese devem nortear: procedimentos de campo não invasivos para o patrimônio arqueológico, isto é, que não demandem intervenções em profundidade tampouco ações exclusivas em parcelas *intra-sítio*; que possibilitem a obtenção de informações junto à comunidade para compreensão das trajetórias dos patrimônios culturais e percepções desta para com seus bens; que permitam a organização dos dados em linguagem espacial (cartografias com viés participativo) métodos os quais explanaremos a seguir.

2.1 Dos métodos

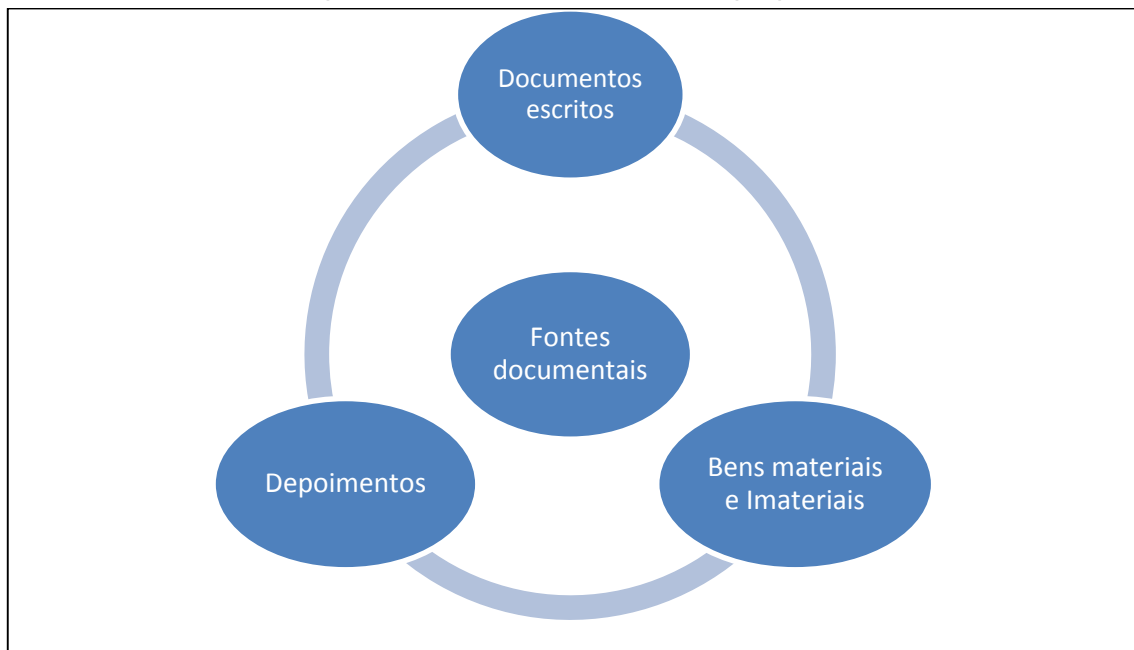
Conforme abordado, a metodologia aplicada nesta pesquisa deve proporcionar reconhecimento em caráter amplo dos bens culturais e participação efetiva da comunidade envolvida tanto na obtenção das informações quanto nas análises sobre seus bens. Foi então proposta combinação de ações que sejam imbuídas destas premissas, adequadas, dentre outras questões, às naturezas das fontes consultadas (documentos escritos, vestígios arqueológicos e fontes orais). Baliza-se nas palavras de Jacques Le Goff (1990, p. 540), ao afirmar que:

Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos não escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo... Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, dependendo do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Assim, procurou-se correlacionar dados obtidos por diversas fontes em caráter paritário (Esquema 02). Isto é, sem escala de relevância, para compor as informações sobre os bens pesquisados. Utiliza-se novamente as palavras de Le Goff (1990, p. 548):

Mais ainda do que estes múltiplos modos de abordar um documento, para que ele possa contribuir para uma história total, importa não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte. Se subestimar o texto que exprime a superioridade, não do seu testemunho, mas do ambiente que o produziu, monopolizando um instrumento cultural de grande porte, o (pesquisador) deve recorrer ao documento arqueológico, sobretudo àquele que faz parte do método estratográfico, ao documento iconográfico, às provas que fornecem métodos avançados [...] a cartografia, a fotografia aérea, a foto-interpretção - é particularmente útil.

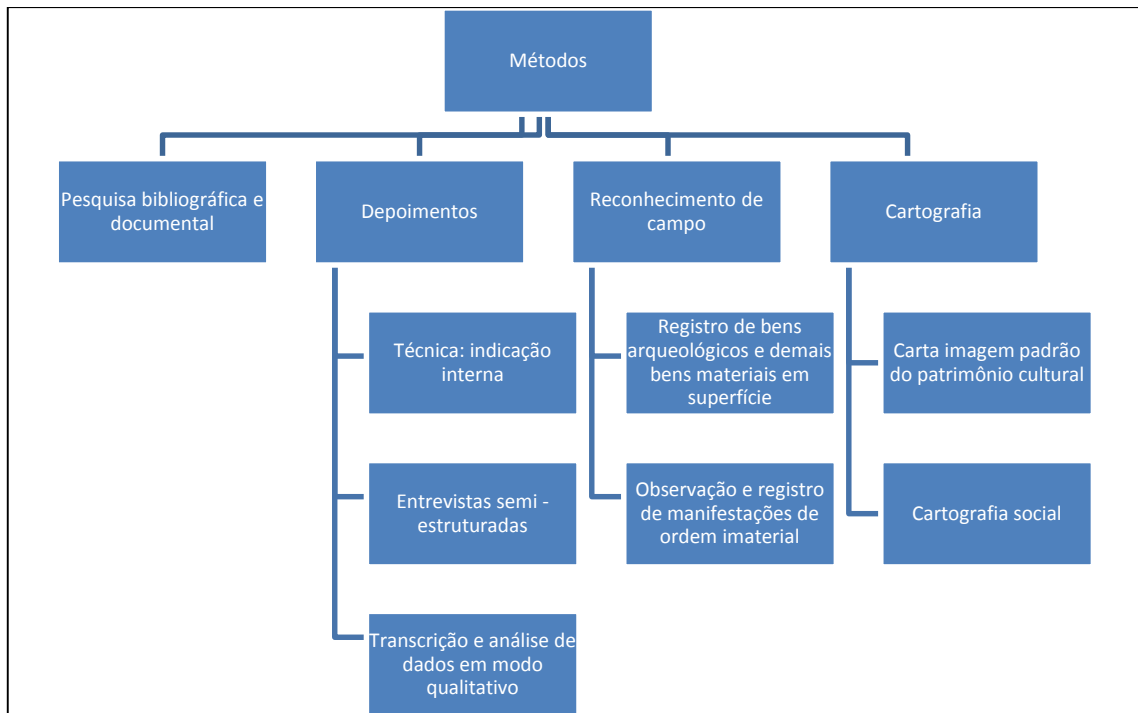
Esquema 02: Fontes documentais propostas.



Fonte: o autor

Isto posto, descrevem-se os métodos que compõem esta abordagem, conforme ilustrado no fluxograma 01.

Fluxograma 01: Organização dos métodos e técnicas propostos.



Fonte: o autor

2.1.1 Pesquisa bibliográfica

Foram realizadas consultas em fontes primárias e secundárias, em polos regionais de documentação e na internet. Mediante consultas a documentos antigos, alguns centenários, práticas de paleografia foram necessárias. Tais ações foram primordiais para a compreensão das trajetórias históricas da comunidade da Caçandoca e da unidade da federação que o acolhe (Ubatuba); da evolução dos conceitos utilizados na pesquisa bem como o estado da arte do estudo de quilombos e sua interface com as demais disciplinas envolvidas.

2.1.2 Depoimentos

Para a obtenção das informações e percepções da comunidade da Caçandoca sobre os temas desta tese foram realizados procedimentos emprestados pela História Oral¹⁰. Relegou-se a esta o caráter paritário em conjunto com as demais abordagens, conforme prescreve José Carlos Sebe Bom Meihy (2000. p. 44).

¹⁰ Nossa pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número CAAE 01501118.4.0000.5503.

Sua utilização como método revela-se apropriada em comunidade tradicional, pois pode oferecer panoramas decorrentes de diversos atores, sob distintas idades e postos de atuação. Neste sentido afirma Ecléa Bosi (2003, p. 73): "A memória oral é fecunda quando exerce a função de intermediário cultural entre gerações".

As entrevistas tiveram como objetivo a obtenção de informações direcionadas para este trabalho, em adaptação de técnica que busca a identificação de narrativas pessoais. A eleição de colaboradores foi feita com indicações de moradores para esclarecimento de determinados assuntos. Esta estratégia se apoiou nas palavras de Meihy (2000, p. 25): "Como expressão de contemporâneos, a história oral deve responder a um sentido de utilidade prática e imediata [...] quando se busca algo específico, e que não se pode encontrar em outras fontes."

A busca de respostas foi realizada mediante orientação dos próprios moradores (indicação interna) sobre quais seriam os mais habilitados para atender tais questões. Têm-se como exemplos compreender sobre as novas atividades econômicas (turismo, agricultura); sobre as ruínas arqueológicas identificadas; sobre a administração institucional do quilombo, dentre outras demandas. Neste sentido, Suñer *et al.* (2016, p. 8) expressam:

[...] obter nestas entrevistas as percepções e demandas dos sítios arqueológicos com os entrevistados, consoante com identificar os potenciais de pesquisa e as demandas de gestão do patrimônio arqueológico, observando inclusive suas fragilidades, também pela ótica das comunidades (e não apenas dos agentes já interessados na gestão desses bens públicos).

A adaptação deste método encontra respaldo nas palavras de Meihy (2000, p. 11), pois: "As histórias pessoais ganham alcance social na medida da inscrição de cada pessoa nos grupos mais amplos que as explicam". Neste mesmo sentido Tiago Nogueira Hyra e Chagas Rodrigues (2012, p. 105) explanam sobre análises de narrativas pessoais:

Na análise das narrativas procura-se perceber, através do sequenciamento e da organização causal – temporal dos eventos narrados, a interpretação dos narradores acerca de como tais eventos vieram a ter lugar, por que ocorreram e a forma como eles afetaram suas vidas. [...] Tais versões são individuais, mas também embasadas em uma visão coletiva.

Incluiu-se nesta busca por respostas não apenas quilombolas mais idosos, mas também colaboradores jovens para também dispor de suas percepções sobre

rupturas e permanências das manifestações. Faz-se em consonância com Meihy (2000, p. 16) ao dizer que: “Jovens e crianças também se mostram motivadores de registro e análise, particularmente quando representam experiências coletivas”.

A obtenção de informações fornecidas pelo olhar da comunidade envolvida pode apresentar, dentre outros aspectos, otimização de tempo e recursos, maior eficiência e legitimidade. Sob esta perspectiva afirma Antonio Carlos Valera (2008, p. 12): "A divulgação e participação efetiva da comunidade não reveste-se somente de justificação social de seu financiamento, é uma questão de regime democrático". Procurou-se então cenário favorável para construção conjunta deste conhecimento, contexto recomendado por Milton Santos (1999, p. 21) ao afirmar:

Por que o saber local, que é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política - é resultado de sábios locais. O sábio local não é aquele que somente sabe sobre o local propriamente dito; tem de saber, mais e mais, sobre o mundo, mas tem de produzir o discurso do cotidiano, que é o discurso da política. [...] Essa produção do saber local é o que vai permitir que os estudos sejam menos dirigidos aos colegas, já que o que produzimos não é para mais ninguém senão para nós mesmos. Os colegas lêem, os colegas citam e ficamos felizes. Felizes *interni corporis*, mas se desejamos que o nosso trabalho realmente seja uma produção que apresse o desenvolvimento social, será outra a forma de produção do saber.

Assim, o uso de tal método contribui para traçar estratégias de campo, subsidia as análises e respostas e pode propiciar coautoria dos depoentes. Tanto nas formas de identificação e descrições dos bens arqueológicos, suas aspirações em relação a estes recursos assim como fortalecer o diálogo pesquisador – detentor. Neste sentido Alfredo Wagner Berno de Almeida (2002, p. 68) explana: “Os procedimentos de classificação que interessam são aqueles construídos pelos próprios sujeitos a partir dos próprios conflitos [...]”.

Em resumo, as técnicas correspondentes são compostas por entrevistas semi-estruturadas; realizadas por indicação interna; registradas por gravador de voz, posteriormente transcritas e seus dados analisados em caráter qualitativo. Foram realizadas onze entrevistas, sendo nove delas com quilombolas e duas com representantes do poder público, personagens assim descritos:

Entrevistado 1, homem, 72 anos

O primeiro interlocutor era à época ex-presidente da Associação dos Remanescentes da Comunidade Quilombo da Caçandoca (ARCQC). Foi indicado pela pessoa que nos orientou nos primeiros contatos e nos inseriu na comunidade. Senhor A. me recebeu à beira mar, numa manhã de meio de semana. O objetivo principal nesta conversa foi colher informações sobre a trajetória do quilombo, sob a ótica de seus integrantes, bem como iniciar a compreensão sobre a dinâmica associativa da comunidade.

Entrevistado 2, homem, 72 anos

Senhor H. também foi indicado pelo integrante guia desta pesquisa. Nossa conversa deu-se no mesmo dia no qual foi entrevistado o Entrevistado 1, também à beira mar. É tido como um dos moradores mais antigos, e de grande respeito. O objetivo primaz nesta conversa foi também colher dados sobre a formação do quilombo e sobre as ruínas registradas.

Entrevistada 3, mulher, 76 anos

A interlocutora foi indicada pelo seu filho, um dos quilombolas que nos guiou pelas ruínas das fazendas e vestígios das antigas ocupações unifamiliares. Nos recebeu em sua casa, na companhia de seu marido, acamado. Passou, além de doçura quase maternal, a saudade do território da Caçandoca quando morou em Guarujá, SP. Também sua autoridade de luta, expressa pela reocupação do quilombo, em sistema de acampamento. Pretendeu-se complementar o embasamento histórico do quilombo e sobre os patrimônios da comunidade.

Entrevistada 4, mulher, 23 anos

Recorreu-se à T. S. P. ao vê-la participante das atividades culturais expoentes do quilombo, por ser uma representante do sexo feminino e por ainda estar na juventude. Conversamos em Caraguatatuba, onde reside, na sede da Fundação Cultural do município. Neste encontro objetivou-se entender um pouco da percepção do que é ser quilombola sob a ótica de um integrante de sua faixa etária, bem como saber mais sobre as manifestações culturais que se inseriram a pouco tempo no quilombo.

Entrevistado 5, homem, 43 anos

Nas campanhas de campo (reconhecimento arqueológico) J. acompanhou em algumas, além de nos atender em conversas informais nos encontros pelo quilombo. Sua experiência com movimentos sociais, cursos e encontros, além de suas aspirações relativas às novas técnicas e geração de emprego no quilombo inspiraram a entrevistá-lo. Desejava-se obter respostas relativas principalmente às potencialidades de fruição do patrimônio cultural da comunidade. Sobre J., é visto como uma ponte entre a antiga e nova geração, algo que expressou algumas vezes em nossas conversas.

Entrevistado 6, homem, 17 anos

A entrevista com o C. também teve o objetivo de compreender o sentimento quilombola sob a ótica desta faixa etária. Apesar da pouca idade, C. exerce com afinco a pesca tradicional e demonstra estar no caminho de seguir os passos de seu pai. Nossa conversa deu-se na volta de sua pescaria, à beira mar, num dia de meio de semana.

Entrevistada 7, mulher, 73 anos

Dona G., é esposa do atual presidente deliberativo do quilombo e é uma liderança política na comunidade. Sua fala transpareceu trajetória tanto de luta com a burocracia para consolidar a titulação do território quanto em rede com movimentos sociais. Se orgulha de ter recebido telefonema do então presidente Luis Inácio Lula da Silva. Teve-se como objetivo em nossa conversa incorporar novas informações derivadas do olhar feminino, além de ter a oportunidade de obtê-las com uma integrante das mais experientes do quilombo. Dona G. nos recebeu no quintal de sua casa, ainda sob a vigência das restrições da pandemia de Covid 19. Estava com turbante e máscara com estampas étnicas.

Entrevistado 8, homem, 43 anos

Conheceu-se M. quando dos eventos realizados na Secretaria de Cultura e Turismo de São Sebastião, SP, no fim da década de 2000 e no avançar da seguinte. Numa destas ocasiões alguns membros da comunidade foram às ruínas do Sítio Arqueológico São Francisco. M. disse que em seu quilombo também havia algumas. Desde então se tornou nosso interlocutor com a comunidade. No início da trajetória no doutorado ele ocupava a presidência da Associação. Nesta entrevista nos recebeu

junto aos seus apetrechos de pesca. Nosso encontro teve como objetivo entender mais sobre as questões institucionais do quilombo.

Entrevistado 9, homem, 19 anos.

A indicação para entrevistar R. veio de alguns quilombolas, de diversas faixas etárias. Destacavam seu projeto voluntário, junto com outra integrante, profissional de Educação Física. Nos recebeu no pátio do centro comunitário e discorreu não somente sobre seu projeto, mas também suas percepções e projetos futuros.

Entrevistado 10, homem 37 anos

O décimo entrevistado pertence aos quadros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Sua indicação deu-se por meio do entrevistado 8, no esteio das conversas sobre aspectos institucionais do quilombo. Em decorrência da pandemia Covid 19, nossa entrevista foi realizada por meio escrito. Teve como objetivo ter no olhar do gestor público impressões sobre a trajetória quilombola, bem como verificar inferências deste autor sobre preservação ambiental exercida pela comunidade em estudo.

Entrevistado 11, homem, 46 anos

O décimo primeiro entrevistado é sargento da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo. Sua indicação foi por meio de parente do autor, soldado da corporação e também caçara. Assim como o entrevistado 10, a arguição se deu por meio eletrônico. O objetivo foi obter informações sobre a rotina policial em relação às comunidades tradicionais do Litoral Norte.

2.1.3 Reconhecimento de campo

O conjunto dos bens culturais do Quilombo da Caçandoca engloba, além de outras categorias, os seus sítios arqueológicos. Dados iniciais presentes em bibliografia e informações orais já indicavam sua existência, o que foi corroborado nas etapas de campo. Estas resultaram na identificação de cinco bens, todos de natureza oitocentista: sítios arqueológicos Fazenda da Lagoa 01; Fazenda Tabatinga 01; Saco do Morcego 01; Caçandoquinha 01 e área de ocorrência arqueológica (AOA) Sobrado 01 além de dezenove evidências de casas quilombolas.

Conforme explicitado anteriormente, não compete a esta tese o estudo aprofundado de cada patrimônio. Porém, objetiva-se seu reconhecimento para aferir os perímetros preliminares e sua correlação com sistemas regionais de povoamento e, sobretudo, com o cotidiano da comunidade quilombola. Não se pretendeu debruçar sobre cada bem, mas em seu repertório geral, correlato com o que Renata de Godoy (2003, p. 93) diz ser "[...] um todo arqueológico, e não uma coleção de sítios menores".

A aplicação da pesquisa arqueológica em caráter não invasivo é consoante com o cenário de ocupação de um sistema social relativo ao cotidiano de comunidade tradicional. Neste sentido apoiou-se nas palavras de Milton Santos (2006, p. 12) ao dizer que:

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido, as rugosidades e as formas - conteúdo.

Desta forma utilizou-se método de pesquisa não invasivo aqui denominado reconhecimento arqueológico, descrito por José Luiz de Moraes (2007, p. 20) como:

O reconhecimento arqueológico transita entre grandes e pequenas extensões de acordo com o foco da abordagem, desdobrando-se em reconhecimento de paisagem e reconhecimento de terreno, respectivamente. Não são executadas intervenções na matriz pedológica ou nos registros arqueológicos, se existentes; não são efetuadas coletas de materiais.

Foram realizadas oito incursões (pranchas 01 e 02) para a delimitação prévia e descrição de tipologias mediante identificação de vestígios em superfície, sem escavações ou coleta, para posterior locação em cartografias, método descrito adiante.

A mesma forma de atuação é utilizada para as demais categorias do patrimônio (edificado, imaterial e paisagístico - cultural). Para as manifestações de ordem imaterial (religiosas, lúdicas, ofícios tradicionais) aplicou-se no trabalho de campo o registro e observação.

Os bens culturais identificados foram coligidos de forma a proporcionar quantidade, localização e correlação destes com demais contextos espaciais do quilombo. Identificar e sistematizar patrimônios além de possibilitar análises e subsidiar decisões reveste-se de caráter protetivo (LEMOS, 1981, p. 29). No entanto, entende-se que a abordagem das categorias de patrimônios culturais integrados possa ser replicada e adaptada a diversos grupos, com recomendável análise global

do repertório cultural, principalmente, em iniciativas de âmbito público – governamental (SOARES, 2007, p. 28).

Compõe também o papel deste reconhecimento democratizar a informação sobre os bens identificados. Portanto, cumpre-se outra função social, pois “Sua informatização atuaria na democratização da produção cultural” (PEREIRA DOS SANTOS, 1999, p. 63). A disponibilização das informações incide no fomento à participação popular, estando inclusive sob prerrogativa legal. Como apregoa Soares (2007, p. 28): “A visão constitucional valoriza a informação, já que, somente por meio desta, a participação da comunidade pode ser efetiva.”

Além das oito campanhas de reconhecimento arqueológico realizadas, participou-se de eventos para registro de observação de suas manifestações culturais e rede de contatos, a saber:

- Dia de Resistência e Luta Quilombola, em 12 de maio de 2018;
- Oficina de Samba de Roda, em sete de dezembro de 2018;
- Encontro de coco, jongs e maracatus, em 10 de dezembro de 2018;
- Nono Encontro de Lideranças Femininas: mulheres assentadas, indígenas e quilombolas, em julho de 2019;
- Reunião com Secretaria de Educação e alunos do Instituto Federal - Campus de Caraguatatuba, em dezembro de 2019;
- Cotidiano da atividade turística - alta temporada, em 2018 e 2019.

Prancha 01: Reconhecimento de campo.



Nota: Figura 01: reconhecimento de campo. Dezembro de 2019; Figura 02: reconhecimento de campo. Outubro de 2019; Figura 03: identificação de alicerce de cova de casa. Outubro de 2019; Figura 04: identificação de furos de extração de pedras, em matacão.

Fonte: o autor.

Prancha 02: Reconhecimento de campo.



Nota: Figuras 01 a 04: navegação para o Saco das Bananas e registro da costeira.
Agosto de 2020.
Fonte: o autor.

2.1.4 Cartografia

O reconhecimento de campo e as análises das dinâmicas de ocupação demandaram a organização dos dados em ferramentas que possibilitem sua compreensão espacial. Assim, foram ilustrados por meio de cartografia, definida por Morais (1992, p. 1550):

É a representação cartográfica dos fenômenos naturais e humanos de uma área, dentro de um sistema de projeção e em determinada escala, de modo a traduzir, com fidelidade, suas formas e dimensões.

Berno de Almeida (2012, p. 7) observa: "Cartografar aqui, enquanto um recurso de descrição etnográfica, significa geo-referenciar as informações, disciplinando a dispersão geográfica das práticas." Portanto, a produção cartográfica foi elaborada mediante uso de geotecnologias, decorrente de olhar em etapa de campo, mas, sobretudo, sob participação da comunidade envolvida. Para tal, utilizaram-se preceitos adaptados da chamada Cartografia Social, assim descrita por Henri Acselrad (2010, p. 11):

Esta ação política terá, em permanência, que ser esclarecida nos termos das linguagens representacionais, das técnicas de representação e dos usos dos resultados, assim como, da trama sócio-territorial concreta sobre a qual ela se realiza.

A cartografia social encontra consonância em práticas vernaculares caiçaras em relação às toponímias. Antonio Paulino de Almeida (1959, p. 31), cita o apego de comunidades tradicionais a acidentes geográficos que encerram "[...] fatos, uma história de família, a memória dos antepassados". Marcos naturais ou memoriais balizam limites, nortes, designações muitas vezes alijadas da nomenclatura oficial.

Os documentos cartográficos, mais que documentos técnicos, representam noções simbólicas da comunidade pesquisada. Neste sentido Argan (1984, p. 223)¹¹ explana:

Ao representarmos graficamente a configuração mental do espaço urbano de um indivíduo qualquer, obteremos um emaranhado de signos nos quais certamente conseguiremos decifrar certos ritmos recorrentes, certos traçados, certos pontos de convergência, que seguramente corresponderão a atribuições de valor (tradução do autor).

¹¹ "Representamos gráficamente la configuración mental del espacio urbano de un individuo cualquiera, obtendremos una maraña de signos en los que sin embargo lograremos descifrar ciertos ritmos recurrentes, ciertos trazados, ciertos puntos de convergência, que seguramente corresponderán a atribuciones de valor".

Mais do que elencar e situar os patrimônios identificados, esta ação também é revestida, de acordo com a proposta geral da metodologia apresentada, de caráter participativo, sob co-direção de integrantes do quilombo em estudo. Simone Raquel Batista Ferreira (2016, p. 391) afirma: "Referimo-nos, portanto, a formas de *re-existência* cognitiva, afetiva e política, formas de ressignificar o estar no mundo, de reinventar territorialidades, de grafar a terra, enfim, de geografar".

As práticas de cartografia social foram realizadas mediante as restrições da pandemia Covid – 19 vigente. Foram realizados encontros com poucos participantes de cada vez, em detrimento de evento com grande aglomeração. Nestas ocasiões foram elaboradas juntamente com os interlocutores sinalizações de marcos toponímicos, antigas ocupações, traçados e demais informações que os colaboradores julgaram importantes. Em duas ocasiões estas alocações foram inseridas na tela do computador, no mesmo instante, sob uso do programa Google Earth®. para depois serem ordenadas nas Cartas do Quilombo da Caçandoca. Em outro encontro os apontamentos foram feitos pelos quilombolas, mediante desenho em mapa impresso (pranchas 03 e 04)

Para elaboração das cartas foram utilizados os sistemas de informação geográficas (SIGs), assim descritos por Marcos Osório e Telmo Salgado (2007, p. 11):

Os SIGs são, muitas vezes, sistemas de informação e, simultaneamente, de suporte de decisão, permitindo a construção e análise de cenários alternativos, através da modelação de um determinado fenômeno.

Os SIGs foram alimentados por dados de aparelhos de GPS (pontos e caminhamentos) bem como as sinalizações dos integrantes da comunidade nas oficinas de cartografia social. A base cartográfica é predominantemente composta por dados vetoriais do IBGE, sendo eles a delimitação das unidades da federação (estados e municípios). Disponibilizadas com a escala de 1:250.000, com sistema geodésico de referência SIRGAS 2000 no Sistema de Coordenadas Geográficas com codificação de texto UTF-8.

Os mapas gerados foram desenvolvidos com escala de 1:55.000 para os mapas de Sítios Arqueológicos mais abrangentes e 1:20.000 para os mapas de bens mais locais.

Prancha 03: Cartografia social.



Nota: Figuras 01 a 04:
primeira oficina de
cartografia social, com
inserção direta no Google
Earth®. Outubro de 2020.
Fonte: Ramon Soares do
Prado/ARCQC.

Prancha 04: Cartografia social.



Nota: Figuras 01 a 02: apresentação do trabalho para a comunidade. Dezembro de 2020; Figuras 03 a 06: segunda oficina de cartografia social. Dezembro de 2020.

Fonte: ARCQC.

Tem-se como produto deste tópico a elaboração de uma Carta do Patrimônio Cultural (GODOY, 2003, p. 102; DIVISÃO DE INVENTÁRIO, 2008, p. 277), isto é, documento que irá locar os bens culturais do quilombo bem como subsidiar análises destes bens com demais interfaces do planejamento urbano e regional. Este documento ilustra os sítios arqueológicos, com duas delimitações: real (sinuosa), que representa os perímetros iniciais dos patrimônios e de segurança (quadrilátero) que em seus quatro vértices estabelece margem de proteção.

Um outro produto desenvolvido refere-se às Cartas Imagens de Reconstituições Hipotéticas¹², utilizadas para ilustrar os sistemas culturais (abordados na seção 06). Tem como objetivo representar abrangências de processos produtivos pretéritos. No caso desta tese as monoculturas coloniais e as ocupações de subsistência caiçara – quilombolas.

O material base para o desenvolvimento destes mapas foi efetuado mediante processos metodológicos de sensoriamento remoto, por meio de técnicas de realce da resposta espectral da vegetação. Considerou-se que os índices de vegetação são, provavelmente, a maneira mais simples e eficiente de se realçar o signo verde. Ao mesmo tempo minimizam as variações na irradiância solar e os efeitos do substrato do dossel vegetal (JACKSON; HUETE, 1991).

Com base nesta premissa o procedimento foi aplicado em imagem histórica da área estudada de 1962, gentilmente cedida pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Foi efetuada classificação de bandas e *pixels* para identificar as ocupações pretéritas. Pode-se assim diferenciar as áreas de maiores concentrações de densidades de vegetação e áreas de plantio devido às características espectrais na imagem.

Cabe ressaltar que a cartografia proposta também tem que atender ao ordenamento infralegal que rege o patrimônio cultural brasileiro, no caso em específico, exarado pelo Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Desta forma o datum¹³ utilizado para as coordenadas UTM foi o Sirgas 2000. Os mapas são disponibilizados em tamanho A3, escala 1:10.000, disposição paisagem, em formatos PDF¹⁴ e *shape files*.¹⁵ Também em atendimento

¹² Elaboração do geógrafo Francisco David Ferreira de Carvalho, sob orientação do autor.

¹³ Marco de referência para o uso da malha de coordenadas georreferenciadas.

¹⁴ Portable Document Format.

¹⁵ Formato apropriado para pronta leitura de sistemas de informação geográficas, além de padrão solicitado pelo Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN.

ao requerido pelo IPHAN, os sítios identificados serão inseridos no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), por meio de formulário próprio em formato Access®.

Em conclusão, a metodologia proposta procurou integrar procedimentos de gabinete e campo revestidos das especificidades referentes a uma comunidade tradicional. Grupo que traz consigo trajetória de luta pela posse de seu território, pelo fortalecimento de sua cultura em rede de interações com outras comunidades. Vê-se diante de possíveis conflitos com forças hegemônicas de viés capitalista e com o poder público. Desta forma, esta lida cotidiana ressalta mais uma vez a necessidade de sua efetiva participação na produção de conhecimento sobre seu patrimônio. Resultados obtidos já indicam a fertilidade deste cenário, ao serem identificados, sob indicação de moradores locais, os chamados 'nichos' ou 'covas de casa', isto é, locais de antigas moradas de quilombolas.

Em relação à escolha da metodologia apresentada procurou-se trazer a ela adaptações que permitissem a obtenção de respostas a questões específicas, de forma direta. Também objetivou-se não sobrepor pesquisas já realizadas, algumas das quais geraram reclames de entrevistados, sem devolutivas destas para a comunidade. Sobre esta opção, encontrou-se amparo no que preconiza Guimarães (2020, p. 304, 306) ao dizer:

Permite construir trajetórias metodológicas e formas metódicas de trabalho utilizando epistemologias apropriadas. Neste caso, esse campo de estudo pressupõe descobrirmos caminhos próprios. [...] buscar o que de fato nos interessa na base, para pesquisas geográficas negras.

Também teve-se como norte se distanciar da prática arqueológica *strictu sensu* e construir nas metodologias práticas que a aproximam de outras disciplinas, em especial, o Planejamento Urbano e Regional. Justifica-se por serem os bens culturais recursos de fruição simbólica e funcional pela comunidade quilombola assim como pelo público visitante. Tais patrimônios, além de suas potencialidades, estão sob salvaguardas legais, nas diversas esferas do pacto federativo nacional. Possuem caráter finito, bens de natureza difusa e assim, demandam abordagens específicas de pesquisa e disponibilização. São testemunhos do meio natural, de fatos e processos históricos de ocupação, componentes expressos na seção a seguir.

3 ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOECOLÓGICOS DE UBATUBA

[...] desse litoral bendito, que hoje parece ressurgir de suas próprias cinzas, é o bramir colérico do Oceano erguendo o dorso em vagalhões tremendos, ou o soluço das suas vagas espreguiçando-se nas areias branquejantes, porque, depois de haver passado dois períodos áureos, caindo em decadência, veio a ser humilhado e escarnecido, por muitos dos habitantes do planalto, que, observando-se as ruínas, não compreendiam o seu martírio.

Antônio Paulino de Almeida, ano de 1938

Nas trajetórias históricas do Estado de São Paulo, seu litoral foi considerado o berço da ocupação nacional em estudos no decorrer da primeira metade do século XX. Sob esta ótica, Paulino de Almeida (1938, p. 24) diz que, no livro que conta a identidade paulista e nacional "[...] foi o litoral a primeira página."

Desde o início da colonização brasileira, essa porção do território esteve envolvida em processos econômicos intensivos: extrativismo praticado pela metrópole portuguesa; monoculturas agrícolas; pesca em larga escala e exploração de qualquer produto que a terra pudesse fornecer. Processos empreendidos sem preocupação de maior monta com sua população ou com o equilíbrio de seu meio, contexto que de certa forma se insinua nos dias atuais, como abordado adiante.

Assim, este tópico objetiva rever as condicionantes geoecológicas, testemunhos da ocupação e de momentos econômicos desta parte do estado. As nações nativas pré-coloniais e as investidas e recuos dos agentes detentores do poder econômico e político colonial. A fase extrativista dos primeiros séculos; o pontilhar de fazendas canavieiras e cafeeiras nos séculos XVIII e XIX e sua deserção entre o ocaso dos oitocentos e a aurora do século XX.

Em um segundo momento, lança-se o olhar para a consolidação da economia caiçara, derivada da sua produção de subsistência e venda do seu parco excedente. Nesta parte do trabalho serão analisadas as condições de autonomia do pescador-lavrador praiano sobre sua rotina, seu tempo, seu saber fazer e suas ferramentas.

Em sequência, busca-se relacionar aspectos de atividade econômica que mantém de forma pujante até os dias atuais: a especulação imobiliária, com suas variantes do veranismo e turismo; seus impactos na urbanização vernácula e posterior, que incide na expulsão das comunidades tradicionais e o adensamento em bairros precários juntamente com levas de migrantes.

3.1 As condicionantes geográficas. O que nos fala o meio natural?

Ao inserir na abordagem as feições naturais da área de estudo, Litoral Norte → Ubatuba → Quilombo da Caçandoca, tem-se como objetivo não uma análise estrita de sua geomorfologia, mas compreender em linhas gerais como este anfiteatro condicionou (e condiciona) as ocupações nessa parte do Estado de São Paulo.

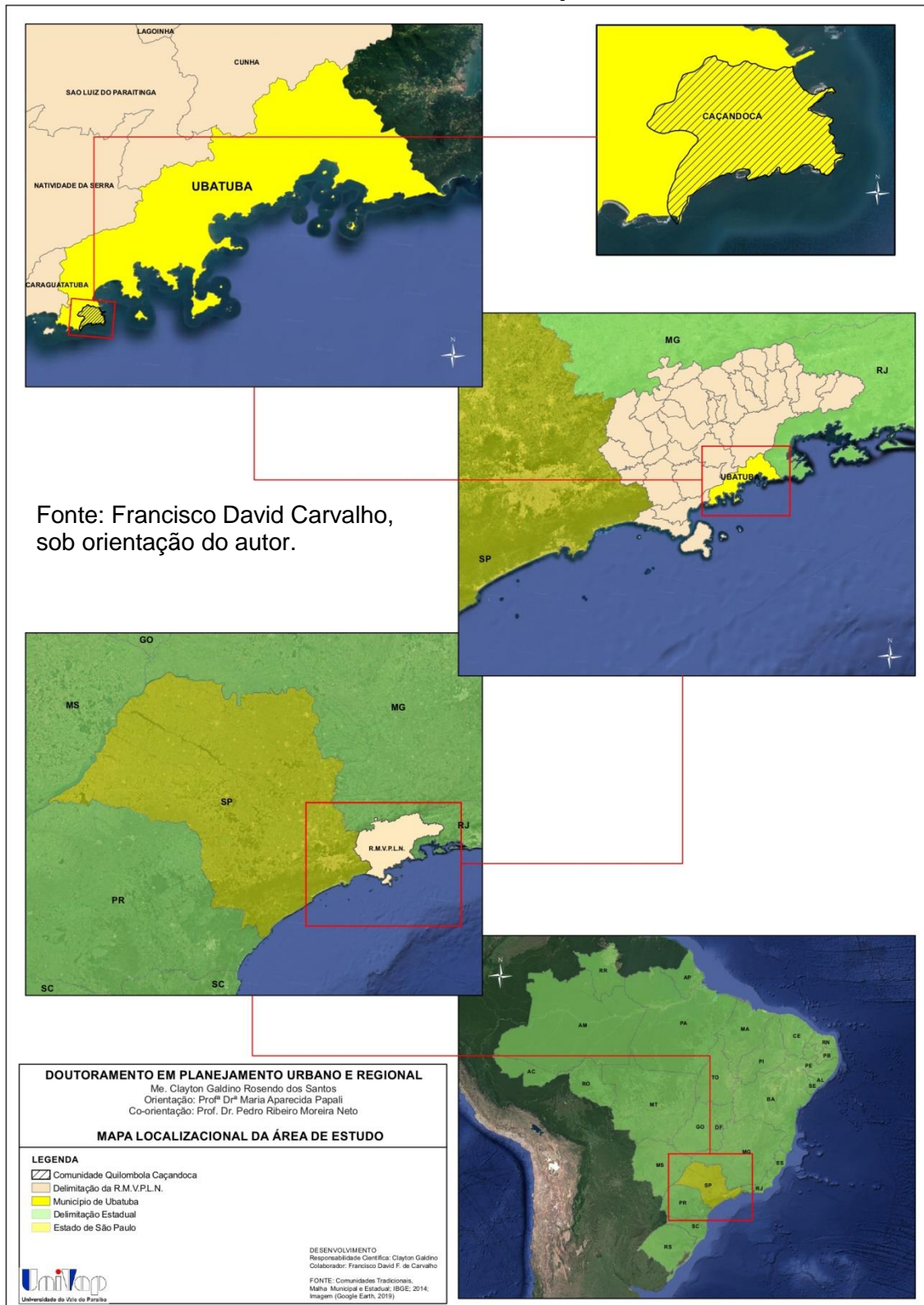
No contexto político administrativo, o município de Ubatuba está inserido na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), microrregião Litoral Norte do Estado de São Paulo, composta também por Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião (prancha 05).

A RMVPLN foi constituída em 2012 e é formada por 39 municípios. Abrange setores às margens do Rio Paraíba e da Rodovia Presidente Dutra; Serra da Mantiqueira; extremo leste paulista, já na divisa com o Estado Fluminense e o chamado Litoral Norte (GOMES; ANDRADE; SILVA, 2019, p. 12). Tais características distintas, tanto geográficas quanto econômicas, podem oferecer oportunidades e desafios presentes num cenário consolidado de planejamento e gestão compartilhados. Segundo a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA, 2019), a RMVPLN é assim dividida:

- Sub-Região 1: Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos;
- Sub-Região 2: Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé;
- Sub-Região 3: Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira;
- Sub-Região 4: Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras;
- Sub-Região 5: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba.

Em relação ao município de Ubatuba, este tem como divisas Caraguatatuba ao sul, a norte com Paraty, RJ, Cunha, SP a oeste e a leste o Oceano Atlântico. Tem como principais acessos as rodovias SP-55, conexão com Caraguatatuba; BR-101, em direção à Paraty e SP-125, que liga a cidade ao planalto (São Luiz do Paraitinga e Taubaté).

Prancha 05: Localização.



Referente aos seus aspectos geocológicos, o Litoral Norte paulista apresenta especificidades geográficas que condicionaram suas ocupações passadas bem como as presentes. Estas derivam certo isolamento, tanto lateral (entre cidades vizinhas),

quanto vertical (acessos aos municípios de serra acima), além de desafios para estabelecer grandes núcleos urbanos ou agricultáveis. Tais fatores decorrem do perfil de relevo escarpado, que ora se alinha em paralelo à costa ou avança nos promontórios imediatos à arrebentação, moldurando cada praia e bairro. Dorath Pinto Uchôa (2007, p. 54) o descreve: “Trata-se de um compartimento muito estreito, limitado pela escarpa da Serra do Mar que corre muito próximo à linha da costa.”

Localizada em extensa faixa de marinha, Ubatuba ocupa uma área de 708,105 km (IBGE, 2021) e tem litoral entrecortado por uma centena de praias e costões, delimitada pelas bordas do planalto, as serras do Mar e Bocaina (AB’SÁBER, 1989, p. 9).

O complexo da Serra do Mar é caracterizado por feições amorreadas e escarpas abruptas; com predominância de granitos e gnaisses, solos pouco espessos, depósitos de encosta que formam mangues, restingas e planícies litorâneas. As características do relevo apresentam alta drenagem nas escarpas, propícias a ocorrências de escorregamento e escassa nas planícies, favoráveis ao hidromorfismo. O clima é tropical úmido sem estações de seca, com temperatura média de 19º no planalto e 24º na planície (ROSSI; QUEIROZ NETO, 2001, p. 11).

Em relação aos territórios insulares, molduram a paisagem costeira de Ubatuba: 16 ilhas, sete ilhotas e oito lajes, todos de origem continental (SÃO PAULO. SMA, 1989, p. 16, 20, 29).

Sobre a porção que se insere o Quilombo da Caçandoca, esta encontra-se no sistema local denominado Serra da Lagoa. Seus compartimentos são definidos por Olga Cruz (1974, p. 20) como segunda unidade de compartimentação: entremeio de escarpas costeiras, cuja “[...] ação antrópica é limitada aos baixos e médios níveis, até 200-300 m”, com terrenos íngremes e drenagem intensiva com poucas planícies costeiras (terceira unidade), isto é, praias, restingas em processo, depressões úmidas com solos orgânicos.

A hidrografia local da Serra da Lagoa é representada sobremaneira pelos rios Maranduba e Tabatinga, além de cursos d’água que apresentam rápidos nas escarpas (corredeiras ladrilhadas e encachoeiradas) e trechos lentos, que meandram até desaguar, comumente “[...] junto às pontas cristalinas.” (UCHÔA, 2007, p. 57), isto é, se debruçam nas bordas dos enclaves das praias.

A vegetação é própria do bioma Mata Atlântica, com transições de sistemas costeiros (mangues e restingas) para florestas com densos dosséis nas encostas.

As feições geoecológicas apresentadas condicionaram, desde tempos pré-coloniais, os assentamentos humanos na região. Conseqüentemente, as atividades econômicas no decorrer da trajetória colonial e posterior de nosso litoral. Ao apresentar em linhas gerais as características do meio natural neste trabalho, sob a ótica do Planejamento Urbano e Regional, pode-se embasar a compreensão sobre tais condicionantes de assentamentos, sejam eles pretéritos ou atuais. Inserem-se neste contexto os possíveis patrimônios culturais, testemunhos das ocupações, propriedade comum do povo brasileiro, sujeitos a políticas de base territorial.

3.2 As primeiras ocupações: o que nos falam as pedras, ossos e fragmentos?

As faces geoecológicas apresentadas nortearam ocupações pretéritas mais condicionadas aos seus aspectos locais. Tem-se como exemplos declividade, proximidade de cursos d'água, matérias-primas, estoque de caça e coleta, visibilidade, dentre outros. Tais apropriações foram sobrepostas pelo elemento colonizador, como veremos adiante. Em relação às ocupações pré-coloniais, Couto (1968 *apud* UCHÔA, 2007, p. 19) explana:

As populações humanas primitivas foram, sem dúvida, muito mais condicionadas ao meio físico que as seguintes. Seus deslocamentos, de uma área para outra, dependiam mais ou menos integralmente de condições fisiográficas, biogeográficas e climatológicas, que tanto podiam funcionar como barreiras, ao seu deslocamento, como favoravelmente ao mesmo.

Washington de Oliveira (1977, p. 20) também descreve: "[...] instalaram-se nesta faixa litorânea, usufruindo as vantagens da amenidade do clima, da fertilidade do solo e do anteparo da Serra do Mar, que isolava das surpresas do planalto".

As cronologias mais recuadas de ocupações pré-coloniais no Litoral Norte de São Paulo são derivadas de amplos estudos arqueológicos, empreendidos por Sandra Nami Amenomori (2005), Dorath Pinto Uchôa (2007), Madu Gaspar (2004), Cintia Bendazzoli (2014), dentre outras. Tais pesquisas indicam que o Litoral Norte paulista acolheu populações sambaqueiras, anteriores aos tupi, que se espraiavam até os mares do sul brasileiro (GASPAR, 2004, p. 37), sendo ocupado há pelo menos 6000 anos. Uchôa (2007, p. 21) assim as descreve:

Em regime de micro - bandos, esses grupos tiveram sua economia de subsistência baseada principalmente na coleta de moluscos e, paralelamente, na pesca e na caça, além da coleta de frutos silvestres.

Essas comunidades de caçadores-coletores teriam deixado dois tipos básicos de assentamentos: os sambaquis, terraços e amontoados colinares expoentes na paisagem. Tem-se como exemplo um localizado na divisa entre Caraguatatuba e São Sebastião - Sítio Arqueológico Jaraguá 01 (BORNAL; ROSENDO DOS SANTOS, 2009). Sua datação remonta a 4081 A.P.¹⁶, conforme pesquisa realizada pela arqueóloga Cintia Bendazzoli Simões (2014, p. 334). E acampamentos conchíferos, pousos temporários referentes a ocupações concomitantes ou posteriores aos sambaquieiros, como o Sítio Tenório, em Ubatuba, conforme descreve Uchôa (2007, p. 23):

Existem sítios arqueológicos, embora pré-cerâmicos, bem mais recentes e com um padrão de subsistência baseado principalmente na pesca, não obstante tenham praticado também intensivamente a coleta de moluscos. A caça e a coleta de vegetais foram feitas paralelamente, complementando sua dieta. Ao que tudo indica, esses grupos viveram em épocas próximas à dos sambaquis mais recentes. Eram grupos nômades e viviam também organizados socialmente em bandos. Devem ter-se estabelecido na costa meridional do país, por volta de 1.500 anos A.C., apresentando uma tecnologia semelhante à dos construtores de sambaquis, por vezes mais avançada e diversificada, como no caso do sítio arqueológico do Tenório.

A importância desses sítios transcende a esfera da compreensão histórica. A eleição dos locais de assentamentos, em tempos milenares, reflete condicionantes *macro* à época, como linhas de costa, estoques de espécies florísticas e faunísticas, dentre outros. Neste sentido Marisa Cristina Afonso (2017, p. 203) explana: "Configuram a intersecção de variáveis geológicas, ambientais e culturais, além de ser um rico campo de estudos relacionados às mudanças globais, mas ainda pouco explorado".

Outro importante sistema de ocupação pré-colonial é representado pelos grupos ceramistas, sob forma de grandes aldeias. Estes foram profusamente descritos no século XVI por cronistas à época, como Hans Staden, José de Anchieta, Anthony Knivett e Gabriel Soares de Souza. Tais autores indicaram ser o Litoral Norte uma divisa entre nações tupiniquins, localizados de Cananéia (SP) ao sul da Ilha de São Sebastião e os tupinambás, deste ponto ao norte, já em mares fluminenses. Considera-se a intrusão de outros grupos linguísticos (miramomins) no ponto mesial

¹⁶ Antes do Presente (AP) é uma marcação de tempo utilizada na arqueologia, paleontologia e geologia, que tem como base de referência o ano de 1950 D.C (Depois de Cristo).

da Enseada de Caraguatatuba (SCHADEN, 1954, p. 390). Com base em dados etnográficos, em 1944, Curt Nimuendaju procura ilustrar os territórios citados, conforme ilustrado pela figura 02 da prancha 06.

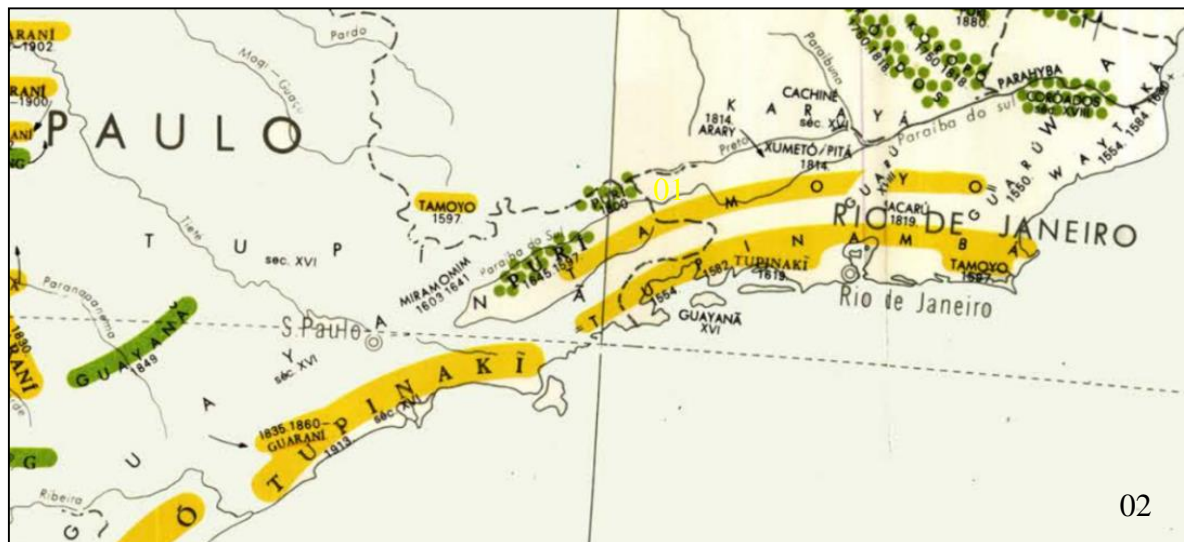
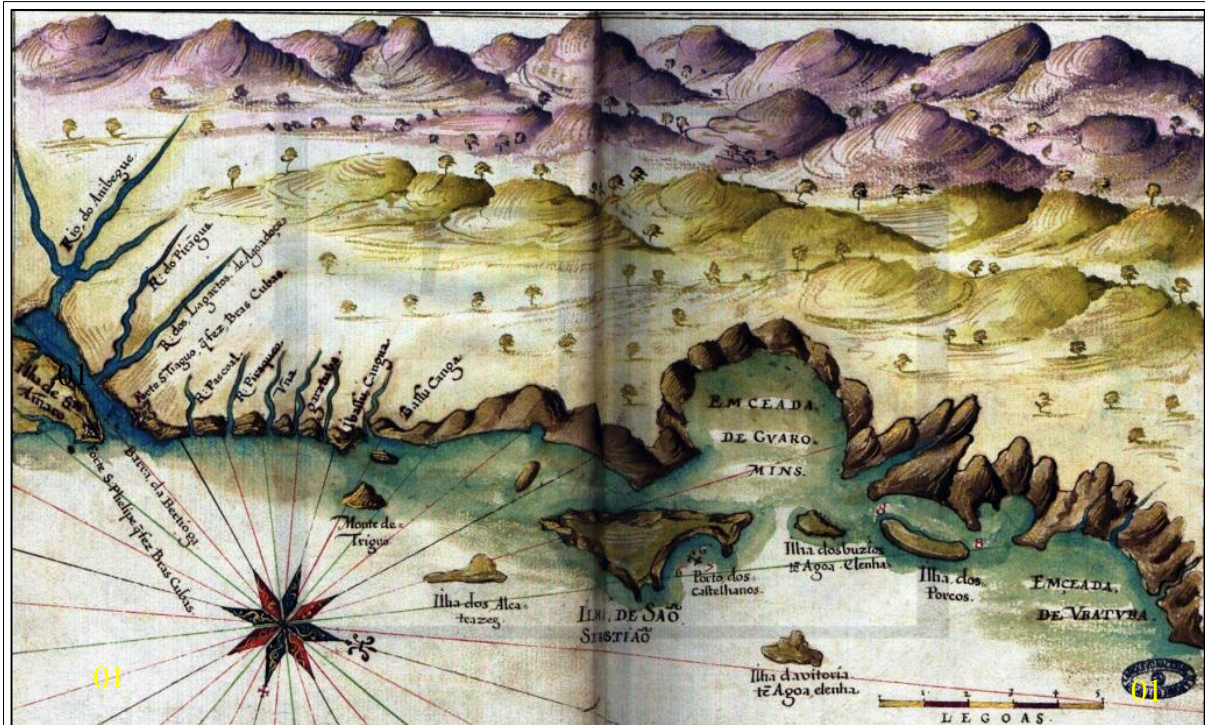
O olhar arqueológico e fontes bibliográficas descrevem em nosso litoral a vasta ocupação de povos ceramistas, com complexas redes de interações (políticas, belicosas, econômicas), representadas por caminhos terrestres e grandes navegações. Lita Chastan (1992, p. 24) destaca em sua obra marcos tupinambás em Ubatuba, mencionados na historiografia do século XVI: a Tapera de Cunhambebe (Ilha dos Porcos, atual Ilha Anchieta) assim como a grande aldeia de Iperoig, que estaria situada no local do atual centro administrativo de Ubatuba.

Este vasto e complexo sistema de povoamento condicionou a ocupação do elemento colonizador, por meio de alianças e resistências, além do legado dos nativos, presente nos conhecimentos sobre o meio. O europeu apropria-se assim das aldeias para seus povoados, bem como das rotas nativas de deslocamentos:

[...] instalando inúmeras fazendas ao longo da costa, servindo-se das vias de transporte naturais que naquela época eram quase que unicamente as aquáticas, isto é, as hidrovias, com o mar servindo o litoral [...] (CHASTAN, 1983, p. 22).

Isto posto, o Litoral Norte tem consolidada sua ocupação colonial, entremeada por períodos de pujança e decadência, que deixaram suas marcas na paisagem, representadas sobremaneira pelas ruínas das fazendas e suas cicatrizes no terreno, conforme descritas.

Prancha 06: Cartografia histórica.



Nota: Figura 01: Capitania de São Vicente, 1640, de autoria de João Teixeira de Albernaz. Fonte: Guia Geográfico do Estado de São Paulo;

Figura 02: Detalhe do mapa etnográfico de Curt Nimuendajú, com as divisões das etnias que ocupavam o Litoral Norte paulista.

Fonte: Banco de dados do IBGE.

3.3 A trajetória econômica do Litoral Norte nos primeiros séculos: do alvorecer à deserção

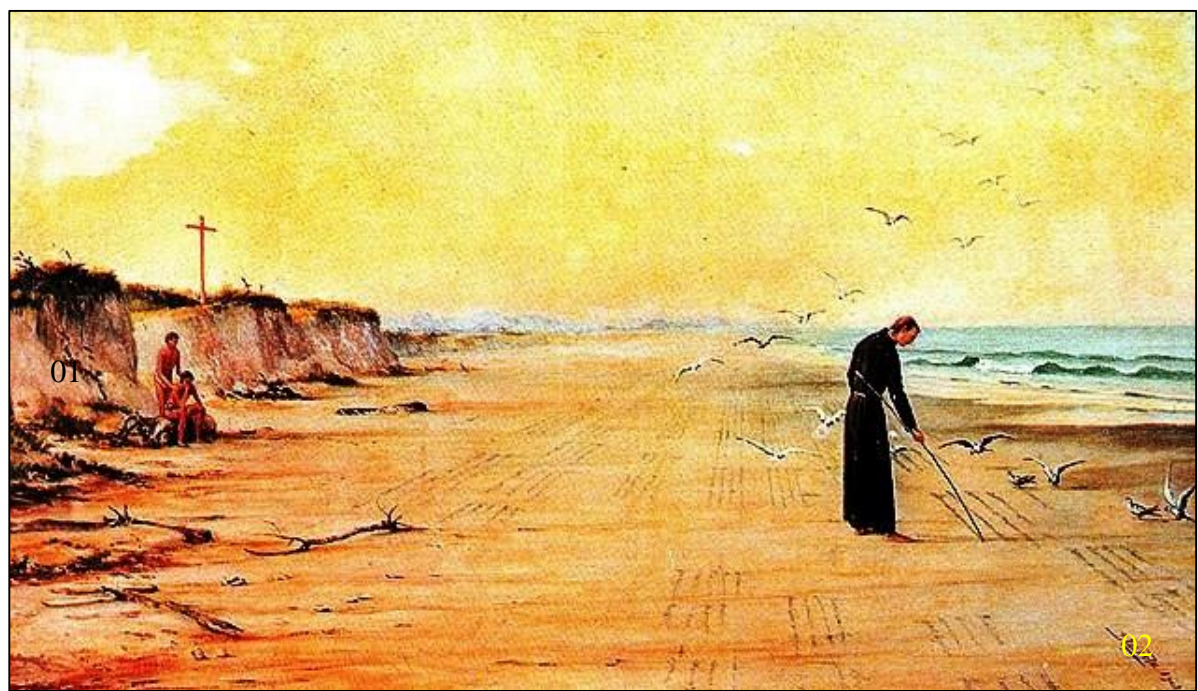
O litoral do Estado de São Paulo é considerado como um ensaio da identidade nacional, a célula-máter do estado paulista. Esta afirmação, de certo modo permeada pelo senso comum, é também exercida por pesquisadores como Emílio Willems (2003, p. 18), Antônio Paulino de Almeida (1959) e Antônio Carlos Diegues (2004, p. 40). Os autores o consideram como território de fusão dos elementos indígena, europeu e africano, palco da primeira ocupação sistemática do território brasileiro ainda nas décadas iniciais do período colonial.

Os primeiros trinta anos do Brasil foram marcados pela pouca atenção de Portugal face a outras opções que se abriam àquele país, mais preocupado com as feitorias e o comércio na rota das Índias. Na costa paulista, esse descaso deu-se de forma mais acentuada. Lugar de terras estreitas, alagadiças, pouco produtivas à primeira vista e sem sinais marcantes de presença de minerais preciosos. Restava à região a importância estratégica referente ao caminho para o Sul, passagem obrigatória destinada a servir os navios na hora de se reabastecerem – ‘fazer água e lenha’.

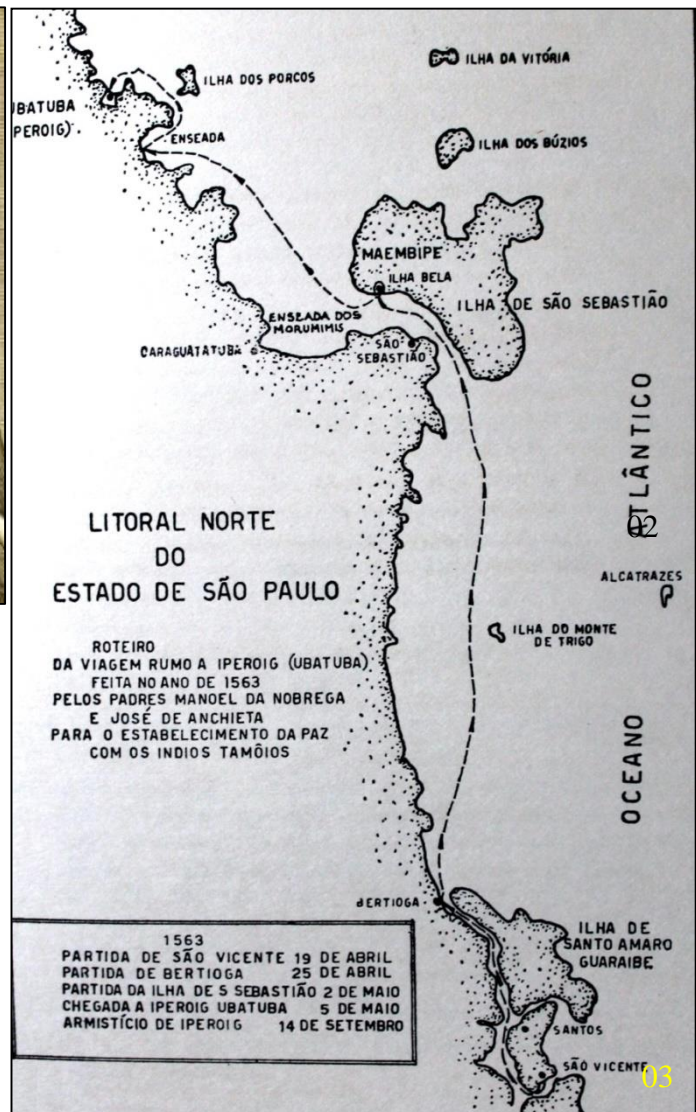
Incide também nos primeiros decênios de nossa história o cenário de contato entre o nativo e o colonizador, no qual o sítio da atual Ubatuba teve papel importante. As belicosidades citadas entre as duas grandes nações tupi em consórcio de alinhamento dos tupinambás com os franceses derivou um amplo acordo de grupos nativos, chamado de Confederação dos Tamoios. Este termo não descreve uma etnia específica, mas a autodesignação dos que seriam, no entender de Oliveira (1977, p. 22), os mais velhos, os antigos donos.

Em 1563, diante de vagas de ataque às ocupações portuguesas, José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, chamados de "embaixadores da reconciliação" (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO, 1938, p. 67) alinharam o tratado de paz (prancha 07). Ratificado na Aldeia de Iperoig, trouxe duras consequências aos tupinambás e às demais nações originárias (OLIVEIRA, 1977, p. 33).

Prancha 07: Tratado de Paz - Confederação dos Tamoios.



Nota: Figura 01: Cunhambebe, por André Thevet (Domínio público);
 Figura 02: Poema à Virgem de Benedito Calixto. Representação de escritos na areia por José de Anchieta, quando preso em Ubatuba. Acervo Colégio São Luís, SP; Figura 03: Roteiro da viagem jesuítica a Iperoig, segundo dados de carta escrita por Padre Anchieta.
 Fonte: Extraído da obra de Lita Chastan (1983, p. 31).



Com o apaziguamento ou, pelo menos, redução dos conflitos com as populações autóctones, ocorre a ocupação efetiva da costa na passagem entre os séculos XVI e XVII pelos portugueses. Esta se deu por meio das feitorias, núcleos estatais que tinham como objetivo prestar apoio às expedições e abastecer as naus com recursos da terra. Com as capitanias hereditárias, surgiram as sesmarias, quinhões de território destinados a particulares, que em troca deveriam produzir gêneros alimentícios, assim como guarnecer e desenvolver a faixa marinha brasileira.

Os primeiros povoados, meros pontos de passagem, escassos, pobres e descritos muitas vezes como um aglomerado de casas com cobertura de palha, nasciam apenas como exigência da metrópole. Como exemplo Oscar Holme (1971, p. 5), afirma que Ubatuba refletia, nos primeiros séculos de sua existência, a pobreza da capitania de São Paulo.

Os poucos eventos, eminentemente religiosos e a pequena atividade econômica não demandavam intensa atividade urbana. A ocupação portuguesa do sertão paulista, planalto acima, era dificultada pela escassez de europeus e precariedade de acessos. Os caminhos por terra dependiam da colaboração dos nativos, com suas trilhas já abertas. Mesmo assim, muitas vezes se enfrentava a hostilidade da natureza e principalmente das tribos inimigas (ALMEIDA, 1959, p.74).

As dificuldades apresentavam-se sobremaneira em razão das condições naturais, dos ataques corsários e pela escassa ocupação. Os poucos homens válidos tinham que se desdobrar na roça, no trabalho das fazendas, nas armações, quando geralmente eram recrutados à força e, principalmente, para as milícias (grupos de defesa do território colonial comandados por fazendeiros).

Recaía aos civis com alguma posse da região o comando e provimento destas tropas particulares de proteção e a todos o serviço militar que durava longos vinte e cinco anos. Além da defesa do território, cabia a estas organizações a construção e manutenção dos prédios públicos e estradas, conforme afirma José Wasth Rodrigues (1978).

Diante das ameaças exteriores inicia-se a instalação das vilas no Litoral Norte, como a de São Sebastião (1636), formada pela atual Ilhabela e pela chamada terra firme, que englobava a atual Caraguatatuba. Sobre Ubatuba há registro de ocupação no início do século XVII, com pedido de doação de sesmarias a Gaspar Couqueiro, em 1610 (OLIVEIRA, 1977, p. 42). É erigida à Vila em 1637 (PETRONE, 1975, p. 390),

por meio de doação do patrimônio à Santa Cruz, pela donatária da Capitania de São Vicente, a Condessa de Vimieiro (CHASTAN, 1992, p. 107).

Os metais preciosos foram procurados serra acima “[...] sem ter achado ouro de mayor conveniência que o antigo”, conforme o relato de Gustavo Beyer (1992), p.45). A venda de madeira, principalmente para a Inglaterra, marcou a exploração do litoral ao longo dos séculos iniciais da colonização portuguesa. Esporadicamente, as peças eram embarcadas em seus portos sob recolhimento dos devidos impostos, assunto relatado pelos capitães da região, pois:

As matas de São Paulo produzem grandes e excelentes madeiras, que, quase todas, conservam seus nomes indígenas. [...] para construções navais a natureza não deu melhores madeiras à nação alguma do mundo. (AESP - Ofícios Militares Cx. 0256:Doc.26).

Em relação à monocultura agrícola a região assistiu, no fim do século XVIII, ao ciclo econômico açucareiro, com fazendas instaladas à beira mar, embora as primeiras tentativas tenham sido feitas ainda no século XVI e XVII, na Baixada Santista. No entanto, quase todas sofriam pela escassa retroárea agricultável (em relação às outras praças nacionais), com conseqüente baixo volume produtivo, fator agravado pela precariedade técnica então vigente (LEMOS, 1981, p.27; PETRONE, 1968, p. 28; 1975, p.107). Holme (1971, p.5) observa que Ubatuba estava inserida, com suas fazendas, no mercado agrícola internacional, com sua produção voltada exclusivamente ao exterior.

Ao contrário do que acontecia no Nordeste açucareiro do país, os portos do Litoral Norte paulista alternaram altos e baixos, mesmo diante de sua importância estratégica. Quedas no volume de negócios foram conseqüência de ação sistemática e voluntária de descaso e preterimento governamental, ante as outras paragens. Tem-se o exemplo expresso por Antonio Paulino de Almeida (1959, p. 84):

O litoral nadava em mar de rosas, florescendo francamente, quando em setembro de 1787, ao toque de caixa, publicavam os capitães-mores, por ordem do capitão-general Bernardo José de Lorena, o terrível édito, pelo qual, todas as embarcações que zarpasssem dos portos do litoral ficavam obrigadas a escalar em Santos.

A opção exclusiva pelo porto de Santos originou o que Oliveira (1977, p. 48) descreve como a “primeira decadência”. Assim, as dezenas de fazendas canavieiras de Ubatuba não podiam buscar mercados mais vantajosos para sua produção. O autor

elencas que em 1789, Ubatuba possuía mais de 20 engenhos de açúcar, tendo depois de dez anos depois apenas quatro ou cinco em atividade (OLIVEIRA, 1977, p. 58).

Paulino de Almeida (1938, p. 28) corrobora: "[...] agricultores e industriais de Ubatuba, no auge do desespero, desarmaram os seus engenhos e deitaram fogo aos canaviais". Holme (1971, p. 13), transcreve a fala em 1799 do Governador de São Paulo sobre a situação dos habitantes do Litoral Norte ante a primeira decadência, ao afirmar: "[...] e o que he mais anemia, indolência dos habitantes, principalmente os moradores da costa." Tal cenário fez com que o Litoral Norte experimentasse sua primeira fase de economia de subsistência, com o fechamento das unidades agrícolas e os esforços agora voltados para o consumo interno (HOLME, 1971, p. 47).

Para as monoculturas vigentes, São Sebastião, Ubatuba e Ilhabela apresentavam (e apresentam) boas condições de atracadouro natural em seus centros administrativos, pois "[...] dá bom surgidouro às embarcações por ser o seu fundo vasoso, e poderem sair a toda hora, tanto pela entrada do norte como pela do sul" (COMISSÃO GEOLÓGICA E GEOGRÁFICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CGGESP, 1919, p. 9). Chastan (1992, p. 69) sobre o porto de Ubatuba em 1803, diz:

Mas a condição de porto natural de uma determinada região do Vale do Paraíba, associada ao início da cultura do café, favoreceram a então Villa de Ubatuba, que assumiu uma posição peculiar dentre as demais do Litoral Norte.

Neste contexto, Caraguatatuba é exceção, com sua enseada rasa, a qual desestimulava a atracação dos navios regulares, conforme pode-se ver no relato:

Infelizmente, o seu porto não muito bom e ocasiões há em que os vapores esquivam-se de parar ahi, porque, o mar, não deixa atracar as canoas para efectuarem a carga e descarga dos gêneros e o embarque e desembarque de passageiros (CGGESP, 1919, p. 2).

No entanto, Caraguatatuba teria importância não no comércio regular do século XVIII e XIX, mas em atividade ilícita escravocrata, diretamente relacionada com o atual Quilombo da Caçandoca e na inauguração de atividade industrial no Século XX.

O início dos oitocentos trouxe a produção cafeeira nas terras litorâneas, além de fortalecer a reabertura dos portos para o escoamento da produção do planalto imediato (CALIXTO, 1936, p. 27). Oliveira, (1977, p. 63) atribui também à reabertura dos portos do Litoral Norte a vinda da família real e declara: "Com isso, voltaram a velejar em nossa baía, novas e maiores embarcações, muitas delas fazendo balouçar, no alto dos mastros, multicoloridas bandeiras de várias nacionalidades". Holme (1971,

p. 62) também insere como privilégio de Ubatuba à época sua relação com a capital nacional, Rio de Janeiro, no que o autor define como uma 'vila satélite' desta.

Sobre o café, Ernani Silva Bruno (2005, p. 36) aventa ser Ubatuba seu portal no estado paulista, ao considerar “[...] ainda a possibilidade de que as primeiras plantações tivessem sido feitas em distritos do Litoral de São Paulo, como Ubatuba e São Sebastião (entre 1790 e 1797)”. Oliveira (1977, p. 64), informa ser o ano de 1778, e Chastan (1992, p. 69) credita o ano de 1798, segundo as primeiras referências de cafezais nos maços de população por ela pesquisados.

Com essa atividade, têm-se o incremento da entrada de mão de obra escrava, para atender a demanda local e também os entrepostos de escravaria para as recentes marés montantes de cafezais no planalto paulista. Tem-se a alteração-adaptação das fazendas de açúcar para a produção cafeeira, ou em alguns casos a produção concomitante, conforme expressa Wagner Gomes Bernal (2008, p. 52).

Outra consequência da nova atividade agrícola, esta de ordem territorial, é representada pelas reocupações das sesmarias cedidas em Ubatuba, cujas unidades, segundo Petrone (1975 p. 390), foram retomadas em decorrência da “[...] marcha frenética do café em busca de terras para expandir sua produção”.

Holme (1971, p. 177) afirma ter havido transição das pequenas propriedades de subsistência, decorrentes da decadência canavieira do século XVIII, para aquisições de grandes lotes destinados ao plantio monocultor cafeeiro e também o retorno da produção açucareira.

Além da retomada de terras abandonadas, exerce-se em Ubatuba, no decorrer da primeira metade do século XIX, a compra de vastas porções de terra por estrangeiros, sobretudo franceses (OLIVEIRA, 1977, p. 65; CHASTAN, 1992, p. 72; HOLME, 1971, p. 113). Uma destas fazendas, denominada Jundiaquara¹⁷, está localizada nas proximidades do trevo do Bairro do Itaguá, às margens do Rio Acaraú (ORIGEM ARQUEOLOGIA, 2017, p. 108) adquirida por Camille Jan e seu sócio, na década de 1820 (CHASTAN, 1992, p. 72).

No esteio destas imigrações de elite e diante das novas tecnologias e demandas, em 1854, fazendeiros de café de Ubatuba tentaram instalar colônias de

¹⁷ Esta fazenda foi pesquisada em projeto de licenciamento ambiental - arqueologia preventiva - sob nossa coordenação, no qual foram encontrados vestígios de edificação em alvenaria de pedra e bolsões de descarte de material doméstico.

parcerias além de hospedaria e escola prática de agricultura para colonos europeus, tentativas sem sucesso (CHASTAN, 1992, p. 73).

Ubatuba, neste século, está em franco desenvolvimento, tanto por sua produção local de café e açúcar, quanto por seu porto de escoamento das praças do Vale do Paraíba e sul mineiro. Sobre este tema Ernani Silva Bruno (2005, p. 39) diz: "Em vista dessa distribuição geográfica do café na província (Vale do Paraíba), sua exportação se fazia em parte mínima por Santos e em escala maior pelos portos do Litoral Norte [...]" Tal fator motivou sua elevação à cidade, em 1855, com um conjunto de 290 fazendas de café e mais 58 que produziam também cana de açúcar (PETRONE, 1975, p. 391).

Ao longo do século XIX, a exemplo das terras do Vale do Paraíba, as plagas litorâneas também entraram rapidamente em exaustão (BRUNO, 2005, p. 46), o que seria a segunda decadência. Apesar do litoral ter tido importância como escoadouro da rubiácea do planalto, a produção em si em terras litorâneas teria sido fugaz, pelas técnicas empregadas e pela qualidade do solo, conforme afirma Holme (1971, p. 161, 162).

Associado a este fator, expressa-se novamente a opção estatal de exclusividade de escoamento pelo Porto de Santos ao proibir o comércio direto dos terminais dos litorais norte (Paraty incluso) e sul paulistas. Aliado a isso implanta-se a ligação ferroviária direta entre São Paulo e Rio de Janeiro. Sobre este cenário Almeida (1959, p. 34) descreve:

Em 1854, o município de São Sebastião possuía 106 fazendas de café, além de exportar parte da produção do Vale do Paraíba pelo seu porto. A construção das vias férreas, no último quartel do século XIX, canalizou a produção cafeeira para Santos e Rio de Janeiro. Passavam ao largo do Litoral Norte e extremo sul. Perderam seu movimento exportador, perderam o fôlego de seus portos. As grandes fazendas, sem o amparo do comércio livre, sem a faculdade do intercâmbio com as principais praças do país, foram sendo abandonadas, transformando-se em taperas solitárias, onde, ainda hoje, vicejam árvores frondosas por entre altos pilares e grossos paredões de pedra e cal, enegrecidos pela ação do tempo.

Ernani Silva Bruno (2005, p.46) cita as novas vias como um arco ferroviário que contribuiu "[...] mais ainda para acentuar a decadência, do ponto de vista da produção do café, da velha 'zona norte' paulista". Assim, Ubatuba ficou bloqueada:

[...] por um semicírculo de trilhos, que fazia derivar para aqueles dois portos [Santos e Rio de Janeiro], em vagões ferroviários, toda a produção do Vale do Paraíba e do Sul de Minas, que até então para

aqui era encaminhada, descendo a Serra do Mar em lombos de burros (OLIVEIRA, 1977, p. 172).

O processo de industrialização do planalto cafeeiro paulista, ao mecanizar o escoamento dos cafezais, drenando a produção para o porto de Santos por vias férreas, formou um hiato econômico no Litoral Norte. Ao findar o século XIX surgiram ainda tentativas de ligação ferroviária entre o planalto e os portos de São Sebastião e Ubatuba (prancha 08). Entretanto, nem aí – e nem no século seguinte – tais empreendimentos prosperaram (OLIVEIRA, 1977, p. 180).

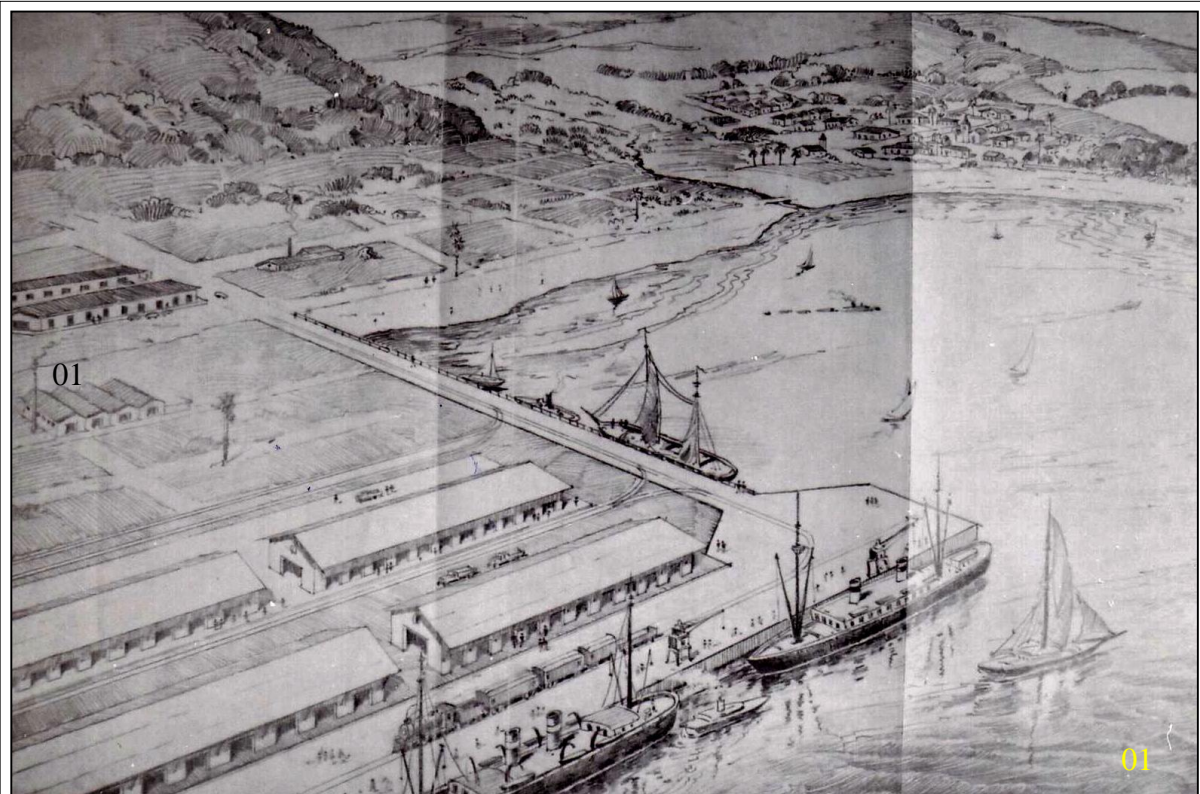
Deslocada a rota do café para o norte do estado as fazendas do Vale do Paraíba decaíram. No litoral, o solo cansado e sua exígua área agricultável, em comparação com as mantas colinares do interior paulista, não incentivaram maiores investimentos nesta faixa da costa. Os robustos engenhos canavieiros de outrora também se transformaram em ruínas ou quando muito, em trapiches de fazer caninha. Antonio Paulino de Almeida (1938, p. 29) prossegue:

Desde então, fecharam-se os caminhos. Muitos dos rios, antes navegáveis, barraram seu curso. E a Cordilheira Marítima, elevando no espaço seus cimos alterosos, era como que a barreira intransponível, entre o Planalto e as vilas de marinha, que dessa data em diante, viram começar seu martírio.

Com a falência das fazendas cafeeiras e isolamento, se firma desde o último quartel do século XIX a economia caiçara. Derivada de pequenos produtores, localizados nos povoados à beira mar, com manufaturas miúdas de louças de barro, peixe seco, banana, algum anil, alguma farinha de mandioca, que abasteciam os portos vizinhos com uso das canoas de voga.

O cenário de abandono da cidade era tal que o presidente da província paulista, Washington Luis, recomendou até mesmo, em discurso proferido na cidade em 1923, a deserção total dos habitantes para trabalhar nos cafezais do oeste paulista (OLIVEIRA, 1977, p. 186).

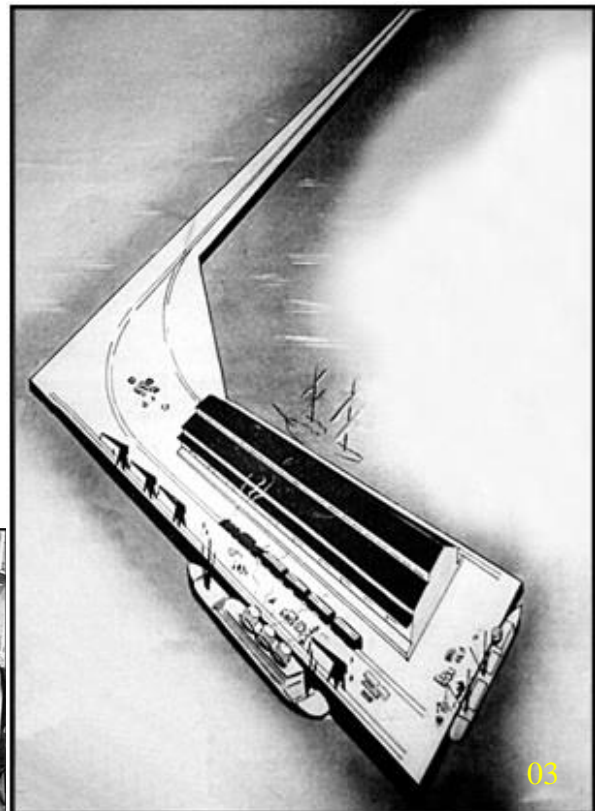
Prancha 08: Portos projetados no Litoral Norte.



Nota: Figura 01: Projeto de terminal ferroviário e porto em Ubatuba, década de 1910. Fonte: Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba – Fundart;

Figura 02: Marco inicial de ferrovia que ligaria São Sebastião à Salesópolis, década de 1910. Fonte: Arquivo Público Municipal de São Sebastião – APMSS

Figura 03: Projeto inicial do Porto de São Sebastião, com conexão ferroviária. Década de 1920. Fonte: APMSS.



3.4 A economia caiçara

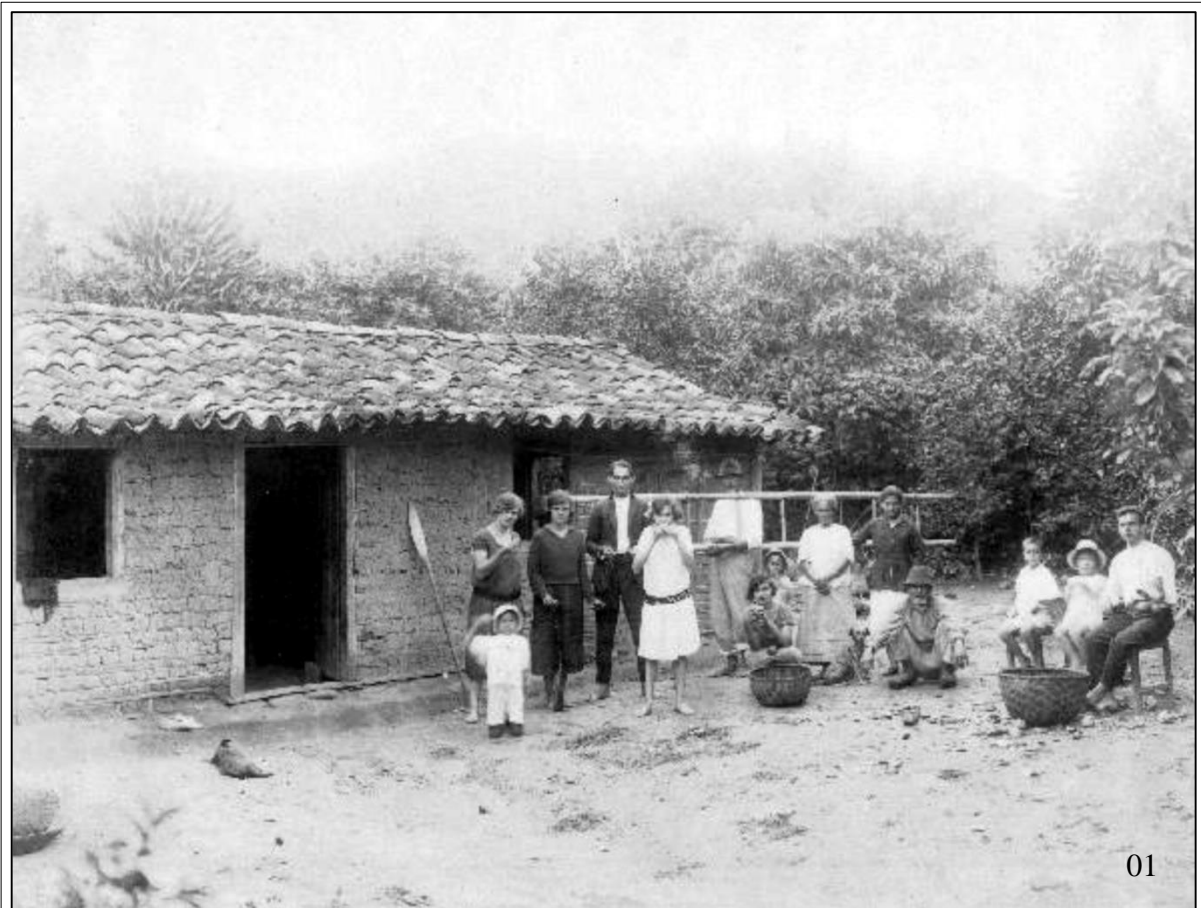
Com a decadência econômica no decorrer dos oitocentos efetivou-se no litoral norte paulista uma ocupação orgânica, com produção artesanal praticada por pequenos produtores, homens livres (ilustrada de forma amostral na prancha 09). Jaime Rodrigues, (2000, p. 176) se refere ao “[...] homem assalariado, ou que vivia de seu próprio trabalho, sem vínculo constante com um único patrão, como artesãos, comerciantes, roceiros ou pescadores, por exemplo”. Holme (1971, p. 103) acrescenta aqueles que viviam de jornadas na vila, em atividades sazonais.

Nesse contexto, o caiçara se configura como o habitante das comunidades praianas que pontuam o litoral que se estende do sul fluminense até a costa paranaense (DIEGUES, 2004, p. 24). Que encontrou na natureza o que precisava, sobretudo, nas mãos solidárias de seus pares. Diante da menor necessidade de ajuda, prontamente promovia os mutirões, apoiados na camaradagem, no parentesco, no compadrio.

A pequena produção excedente destas comunidades era comercializada com as praças internas e também com outras cidades. Notórios são os relatos de longas viagens a remo e vela, em canoas de voga (feitas de um pau só, isto é, escavadas nos troncos), até os portos de Santos e Paraty, com cargas e passageiros. A propósito, a destreza do comando nestas viagens era respaldada pela sorte, como pode-se ver no depoimento do espantado engenheiro Hummel, que visitou este litoral em 1919:

Em geral estas vogas não levam apenas aguardente, embora constitua o carregamento de maior monta. Frequentemente segue grande quantidade de ‘quitandas’, e é uma das cousas mais curiosas ver uma destas prompta para partir. Há de tudo a bordo: limões, cocos, e outras fructas, cabritos, perus, gallinhas, e patos, ovos, esteiras, e objectos de barro, enfim, uma infinidade de productos diversos [...]. Muitas vezes embarcam ainda passageiros, de maneira a tornar-se um verdadeiro enigma como tudo aquilo se arranja no caminho (CGGESP, 1919, p. 9.)

Prancha 09: Atividades caiçaras.



01



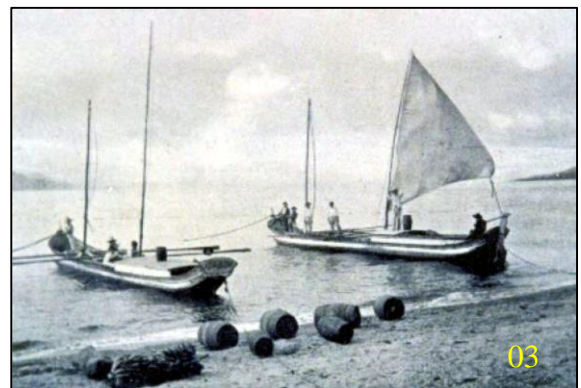
02

Nota: Figura 01: quintal caiçara. Boissucanga, São Sebastião, década de 1940.

Figura 02: canoa caiçara, chegada. Caraguatatuba, sem data.

Figura 03: canoas de voga, década de 1910.

Fonte: Agnello Ribeiro dos Santos, acervo APMSS; APMC.; CGGESP. Reprodução APMSS.



03

No entanto, ao olhar dos pesquisadores e viajantes, em geral inseridos em outra lógica de medida do tempo, o Litoral Norte estava mergulhado em profunda inércia e estagnação econômica. Com reflexo direto para a reputação do caiçara, tido como indolente, ignorante. Tem-se sobre o tema relato de pesquisador Alexandro Mariano Cococi, em expedição geográfica em 1919 (CGGESP, 1919 p. 2):

Entretanto, nada existe e nada se cogita fazer em seu benefício, e o povo, abandonado, à mercê de seus próprios destinos, sem os meios fáceis de comunicar-se para venda de seus productos; desconhecendo os modernos instrumentos agrícolas, para lavrar a terra e os segredos desta arte; vencido por uma praga terrível – a saúva – que destrói e invade, desde a rama, a roça de mandioca, até a matta virgem; tendo quasi esgottado, a par de todas as energias vitaes, também as energias moraes, cahiu na indolência, donde, fatalmente, não se levantará, sem o concurso e apoio fortes do governo. Introduzido também, o colono, conhecedor dos processos modernos da lavoura, poderia acorda-lo da lethargia e estimula-lo ao trabalho, pois agora, como está, a mercê da sorte, vive quase exclusivamente do peixe que o mar generosamente lhe oferece.

Uma descrição similar deste cenário está na matéria de Geraldo Dória de Abreu no Jornal sebastianense “O Bandeirante” de 15 de outubro de 1961 que relata:

Considerando-se o fato de essas populações, centenas de famílias, não possuírem carne senão de aves, nem farinha para o pão, e sendo escasso o peixe, pescados por processos rudimentares, e ainda, não contando com assistência para a lavoura, constituída quase que exclusivamente de bananas e mandioca – é verdadeiramente calamitosa sua situação, que está a erigir-se urgentes e concretas providências dos poderes públicos.

Em contraponto, Olavo Hummel (CGGESP, 1919, p.9) expressa que não conheceu: “[...] povo mais célere para andar a pé, quer nas praias como na serra, e que menos questão faz disso, do que o povo da beira mar, aonde cavallos e muares são quasi desconhecidos”.

Prescrevia-se que o progresso litorâneo deveria ser conseguido pela ação do estado, por meio de melhorias dos acessos, da qualificação do trabalhador, inserção de novas técnicas de produção, em contraponto à rusticidade das vernáculos caiçaras. Sob esta perspectiva Ary França (1954, p. 66) observa que “[...] a miserável situação que perdura, parece ser o reflexo das técnicas rotineiras e da falta de incentivo – que não poderá partir senão de fora – à renovação das técnicas da vida econômica [...]”.

A riqueza do cidadão estava atrelada ao volume de suas posses, e não ao suficiente atendimento de suas necessidades cotidianas. Restava ao trabalhador comum, seja rural ou urbano, apenas o direito à sua força de trabalho. Neste viés, Eugênio de Castro Caldas (1947, p. 35), ao abordar o cenário rural português diz:

O capital e a terra são de minorias; só o trabalho é sempre fonte aberta para todos os indivíduos, quer tenham ou não outros meios de que tirem valores; por isso a faculdade de o exercer é justamente considerada essencial do direito à vida.

No entanto, França (1954, p. 189, 190) reconhece que os saberes locais e as características do meio circundante deveriam ser considerados e aproveitados para se obter tal progresso. Afirma que ações do estado não poderão deixar de se basear na:

[...] experiência local e no aproveitamento de vantagens evidentes que possui. O praiano, que se adapta a novas situações com facilidade, será um ponto de apoio para o planejamento da recuperação econômica, cuja execução terá o efeito imediato de estancar a evasão dos mais capazes, ou mesmo ocasionar o retorno dos que não romperam os laços familiares ou afetivos com a 'sua' praia. O litoral integrado pelo meio e pelos vínculos humanos, deverá participar da vida e do progresso modernos, ver elevado o nível de vida de seus habitantes, ou possuir uma população maior do que a atual, todo o seu sistema de vida será transformado.

Neste panorama, o caiçara estava inserido em cenário econômico local de subsistência que imprimira outro ritmo de tempo, sujeito ao calendário litúrgico, agrícola e às marés. Cenário diverso do contexto capitalista predominante em cidades com pujante monocultura, ou já com industrialização consolidada, sobretudo por ação das ondas montantes de cafezais que se espriavam por todo o interior paulista.

Em contraponto a esta economia orgânica caiçara, pairava em Ubatuba um anseio pela retomada da economia, da abertura de vias rodoviárias (CHASTAN, 1983, p. 80) e do acesso a equipamentos públicos. Sobre a estagnação relatada Oliveira (1977, p. 139) descreve: "[...] por que o abandono e o desalento dominavam tudo; quando daqui muitos fugiam, porque o bom senso mandava que se salvasse quem pudesse."

Diegues (2004 p. 33), no entanto, afirma que, por mais isolados que estivessem os povoados caiçaras, em maior ou menor grau, seus moradores estiveram integrados a algum tipo de atividade econômica e sujeitos à adaptação às novas realidades. Uma delas, expoente, refere-se à instalação da Fazenda dos Ingleses, em Caraguatatuba,

no ano de 1927, fato que imprimiu na região um cenário condizente a uma revolução industrial, descrito a seguir.

3.5 A industrialização tardia

A baixa produção econômica e a escassez demográfica dos municípios do Litoral Norte perdurou, sem maiores alterações, até a primeira década do século XX. No entanto, a região oferecia alguns fatores propícios para a instalação de empreendimento de caráter industrial. São consoantes com o que elenca Eric Hobsbawm (1977, p. 54): oferta de terras agricultáveis e sem titularidade de posse consolidada, massa de trabalhadores disponíveis na forma de “grande e crescente excedente de recrutadas”, além de inexistência de fazendeiros atuantes, ou outra modalidade de capitalistas a se contrapor. Sobre o contingente de trabalhadores disponíveis afirma o autor (HOBSBAWM, 1977, p. 77):

[...] a economia industrial necessita de mão de obra, e de onde mais poderia vir esta mão-de-obra senão do antigo setor não industrial? [...] complementada pela mistura de trabalhadores rurais domésticos e migrantes e de pequenos produtores e trabalhadores pobres.

Assim, na década de 1920 um grupo investidor inglês ganha a concessão de terras em Caraguatatuba e São Sebastião, sob o nome Cia. Brasileira de Frutas ou, como popularmente conhecida, Fazenda dos Ingleses, uma de suas subsidiárias. Para integrar seus postos de trabalho, basicamente nos níveis inferiores, valeu-se de indivíduos vindos de toda a região. O empreendimento foi responsável pelo aumento da população de Caraguatatuba, pois demandou grande afluxo de trabalhadores fornecidos pelas outras cidades do litoral, do Vale do Paraíba e até do sul fluminense, conforme escreve Marino Garrido (1988, p. 78). A empresa demandou os préstimos de artesãos, agricultores e prestadores de serviço para seu processo industrial.

Em relação ao suporte geográfico, o que antes havia desfavorecido Caraguatatuba (enseada rasa, em contraponto aos portos naturais das cidades vizinhas), atuava agora em seu favor. As limitações do ancoradouro pouco propício foram vencidas por soluções de engenharia e novas tecnologias: 120 quilômetros de ferrovia interna, construção de porto fluvial no Rio Juqueriquerê (o qual deu nome ao Distrito de Porto Novo) e o transbordo das mercadorias no Porto de São Sebastião.

A retroárea agricultável de Caraguatatuba, sua posição central em relação aos demais municípios e com ligações terrestres com o planalto imediato (via Paraíba

e São José dos Campos) foram preponderantes para a eleição desta área por parte da empresa inglesa.

Esse exemplo é revelador das transformações impostas à tradição do trabalho na cultura caiçara pela nova relação à rotina de trabalho, agora inserida no modo industrial. Este complexo introduziu no dia a dia conceitos de inovações tecnológicas e organizacionais então em voga, segundo conceituou David Harvey (2008, p. 121), originadas na fragmentação do trabalho, com conseqüente especialização e a linha de montagem.

A fazenda demandou o incremento e modernização da infraestrutura regional e alterou a polarização entre os centros da rede urbana do Litoral Norte paulista. Segundo Jurandyr Ferraz Campos (2000, p. 242) o empreendimento foi responsável por acelerar a implantação do porto sebastianense e dos acessos rodoviários, ligando Caraguatatuba, São Sebastião, Ubatuba e São José dos Campos. Seus navios rompiam o isolamento em que vivia a região ao reintegrá-la, de algum modo, ao principal porto nacional (Santos). Assim, pode-se inferir que a instalação da Fazenda dos Ingleses refletiu processo expresso por Giovanni Arrighi (1998, p. 208) no qual aborda a ação capitalista de países orgânicos – centrais – em territórios semiperiféricos, ‘agraciados’ com benefícios marginais de um processo de industrialização. Tal ação deu-se com a transferência para a planície litorânea caraguatatubense de tecnologia e capital, utilizando os recursos naturais e humanos locais, para o exercício de atividade industrial instalada exclusivamente para abastecimento do mercado inglês.

O empreendimento manteve-se em funcionamento até o ano de 1967, quando já em decadência cessou suas atividades diante da Catástrofe de Março. Neste ano, diante de chuvas intensas, os pacotes de solo e vegetação das encostas deslizaram sobre a cidade. Soterraram, além dos núcleos urbanos de Caraguatatuba, as plantações e instalações da fazenda e do seu setor industrial. Desestruturou-se a organização da população litorânea, obrigando-a a uma forma de êxodo de modo a se ajustar a novas situações.

Prancha 10: A Fazenda dos Ingleses e Catástrofe de 1967.



Nota: Figura 01: terminal multimodal (ferroviário e fluvial – marítimo) da Fazenda dos Ingleses no Porto Novo. Década de 1940.

Figura 02: caiçaras desabrigados pela Catástrofe de 1967.

Fonte: APMC.

Em paralelo ao empreendimento inglês foram assentados no decorrer do século XX, outros expoentes de viés industrial que imprimiram alterações de ordem econômica e demográficas nas cidades vizinhas (e conseqüentemente, nas vilas caiçaras): o Porto de São Sebastião, na década de 1940; o Terminal Marítimo de Combustíveis Almirante Barroso (TEBAR), na década de 1960; e, atualmente, a Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA). Estes dois últimos pertencentes ao complexo Petrobras. Tais atividades coexistem com outro fenômeno capitalista, que volta suas atenções para um outro recurso, a terra, por meio de aquisições vorazes e especulação imobiliária.

3.6 A terra e a paisagem como mercadorias: a especulação imobiliária

Mesmo com a decadência da Fazenda dos Ingleses, na década de 1960, o Litoral Norte já se encontrava inserido em um projetado cenário econômico paulista, parte do processo de modernização sofrido pelo Brasil a partir das décadas de 1950/1960. Data desse período a pavimentação asfáltica das vias entre São José dos Campos, Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba. O progressivo consumo dos derivados de petróleo, a consolidação da indústria automobilística, a abertura de novas estradas e possibilidades de mobilidade pelo território nacional lançariam novos elementos ao crescimento dos núcleos urbanos do litoral. Entre eles a mercantilização do território, algo extremamente estranho ao valor de uso que possuía a terra para as comunidades caiçaras.

Com a privatização e a mercantilização da terra, para atender especialmente projetos urbanísticos voltados ao turismo, surge também a subutilização da infraestrutura urbana e seu próprio espaço pela prática do veranismo e seu corolário imediato, a especulação imobiliária.

Outra ação de ordem estatal que vitimou algumas comunidades e ofícios tradicionais é representada pela criação de Unidades de Conservação. Estas não previram, em sua concepção, objetivos e operação, a inclusão e valorização destes grupos. Revestidas pelo viés da intangibilidade promoveram a expulsão das comunidades de seus territórios. Proibiram estas de exercerem suas atividades vernáculas, como extrativismo, artesanato e roças e não ofereceram alternativas para

obtenção de seu sustento (AYER DE OLIVEIRA, 2001, p. 55; BERNO DE ALMEIDA, 2006, p. 92; DIEGUES, 2001, p. 32).

Um exemplo claro de conflito legal e administrativo institucional apresentado por Ayer de Oliveira (2001, p. 54) refere-se à criação do Parque Estadual da Serra do Mar, que englobou territórios quilombolas. Ao considerar que perímetros de unidades de conservação são propriedades públicas há embate com a titulação de terras quilombolas, que são consideradas propriedades privadas de caráter coletivo. Tal imbróglio, gerado também por ação de planejamento urbano estatal, gera desamparo ao grupo de remanescentes. Neste sentido, Antonio Arantes (2006, p. 429) corrobora:

Assim, inúmeros problemas enfrentados no dia-a-dia da preservação dizem respeito ao fato de os bens preservados – tangíveis ou intangíveis – serem interpretados e utilizados pela população de forma nem sempre compatível com as restrições legais decorrentes do reconhecimento do seu interesse e sentido para coletividades nacionais ou regionais.

Sobre este aspecto temos o depoimento de quilombola da Caçandoca, ao ser perguntado sobre as condições atuais de práticas tradicionais de pesca:

E6 - Agora está complicado pelo fato da [Polícia] Ambiental estar bastante em cima do pessoal, tem bastante gente que já perdeu bastante rede e, é complicado. Que tem algumas espécies que não podem ser pescadas, tipo como na costeira. Aí eles não deixam. Mas só que, tipo, não é todo mundo que faz o errado, mas para eles é em geral.

Sob a premissa de preservação da natureza, as unidades de conservação e as ações repressivas decorrentes criam bolsões de natureza que agregam valor a propriedades voltadas para classes abastadas. Muitas vezes em detrimento de populações nativas, e de suas práticas ancestrais. Assim, o viés protecionista pode ter servido a interesses hegemônicos: a manutenção de paisagens para consumo, direcionado a setores privilegiados da sociedade.

A abertura e melhoria dos acessos propiciaram a 'redescoberta' do Litoral Norte, na necessidade de mão de obra para os grandes empreendimentos. Aliado a tal demanda surge o fenômeno do veranismo, a chamada casa de praia (prancha 11). Diante destes novos agentes, a região assiste a rápida transformação urbana e social, caracterizada pela expansão imobiliária, escasseamento do solo, crescimento demográfico e transformação de sua paisagem e recursos naturais. Este novo momento foi descrito por Cristina Araújo (2004, p. 5):

As cidades mortas, áreas litorâneas que ficaram isoladas ou parcialmente isoladas, sem desenvolvimento com o advento da ferrovia, seriam agora alvo do surto de ocupação da zona costeira promovida pelos agentes imobiliários, que iriam inaugurar um mercado de terras extremamente valioso, agregando aos mesmos novos atores: proprietários de terras, incorporadores, corretores e a indústria da construção civil; todos ávidos para absorver esta nova fatia do mercado, qual seja a construção de residências de veraneio para a população de alta/média renda, moradores dos grandes centros urbanos.

Para sua consolidação, era necessária a quebra de um cenário comum nas atrativas terras à beira mar: o caráter solidário de seu uso pelas comunidades tradicionais, consoante com o expresso por Hobsbawm (1977, p. 77), ao descrever cenários rurais na Inglaterra: “[...] o campo aberto e seu pasto comum, da cultura de subsistência e de velhas atitudes não comerciais em relação à terra”. Assim, caiçaras sem títulos de propriedade (DIEGUES, 2001, p. 180), com posse de suas terras “selada apenas pela palavra” (RIBEIRO MOREIRA, 2002, p. 8), em “terras devolutas, ocupadas por população rarefeita, legalmente desamparada” (QUEIROZ, 2006, p. 59), perderam o acesso às áreas de uso comum (sertões, vias, praças). E até suas próprias casas, por meio de venda por valores irrisórios ou expulsão à força, configurando-se assim duas formas de violência: a econômica e a social (DIEGUES, 2004, p. 33; ARAÚJO, 2016, p. 3). Corroboram as palavras de Idalina Graça (1967, p.14): “[...] até o advento do turismo, trazendo o progresso característico da época que atualmente vivemos, mas retirando aquela paz que era própria dos caiçaras simples e sem problemas.”

Sobre os impactos decorrentes das alterações viárias e do veranismo na região, Flavio Malta (1994, p. 164) aponta que:

A existência de fenômenos tais como a segunda residência, a especulação imobiliária, a aculturação social com mudanças na estrutura de poder a esfera local, a urbanização acelerada e a uniformização da paisagem tem condicionado seriamente o seu desenvolvimento sustentável.

Tal comentário é reforçado por Célia Ballario (2000, p. 51) que também observa:

Essas transformações foram ocasionando movimentos de urbanização e, conseqüentemente, interferindo no gerenciamento dos municípios, cuja planificação da ocupação do solo não foi acompanhada por uma regulamentação adequada – característica esta que não é privilégio da região.

A autora também aponta que a falta de políticas habitacionais da década de 1970, até os dias atuais, originou a ocupação de áreas com menor valor imobiliário, normalmente entre a serra e a rodovia, sem documentação adequada, em loteamentos clandestinos ou irregulares, ou mesmo em áreas de risco geológico.

Os condomínios veranistas, usualmente localizados nas parcelas mais favoráveis dos enclaves praianos, erguem-se sob muros, testemunhos de exclusão e dissonantes da paisagem e da comunidade envoltória (BALLARIO, 2000, p. 95). Assim, tem-se por um lado, caiçaras e imigrantes segregados à sua própria sorte, no que diz respeito à conquista de moradia e infraestrutura; por outro, o sazonal veranista, aquinhado com o melhor terreno.

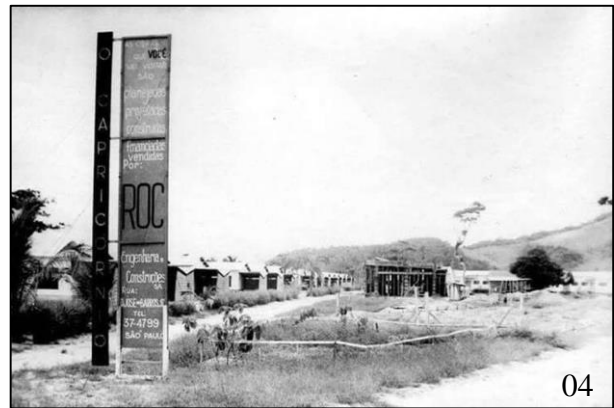
Em relação ao turismo, este se reveste de modalidade econômica que difere do veranismo pelo *locus* temporário de seu praticante. A atividade turística é conceituada como o deslocamento voluntário e não remunerado; além dos limites de seu município de morada; por tempo superior a 24 horas e inferior a 180 dias. Além da delimitação de tempo e espaço desta atividade, há ainda a sua classificação por várias motivações: cultural, lazer, aventura, saúde, negócios, etc.

Cria também diferentes relações entre destinatário e prestador, patrão e empregado, onde o turista se configura como cliente/patrão. Maurice Halbwachs (2003, p. 141) convida à reflexão o fato de que “[...] o trabalho ou o serviço somente têm valor para o patrão que o compra, com a condição de ser utilizado em tal lugar, em tal escritório, em tal casa”. No entanto, para o ‘consumidor’ turista, o *locus* da transação comercial é o próprio produto, que não pode ser entregue em domicílio. O cliente sempre terá que se deslocar ao sítio (paisagem e a cultura local) do qual pretende usufruir (consumir).

Prancha 11: Veranismo.



Nota: Figuras 01 e 02: construção da Rodovia dos Tamoios, década de 1950. Fonte: Arquivo Público de Caraguatatuba;
 Figura 02: Folheto de propaganda das terras de Caraguatatuba. Década de 1960. Fonte: Arquivo Público Municipal de Caraguatatuba – APMC.
 Figuras 04 a 06: imagens de propaganda de loteamento de veraneio. Praia de Capricórnio, Caraguatatuba, década de 1960. Fonte: Acervo de Mauro Camargo.



Esta relação fugaz do turista com a paisagem e cultura é analisada, de forma crítica, por Tuan (2012), ao assim dizer: “Tais contatos superficiais com a natureza, certamente pouco têm de autênticos. O turismo em uma utilidade social beneficia a economia, porém não une o homem à natureza.”

Os fenômenos associados, veranismo e turismo, impactaram as relações sociais; o espaço habitado e parcelas de território ainda preservadas, ou que deveriam estar sob preservação permanente. Em modo similar à relação região central (polos emissores de turistas), a região periférica (litoral) assiste a oferta de seus recursos para exploração de agentes exteriores. Neste sentido, Luiza Neide Coriolano e Carlos Alberto Cioce Sampaio (2012, p. 63) expressam:

O desenvolvimento desigual e combinado entre regiões e nações é a própria essência do capitalismo, no mesmo plano da exploração da mão de obra pelo capital. O capital seleciona lugares, e, no turismo, por exemplo, atividade essencialmente capitalista, oferece todas as oportunidades de exploração, não apenas de mão de obra, mas de territórios.

Assim, a terra seria vista não como espaço, mas como mercadoria, como observa Henri Lefebvre (2016, p. 138). Monteiro (2008, p. 46) atenta como transformação de paisagens e espaços idílicos em *commodities*, isto é, como produto de um estoque (finito) a ser comercializado.

Tal processo não se aplica sem ônus acentuado à coletividade. Yázigi (2002, p. 18) aponta que vícios urbanísticos e culturais, associados a condições sociais adversas e a inadequados processos de planejamento, produzem padrões degradantes de urbanização. Muitas vezes, comprometem regiões naturais de elevada qualidade paisagística.

As considerações acima abordaram a questão territorial. No entanto, autores como Diegues (2004) e Priscila Siqueira (1984) são incisivos ao elencarem profundas alterações (amiúde negativas) do modo de vida econômico do caiçara. De dono de seu tempo e de suas ferramentas, agora é um trabalhador assalariado.

Outrora era senhor de sua sobrevivência: era carpinteiro, *luthier*, tecelão, construtor naval, pescador. Fabricava suas casas, sua farinha, sua cerâmica. Organizava, sob seus valores, seu calendário laboral, litúrgico e profano. Neste sentido, Pedro Ribeiro Moreira (2002, p. p. 13) observa: “Para o homem do campo, as relações com a natureza são mais íntimas, tanto pela regência de suas atividades,

condicionadas a fatores de ordem natural, como o ciclo das estações.” Em consonância tem-se a afirmação de Lefebvre (1976, p. 70):

O tempo e o espaço do período agrário vêm acompanhados de peculiaridades justapostas, a das paisagens, dos climas correspondentes a flora e a fauna, das etnias humanas, etc. (Tradução do autor).¹⁸

Assim, tanto em relação à especulação imobiliária quanto ao momento abordado anteriormente, no caso a Fazenda dos Ingleses, os caiçaras tiveram que se adaptar. Um ritmo diferente do tempo agrícola, regido pelos tempos de plantio e colheita (LEFEBVRE, 2016, p. 77). Como dito nas palavras de Hobsbawm (1977, p. 79): “A um ritmo de trabalho diário ininterrupto, o que é inteiramente diferente dos altos e baixos provocados pelas estações no trabalho agrícola ou da intermitência autocontrolada do artesão independente.”

O caiçara, diante do veranismo e do turismo, não mais seria visto como um ator social e cultural, mas, simplesmente designado como morador do litoral. Em relação ao trabalho ele se especializaria: seria o piscineiro, o jardineiro, a faxineira, a camareira; cada qual trabalhando por suas diárias, nas novas residências, hotéis e pousadas de alto padrão à beira mar. Este cenário é condizente com o que narrou um quilombola da Caçandoca:

E5 - A comunidade quilombola atualmente ela depende muito do fluxo turístico de verão para poder gerar alguma renda, para poder sobreviver, para poder construir, para manter minimamente um bem estar social. Mas na maioria do ano ou trabalha na construção civil, como é meu caso, serviços esporádicos ou então de jardinagem, manutenção de piscinas. Geralmente no loteamento aqui do lado, loteamento do Pulso. Loteamento do Pulso é que acaba agregando os quilombolas neste trabalho. Ou trabalha de caseiro.

Já se abordou anteriormente as relações entre os detentores do espaço privilegiado (veranistas e turistas) e a população local. No entanto há de se inserir a relação dos migrantes, ‘novos caiçaras’. Mão de obra e familiares atraídos pelas novas oportunidades de trabalho com o meio, no caso a paisagem cultural do Litoral Norte. Neste sentido Letícia Hardt e Carlos Hardt (2008, p. 127) descrevem que:

Se, de um lado, a falta de investimentos públicos em áreas de ocupação irregulares impede a adequada qualificação dos espaços urbanos, de outro, a baixa renda das comunidades envolvidas, muitas vezes sem acesso à própria habitação, não permite o desenvolvimento

¹⁸ "El tiempo y el espacio del período agrario vienen acompañados de peculiaridades yustapuestas de las paisajes, de los climas correspondientes a la flora y a la fauna, de las etnias humanas, etc."

de identidade da cidade. Como corolário, praticamente inexiste a sensação de pertencimento ao lugar, o que não permite o estabelecimento de compromissos das pessoas com os espaços que habitam ou visitam.

Concluindo, entende-se que a atividade turística e o veranismo configuram-se como expressões do que Ab' Sáber (2006, p. 38) define como relação de colônia interna. Isto é, quando determinada região do país volta-se ao atendimento, com seus recursos naturais e humanos, de demandas econômicas de parcelas mais favorecidas do território nacional. Lefebvre (1976, p. 61) também afirma: "[...] uma sorte de translação do colonialismo para dentro da metrópole, um semicolonialismo das regiões e zonas escassamente desenvolvidas com relação aos núcleos de decisão."¹⁹ (tradução do autor). No mesmo sentido Coriolano e Sampaio (2012, p. 57) descrevem:

O capitalismo se desenvolve em cadeia de exploração não apenas de fora para dentro. Em cada país há grupos que colonizam internamente e o processo se repete em escalas menores. A história econômica do Brasil registra domínio do Sudeste sobre a região Nordeste e da cidade sobre o campo.

Assim, entende-se também como uma relação de colonização interna a da metrópole – os polos emissores de turistas – para o balneário – as cidades receptoras. No caso do Litoral Norte paulista, dá-se a submissão deste para com os municípios polos do Vale do Paraíba e das regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas.

Isto posto, por mais amplo que seja um determinado fenômeno econômico, este não se aplica e se desenvolve sem encontrar formas de resistência, quase sempre nascidas em seio popular. Desta forma, apesar das ações violentas de ordem econômica, de costumes ou vias de fato, pode-se ver, no âmbito do Litoral Norte paulista, movimentos integrados por meio de redes, que lutam pelo fortalecimento de identidades locais. Tem-se como exemplos, caiçaras e quilombolas, movimentos e identidades que serão abordados na seção a seguir.

¹⁹ "...una suerte de translación del colonialismo hacia dentro de la metrópole, un semicolonialismo de las regiones y zonas escasamente desarrolladas , con respecto a los núcleos de decisión..."

4 CAIÇARAS, QUILOMBOLAS: IDENTIDADES E RECONHECIMENTOS

Não eram frequentados de amudado commercio, parecião mais deixados e esquecidos do que lembrados, porém assim mesmo vivião fartos no seu bastante e descansados no seu descanso.

Câmara Municipal de Cananéia (IHGSP), sobre as características do habitante praiano, ano de 1858.

Na seção anterior foram elencadas fases históricas e econômicas no Litoral Norte de São Paulo. Fatores econômicos e isolamento geográfico relegaram à porção da costa paulista, desde o fim do século XIX, nichos de cultura tradicional que preservaram certa homogeneidade no decorrer da primeira metade do século XX (AYER DE OLIVEIRA, 2001; DIEGUES, 2004; MANTOVANI DE OLIVEIRA, 2008).

Comunidades caiçaras e caiçara-quilombolas mantiveram este *status* até a abertura de vias rodoviárias e especulação imobiliária decorrente, que viu nesta parcela do estado oportunidades de negócio para atender ao lazer de populações de grandes cidades.

Aspectos da cultura litorânea paulista são objetos de estudo desde a década de 1950, com os trabalhos de Ary França, Carlos Borges Schmidt e Emílio Willems; Oscar Holme (1971); Antônio Carlos Diegues, Kilza Setti e Priscila Siqueira, na década de 1980; Márcia Merlo, Silvia Paes e Maria Luiza Marcílio, nas décadas de 1990/2000. Mais recentemente, temos trabalhos específicos referentes aos quilombolas de Ubatuba, empreendidos por Elaine Branco (2007), Egléia Adalgiza Minas (2015), Estrela da Costa (2016), dentre outras.

Assim, o presente tópico elabora um panorama sobre os conceitos de caiçara e quilombola. Aborda expressões memoriais que indicam origens em porções específicas de África. Por fim, os contextos econômicos apresentados pela primeira seção e as identidades relatadas nesta parte moldaram também uma comunidade de negros e caiçaras em praias da Costa Sul de Ubatuba. Ações de expulsão e extorsão empreendidas por agentes imobiliários aglutinaram em movimento de resistência estes grupos praianos e derivou novo rearranjo destes bairros rurais, agora na forma de uma comunidade quilombola. Assim, finaliza-se com o histórico geral da Caçandoca, tema deste trabalho.

4.1 O Caiçara

As comunidades símbolo do litoral paulista são compostas sobremaneira pelas chamadas populações caiçaras, grupos de habitantes litorâneos constituídos com remanescentes indígenas, com a chegada do colonizador europeu (ibérico) e com a contribuição de vasto contingente de africanos, trazidos no período escravocrata.

Segundo Teodoro Sampaio (1955, p. 187) o termo deriva-se de expressão tupi que significa cercado, paliçada: *caá* = mato, *içara* = cercado. Tradicionalmente, refere-se às comunidades praianas que pontuam o litoral que se estende do sul fluminense até a costa paranaense. Suas manifestações (materiais e imateriais) são compostas por técnicas vernáculas de pesca, linguajar, conhecimento empírico sobre clima, etnobotânica, arquitetura, dentre outras.

Percepções sobre seu estilo de vida próprio relegou alcunhas como preguiçoso, indolente, tomado por moléstias. Inclusive o termo *caiçara* passou a designar pejorativamente, em muitas praças e até em dicionário, qualquer cidadão que era considerado avesso ao trabalho, conforme observa Priscila Siqueira (1984, p. 17). Luiz Geraldo Silva (2004, p. 59) observa que na década de 1970 tal termo era evitado em algumas comunidades litorâneas e usado para fustigar outras com as quais havia rivalidade.

Outra visão recorrente sobre estas era a correlação com grupos rurais do planalto. Ary França (1954, p. 45, 99): observa:

Seu tipo característico é o *caiçara* ou mameluco do litoral [...] agricultores e pescadores mestiços [...] há similaridade com seu irmão, o caboclo, pelo menos em resultados e nos aspectos gerais de paisagem.

Estas semelhanças entre ocupações praianas com as de serra acima são em decorrência de aspectos de ocupação, listados por Antônio Cândido (2010, p. 97) como: isolamento, posse do território, trabalho doméstico, auxílio vicinal, disponibilidade de terras e margem de lazer.

Sandra Patrícia Martínez Basallo (2016, p. 125) e Restrepo (2016, p. 200), destacam aspectos similares presentes em comunidades tradicionais colombianas rurais de origem negra. São relacionadas a ajuda mútua, principalmente no compadrio e cuidados coletivos de crianças e jovens. Estas características também são presentes no Quilombo da Caçandoca, conforme expresso pelos depoimentos a seguir:

E3 - Se um matasse uma galinha, nem que fosse um pé você ganhava, não tinha nada de vender. Hoje em dia não. Hoje em dia se você não tiver, você não tem e acabou. Mas antigamente, não.

E7- Então a vivência era melhor. Mas a gente era assim, não era desvalorizado por que todo mundo vivia assim. Todo mundo vivia nessa situação. Todo mundo era parente, todo mundo era compadre, era comadre. Era melhor. Aqui era que nem índio: você nascia aqui, casava aqui mesmo. Não saía para procurar namorado. Era aqui dentro mesmo. Aqui se casava. [...] Se precisarem de tantos homens para nos ajudar, eles vêm. Fazem aquele mutirão. Não era mutirão que falava antigamente. Se você for trabalhar o dia inteiro, você vai fazer um pitirão. Todo mundo vai dar o auxílio. Se você for trabalhar só depois do almoço, para plantar, aí chamava agitório. [...] Todo mundo ajudava todo mundo. Tal dia vamos fazer uma roça de fulano. E se era no fim de semana ainda tinha um baile.

Especificamente em Ubatuba, Holme (1971, p. 173) destaca como características de ocupação a partilha dos terrenos por filhos e agregados, herança e o mato adentro, via de regra, escarpado, para uso das roças, caças e coleta. Referente ao sertão, Schmidt (1958, p. 17) o define como "[...] a planície litorânea interna, nos socavões e sopé da Serra do Mar, que acompanha, retirada cerca de duas léguas, o litoral paulista."

O partido de ocupação do espaço caiçara de outrora dividia-se entre os ranchos de pesca a beira-mar, as casas aglomeradas nas vilas e o sertão, terra adentro, onde se cultivava a roça e se fazia as cevas, locais onde se colocavam frutos para atrair a caça. Exerciam atividades laborais e funcionais de modo específico, vernáculo, “[...] de maneira não predatória de se relacionarem com a natureza, um complexo conhecimento do mar, da mata, do rio, do mangue”, como observa Silvia Paes (1998, p. 27). O caiçara era um morador característico, visto como habitante, não como membro de um grupo articulado e atuante, no sentido de resistência, de colaboração para melhora do meio circundante e de sua condição social e cultural, como visto nos movimentos sociais atuais.

Outro olhar sobre estas comunidades o via como uma etnia específica, inclusive sujeita a estudos de cunho antropométrico. No decorrer do século XX, pesquisas procuravam identificar padrões físicos do caiçara, sob viés biológico, e não como um sentimento de pertença, conforme descrito por Ary França (1954, p. 99) e Emílio Willems (2003, p. 79).

Na literatura consultada do findar da primeira metade dos novecentos não se identificou estudos e reflexões que contemplassem exclusivamente o sentimento de

identidade e autorreconhecimento do praiano, o que poderia ser expressa em movimentos sociais organizados. Algumas nuances foram dadas por França (1954, p. 102) que observa: "Mas o sentimento de pertencerem às comunidades de que participam ou que cresceram (mais do que nasceram) é um fator de coesão nos povoados praianos".

Atualmente, há ainda algumas comunidades caiçaras que mantêm boa parte das características de outrora, como por exemplo, na Ilha de Montão de Trigo (São Sebastião); Búzios, Bonete, Sombrio, Castelhanos, dentre outras, em Ilhabela; e Picinguaba e Bonete, estas em Ubatuba. No entanto, a identidade caiçara atualmente independe de territórios tradicionais e ou de práticas ancestrais. Mas, a sentimentos de autorreconhecimento permeado por redes sociais que unem fortalecimento de aspectos culturais, étnicos, de gênero e preservação ambiental.

4.2 Quilombos de ontem e de hoje

O território nacional abriga, em seu mosaico de unidades federativas, comunidades rurais e semirurais compostas por populações afro-brasileiras usualmente denominadas quilombos. Tais núcleos carregam em si densa trajetória de luta, resistência e, sobretudo, realizações e conquistas.

Segundo Elaine Branco (2007, p. 50) o termo que as denomina deriva de '*kilombo*', relacionado a guerreiros *mbundu* de região que "[...] corresponde hoje ao sul de Angola, formado por vários grupos étnicos desenraizados de suas comunidades". Já Egléia Adalgizo Minas (2015, p. 20) aferiu que o termo seria originário de *kilombu*, que no idioma quimbundu significaria arraial ou acampamento. Em paralelo, o conceito de quilombo é revisitado de acordo com seu período histórico, em especial, no território nacional.

No contexto brasileiro, segundo Flávio Gomes e Maria Helena Machado (2016, p. 291), já no século XVI, há menções de redutos de resistência africana – 1575, no recôncavo baiano. A denominação de quilombo era voltada exclusivamente para definir agrupamentos de escravos fugidos e atores de alguma ação de resistência, inclusive armada. Segundo Gabriel Freitas Monteiro (2020, p. 367), ao contrário das colônias espanholas, francesas, holandesas e inglesas, os termos africanos *mocambos* e *quilombos* foram mais difundidos no Brasil, embora se saiba muito pouco como, de fato, os fugitivos se autodenominavam.

Sandra Santos (1997, p. 75) lista outras possibilidades de formação de tais grupos, como agrupamentos de negros alforriados; herança por testamento do senhor das terras; ex-combatentes e fixação em locais ermos após a fuga.

Estes núcleos de afrodescendentes comumente acolhiam outros integrantes, vindos de outras formas de repressão: indígenas, cristãos novos, portugueses foragidos. Esta percepção de refúgio, acolhimento e liberdade é permeada pelas narrativas atuais, como pode-se aferir em depoimento no Quilombo da Caçandoca:

E5 - Por que como eu falei ontem num grupo de pessoas que eu saí, fui fazer trilha, geralmente estas pessoas conceituam como quilombo sempre o afrodescendente negro, e quilombo, sempre foram miscigenados: é a mistura do índio, com o negro e com o branco. Isso em todos os territórios.

No período colonial as relações do estado para com estes povoados revestiam-se de caráter administrativo e policial. Eram impressas tanto nas identificações quanto na vigilância destes, sob monitoramento dos graus de ameaças que poderiam oferecer ao status das produções econômicas hegemônicas. Freitas Monteiro (2020, p. 372) prossegue:

Os contra - espaços foram então, espacialidades diferenciadas e específicas construídas a partir da experiência dos grupos subalternizados dentro da sociedade dominante, e que projetavam formas de existir baseadas em cosmogonias, ontologias e epistemes outras [...] Neste sentido, podemos inferir que os quilombos se configuravam enquanto sociedades negras, construídas na Diáspora e inspiradas em sociedades africanas, ao desenhar uma matriz sócio-espacial, política, econômica e cultural.

Em trajetória histórica colombiana, estes agrupamentos recebem o nome de *palenques*, sob a prática do *cimarronismo*, descrito por Restrepo (2016, p. 198) como:

[...] a fuga em grupos ou individualmente a lugares alijados do domínio escravista, onde se consolidavam como palenques [...] O cimarron e o palenque se configuram, então, como um estado e um espaço não somente de rebeldia explícita ante o sistema escravista, mas também, como ato paradigmático de resistência e reconstituição cultural, demográfica e militar (tradução do autor)²⁰.

Em contraponto à eleição exclusiva de locais ermos e fugidios no período colonial brasileiro, Berno de Almeida (2002, p. 59) aponta formações de núcleos aquilombados dentro das próprias fazendas. Frutos de resistência e organização

²⁰ [...] *la huida en grupos o individualmente a lugares apartados del dominio esclavista, donde se consolidaban como palenques. [...] El cimarrón y el palenque se configuran, entonces, como un estado y un espacio no sólo de rebeldía explícita ante el sistema esclavista, sino, también, como acto paradigmático de resistencia y reconstitución cultural, demográfica y militar.*

exercidas por escravos e ex-escravos, “[...] onde há uma produção autônoma que não passa pelo grande proprietário”.

A ideia de quilombo como um refúgio sem produção econômica é refutada pelo autor (BERNO DE ALMEIDA, 2002, p. 50). Em suas consultas a documentos e inventários do período colonial, as comunidades quilombolas estariam inseridas de forma efetiva em sistemas comerciais locais e regionais.

Portanto, no período colonial, de norte a sul do país, pontilham territórios geridos por populações negras. Muitas em constante vigilância ante mobilizações políticas e policiais, praticadas em conjunto pelo estado e por grandes proprietários. Outras, insinuando-se nas fazendas, diante do vácuo de poder dos latifúndios em decadência, como veremos na trajetória do Quilombo da Caçandoca, adiante. Em suma, tais comunidades não apresentam somente o arranjo imediato da sobrevivência, mas a estrutura perene de produção social e econômica, carregada pelos valores ancestrais e pelos rearranjos cotidianos.

As inúmeras nações africanas não relegaram ao processo civilizatório brasileiro apenas sua força de trabalho. Seus saberes influenciaram intensamente técnicas em arquitetura, metalurgia, cantaria, agricultura, além de novas dinâmicas do sagrado e do profano (OLIVEIRA, 2020, p. 324).

Em período imediato à Lei Áurea e no advento do período republicano Berno de Almeida (2002, p. 53) afirma que não há menção às questões jurídicas referentes aos quilombos, “[...] pois com a abolição da escravatura imaginava-se que o quilombo automaticamente desapareceria ou não teria mais razão de existir”, visão também corroborada por Freitas Monteiro (2020, p. 379). Neste sentido, Neusa Gusmão (2016, p. 361), ao se referir ao Quilombo do Campinho, em Paraty discorre: “Uma sociedade marcada por relações que negam a condição negra de que são portadores e que nega também, o direito à terra que habitam, uma terra herdada dos troncos”.

Esta negação da escravidão e da culpa pelos que a praticaram dá origem a uma ideia de país cordial, pacífico e alheio a grandes catástrofes. Um Brasil onde todos são bem acolhidos, uma nação sem preconceito. Chico César (2015), em sua música ‘Negão’, bem descreve:

Negam que aqui tem preto, negão
 Negam que aqui tem preconceito de cor
 Negam a negritude, essa negação
 Nega a atitude de um negro amor
 Mas pra todo canto aonde tem você, eu vou
 Com o canto do olho lançam setas de indagação

Ainda não sabem, mas sabemos que opressão
 É a falta de pressa do opressor pedir perdão
 A quem não perdeu tempo e a muito tempo perdoou
 Mas nunca esqueceu, não.

A ação deliberada e sistemática de esquecimento das trajetórias afro-brasileiras, bem como as percepções pejorativas expressas por setores hegemônicos, também influenciaram comportamentos em comunidades negras, no decorrer do século XX. Em específico no Quilombo da Caçandoca tem-se este registro:

E5 - É uma comunidade pequena, não tem 50 famílias, mas a gente vê isso no dia a dia a intolerância e outra questão é a falta de auto afirmação da comunidade como negro. Mas isto é histórico como minha mãe relatou. O meu avô ele se casou com uma mestiça. Na verdade minha avó, a Maria Adelaide da Conceição possivelmente era uma mestiça de branco com índio. Os traços dela dizem isto. Que ela era uma mestiça de branco com índio. Então ela se casou, depois minha mãe se casou com meu pai que também é branco porque havia esta necessidade de embranquecer a raça. O processo de eugenia, depurar a raça. A pureza do negro, eles consideravam sujeira. E este processo é histórico e se mantém até nos dias de hoje. Em processos de religião. Que não aceitam o negro. Até estes dias estava assistindo na Câmara dos Deputados o deputado federal Professor Josiel ele é negro retinto ele falou que não era negro, não era preto. Ele era afrodescendente. Porque o termo negro vem de necrofilia, vem de necrotério. Então ele não queria se associar com esta questão de negro. Então ele não era negro, ele não era preto, ele era afrodescendente. Meu, mas o cara é preto, é negro, está na pele dele. Então este processo também a gente vê dentro dos territórios. A gente vê pelo Brasil afora, mas infelizmente dentro de território quilombola. As pessoas não se autoafirmarem como negro, não se auto afirmam como quilombola. (...) Esta questão do engajamento, de se auto afirmar como negro, como quilombola, ser um ativista, é para poucos.
 P - Isto que eu ia te perguntar: não é uma regra, assim, alguns são exceção. Tem uns que vem e se engajam?

E5 - Tem uns que vem e realmente se engajam na causa, abraçam, levam a bandeira para frente. Estes dias eu estava conversando com o R., e ele tem uma escolinha chamada Afrosurfe, que ali na praia onde ele tem um processo educativo através do M., ensinando a garotada surfar, aí ele um dos garotos perguntou 'mas por que tem que chamar Afrosurfe? Eu não entendi'. O menino é quilombola. Aí ele teve que explicar por que afro, o surfe ele já sabe, mar por que afro? Então eu estou falando de uma criança que está na maior escola que se diz quilombola, que é a Aurea, o Aurea se diz uma escola quilombola, está lá estudando.

A invisibilidade praticada pelas políticas institucionais permanece no decorrer da primeira metade do século XX. Possivelmente, imbuídas da acentuada ocupação rural da sociedade e da discriminação deliberada das comunidades afro-brasileiras nos rincões agrários do país.

Pode-se ter como exemplo o cenário referente ao Litoral Norte, no período próximo aos anos de 1950. Na literatura consultada há pouca menção às comunidades negras desta parte do estado, aspecto também observado por Renato da Silva Queiroz (2006, p. 31). Sob este viés Márcia Merlo (2005, p. 17) afirma:

Notou-se que do negro pouco ou quase nada se falava. Este tinha sido 'esquecido' da memória, ou melhor silenciado por ter sido segregado em todos os sentidos – nos documentos e, em parte, nas lembranças.

Um caso que ilustra este processo refere-se à demolição em Ubatuba da Capela de Nossa Senhora do Rosário, no início do século XX, para uso de seus materiais na reforma da Matriz, conforme relatado por Washington Oliveira (1977, p. 99). A capela, segundo o costume usual no nosso país, teria sido erigida, mantida por negros e destinada a estes, muitas vezes ainda no regime de escravidão. No entanto, teria sido desmontada sem cerimônia e sem maiores menções aos seus idealizadores.

Quando há menção a algum bairro de origem negra não é utilizado o termo quilombo. No entanto, a toponímia de alguns rios expressa sua existência nos sertões do Litoral Norte paulista. Tem-se como exemplos o Rio Quilombo no Bairro da Enseada, em São Sebastião, ou nas histórias que permeavam o imaginário de comunidades caiçaras. Ary França (1954, p. 101) faz citação de *palmares* (refúgios) nas matas de Ilhabela, ao indicar a atribuição da mata indômita ao negro, "legenda sombria da floresta, com seus mistérios e perigos" e aponta certo temor dos caiçaras, em relação aos caminhos na mata pujante comumente chamadas de "trilhas de negro".

Em relação as denominações dos bairros rurais (negros inclusos), em entrevista foram relatados modos de identificação de cada comunidade, nos diversos povoados da costa, conforme descrito:

E1 - Não, o pessoal da Caçandoca, não se falava em caiçara, nem indígena, nem... Era pessoal da Caçandoca, eram chamados. O pessoal tratava muito nas épocas, cada local tinha um nome, como aqui, praia de Caçandoca, praia da Caçandoquinha, praia do Saco da Raposa, praia do Saco da Banana, praia do Simão, praia da Lagoa, e, praia do Pulso, então, é tudo é um território só, mas cada localzinho tinha a diferença. Então eu sou daqui da praia da Caçandoca, já o H. ali da praia do Saco da Raposa. Tem outros que é da Ponta Grossa, tem outros que é do Saco do Morcego, e assim por diante. Então, o território, cada pedacinho tem um nome. Então a gente se conhecia assim desta forma.

França (1954, p. 100) não atribui participação do negro nas técnicas caiçaras, somente apropriações do indígena, mas, sobretudo adaptações europeias. Já Willems

(2003, p. 18) não ressaltava sua presença maciça na demografia regional. França (1954, p. 46) argumenta que o contingente de ex-escravos teria se evadido para outras praças, após a abolição, ao assim afirmar:

O negro, trazido em quantidades ponderáveis como contrabando, no século passado, por ocasião da perseguição ao tráfico de escravos, a ponto de, em 1835, corresponder a 37,6 % da população desertou da região logo que a emancipação civil o permitiu e hoje não representa senão fração reduzida do efetivo humano, embora seja considerável a influência deixada pelo escravo nas cidades e nos latifúndios do passado, assim como nas mais vulgarizadas tradições da música e do 'folclore' praianos.

Não cabe neste trabalho contestar ou validar tal hipótese. No entanto, há de se verificar o porquê de estes negros, sem posses ou contatos em outras praças, terem escolhido como opção, diante de sua liberdade, irem para serra acima ou para cidades mais populosas do litoral. Em subseção adiante, pretende-se discorrer sobre a possibilidade desta invisibilidade, no campo das moradias, serem distintas e recorrentes no Litoral Norte paulista, sob inferências decorrentes do trabalho arqueológico aqui realizado.

Há de se inferir que esta invisibilidade poderia ser traduzida nas comunidades de hoje, localizadas em locais até então ermos, atuação solidária no labor e nas demais atividades do cotidiano. Olvidados como todo o litoral, mas mais esquecidos ainda, pela condição de caiçara somada a de descendentes de escravos. Em depoimento de quilombola da Caçandoca, ela diz:

E3 - Não, era mais difícil. Por que eles [caiçaras brancos] achavam que a gente, meus pais tinha que trabalhar para eles, entendeu, por que a força dos negros não era tanto que nem a força deles. Então eles achavam que tinha esta separação. Mesmo sendo pobres. Só que eles tinham canoa, tinham uma rede. Eles achavam que estavam em cima de tudo. Mas sempre tinha este modo. 'Vem trabalhar para mim'. Aí a pessoa ia trabalhar, hoje em dia você trabalha você tem um dinheiro, lá você ganhava um pouquinho de peixe, assim, levava para casa e já era o dia ganhado.

Assim, há de se acrescentar neste contexto possíveis repressões sobrepostas no seio de comunidades tradicionais: condição social, etnia, gênero. O depoimento acima revela percepção da entrevistada de que havia preconceito entre pares, isto é, comunidades caiçaras e caiçaras–quilombolas. Habitavam o mesmo compartimento geográfico e comungavam das mesmas características de subsistência. Somam-se

também atitudes comuns à época que revelavam opressões de gênero, conforme pode-se ver no depoimento a seguir.

E3 - Olha, eu comecei, o erro já foi meu. Por que (risos) com dezoito anos já casei com um homem branco. Que já está ai deitado. Quer dizer que a gente não era culpado por que tinha naquela época quem escolhia o casamento para a gente não era a gente, era nossos pais. E jamais que fosse no tempo do meu pai estava aqui sentado conversando com você. Não estava não. Ele tinha que fazer um meio de sentar no meio para ouvir o que você tinha para me perguntar. Por que nós não tínhamos esta liberdade como nós estamos tendo agora. Então a gente tinha sempre aquela separação de menina. Ou então a gente lá em cima, no Saco da Raposa eu me casei, morei uns tempos lá no Saco da Raposa na casa de meus pais, aí mudei, fui morar na casa dos pais dele lá no Pulso, já não me dei bem por que eu era negra e morava no meio dos brancos não tinha jeito.(...) Um de meus pais, a gente veio num estado... Eu não tinha um chinelo, por que a gente não usava, meus pais não usavam, então tinha esta liberdade. Nós não vestíamos uma calça comprida, por que não podia. Se eu vestisse calça comprida estava tirando a separação dos homens e das mulheres. Só tinha que vestir saia. Para tomar banho no mar tinha que ser de saia, não podia ser de bermuda, nem de calça comprida, nem nada. A gente entrava no mar para tomar banho meu pai ficava do lado esperando. Assim que a gente saía ele levava.

Há também de se mencionar ações deliberadas de discrição, realizadas por afro-brasileiros, para atenuar ou evitar discriminações. De forma correlata, tem-se exemplo no cenário colombiano, conforme explana Franklin Gil-Hernández (2016, p. 72):

Eu penso que as pessoas que pertencem a grupos minoritários, vinculados a processos históricos de discriminação, medem o que dizem e fazem no espaço público antecipando uma possível experiência de discriminação. Existem diversas formas de 'estar em público': tornar-se invisível ou evitar os conflitos tratando de ter um perfil discreto, reafirmar estereótipos para adequar-se à lógica dominante, o de outro lado, 'estar já armado', pronto, antecipando-se ao golpe (tradução do autor)²¹.

Tuan (2012, p. 290) ao abordar o cenário urbano norte-americano, diz: "Os negros residentes nos guetos são obrigados a desenvolver uma consciência de seu território porque, fora dele, deparam-se com uma hostilidade inequívoca." Sob este assunto, um quilombola da Caçandoca narra:

²¹. *Yo pienso que las personas que pertenecen a grupos minoritarios, vinculados a procesos históricos de discriminación, miden lo que dicen y hacen en el espacio público anticipando una posible experiencia de discriminación. Existen diversas formas de 'estar en público': invisibilizarse o evitar los conflictos tratando de tener un bajo perfil, reafirmar estereotipos para adecuarse a la lógica dominante, o de otro lado, 'estar ya armado', listo, anticipandose al golpe.*

E5 - Por que nós temos uma briga aí por questões de território contra o Pulso [bairro vizinho composto de casas de luxo], que a gente questiona o Pulso, pois está inserido dentro do território da Caçandoca. Então as pessoas que se colocam, se manifestam desta maneira muitas vezes acabam encontrando dificuldade de trabalhar dentro do Pulso. E se elas trabalharem no Pulso elas não se manifestam. Elas ficam quietas. Não querem ser identificadas ou como quilombola ou como uma possível liderança. Elas preferem se omitir, ficar calada para poder garantir seu emprego, seu sustento.

A continuar pela trajetória das formações quilombolas no século XX, o contexto do regime da Ditadura Militar (1964-1985) é assim descrito por Freitas Monteiro (2020, p.382):

Não há menções destas comunidades por parte do Estado, mesmo que livros e pesquisas sobre as comunidades negras rurais, já tivessem sido pesquisados por diversos autores. No entanto, na prática, nesse período agravaram-se inúmeros conflitos com comunidades negras, por conta dos grandes projetos de infraestrutura incentivados pelos governos militares, através da ideia de modernização. Como resultado, houve invasões sobre territórios ocupados por estas comunidades e sua desterritorialização física e simbólica.

No Litoral Norte paulista, o governo militar empreendeu projetos de infraestrutura sob política de Planejamento Urbano e Regional, impressa por ações estatais desconexas com as realidades sociais e culturais das localidades. Carlos Antônio Brandão (2013, p. 33) as define como processos de "[...] crescimento econômico rápido, e pelos caminhos de menor resistência, que legitimou um estilo perverso de convivência social, depredação cultural" Em consonância Cordeiro (2020, p. 34) indica que "[...] os projetos de desenvolvimento, legitimados pela falsa indiscutibilidade da ideia de progresso, são os principais antagonistas do modo de vida quilombola".

Em resumo, o desenvolvimento almejado para este litoral estaria condicionado à ação do Estado, por meio de ações que propiciassem novas vias de comunicação, industrialização, aumento populacional, turismo de massa e novas oportunidades de negócio. Iniciativas que privilegiariam alguns setores do capital, sem considerar custos ambientais e culturais infringidos a setores menos favorecidos da nação.

4.3 Práticas de resistência e liberdade: os movimentos sociais

A militância política do povo negro no Brasil encontra raízes ainda nas senzalas e se estende ao período pós-abolição, sob os mantos religiosos e lúdicos, ou como forma de distensão ante as asperezas da lida diária assim como afirmação de seus preceitos religiosos e étnicos, como discorre Clóvis Moura (2019, p. 143). Estas atuações organizadas migraram também para ambientes jornalísticos, com veículos de informação gerenciados e destinados aos afro-brasileiros, no período da década de 1910 até o início da segunda metade dos novecentos. Inicialmente, apenas com notas sobre os eventos e festividades. Depois, para conteúdos mais incisivos referentes às reivindicações de oportunidades e reconhecimento do legado negro no Brasil, presentes em jornais como o Menelick, Clarim da Alvorada e Voz da Raça, dentre outros (MOURA, 2019, p. 144; 223; 241).

No mesmo sentido, o adentrar da década de 1970 mantém os esforços do povo negro na organização política e militante de diversos movimentos sociais. Deram-se através de suas estruturas formais (organizações não governamentais (ONGs), associações de quilombolas, indígenas) e informais, como as “redes sociais que favorecem a organização”, segundo afirma Ângela Alonso (2009, p. 55). Diegues (2001, p. 25) define este esforço conjunto como “[...] ecologismo social que alia proteção ao meio ambiente à defesa de modos de vida ligados à floresta, aos rios e mares”.

Tem-se como exemplos de atuação no Litoral Norte a mobilização social contra a chamada Estrada do Sol, ligação rodoviária que teve sua construção interrompida na década de 1980. Os embates na década de 2000 contra a ampliação do Porto de São Sebastião, SP, cujo projeto previa o tamponamento de todo o Mangue do Araçá. E, sobretudo, conquistas atuais da titularidade da terra por algumas comunidades tradicionais: além dos grupos quilombolas de Ubatuba, temos a recém-titulada posse coletiva da Baía dos Castelhanos, Ilhabela, SP, pelo núcleo caiçara local.

Assim, movimentos sociais de defesa da cultura negra também se fazem presentes, como o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, conforme informa Ilma Fátima de Jesus (2009). Ilka Boaventura Leite (2008, p. 95) descreve que, no decorrer da década de 1980, estas organizações intensificam sua atuação por meio de redes lideradas pela Coordenação Nacional das Associações Quilombolas – Conaq.

Sobre as características coletivas dos movimentos sociais Berno de Almeida (2006, p. 69) elenca o "emaranhado de articulações", derivado de movimentos diversos, de caráter étnico, ambiental, agrícola, extrativista e de gênero, dentre outros. Prossegue sua análise ao destacar que a atuação de tais grupos não são restringidas por limites políticos-administrativos; à dicotomia rural / urbana e tampouco a rígida separação de etnias.

Se por um lado estas mobilizações não contam com o forte aparato do Estado, por outro têm como vantagem a possibilidade de integração com diversos entes, sejam locais, regionais, nacionais ou até internacionais. O seguinte depoimento ilustra o engajamento de um quilombola da Caçandoca, dado em local externo à comunidade:

E5 - Eu vejo sempre como referência por exemplo o D. O D. é um cara super informatizado, tem muita informação e ele praticamente não para dentro da comunidade. Ele foi se autorreconhecer como quilombola na periferia de São Paulo. Ele saiu de dentro da comunidade, foi para a periferia de São Paulo. Lá ele teve contato com os movimentos negros. E lá ele começou a se autoidentificar como negro, como quilombola.

Em outro relato, vê-se a multiplicidade étnica e geográfica representada por evento no Quilombo da Caçandoca, realizado no julho de 2019:

E7 - Veio muita gente. As indígenas eu não trabalhava com elas, mas as outras, vieram daqui e do Amazonas também. Tinha uma índia do Amazonas. Até uma hora que a gente foi se despedir não sei o que aconteceu comigo, e com ela, que nós duas ficamos chorando. Eu falei: o que aconteceu agora com nós duas? Eu fiquei pensando... Nossa, foi muito forte na hora dela ir embora. Mas ela prometeu para mim que voltava para fazer uma visita. Agora quando eu não sei, né?

Sobre a atuação individual, Berno de Almeida (2006, p. 70, 88) difere duas credenciais que podem coexistir: o papel social e a identidade. A primeira, refere-se a filiação do agente a algum grupo ocupacional, remunerado (cooperativa, assalariado) e a segunda, possui caráter voluntário. Tal cenário é comum em associações e ONGs de pescadores, extrativistas, artesãos, acadêmicos, etc., profissionais comumente integrados a militâncias coletivas. Há assim uma transição de uma relação afetiva (parentesco, amizade, coleguismo laboral) para uma relação política (entes que não possuíam relação direta, mas se aglutinam em torno de um ideal, tanto dentro da comunidade quando com outras, em rede).

Se por um lado há esforços conjuntos, por outro sempre o risco de dissidências e fragmentações, tanto entre os grupos quanto internamente. Conforme observa Boaventura Leite (2008, p. 95): “[...] pela heterogeneidade das situações e pelas idiossincrasias reveladas em seu interior, e que são, em parte próprias do processo político em que se inserem esses movimentos sociais”. A multiplicidade de olhares e embates internos é relatada por quilombola da Caçandoca:

E5 - Então estar trazendo para dentro esta questão de gênero. Coisa que é tabu você discutir com os mais antigos. Questão de gênero você não discute com os mais antigos. Eles não querem discutir. Como minha mãe falou: precisava da permissão do pai para sentar do lado de uma pessoa. Então estes tabus vem sendo quebrados, quebrados, e tem muito tabu que precisa ser quebrado. Precisa ser descortinado isso. A gente tem que dar espaço para esta geração aí. Por que senão a gente fica preso no passado e o novo vem e passa por cima. Então isso tem que ser aberto, todo este leque. E geralmente eu acabo servindo de mediador nesta situação.

Outro relato, de mulher líder quilombola, insere outro tema (religiosidade), nas rotinas de luta da comunidade:

E7 - Então eu falei. Estava tendo a descendência que tem lá atrás dentro da comunidade, mas não quer divulgar. Quando meu marido foi a Brasília e ficou uma semana com o Vicentinho (deputado federal), ele perguntou se tinha alguma religião espírita aqui, alguma. Por que tem uma meta dentro do ministério lá que você aposenta, tem uns documentos que você leva, eles montam tudo... Eu gosto de falar, divulgar, chegar num lugar... Ah, eu fico doente se não falar. Todo mundo tem fazer parceria.

Mesmo com dissidências internas, a coexistência e respeito entre diversos olhares são tidos como princípios basilares nas arenas dos movimentos sociais, dos quais o Quilombo da Caçandoca é integrante, conforme narrado:

E5 - Mas esta questão do preconceito a gente conceitua a pessoa pelo que ela é, sempre vai existir. Por que a gente olha pra a pessoa e já cria um conceito. O, aquele lá é um índio. Aquele lá é um quilombola. Aquele lá é um caiçara. Este já é um preconceito sobre a pessoa. Agora o racismo, aquele índio não vale nada, aquele preto não vale nada, aquele caiçara é preguiçoso, se existe dentro destes movimentos sociais, ele é bem velado. Ele é bem velado. Por que se a pessoa demonstrar isso claramente, ela é expurgada na hora. Ela é expurgada na hora. Por que isso não pode acontecer dentro dos movimentos sociais. Não pode ter nenhum tempo de racismo. Nenhum tipo de racismo institucional, seja lá qual for. Agora preconceito infelizmente isso faz parte do ser humano. Não tem como. Você vai olhar para o outro, meu este cara é esquisito, diferente, a gente tem o preconceito mesmo. (...) O preconceito, pré-estabelecido sempre vai existir. Tanto parte do quilombola, como parte do caiçara. Agora o racismo também existe, mas se existir dentro deste espaço é de forma

velada. O racismo étnico-cultural. Então as pessoas, por exemplo, eu percebo isso na questão dos indígenas. As pessoas ainda olham assim os indígenas como se fosse um alienígena. Ah, um indígena. Lá vem um indígena. Como se fosse um bicho de sete cabeças. E mesmo os indígenas também tem uma certa dificuldade de se relacionar com o caiçara e com o quilombola. Mas estes grilhões a gente vem aos poucos quebrando.

Retomando a trajetória histórica dos movimentos sociais, sua luta na década de 1980 resultou em conquistas inseridas na Constituição Federal de 1988 (BERNO DE ALMEIDA, 2006, p. 33). Em específico ao povo negro tem-se o artigo 68 da carta magna:

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2020).

A carta magna e demais dispositivos garantiram a grupos assim designados um melhor caminho na difícil luta para garantia de seus territórios. Em associação com demais comunidades tradicionais (indígenas, beradeiros, quebradeiras de coco, faxinalenses, pomeranos, etc.), novas arenas de representação foram criadas. Tem-se como exemplo a criação do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais em 1992 (BERNO DE ALMEIDA, 2006, p. 22), no âmbito do Instituto Brasileiro Meio Ambiente Recursos Renováveis (IBAMA). Atualmente, sob a égide do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A criação de colegiados garante certa participação dos movimentos sociais. Porém, a institucionalização destas lutas por meio de conselhos e comitês, gerenciados pelo poder público, possibilita o posterior boicote pelo próprio estado. Neste sentido Theophilos Rifiotis (2008a, p. 54) diz:

Sem dúvida, a institucionalização dessas lutas pode gerar satisfação imediata da indignação e 'ganhos' socialmente importantes. Assim, não se trata de negar os chamados avanços sociais, mas de apontar o risco de transferir responsabilidade para o Estado e esvaziar a própria solidariedade gerada nos movimentos que eram seus porta vozes.

Berno de Almeida (2006, p. 72) aferiu que no decorrer da década de 2000 (no seio de mandatos presidenciais de viés popular e inclusivo), o cenário permaneceu favorável. Sobre este aspecto tem-se o relato de uma liderança feminina da Caçandoca:

E7- Eu trabalhei com as mulheres assentadas quilombolas, uns oito anos com elas. Ainda trabalho com elas. Viajava com estas conquistas, a última vez que eu sai, que eu fui... 2006, eu acho, que ele leu o decreto. Eu estava em Pontal do Paranapanema. Com as mulheres assentadas quilombolas. Eu saí daqui sete horas da manhã, cheguei lá quinze para a meia noite. De ônibus pegando o pessoal de assentamento. Porção de mulher com um monte de bugiganga, e eu junto. Sabe este pessoal dos sem terra? Eu andava com eles. Esta conquista foi quando o Lula leu o decreto, de Fome Zero, nos assentamentos, aposentadoria que ninguém tinha, e a Luz para Todos. A sorte que naquele dia eu estava lá e eu assinei. Ai foi a luta das comunidades. Aí começamos ir para as reuniões.

Outro relato de integrante da Caçandoca expressa o cenário atual das conexões com demais movimentos sociais:

P - E você, o quilombo em relação aos outros movimentos. O que você pode resumir para mim, por favor? Em relação a outros movimentos sociais em Ubatuba ou na região.

E5 - Na região a gente tem aí o Fórum de Comunidades Tradicionais que auxilia neste sentido de organização social. Que é uma, não chega a ser uma instituição é um movimento social onde se encontram quilombolas, indígenas e caiçaras. Está ligado também com todos outros movimentos sociais, não tem como fugir disto. Olha: o MST, a Conarq, que é o Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, e, o que mais: Fundação Padre Chico. [...] Por que quando a gente vai fazer uma festa por exemplo, a noite, depois das reuniões, passa o dia inteiro mas chega a noite a gente tem que tudo que se divertir, vamos beber. Vamos beber para esquecer os problemas. Aí os indígenas se misturam com o caiçara, para dançar fandango, ou então a gente vai se misturar com o quilombola para dançar o toré, aí eles se misturam, vira aquela panela brasileira.

Porém, tais participações revestem-se de dificuldades tanto financeiras quanto de infraestrutura, conforme narrado:

E5 - Então a gente tem que fazer viagem, tem que sair do nosso bolso. A não ser quando a gente recebe um convite, por exemplo o fórum de comunidades tradicionais, geralmente eles se reúnem no lado norte de Ubatuba. Parati ou Angra ou então lá no Ubatumirim. Ou então na Almada. Eles pagam para a gente ir para lá. 'Lá a gente custeia a passagem de vocês e a gente vai custear o local para vocês ficarem e a gente dá alimentação para vocês.' Então a gente vai. Mesma coisa no Itesp a gente fazia isso, mas hoje em dia o Itesp está desmontado a gente não faz mais isso.

No âmbito desta pesquisa participou-se de iniciativas coligadas de resistência e trocas de experiências, promovidas ou realizadas no Quilombo da Caçandoca. Listam-se o Encontro de Mulheres Indígenas, Assentadas e Quilombolas, realizado em julho de 2019, bem como o Dia de Resistência e Luta Quilombola, realizado em

Maio de 2018, com lideranças comunitárias e órgãos de proteção, conforme ilustrado na prancha 12.

Prancha 12: Redes sociais.

<p>Dia de Resistencia e Luta Quilombola/Quilombo Caçandoca</p> <p>Entidades Convidadas: Ministério Público Federal Caraguatatuba Núcleo de Comunidades Tradicionais do MPF Caraguatatuba Defensoria Pública de Taubaté Deputado Estadual Carlos Neder Fórum de Comunidades Tradicionais Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA Instituto de Terras do Estado de São Paulo Itesp</p> <p>Centro Acadêmico Carlos Marighella de História da Unitaú Associação Brasileira de Reforma Agrária ABRA Associação dos Geógrafos Brasileiros- AGB Arqueólogo Clayton Galdino CONAQ Conselho Municipal de Comunidades Quilombolas de Ubatuba</p> <p>01</p>	
---	--



Nota: Figura 01: convite do evento Dia de Resistência Quilombola. 12 de maio de 2018. Fonte: Associação Do Quilombo da Caçandoca; Figura 02: evento Dia de Resistência Quilombola. 12 de maio de 2018. Figura 03 e 04: 9o. Encontro de Mulheres Assentadas, Quilombolas e Indígenas. Julho de 2019. Fonte: o autor.

4.4 Um quilombo, outros significados

As expectativas geradas pelo artigo 68 da Constituição Federal de 1988 demandaram novas abordagens sobre ocupações do povo negro, com aprimoramentos e discussões sobre termos de identificação. Dentre estes, *quilombo* e *quilombola*.

Diversos estudos e encontros buscaram, à luz dos reclames tanto das comunidades beneficiadas quanto das antagonistas, redefinir os requisitos para se considerar o que caracteriza ou não uma comunidade quilombola. Pelo lado das comunidades negras voltava-se contra o critério exclusivo de formação por ex-escravos fugidos. Sandra Santos (1997, p. 75) pondera sobre o distanciamento do termo como se este não fizesse parte do cotidiano nacional, e sim restrito à época da escravidão.

Atualizações e aprimoramentos do uso destas nomenclaturas foram realizadas, tanto em encontros dos movimentos quanto na academia. Tânia Andrade (1997, p. 48) oferece como exemplo a conceituação expressa pela Associação Brasileira de Antropologia, (ABA), que reza: "Toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos, vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado". Já Sandra Santos (1997, p. 77) diz:

Para os militantes, o correto seria entender por comunidade remanescente de quilombo todos os grupos étnicos de preponderância negra, encontrados em todo o território nacional, conhecidos popularmente como terras de preto, comunidades negras, mocambos, quilombos ou quaisquer denominações reconhecidas, e que convivam num mesmo espaço por um determinado tempo. Seria mais simples e rápido do que provar uma descendência que raramente é documentada, posto que o que predomina em tais comunidades é a tradição oral.

A autora Sandra Santos (1997, p. 47-48) também compila diversas opiniões que resumem a conceituação moderna de quilombo, composta por: legado; sentimento de ser e pertencer a um lugar e grupo específico; não restritos a grupos homogêneos, insurrecionais ou rebelados; não definido por número mínimo de indivíduos; pertencimento formado por ações de afiliação ou exclusão (resistência); territorialidade composta por uso coletivo do espaço; autoidentificação como integrante quilombola, dentre outros.

Berno de Almeida (2002, p. 72) ressalta que este conceito não pode ser visto somente em lastros históricos, consanguíneos e ancianidade, mas também de ações coletivas de resistência, construção e projeções futuras desta trajetória histórica. Critica o termo constitucional *remanescente*, entendido como algo ligado somente a um cenário passado. Ressalta que os integrantes destas comunidades devem ser vistos "[...] de uma forma vívida e ativa, capaz de se contrapor a antagonistas que tentam usurpar seus territórios" (BERNO DE ALMEIDA, 2002, p. 72).

Em estudos sobre os cenários colombiano e brasileiro, Barraza (2016, p. 110) aborda mudanças de terminologias de autorreconhecimento diante de ameaças externas, que faz com que a comunidade veja-se como um grupo distinto do que os se contrapõem, "[...] por que viviam em uma comunidade relativamente homogênea, ao que tendem a não pensar em si mesmas em termos absolutos de raça" (tradução do autor).²²

Em Ubatuba, um jovem que nasceu no Quilombo do Camburi ao ser questionado sobre este conceito assim expressou:

P - Para você o que é ser quilombola?

E9 - Ser quilombola para mim é ser um ponto de resistência. Hoje em dia, principalmente com o preconceito dentro e fora da comunidade, é saber que a gente fez parte da construção do país. Saber que a gente não tem a valorização total do que a gente deveria ser valorizado. Por que quando aconteceu a liberação dos escravos, 'ah você está livre.' Estou livre mas não tenho nada. E eu acho que muito disso acontece no dia de hoje. A gente tem uma liberdade, tem um baita espaço para a gente construir muitas coisas, mas a gente não tem como fazer isso. Então é meio um pouco opressor, mas ao mesmo tempo libertador. Por que a gente tem a nossa escolha de ter os nossos direitos, mas não somos tão beneficiados assim.

Desta forma, as demandas dos movimentos sociais instrumentadas pela Constituição de 1988, trouxeram nas décadas de 1990 e 2000 a sedimentação do termo quilombo, como mecanismo estratégico, em modo de autorreconhecimento, para organizar as reivindicações pela posse definitiva do território.

Tem-se como exemplo as trajetórias de comunidades localizadas em Ubatuba, que fixam este termo para acesso às posses de seus territórios²³. Tais comunidades

²² "...porque vivían en una comunidad relativamente homogénea, que tienden a no pensar en sí mismas en términos de raza en absoluto"

²³ O mesmo cenário encontrou-se em pesquisa de campo realizada no Quilombo Aldeia, em Iguape, SP, em 2018. A comunidade forma-se após o abandono no período escravocrata, das fazendas da região. Os ex-escravos apoderam-se das áreas e praticam economia de subsistência ao longo do século XX. No esteio das lutas da década de 1980 e 1990, reforçam o uso do termo quilombo.

apresentam, ao longo de sua trajetória, aspectos que já as caracterizam como quilombolas, de acordo com os parâmetros elencados anteriormente, pois exerciam a cultura de resistência e unidade como descendentes de escravos ou como comunidades de negros.

No caso das comunidades do litoral paulista, a terminologia utilizada migrou de *caiçara* para *quilombola*, e atualmente encontra uma nova denominação, expressa por alguns interlocutores: *caiçara-quilombola*. Este termo representaria a origem africana associada à similaridade de subsistência usual das comunidades praianas em geral. Neste sentido o depoente explana:

E5 - Que nem minha mãe fez esta separação entre os caiçaras e os quilombolas. Mas na verdade até então estas questões de quilombo é recente. Começou lá na década de 1990. Esta questão da identidade como quilombola. Por que até então nada mais era do que uma comunidade caiçara negra. Que habitava lá no Saco da Raposa, São Lourenço, e numa parte aqui também aqui embaixo na Caçandoca e era uma comunidade negra caiçara. Esta questão de se autoafirmar, se identificar como quilombola é recente. Isto foi preponderante para a questão do território. Por que se a gente se auto afirmar-se como caiçara, a gente não teria o território. A gente teria sido expulso daqui. A partir do momento que a comunidade se auto afirma, se identifica como uma comunidade quilombola a gente passa a ter um território.

Vê-se na literatura consultada e em depoimentos que as novas terminologias foram postas junto às estratégias de resistência, diante de ameaças à posse das terras por tais comunidades. Porém, tal utilização não foi aceita tacitamente por todos no decorrer desta trajetória. Ayer de Oliveira (2001, p. 63), observa:

[...] há alguns membros [do Quilombo do Camburi, Ubatuba] que se recusam a assumir-se como quilombolas - embora todos sejam ligados por laços de parentesco e constituam de fato uma comunidade coesa, independente se é chamada de comunidade quilombola ou caiçara.

Sobre este mesmo tema há o relato de integrante da Caçandoca:

E5 - E isto justamente, pego como parâmetro o que aconteceu no Camburi. Está acontecendo no Camburi. Existe uma comunidade dividida, entre caiçaras e quilombolas. Uma parte da comunidade que se diz caiçara hoje em dia está para ser retirada do Parque Estadual da Serra do Mar. Que é a área da Cabeçuda. E agora bateu o desespero neles e eles querem se autoafirmar como quilombolas. Exatamente no governo Bolsonaro. É impossível. Mas eles vão ser retirados do território. Por que eles não quiseram se autoafirmar na época como quilombolas. 'Não, a gente não tem nada a ver com isso. Nós somos caiçaras'. Só que agora como caiçara não tem o território definido eles estão para serem retirados dentro da área do parque. Por

que se anteriormente eles tivessem se autoafirmado como quilombolas eles nunca poderiam ser retirados de lá pelo parque.

Inge Helena (2016, p. 262) oferece outro exemplo, ao ressaltar divisões internas no cenário colombiano insular de San Andrés:

Mas a utilização de uma denominação [...] e a reivindicação de uma identidade de corte étnico, são pontos de debate dentro da mesma população, já que alguns setores não compartilham o significado desta denominação (tradução do autor).²⁴.

Com o uso das palavras quilombo e quilombola a ancestralidade destes grupos se conecta a origens em determinadas regiões africanas. Tais menções remetem a transmissões de oralidades de antepassados, associadas a algum porto daquele continente, não necessariamente ao local preciso de nascimento.

Em processos históricos, Ary França (1954, p. 101) cita a chegada de “peças de Guiné”, ao mencionar o desembarque clandestino de escravos em Ilhabela. Em documentação no Arquivo Público do Município de São Sebastião, (APMSS) há em inventário de 1847, sobre a Fazenda Lagoa (componente do complexo cultural no qual se insere o Quilombo da Caçandoca) registro de escravos com Belchior e aos seus nomes: quilimane, guinames, massambique, benguela, congo, angola, rebolo, crioula,²⁵ etnômios que podem ter sido incorporados em narrativas posteriores.

Sobre este aspecto Camilla Agostini (2011, p. 120) e Vitor Henrique Guimarães Lima (2020, p; 180) informam que novas identidades diaspóricas foram originadas por grupos de afinidade já no Brasil, no rearranjo social dos escravos em seus ambientes, sejam eles urbanos ou rurais.

Pode-se observar um exemplo citado por Mantovani de Oliveira (2008, p. 97), ao transcrever depoimento de quilombola do Camburi que mencionou ser descendente de escravo de Angola. No Quilombo da Caçandoca esta percepção se faz presente, conforme relatos:

E5 - Ciganos, judeus. Como eu falei ontem conversando com um grupo que veio de São Paulo fazer uma trilha aqui dentro sobre esta questão de... 'ah, eu sou um afrodescendente'. O que a ciência diz: a ciência diz que o ser humano, a raça humana nasceu aonde? Surgiu na África. Então historicamente, desse pressuposto todo nós somos afrodescendentes. Então agora as etnias que vieram aqui para as

²⁴ *Pero la utilización de una denominación [...] y la reivindicación de una identidad de corte étnico, son puntos de debate dentro de la misma población, ya que algunos sectores no comparten el significado de esta denominación.*

²⁵ APMSS. Documentos Jurídicos. CX 51, processo 177

Américas é que a gente tem que discutir etnias negras que foram escravizadas.

E7- Minha vó veio da descendência da África mesmo. Lá pro lado de Moçambique. A minha vó veio de descendência de lá. Meu pai também, né. Minha vó, mãe da minha mãe, os parentes de minha mãe já vieram de Angola. Então teve uma mistura. Então eu acredito que até chegar no meu pai, na minha sogra, os pessoal por aí, eles ainda prestigiaram muitas coisas dos escravos.

Ayer de Oliveira (2001, p. 68) oferece depoimento de Genésio dos Santos, quilombola de Ubatuba que diz: "Eu não vim de África, posso até ter sangue de africano, mas eu fui nascido e criado ali no Camburi." A autora conclui: "Mas completa que tem ascendência de quilombo, fala por ele e por todos os demais caiçaras como ele." Este relato, mesmo sendo composto por uma negativa, revela que tais origens eram discutidas no dia a dia dos grupos abordados.

Entende-se que tais memórias inserem-se em construções de uma origem que se conectaria as memórias coletivas atuais, que mesclam a identidade caiçara, negra e agora, a quilombola. Neste sentido, vê-se correlação com o que Bosi (2003, p. 39) afirma serem "lembranças isoladas, singulares, que constituem autênticas ressurreições do passado".

As percepções memoriais são nascidas de comunidades que necessariamente se adaptaram frente às mudanças e impactos infringidos no decorrer de sua trajetória que "[...] constroem e reconstroem suas tradições culturais cotidianamente." (MANTOVANI DE OLIVEIRA, 2008, p. 8). Tais lembranças são embasadas pela coletividade (HALBWACHS, 2003, p. 39), e também, como uma via de mão dupla, que possibilita suporte para a vida diária, por meio do apoio para a narrativa no que Bosi (2003, p. 70) exemplifica como "[...] companheiros que suportam as lembranças".

Estas manifestações muitas vezes veem acompanhadas de saudosismos, no que Antônio Cândido (2010, p. 225) conceitua como "utopia retrospectiva". Pode-se exemplificar com depoimentos de integrantes do Quilombo da Caçandoca, conforme descritos:

E3 - Então eu digo para você que eu me criei com todo este sofrimento, mas nunca tomei uma injeção, nunca bebi um remédio, nunca soube o que é pressão alta. Hoje em dia tenho tudo. O que eu sempre conversei com o J.: a gente tem que tomar cuidado com o que a gente faz, no que a gente se alimenta, para mais tarde não ficar sofrendo com a gente está sofrendo hoje em dia. Por que antigamente a coisa era, você comia coisa com vitamina, era um bicho que você trazia lá do mato, você não sabe o que aquele bicho comia, mas para você,

você comia aquilo ali cozido, lá como for, e a gente comia. E nunca via, aquele fulano morreu por causa daquela comida não. Aquela comida era um sustento, que tinha do mato, que vinha. [...] Então por isso o sofrimento antigamente era muito, muito mais pior do que agora. Mas mesmo assim com todo o sofrimento que nós passamos quando éramos crianças, eu preferia (do que) ser agora, entendeu, por que tinha um modo de educar os filhos hoje em dia. Graças a Deus os meus são muito bem educados, mas hoje em dia não tem os pais para educar o filho como antigamente. Por que antigamente nós dois estamos aqui conversando é, o meu pai ou minha mãe tivesse conversando você não podia passar no meio, vocês tinham que ter aquele respeito. Hoje em dia você não tem. Então eu preferia agora, na minha idade que eu estou, eu preferia do passado, lá de cima do Saco da Raposa, eu preferia lá do passado. Por que antigamente lá era em ano em ano que tinha uma festa, entendeu, e nós não sabíamos o que era um rádio. Para nós assistir um rádio tinha que sair do Saco da Raposa, aqui embaixo tinha uma venda e tinha um rádio, daquele antigo de madeira. Fazia fila, todo mundo ali para assistir uma missa, pelo rádio. Aí o homem era a pilha, aí tinha assistia a missa até uma altura, a pilha está acabando, todo mundo fazia a fila e ia embora. O sacrifício de antigamente, para mim agora é um exemplo, entendeu? Por este exemplo que eu tive na minha vida quando era mais nova, é o que eu passo para meus filhos. Por que não adianta você ter, dizer eu sou isso, eu sou aquilo, ter aquela grande vaidade, e no fim esta vaidade não vai adiantar nada, não vai. O meu marido tem, vai fazer 88 anos. Será que, eu estou com 76, será que você novos agora, vão chegar até esta época? Eu acho que não. Precisa a pessoa ter muita, muita consciência daquilo que está fazendo, para poder sobreviver. Entendeu?

E7 - Por que ainda tem as histórias, agora hoje estou vivendo esta pandemia, eu lembro que minha sogra falava para mim que ia chegar uma época que a gente ia ter tudo para comprar, mas que a gente não ia ter dinheiro. Estes dias falei para meu marido: olha, é o que sua mãe me comentava, minha mãe, meus pais, muitos comentavam isso. O porque eles falavam isso eu não sei. Eles já comentavam com a gente: 'Ah, minha filha. Vai chegar uma época que você não ter nada para comprar, você vai ter dinheiro, mas você não vai ter nada para você comer.' E naquela época a gente tinha tudo, né? Então uma vivência boa, por que a gente plantava, a gente mesmo colhia, fazia a nossa observação de tempo, observação de tudo. Então a gente tinha uma vivência muito boa. E hoje eu falo para o meu marido assim: poxa vida a gente tinha uma história boa, de fundamentos, mas a gente não observava o tempo de hoje: que a gente não era valorizado, entendeu? Hoje em dia a gente é valorizado, tem tudo esta maravilha, aqui e acaba não sendo valorizado do mesmo jeito. Por que você não está plantando, não está colhendo, você está comprando tudo lá fora. Agora vem esta história de pandemia, que você tem que lavar, ferver, fazer um monte de atividade, para você poder comer, fazer suas coisas. [...] Mas o meu anterior, a época de vivência de jovem, era melhor. Muito mais valorizado, muito mais melhor. Era melhor por que você não comprava nada lá fora. Tinha tudo aqui. Tudo, tudo. Só não tinha o sal, a querosene, o resto você tinha tudo. Tinha café, tinha feijão, milho, mandioca, para fazer farinha. Tinha banana para você

cultivar. Tinhas as frutas para você colher. Verdura eu não digo por que a gente não fazia plantação de verdura. A gente usava assim: quando fazia a roça com aquelas coivaras, aí criava aqueles tarurús, serralha, que a serralha agora é bem valorizada, mostarda, taioba, inhame, cará, a gente vivia disso, né? Mandioca, batata doce. Não comprava açúcar por que tinha as canas para fazer café. Então a vivência era melhor do que agora. Muito mais melhor. Nem se compara. Tinha os peixes, para... Meu pai não era pescador. Mas os pescadores, a maioria doava para a gente. Ou a gente comprava deles. Fazia uma troca. A gente criava nossas galinhas. Estou tentando fazer isso agora.

Em paralelo a esta valorização do passado, vê-se que o fortalecimento de tais identidades também exalta conquistas do presente, conforme narrado:

E7 - Estou contando nossa história, é tão bonito você contar seu passado para os outros, eu falei, né? Foi uma coisa sofrida e agora estamos ricos, já. Mas é verdade. Eu me sinto rica, já. Quando eu tinha seus oito, dez anos, não tinha nem chinelo. Não tinha casaco. Não tinha tênis, não tinha nada. Graças a Deus tinha a graça de Deus. Mas as outras coisas de modernidade a gente não tinha. Agora a gente tem. Abre lá meu guarda roupa: um monte de vestido, um monte de roupa para minha irmã que não serve mais. Aonde. Quem dera que aparecesse alguém para dar uma peça para nós. Nem isso tinha. Um para dar para o outro. Lembro que minhas irmãs nasceram, também passei pelo mesmo processo, ninguém tinha este negócio de fralda. Ninguém usava isso. As nossas mães pegavam as roupas velhas do pais, que assim rascadas, lavava tudo, dobrava e guardava. Que era as fraldas quando a gente nascia.

A reorganização e reavaliação de conceitos gerados pela Constituição Federal de 1988 trouxeram novas demandas sobre as definições de território, tanto conceituais quanto práticas (definição de seus limites, sob os preceitos legais e fundiários). As divisas territoriais das comunidades rurais quilombolas, à semelhança de outros grupos tradicionais (caiçaras, beradeiros, indígenas) possuem referências memoriais, paisagísticas e de uso, muitas vezes sem segurança jurídica cartorial e cadastral. Assim a configuração territorial tradicional é formada, usualmente, por:

[...] limites territoriais praticados que correspondiam ao memorial de uso, as referências ambientais, o manejo do ecossistema, das terras de uso e usufruto desde seus antepassados (BOAVENTURA LEITE, 2008, p. 93).

Já Berno de Almeida (2016, p. 60) também afirma:

Em outras palavras, pode-se dizer que cada grupo constrói socialmente seu território de uma maneira própria, a partir de conflitos específicos em face de antagonistas diferenciados, e tal construção implica também em uma relação diferenciada com os recursos hídricos e florestais.

A ruptura com as classificações coloniais de quilombo e as releituras atuais, sob participação inclusive das comunidades autorreconhecidas, possibilita a inserção de novas categorias, incipientes. Dentre elas os quilombos urbanos, derivados de grupos de famílias expulsas de seu lugar original que se reagrupam em periferias de cidades (BERNO DE ALMEIDA, 2006, p. 67-68).

Pode-se ilustrar este contexto com a trajetória histórica do núcleo da Caçandoca referente a moradias de caiçaras-quilombolas nas periferias de Ubatuba, Guarujá e Caraguatatuba, SP. Em depoimentos colhidos vê-se que algumas famílias, ao saírem do território se reagruparam nestas cidades, recebidas e auxiliadas por parentes e conhecidos. O cenário de ocupação foi assim descrito:

E3 - Por que meu sonho era para mim vir aqui para a Caçandoca para mim esticar meu braço, para mim pegar uma laranja, como era no passado. Tinha um pé de abacate, ter uma galinha, coisa que no Guarujá eu não podia ter. Porque eu morava na favela. Em cima da palafita. Criei meus filhos assim. Fazia um prato de comida para as crianças o cano de esgoto, o vizinho puxava a descarga do banheiro os meninos tudo vendo. Minha vida foi essa.

Alguns retornaram ao território original, mas muitos de seus filhos e netos permanecem nestes bairros urbanos, mas com estreita ligação com a Caçandoca e sem renunciar à sua identidade quilombola.

As perspectivas trazidas pela carta magna também incentivaram ações antagônicas, geradas por grileiros, fazendeiros, incorporadoras, etc. Estes agiram contra as posses de comunidades tradicionais, mas também foram responsáveis pelo fortalecimento destas identidades e unificação em torno do ideal de garantia de seus territórios (BERNO DE ALMEIDA, 2006, p. 25; HYRA; CHAGAS RODRIGUES, 2012, p. 102-103; CORDEIRO, 2020, p. 36).

Tem-se como exemplo a mobilização ante ação de um antagonista, hegemônico (a incorporadora Continental no quilombo da Caçandoca): os quilombolas modificam seu status individual ou unifamiliar para uma atuação coletiva, entre os seus e coligados com demais movimentos sociais.

Os litígios decorrentes indicam assim uma mudança das trajetórias dos quilombos: de um olhar “trans-histórico para o quilombo jurídico – formal.” (BOAVENTURA LEITE, 2008, p. 96). Um exemplo deste processo pode-se verificar no seguinte depoimento:

P - Em relação aos vizinhos, como está hoje a relação?

E8 - O principal vizinho hoje é o condomínio do Pulso. A gente tem uma convivência boa, mas o condomínio ele está ocupando uma cerca, uma divisão do território e já há uma cerca de casa dentro da comunidade. A comunidade já notificou o Ministério Público pedindo para que fosse refeita, demarcado estas áreas. Tem casas que invadiram dentro do território. O vizinho da Caçandoquinha, está dentro do território, mas é uma área que não foi desapropriada ainda. A gente tem uma vigilância constante também deste território e as outras demais: Saco das Bananas, Raposa, a comunidade tem que estar sempre vigilante, sempre atento com qualquer tentativa de venda, tentativa de algo que seja ilícito dentro do território que, se deixar...

Pressões capitalistas valem-se das fragilidades burocráticas e cartoriais destes núcleos tradicionais, embasadas em justificativas de progresso. Assim, iniciativas de ordem estatal e do mercado expulsam comunidades em nome de um bem maior, representado por números financeiros, sob a lógica capitalista dominante. Lógica esta diversa do arranjo, muitas vezes orgânico, de comunidades ancestrais, atrelado a margem de lazer, autonomia e lateralidade. Características presentes em quilombos e outros grupos com uso de terras comuns "[...] conjugados com a emergência de um campesinato livre que se constituiu fora do alcance dos mecanismos repressores da força de trabalho" (BERNO DE ALMEIDA, 2006, p. 80).

Em oposto à visão de atraso e inadequação das economias de subsistência, Ayer de Oliveira (2001, p. 46) observa que tais comunidades não estão em sentido *marginal*. Isto é, com pequeno poder de decisão e principalmente à mercê dos interesses de uma centralidade. Segundo a autora, as comunidades litorâneas, ao exercerem economias de subsistência, atendiam (e atendem) a contento as suas necessidades e vivem assim em sentido de *lateralidade* em relação à economia capitalista dos grandes centros da região. Ou seja, estavam em cenário *paralelo* de produção econômica, condizente e adequado às suas demandas básicas (RIBEIRO MOREIRA, 2002, p. 4).

As ações antagônicas, usualmente praticadas por setores hegemônicos, não são compostas somente por atuações de ordem imobiliária/econômica. Soma-se a estrutura social que priva as comunidades afro-brasileiras de oportunidades e acesso a melhores condições de estudo, saúde, lazer, criatividade, dentre outras. Sob este viés Oliveira (2020, p. 315) observa:

O racismo produziu uma drenagem das energias negras em favor dos privilégios espaciais da branquitude [...] Não é transitório, é estruturado. Atua no presente, não é somente fruto de herança do período escravocrata.

Têm-se depoimentos que ilustram a falta de liberdade dos quilombolas, no sentido de *desenvolvimento como liberdade*, propiciado por Amartya Sen (2010). A falta de oportunidades e a expropriação derivam a constante diáspora, o abandono de seu torrão para ganhar a vida em outro lugar ou abortar os sonhos e aspirações. Sujeitam o povo negro a violências físicas e psicológicas, conforme ilustrado pela depoente:

E7 - Eu fui trabalhar fora. Para ajudar meus pais. Minha irmã mais velha me levou para trabalhar fora. Eu convivia no meio do pó. Das poeiras. Mas quando fui trabalhar fora tive muita dificuldade. Por que eu chorava todo dia. Mandava tirar um pó de um móvel não sabia o que era móvel, não sabia o que era pó. O pessoal vinha: 'você não tirou o pó direito!' Eu chorava. O que é pó? Eu estava no meio da poeira aqui e não sabia o que era pó!

Em outros relatos, vemos a necessidade de abandono de sua terra diante da falta de recursos ou acesso a atendimento médico de qualidade, conforme narrado pelos depoentes abaixo:

E3 - Por quando eu mudei para lá eu fui para lá [Guarujá] não para morar, eu fui para me cuidar e voltar de volta. Quando eu fui para lá eu deixei tudo: deixei casa, galinha, tudo aí e fui para lá. Os filhos tudo pequenos foram para casa de meus pais para eu vim de lá, para eu retornar. Quando eu cheguei aqui o M. já tinha vendido. Aí teve que ficar, né? Eu ia para aonde? [...] Então tem muito que eu queria era para vir para cá.

E5 - Agora um cara que tem, uma pessoa que tem muitas vezes três, quatro filhos, precisa de uma geração de renda, precisa manter estas crianças, precisa pagar suas contas, não tem como ele fazer isso. Jogar tudo para cima e vir para dentro do território sem uma perspectiva de emprego, sem uma perspectiva de saúde, sem a perspectiva de uma educação próxima. Por que aqui não tem ônibus. A gente tem que andar quatro quilômetros e meio para o ponto mais próximo. Imagina uma pessoa que tem três, quatro filhos. Ele não tem um carro. Não tem emprego, bate o desespero. Então é compreensível as pessoas, esta dificuldade de estar voltando para o território.

Outro depoimento, de um jovem quilombola da Caçandoca, expressa sua breve trajetória acadêmica, interrompida por dificuldades de deslocamento:

P - E sua trajetória de estudos, o que você imagina para sua trajetória pessoal, acadêmica ou profissional? Quais são os seus projetos?

E9 - O meu pessoal, eu tenho sonhos que são um diferente do outro. Um pessoal é terminar minha faculdade. Eu fiz dois anos de jornalismo, mas tive que trancar, por que não tem ônibus para a comunidade. Trabalho como jardineiro do condomínio, e eu conseguia pagar a faculdade, pois consegui uma porcentagem boa de desconto pela minha nota do Enem. Mas eu estava pagando mais dinheiro da

passagem do ônibus do que na faculdade. Então fui me apertando. Estava ganhando menos que um salário mínimo, então tive que trancar.

Neste mesmo sentido outra jovem quilombola oferece suas percepções sobre as deficiências de infraestrutura e suas consequências para a população da comunidade:

P - E em termos de infraestrutura e equipamentos públicos, o que mais dificulta a permanência do quilombola no território?

E4 - Eu acho que é a estrada. Precisa de estrada. Precisa de transporte público. Que o único que tem até hoje são os ônibus escolares. E se a estrada, tipo, mês que mais chove, novembro agora está chovendo bastante, os passados também. Teve um dia que ficaram duas semanas sem ir para a escola por que o ônibus não conseguia entrar, subir. Tinha carro normal que ficou atolado. E só tem o ônibus escolar. Agora um idoso quer sair do quilombo não consegue por causa da estrada. Aí alguns pegam carona com o ônibus, mas as pessoas não podem saber. Só os moradores. Aí a responsabilidade do motorista, que ele dá esta carona, não pode por que é um ônibus escolar. Mas acho que o que dificulta mesmo é o transporte público. E estrada.

Por outro lado, pode-se ver em depoimentos colhidos que as lembranças de opressão, sejam elas pretéritas ou atuais, não estão exclusivamente nas pautas dos lugares de voz quilombolas. Ações afirmativas, conquistas e mudanças também são expressadas. Neste sentido, tem-se o seguinte relato:

E9 - E aqui dentro da comunidade isto me deu um fôlego a mais por que muitas pessoas, vêm pesquisadores, documentaristas, entrevistar as pessoas da comunidade e tem muito sobre o sofrimento. Querem saber muito sobre o passado, por que o sofrimento, o passado, a história, a luta dá muita ênfase. Mas o que eu acho que dá mais ênfase mesmo é a conquista. A valorização do espaço, as pessoas que vivem dentro dela. E a gente como mora dentro da comunidade a gente viu muitos documentários que se espelhavam muito no sofrimento. E por isso quis fazer faculdade, quis fazer curso de Fotografia, para a gente mesmo poder documentar isso de uma forma de pessoas que vivem dentro da comunidade, que têm a visão real daquilo que acontece. Então eu quis fazer a faculdade de jornalismo para eu poder identificar minha comunidade e muitas outras. Não só falando sobre o sofrimento, mas sobre todas as conquistas que a comunidade tem no dia a dia. As batalhas e toda esta valorização. [...] A gente fez um curta, em , eu acho, 2018, que o jornalista da Tamoios News quis entrevistar a gente. Por que gente fez um trailer. O curta é sobre belezas da comunidade. Quando ele postou teve comentários: 'ah, a comunidade só tem sofrimento, isto aí nem é uma comunidade', uma das coisas que o pessoal falou. Então, por não ter este ponto de cultura dentro da comunidade as pessoas acham que é só um nome. Não é uma origem. Aí a gente foi lá, gravou o maracatu, a roda de dança, o surfe dentro da comunidade, as pessoas, os pescadores, a cultura

afrodescendente, que tem uma mistura com caiçara dentro da comunidade.

Em outro, faz-se questão de ressaltar as conquistas e melhorias derivadas da ação política do quilombo, por meio de sua associação:

P - Você falou de dificuldades de acesso, infraestrutura, equipamentos públicos, você acha que isso é um problema geral do município ou ele se agrava quando é para o quilombo. Você acha que o fato de o bairro ser quilombola isto se agrava um pouco?

E8 - Não, até por ser um bairro quilombola até a gente tem um pouco mais de assistência sim. Porque a gente reivindica mais, e a gente tem o resultado mais rápido do que outros bairros. Pelo que a gente tem acompanhado tem bairro que está bem pior que a gente que a comunidade quilombola.

P - Isto sempre foi assim ou mudou durante...

E8 - Mudou, antes era bem pior. Mudou bastante. Mudou. Pois tem o conhecimento das ações. A comunidade mudou bastante. Tem melhorado bem mais.

Isto posto, procurou-se apresentar um panorama das nomenclaturas, especificidades e questões relacionadas a comunidades do povo negro que pontilham todo o território nacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020), existem no Brasil atualmente 5.972 localidades quilombolas, que estão divididas em 1.672 municípios. Não há ainda informações que mensurem sua população (a abordagem de tais grupos será realizada pela primeira vez no censo de 2020, adiado para 2021). Estes núcleos populacionais possuem características próprias, representadas por formas peculiares de ordenamento territorial, cosmologia, produção, dentre outras. Nuances que demandam formas apropriadas de planejamento, seja em âmbitos nacional, regional ou municipal.

4.5 Quilombos na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral

Composto, de forma breve, o arco teórico e histórico da trajetória quilombola no Brasil, elenca-se neste momento as comunidades afro-brasileiras autorreconhecidas, tituladas ou em processo de titulação na RMVPLN.

Em Guaratinguetá existe a Comunidade do Bairro do Tamandaré, localizada próximo à região central da cidade. Segundo o Iphan (2020), é assim descrito:

A comunidade jogueira de Guaratinguetá reside no Bairro de Tamandaré, localizado próximo à rodoviária e ao centro da cidade. Embora não esteja situada em um contexto rural, as características do jongo lá praticado são similares às de comunidades remanescentes

de quilombolas mais afastadas dos grandes centros, inclusive com os mesmos pontos ou ainda fazendo imagens de origem rural.

Segundo Carolina dos Santos Bezerra Perez (2005), a comunidade pode ser considerada como um quilombo urbano. Afirma-se tanto pelas práticas culturais longevas, pelo autorreconhecimento expresso por seus integrantes e pelas ações de resistência ante mazelas de ordem social, econômica e urbana. Preconceitos, desemprego, falta de infraestrutura, altos índices de violência são agruras sofridas. A comunidade possui como manifestação expoente o Jongo, assim caracterizado:

O jongo é uma manifestação cultural que compreende o canto e a dança circular acompanhado pela percussão dos tambores. Tem suas origens nas senzalas das fazendas produtoras de cana-de-açúcar e posteriormente de café. É uma forma de comunicação em que negros bantu-angolezes, por meio dos pontos enigmáticos, criaram uma expressão poética e complexa de resistência, um espaço para exercitarem a sua socialidade em meio à situação de cativeiro (PEREZ, 2005).

Em São Bento do Sapucaí encontra-se a comunidade do Bairro do Quilombo. Embora não titulado e sem ações diretas neste sentido, congrega aspectos que remetem a este tipo de grupo: memórias de africanidades, origem territorial derivada de escravos fugidos e, conforme Ludmila Pena Fuzzi (2015, p. 7) “[...] interação com a paisagem, sua localização, trabalhos artesanais e festejos populares.”

No setor litorâneo da RMVPLN, incidem no município de Ubatuba os quilombos da Caçandoca, Camburi, Sertão da Itamambuca e Fazenda da Caixa (ARAÚJO, 2016, p. 2). Estas duas últimas mantêm estreita relação com grupos localizados na divisa com o Município de Paraty (Quilombo do Campinho). Esta conexão se expressa pela luta cotidiana pelos seus direitos, bem como trajetórias em comum formadas por migrações e casamentos entre os seus.

O Quilombo da Fazenda, também conhecido como Fazenda da Caixa, originou-se de 12 famílias vindas da Comunidade do Campinho, em Paraty, na década de 1940. O nome ‘da Caixa’ vem da instituição bancária Caixa Econômica Federal, que teria retomado as terras por dívidas, mas reconheceu as famílias como legítimas possuidoras de sete hectares. No entanto, a titularidade, antes ser efetivamente conquistada, foi interrompida pela criação do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) em 1977, que não considerou a comunidade organicamente instalada como parte do ecossistema local (MANTOVANI DE OLIVEIRA, 2008; ARNT, 2006, p. 52).

O Quilombo do Camburi tem sua origem remetida, segundo Elaine Regina Branco (2007, p. 73) a processo de esmorecimento da atividade econômica da Fazenda Camburi, ocorrido no findar do século XIX. Já Ricardo Arnt (2006, p. 107) relaciona seu início a oito famílias radicadas em 1822. Na década de 1970, algumas venderam suas terras a beira mar para especuladores. Outras foram expulsas e se radicaram nos sopés da serra, no chamado sertão.

Pretendiam reproduzir as práticas cotidianas de roça, extrativismo, mas viram-se impedidas por duas unidades de conservação sobrepostas: o PESM e o Parque Nacional da Bocaina. Em 2005, em decorrência de mobilizações da comunidade por meio de criação de associação, no esteio das conquistas da CF de 1988, o grupo recebe seu documento de titulação (ARNT, 2006, p. 107). Sua trajetória é assim narrada por jovem que nasceu na comunidade:

E9 - Vivi dez anos, os meus primeiros anos. Minha mãe é de lá, lutou bastante pela comunidade. Na época ela era bem empenhada nas coisas voltadas a prefeitura, debater. Ela foi uma das organizadoras das manifestantes, que foram para o parque, ficaram um mês acampadas para ver se conseguiam a reintegração de luz para a comunidade. Durante muitos anos eles tentaram levar luz para lá e fizeram este protesto. Queimaram pneus no meio da pista, fizeram aquelas coisas para ver se ia luz para a comunidade. Já estava difícil para a galera de lá. Tinha luz em todos os lugares menos ali. Aí depois de um mês deste processo eles conseguiram a luz para a comunidade. Divulgaram, teve a TV Câmara, foi bem legal.

P - O quilombo do Camburi está inserido em área de parque, não é? O Parque não considerou os quilombolas como parte daquele ecossistema.

E9 - É, por que a comunidade do Camburi é dividida praticamente em três: caiçaras, indígenas e afrodescendentes. Então tem uma parte só da comunidade que é onde moram os quilombolas. Parte da praia onde moram os caiçaras e a parte para cima onde as pessoas tem origem mais indígena e de portugueses. Então é bem dividido: uma da praia e outra do morro, digamos assim.

P - E como é a interação entre estes três núcleos?

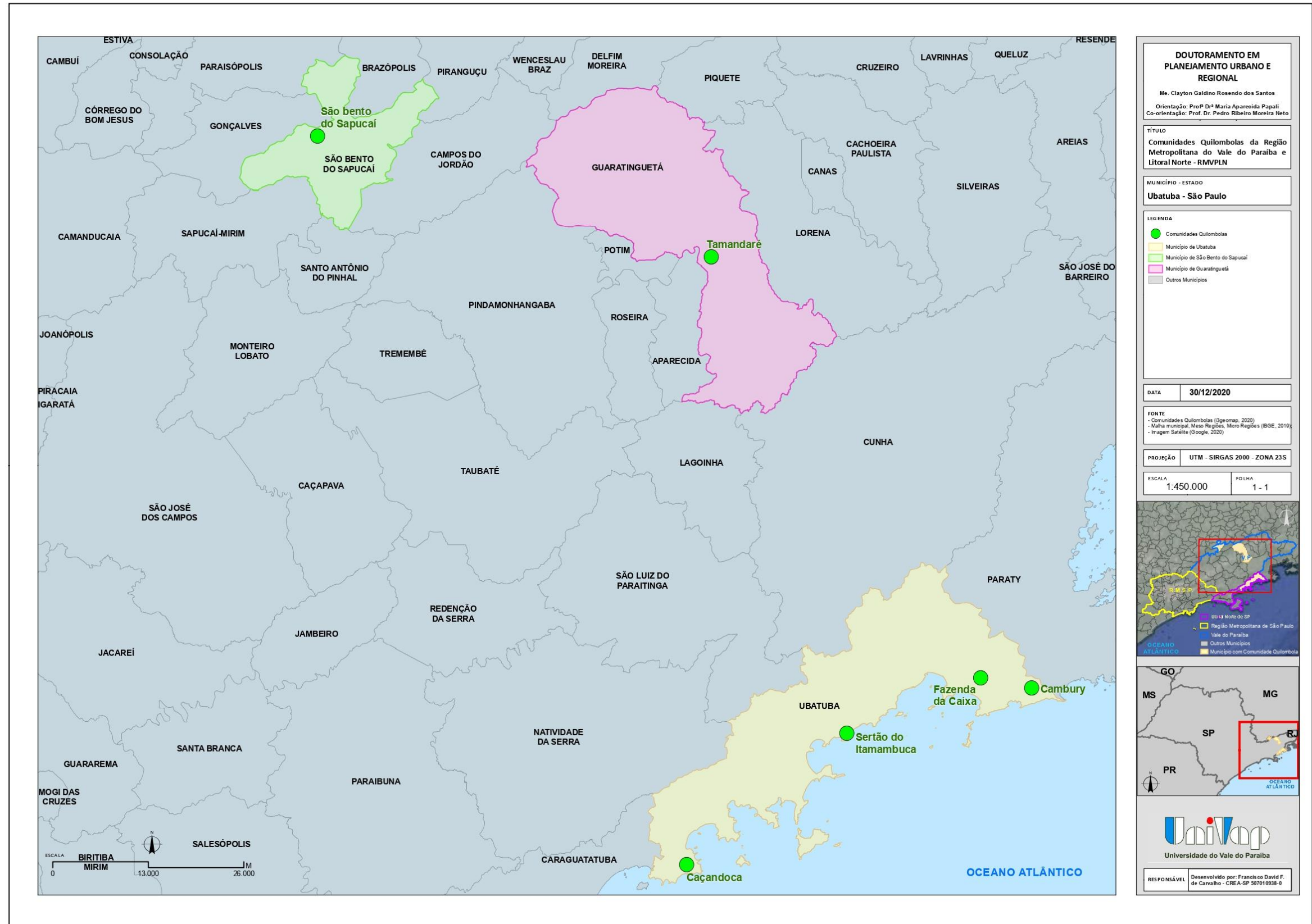
E9 - Bom, faz um tempo que eu não vou pra lá, mas cada um se importava, voltava mais à área deles mesmo. Sobe quiosques, sobre trabalhar na praia que decidia era a associação da praia. A questão da Sabesp ir lá e querer mexer nas cachoeiras, as coisas vinda do morro então era a associação de cima que debatia sobre aquilo. Ficava neste meio termo.

O Quilombo do Sertão da Itamambuca, também conhecido como Casanga, também se consolida com o encerramento das atividades da Fazenda homônima, localizada na retroárea da Praia da Itamambuca. É formado também por caiçaras expropriados de outras localidades (BRANCO, 2006, p. 74). Rita Bernardino Barros

Santos *et al.* (2008, p. 1) em pesquisas cartoriais remete seu início a descendentes diretos:

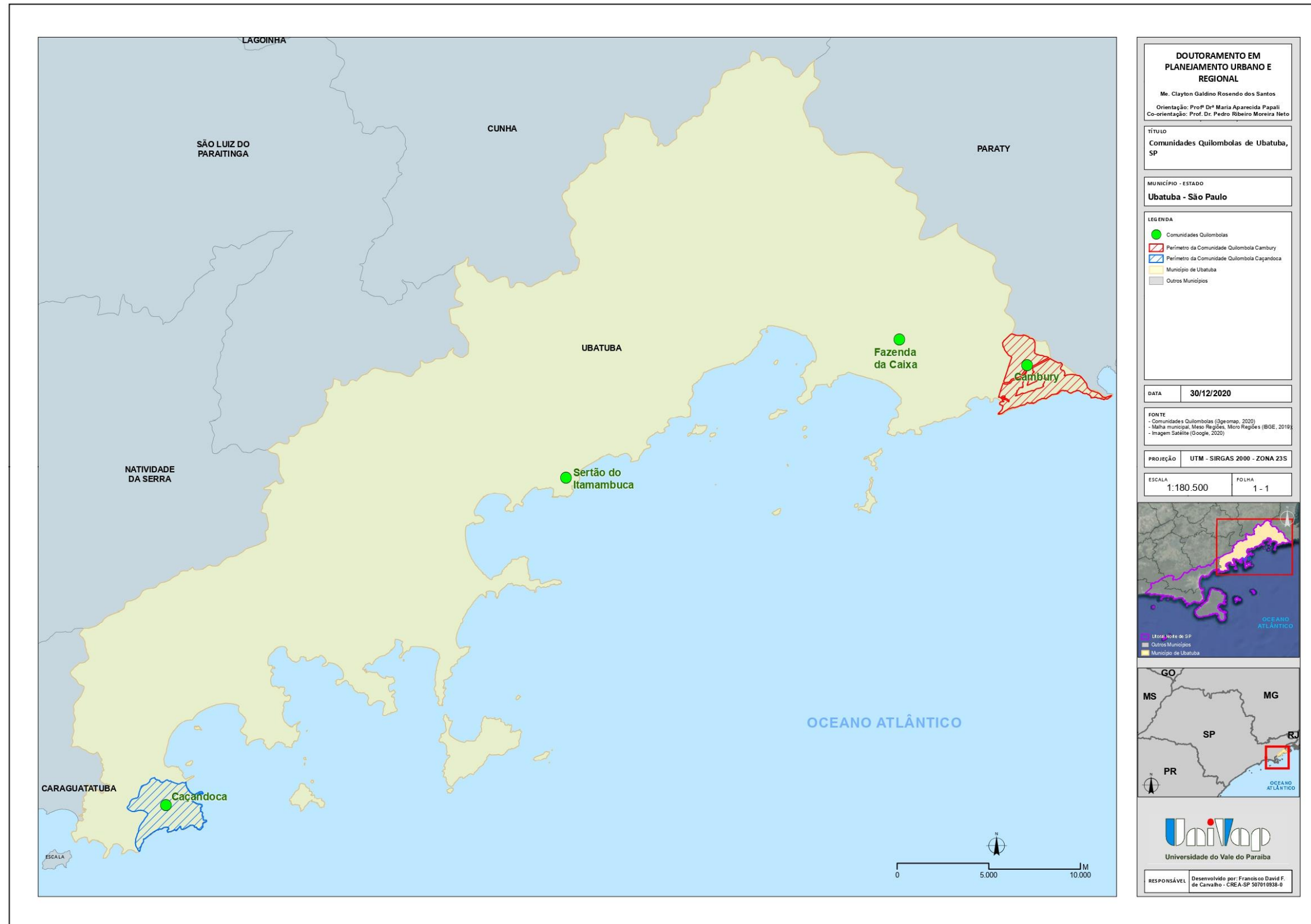
[...] da ex-escrava Luiza e de sua filha Benedita, escravas que receberam do senhor Modesto Antonio Barbosa, fazendeiro, casado em 29/04/1862 com a senhora Francelina Antonia Barbosa, membro do Poder Legislativo de Ubatuba de 1865 a 1868, dono de vasta propriedade no local, em 1881 lavrou uma certidão, concedendo as referidas escravas, grande parte destas terras.

Mapa 01: Quilombos da RMVPLN. Situação em 2021.



Fonte: Francisco David de Carvalho sob orientação do autor.

Mapa 02: Quilombos em Ubatuba. Situação em 2021.



Fonte: Francisco David de Carvalho sob orientação do autor.

4.6 O Quilombo da Caçandoca

Reservou-se descrever a comunidade da Caçandoca neste ponto da tese por entendê-la um resumo de todo o conteúdo anterior, e por ter auxiliado na compreensão das características e trajetórias gerais dos quilombos no Brasil. Ela acolhe testemunhos das ocupações coloniais canavieiras, cafeeiras e escravocratas. Apresenta vestígios de ocupações de subsistência. Tem em sua trajetória a resistência ante ação especulatória imobiliária e, nos dias atuais, a consolidação da identidade caiçara-quilombola, associada a rede de demais núcleos tradicionais e movimentos sociais de matizes cultural-ambientais.

A Praia da Caçandoca, integrante da Serra da Lagoa, tem sua ocupação citada em documento de 1808, segundo ofício exarado por Silvestre Ferreira da Silva, em 02 de agosto, que narra:

[...] enviamos uma guarnição com pólvora e bala na paragem chamada Cassundoca entre a barra do norte desta villa e districto de Ubatuba, onde se achava hua embarcação, q supunhão ser de nação inimiga, e esta armada em guerra.²⁶

Lita Chastan (1992, p. 30 e 75), em sua pesquisa documental insere este bairro na 2ª. Cia de Ordenanças de Ubatuba, em 1827.

A ocupação agrícola monocultora se estendeu por todo o século XIX, com alternância de proprietários. Chastan (1992, p. 31) indica ter sido um destes Carlos Grace, na Caçandoca e Carlos José Robillard, na Fazenda da Lagoa. Já Oliveira (1977, p. 72) relata:

Nas proximidades da Caçandoca, podemos encontrar vestígios da Fazenda Lagoa, dos Antunes de Sá (possivelmente descendentes dos Sá que aqui chegaram com os primeiros colonizadores). Parte dessa fazenda foi legada aos escravos e, ainda hoje, encontramos por lá muitos Antunes de Sá mesclados na população caiçara.

A origem do quilombo em unidades produtivas encontra variantes em depoimentos colhidos nesta tese, conforme descritos:

E6 - É, que, o Quilombo da Caçandoca era uma fazenda e foi comprado pelo, por um português chamado José Antunes de Sá e ele dividiu esta fazenda em três núcleos para os três filhos dele. Aí, se não me engano, era Caçandoca, Raposa e Saco das Bananas e o quilombo nasceu da miscigenação dos filhos dele com as escravas que foram chegando e esta miscigenação foi, como eu posso dizer,

²⁶ Arquivo do Estado de São Paulo - AESP. Ofícios Militares: Cx. 0258: Doc. 78

não foi com consentimento, então, aí nasceu o quilombo. Basicamente assim.

P - E como você pode resumir o histórico da Caçandoca? A formação do quilombo?

E4 - Pelo que eu sei do começo do que era uma fazenda, que eram os três filhos deste fazendeiro que foi se miscigenando com o povo de lá. Com os quilombolas, com os então escravizados e depois foi se miscigenando. O reconhecimento do quilombo foi um grande, não sei, digamos tabu assim, para as pessoas, pois não tinha esta palavra até todo mundo entender como que era. Acabou que meio que separando o quilombo entre dois: a Caçandoca e... não lembro o nome dos dois: Caçandoquinha e Caçandoca. Meio que se separaram por que não tinham entendimento do que era a palavra quilombo. Aí depois de muita luta, e conversa e aprendizado a gente se consolidou e se juntou, se uniu de novo.

As novas demandas dos cafezais, tanto no litoral quando no planalto, aumentaram a procura de escravos africanos por meio do tráfico clandestino. Sobre isto, Oliveira (1977, p. 87), transcreveu documentação da câmara municipal ubatubense, de abril de 1834, a qual cita desembarques clandestinos na Enseada do Bananal (Saco das Bananas, território quilombola da Caçandoca). O autor prossegue:

Continuou assim, por muito tempo, esse vergonhoso comércio clandestino, e o que é pior, estendeu-se por muito tempo depois da Lei Eusébio de Queiróz. Os negros desembarcavam nas enseadas afastadas da Vila, ao que consta na Fortaleza e Caçandoca, no Sul, e Ubatumirim, ao Norte e, por veredas dissimuladas, através da mata, eram conduzidos às fazendas do Vale do Paraíba e ali comercializados a altos preços.

Será visto adiante, nas descrições sobre os sítios arqueológicos Fazenda Tabatinga e Lagoa, que estas propriedades oitocentistas pertenceram a José Bernardino de Sá, o Barão do Minho. Foi grande traficante negreiro fluminense, possivelmente aparentado com o personagem narrado como dono das fazendas da Caçandoca. O tráfico negreiro, expoente nesta parcela do litoral paulista, também permeia a trajetória histórica do quilombo:

P - E como que a história do quilombo foi narrada pelo seu pai e pela sua mãe para o senhor? O que a sua mãe e o seu pai contavam sobre aqui?

E2 - Aqui, por causa da escravidão, né? Do tempo da escravidão. Quem veio primeiro aqui para o Brasil eram os português, os português que veio aqui. Depois então veio muitos escravos, que traziam de lá. Traziam de lá. Inclusive que o abacate, jaca, esse negócio aí não é nativo aqui do Brasil. Eles traziam pra fazer o lastro em baixo do porão, pros escravos traziam. Ficava aqui. Eles vendiam. Os caras de lá, do estrangeiro vendiam escravo aqui trocava a troco de comida. Aí levava a comida e deixava os escravos aqui. [...] E o meu avô também aqui da parte do meu pai é do Saco da Raposa,

também tinha, tinha fazenda também, que era do Z.M. que era o pai do meu pai. Ele tinha fazenda. Também tinha escravo também, que era... Que tinha cana, fazia engenho de pinga.

A bibliografia consultada indica consonância com a assertiva do entrevistado. Segundo Thiago Campos Pessoa (2020) e Jaime Rodrigues (2000, p. 147, 148) o conjunto de praias, costões e ilhas do extremo sul de Ubatuba e seu setor imediato, em Caraguatatuba, insere-se em sistema de tráfico clandestino de escravos. Este fator permite classificá-lo como um dos últimos baluartes desta atividade no Brasil. Para tal prática, quando o tráfico era combatido e segundo tênues leis brasileiras seria proibido, preferia pontos ermos da costa, distantes das vilas, conforme expressa Jaime Rodrigues (2000, p. 143):

Os pontos mais remotos do litoral foram os preferidos pelos traficantes a partir da primeira lei de extinção do tráfico, por motivos óbvios. Neles a perseguição se tornava mais difícil, tanto por as rotas serem novas e procurarem evitar os portos onde o tráfico era mais notório, quanto por que as bocas dos rios, enseadas e pequenas baías ofereciam refúgios que dificultavam as ações dos temidos cruzeiros britânicos e das autoridades locais, em geral baseadas nas sedes das vilas.

Chastan (1992, p. 75) também aborda esta atividade, entre os anos de 1830 e 1836, citando os franceses (um proprietário de fazenda Maranduba, próxima a Caçandoca, inclusive), como um dos três maiores possuidores de escravos. Pessoa (2020), em sua pesquisa documental informa o número de 700 escravos nas fazendas Tabatinga e Lagoa, no ano de 1840.

Vê-se indícios deste tráfico em documento pesquisado no Arquivo Público de São Sebastião²⁷, referente a hipoteca da Fazenda Lagoa, Ubatuba. Esta foi dada como garantia por Francisco Xavier Duarte Veiga e sua mulher Dona Rosa Xavier Pinto da Veiga a José Bernardino de Sá (então comendador). Em tal processo listam-se 70 nomes e idades dos escravos e escravas “[...] em outros sítios, dentre estes, na Praia do Simão e Saco das Bananas e Ponta Grossa setenta e quatro escravos, ditos moços e com crias [...]”.

Em análise das faixas etárias dos escravos, pode-se aferir sua idade média em 24 anos, com apenas nove destes acima dos 30 anos. Infere-se que a concentração de indivíduos jovens estaria relacionada ao tráfico clandestino, com recepção de

²⁷ APMSS. Documentos Jurídicos. CX 51, processo 177, folhas 33 a 35.

africanos para posterior envio ao planalto, sem desconsiderar a possibilidade de contingentes clandestinos de cativos.

Além das atividades hegemônicas canavieira, cafeeira e de contrabando, pode-se aventar a possibilidade de coexistência da administração da fazenda junto com núcleos de subsistência de escravos e ex-escravos nas praias da Serra da Lagoa. Tal cenário é consoante com o que observa Berno de Almeida (2002, p. 52), ao analisar núcleos semiautônomos de negros dentro dos próprios latifúndios brasileiros: “Já havia desde então uma forma de afirmação econômica da pequena produção agrícola, ligada à perda do poder de coerção dos grandes proprietários”.

O abandono das fazendas no final do século XIX, decorrente da decadência agrária do Litoral Norte também se expressa nos limites das unidades da Caçandoca. Desta forma, a posse de suas terras pelos ex-escravos consolidou-se no decorrer do século XX, com as dificuldades próprias de uma localidade rural isolada, desprovida de infraestrutura. Restou a estes a posse da terra, sua sobrevivência e sua organização territorial (BRANCO, 2007, p. 54; SÃO PAULO (ESTADO), 2017) em economia de subsistência no final do século XIX.

Assim, a ocupação da Serra da Lagoa se modificou: de estruturas agrárias capitalistas em latifúndio para as pequenas propriedades, em contexto caiçara-quilombola, habitadas por ex-escravos e seus descendentes. Este cotidiano foi assim narrado por integrante da Caçandoca:

P - Como o senhor narra a história de formação do quilombo?

E2 - Informaria que antigamente, nosso pai trabalhava na roça, junto com o pai dele, foi nascido também junto com nós, vizinhos, junto com nós lá no Saco da Raposa. Então ele trabalhava na roça e pescava. E tirava o dia para trabalhar na roça e tirava... Quer dizer que trabalhava uma semana na roça e um dia da semana tirava pra pescar que era o alimento nosso, pra nos sustentar. Pescava pra trazer e aí nós pegava o peixe... Ele pegava o peixe e trazia... A minha mãe levava pro rio, escalava, salgava e ponhava no sol... Pönhava no sol. Secava. Aquilo ali dava por uma semana, duas semanas, nós comendo peixe. Também tinha do terreno, tinha galinha, tinha porco, então ali era nosso sustento. Então, tinha muita banana também, tinha... Um barco que vinha de Santos. Dois barcos, três barcos que vinha de Santos, nas costas pegando banana. Ia até Parati. Passava na segunda feira, quando chegava na terça feira ele vinha de costa em costa pegando banana, aqui. Era de Santos. Aí pegava, levava banana pra Santos. Aí de lá quem encomendava, quer ver, que meu pai encomendava para a outra semana era querosene e sabão que nós não tinha aqui.

Em outro depoimento, tem-se outras características destas ocupações:

E3 - Meu pai me criou com que? Com caça do mato. Que hoje em dia é meio difícil eu comer. Com caça do mato, marisco, saquirita, não sei se você conhece, tartaruga, é com isso que a gente vivia. Não tinha feijão, não tinha o arroz, era difícil, só tinha arroz quando, era uma vez no ano, no natal, está chegando, comprava um pedacinho de carne e um pouquinho de arroz, para esperar os compadres que iam chegar para comer. Aquela comida especial. A nossa comida mesmo não era especial. Nós não tínhamos arroz para comer. Quando não tinha a farinha de mandioca, nós pegávamos a banana, você vê como a vida era dura, a gente pegava a banana, colocava a banana no fogo, cozinhava, tirava a casca da banana. Lá tinha o pilão, aonde socava o café. Lavava o pilão colocava a banana lá e socava. A minha mãe dali tirava para cada uma de nós um pouquinho. Acabou, acabou. Não tem mais. Mesma coisa era, hoje em dia nós chamamos caldo de cana, antigamente era garapa. Tinha, vinha aquelas lata de banha, a minha mãe cortava aquelas latas no meio, não sei nem como ela cortava, e botava aquela garapa para aparar. O engenho era um pedaço, que ia para frente e ia para trás, dois braços enfiados num pedaço de madeira e ali a cana era colocada ali o caldo caía lá dentro. E dali daquele caldo a minha mãe botava no fogo, fervia, passava no coador de pano aí, colocava ali para coar e ali tinha aquela banana cozida que não era nossa, aquela banana era para dar para os porcos. Como nós não tínhamos o que comer nós comíamos aquela banana de manhã cedo, com aquele caldo de cana, e ia embora para a roça. Passava o dia todinho com aquilo. Quando chegava de tarde, quando a gente voltava, era a mesma substância.

Além das práticas de subsistência, atividades mercantis foram exercidas no mercado regional. Tem-se como exemplo produção em ampla escala de bananas, condicionada a paradas regulares dos navios de cabotagem, conforme relatado:

E7- Por que foi lá que a gente se criou, né? Eu lembro que meu pai cortava muita banana. A gente carregava todas aquelas bananas no meio do mato. Não era ali não onde o senhor passou. Nossa, bem longe. Lá para o meio dos matos. A gente subia, e caçava banana. Meu pai cortando tinha que saber aonde que tinha caído bananeira para você ter um sentido para pegar cacho de banana no meio dos matos. Cobria a cabeça. Ia lá catava as bananas e ficava amontoando em um monte de lugares, para dar excesso e trazer para baixo. Aí passava os barcos de cabotagem, que antigamente vinha colher, buzina lá do morro já sentia que eles estavam chegando. A gente tinha que carregar todas aquelas bananas, não sei quantas dúzias, tudo para colocar na Caçandoquina. O barco pegava ali. Tudo.

Além da rememoração das práticas de outrora, como fator de ancestralidade em relação ao território, a conexão familiar – ascendência – também é muito acionada, como se pode ver nos relatos a seguir:

P - Qual a sua história com o Quilombo da Caçandoca?

E7 - Eu até nem tenho história, por que a gente já nasceu aqui, viveu aqui. É uma história muito complexa, né? Muitos anos de vida. Meus pais, meus avós, tudo nasceram aqui. A minha sogra, meu sogro, meu

marido: todo mundo nasceu aqui. Todo mundo. Eu já tenho 73 anos, meu marido tem 75, e todo mundo viveu aqui. Minha vó faleceu com 120 anos, no Saco da Raposa. Só ficou doente para falecer, entendeu?

E3 - Eu conheci minha avó materna, meus avôs não cheguei conhecer. Dizem que eram muito mais ruins ainda do que minha avó. As unhas da mão da minha avó, você chegava assim, você olhava você não percebia isto aqui do dedo dela. As unhas dela dobravam assim. Os pés dela as unhas batiam no chão fazia barulho das unhas dos pés dela. Lá sentada. Era muito difícil você ver ela em pé. Então isso foi um tempo que eu conheci ela. Quando eu conheci ela já existia este oratório aqui quando eu cheguei conhecer ela já fazia festa para São Benedito, neste oratório agora você imagina quanto tempo [...] A minha vó morreu acho que com noventa e poucos anos. Deitou para dormir quando a gente foi ver, ela já tinha ido.

O atual Quilombo da Caçandoca congrega famílias derivadas de vários núcleos da Serra da Lagoa, outrora acolhidos nos enclaves praianos que se estendem desde a divisa com Tabatinga, na vizinha Caraguatatuba, até o Pulso, já nos limites com Maranduba. São estes: Fazenda, Fortaleza, Ponta Aguda, Lagoa, Brava do Frade, Bananas, Morcego, Ponta Grossa, Raposa, Caçandoquinha, Caçandoca e Pulso. As lembranças dos bairros até então ocupados são citadas em depoimentos, como nos exemplos a seguir:

P - E os moradores, os ex escravos, depois que acabou a escravidão, eles moravam em qual praia?

E7 - Era dividida, né? Era aqui Caçandoca, Saco da Raposa, aí depois vinha o Morcego, e depois ia lá na Lagoa. Dividia estas três parcelas. Que eram os irmãos, cada um ficava num núcleo.

P - Então o senhor chegou a ver casa lá. Fora as ruínas, tinha muita casa?

E1 - Nossa! Muita casa. Tinha time de futebol. A Lagoa então era um bairro com bastante gente morando. Bastante gente morando. Lagoa, Figueira, Ponta Aguda, ali a Praia do Simão, Praia Brava do Frade, que chamava Simão também, era tudo povoado aquilo ali. Tinha time de futebol. Nós chegamos a jogar muitas vezes lá.

Sobre a Praia do Pulso:

E4 - Fui criada, nasci no quilombo, nasci na Praia do Pulso, foi uma das últimas casas quilombolas que tinham lá. Historicamente o quilombo começa na Praia do Pulso, se não me engano, e vai até a Praia do Frade. Com a morte do meu vô, pela estrada, tudo o mais, minha vô acabou vendendo esta casa e agora tá morando fora, mas meu pai continua, ele começou fazer uma casa na Caçandoca.

Sobre os sacos da Raposa e Morcego:

P - E o seu pai e sua mãe nasceram no quilombo?

E2 - Nasceu no quilombo. Nasceu. A minha mãe nasceu no Sul do Rento, ali onde o senhor foi na ver as ruínas do Saco do Morcego, ali pra cima. Nasceu ali. E o meu pai nasceu no Saco da Raposa, aqui também.

E3 - Agora lá na Raposa a gente trabalhava muito era na roça, nós não tinha este negócio de estar comprando não, a gente tinha que ter o futuro ali da roça. Portanto que eu no meu tempo de criança eu não tive estudar muito não. Se perguntar alguma coisa de cidade para mim eu não sei responder. Por que naquela época era só para trabalhar. Aí naquele trabalho aí surgiu a escola aqui na Caçandoca. Então a gente tinha aquela época de sair na parte da manhã para trabalhar, para estudar e na parte da tarde ia para a roça. E tinha período que a gente não entendia por que meu pai eu não sei como eu vou explicar para você como que era meu pai. Meu pai não sabia ler e nem escrever, mas ele era, agora que chama agora, meu Deus, o inspetor de quarteirão. Aonde tinha uma briga meu pai tinha que estar lá, entendeu? E lá antigamente na Raposa era tio, sobrinho, sobrinha, primo, todo mundo a família tudo unida. Mas era todo negro. Não tinha branco. A misturada foi feita agora, de uns tempos para cá, entendeu?[...] Aí me tornei de novo para a Raposa. Aí tive dois filhos com parteira curiosa lá dentro no Sertão. J. não chegou levar você por que o mato tá muito alto. Mas lá tem uma ruína para cima de minha casa no meio do mato. Aí morei um tempo ali, tive um pouco de doença, fui para o Guarujá. Morei quinze anos no Guarujá e tornei para cá de novo. Mas o foco tudo daqui é o Saco da Raposa. A Caçandoca agora está se levantando por que foi do...a federal, o Inkra, o Lula foi que conduziu a gente pra aqui, por que senão o foco estaria ainda no Saco da Raposa. Só não sabia como a gente ia viver por que não tinha como você passar aqui para trabalhar lá na Maranduba.

Sobre a Praia da Lagoa:

P - E na Lagoa, o senhor chegou a, tem algum nicho de algum morador que o senhor conheceu, algum tio, algum parente do senhor que morava lá...

E1 - Sei. Agora eu não lembro o nome das pessoas. Conheci todas as pessoas. Nós ia para lá jogar bola lá, tinha um time de futebol lá. Nós saía daqui para jogar bola lá, eles vinham jogar bola aqui e, hoje eu não sei o nome daquelas pessoas né.

Sobre a Praia da Caçandoca:

E7 - Aqui que o senhor está andando por aqui era tudo roça. Estas bananeiras que estão aqui a maioria era tudo do povo que ainda morava por aqui. Que agora a gente está limpando, para montar as casas. Então minha vida nisto aqui, até os quinze, dezesseis anos, eu morava no Saco da Raposa. Meu esposo aqui (na Caçandoca).

P - O núcleo dos ex escravos, aonde era a origem do quilombo? Ou era espalhada por todas as praias?

E7 - Eu tenho na minha visão, que todo mundo sempre comentava, eles tinham a parada aqui, né? Caçandoca. E depois eles seguiam para a praia da Lagoa. Mas eles tinham a parada deles aqui também. Por que aqui era fazenda. Meu pai contava história para a gente que

eles ajudavam servir comida para os escravos, então eles pegaram a escravidão ainda. Meu pai, minha avó. Com 120 anos com certeza ela pegou tudo isso. Quando minha avó faleceu eu tinha uns dezesseis anos. Então o senhor imagine: ela morreu com 120 anos, ela pegou a escravidão. Minha sogra com cento e poucos anos, também.

P - E aqui na Caçandoca moravam mais negros ou mais caiçaras brancos?

E7 - Não. Aqui morava mais negros. Os caiçaras que moravam por exemplo: o senhor veio morar, casou com uma quilombola, veio morar. O senhor veio para fazer uma visita, gostava, de uma roça, ou o senhor era compadre de alguém. E assim foi ficando. Portanto aparece gente aqui: 'Ah, mas minha mãe nasceu aqui'. Mas não identifica que ela era quilombola. Mas morava. Igual nestes quilombos por aqui. Muita gente que não era quilombola e mora dentro da comunidade. Mas acho que pelo que eu conheci a maioria era negros.

No decorrer do século XX, Araújo (2016, p. 4) relata, com base em informações textuais e análises de imagens aéreas, a conformação do quilombo, contextos ilustrados pelas pranchas 13 a 15:

Em 1962 o território era intensamente ocupado com agropecuária e as famílias tinham suas casas concentradas nas proximidades da praia e às margens dos córregos. Nos anos 1970 havia aproximadamente 35 casas no Sertão da Caçandoca e o mesmo número de famílias nas outras localidades do território, totalizando uma população em torno de 70 famílias no território quilombola. Houve então o processo de exclusão.

No final da década de 1970, em decorrência das ações estratégicas empreendidas pelo governo militar, as terras até então isoladas de Ubatuba passaram a valorizar-se. Neste momento especuladores agiram com violência ante o quilombo (BRANCO, 2007, p. 112), período no qual grande parte das famílias da Caçandoca e adjacências perdeu a posse da terra, por ação coercitiva de uma incorporadora imobiliária, assim narrada pelo olhar de uma senhora da comunidade:

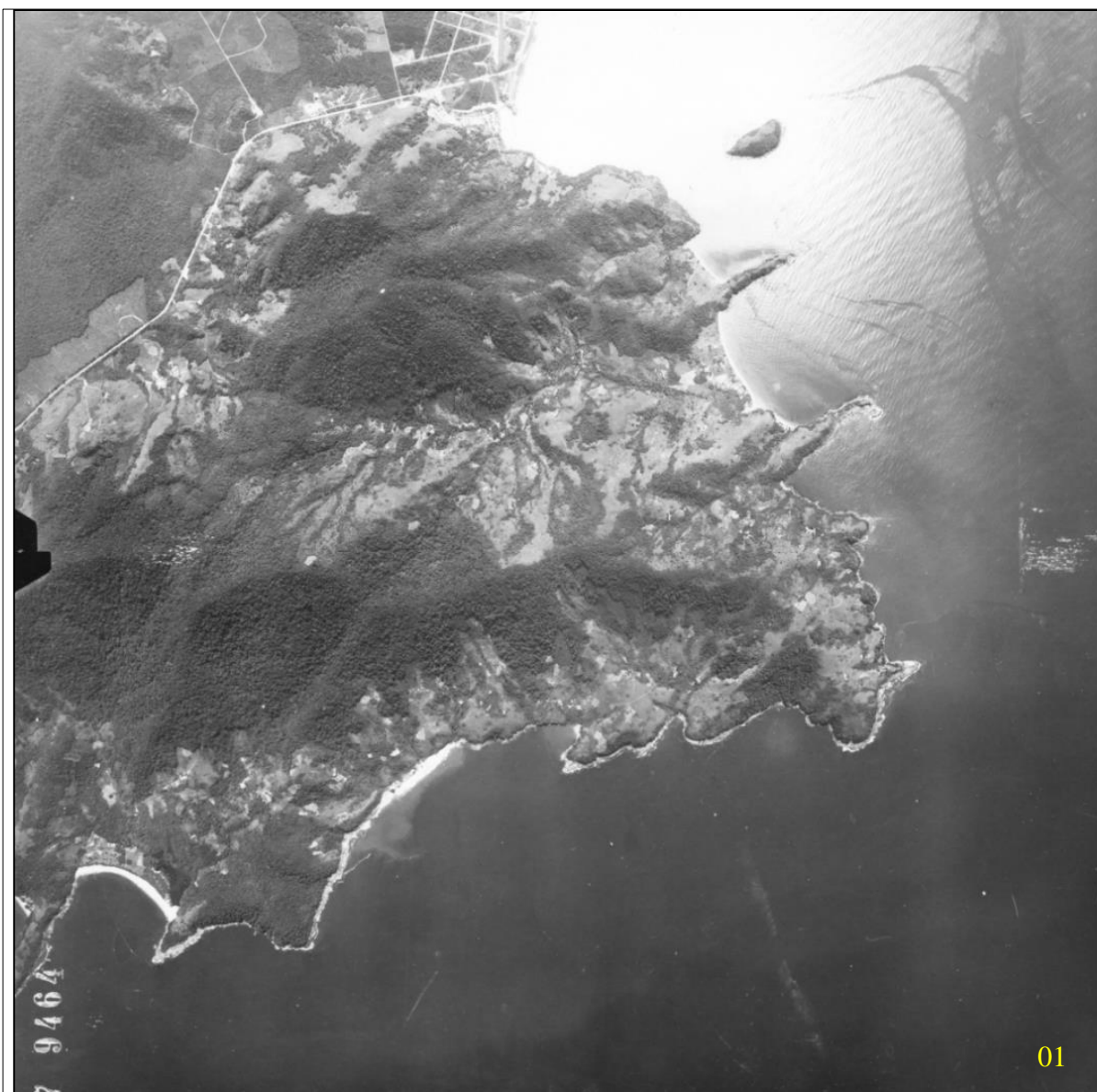
E7 - Foi assim: esta imobiliária Continental, comprando, fazendo e acontecendo, aí teve a invasão aqui, eles. Teve a invasão. Morreram duas ou três crianças que moravam lá para dentro do sertão. De susto. Então tinha muito grileiro aqui dentro. Muito mesmo. E aí, o meu pai inventou de morar para lá. Aí meu irmão, não foi nem meu pai que comprou. Meu irmão mais velho, que é o pai deste menino que é o presidente agora, trabalhava para lá embarcado, aí comprou uma casa lá. Aí meu pai achou por bem que a gente tinha que morar lá. Aí tinha um senhor, chamado N., que comprou de todo mundo aqui, aí ele chegou para o meu pai, se o senhor quiser vender sua área, a gente faz um negócio com você. Aí meu pai fez negócio assim de boca. Igual estamos conversado. Aí deu dinheiro para o meu pai e a gente se retirou.[...] Aí começou todo mundo ir para lá e começou a esvaziar aqui. Começou a vender todo mundo. Ele falava cm você hoje, amanhã já estava negociado, já vinha com dinheiro, um pedaço de papel para assinar, foi despachando o povo tudo. E aqueles que

ficaram eles contrataram os grileiros e colocavam fogo nas casas. Morreu cachorro, galinha, com tudo dentro. O que tinha dentro eles largavam fogo de tarde assim. Depois das cinco horas eles começaram a botar fogo nas casas do povo. Aí fez uma devassa aqui dentro. Veio barco da Marinha aqui, ixe, foi uma devassa só. O senhor não tem nem ideia.

P - Isto foi em que época?

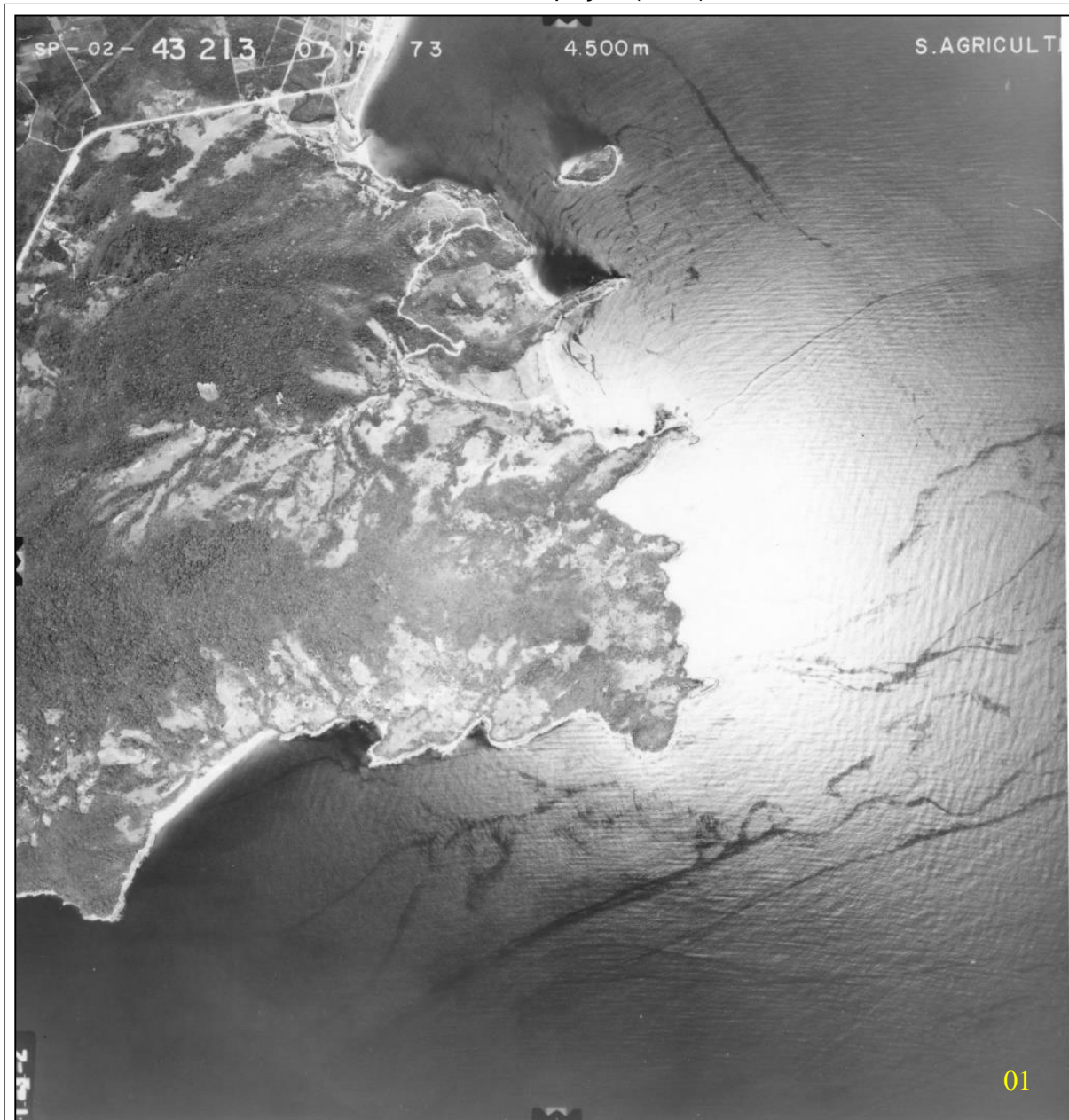
E7 - Foi mais ou menos nos anos 60 que aconteceu isso. Aí depois que abriu a Rio – Santos, aí que foi pior ainda. Daí veio mais invasor ainda. Aí meu marido achava que a gente não podia perder estas terras. Falou: ‘não, não vamos perder aquelas terras para os grileiros.’

Prancha 13: Ocupação (1962).



Nota: Figura 01: imagem aérea da Serra da Lagoa, em 1962. Nesta se avistam os terrenos descampados, possivelmente empregados na produção local.
Fonte: Instituto Agrônômico de Campinas.

Prancha 14: Ocupação (1972).



Nota: Figura 01: imagem aérea da Serra da Lagoa, em 1972. Nesta se avistam os terrenos descampados, possivelmente empregados na produção local situação similar à década anterior.

Fonte: Instituto Agrônômico de Campinas.

Prancha 15: Ocupação (2020).



Nota: Figura 01: Serra da Lagoa, situação atual, com grande retomada da vegetação.
Fonte: Google Earth. Captura da imagem em 05 de março de 2020.

Algumas famílias tentaram, desde então, recuperar a posse de seu território, sem sucesso. Sobre este cenário temos o seguinte relato:

P - Como gestor público, o que caracterizaria como maiores ameaças para a consolidação e continuidade de comunidades tradicionais? E qual a origem destas ameaças: mercado, Estado, internas?

E10 - Parece-me que a magnitude dessas ameaças varia de caso a caso, às vezes de região para região. No caso específico do Litoral Norte de SP, acredito que os três fatores que você mencionou se fazem presentes, com predominância do fator mercado. A abertura do mercado de terras e a especulação fundiária, instauradas a partir da

abertura da BR-101, tiveram impacto muito profundo, e em alguns casos, avassalador para as comunidades da região. Em Caçandoca, grileiros e seus prepostos agiram com violência e coerções para expulsar as famílias do território. Quase todas as famílias têm memórias bastante vívidas desses episódios.

No ano de 1998, a comunidade remanescente, em conjunto com familiares que haviam sido expulsos, recorreram a Fundação Instituto de Terras de São Paulo (ITESP). Embasado por Relatório Técnico Científico de cunho antropológico, o instituto deliberou favoravelmente à concessão de parte do território requerido, conforme relata Alessandra Schmitt (2000, p. 3). Este processo de retomada contou ampla rede de apoio, tanto político quanto de movimentos sociais, em longo processo burocrático, assim descrito:

E7 - Aí fizemos, tivemos acesso a uma pessoa que morava no Guarujá, que era vereador, a gente conversando com ele. 'você têm documento?' Meu marido disse: 'olha, a gente tem tudo. Então vou encaminhar vocês para ir até a Deputada. Vamos falar com a deputada, para ver se resolve. Aí indicou nós para a gente vir trabalhar, em São José dos Campos, por que nossa área era aqui. aí aqui em São José dos Campos entrou o Paulo Teixeira. [...] Aí entrou o Paulo Teixeira, Carlinhos de Almeida, tinha o deputado Vicentinho. Então eles estiveram atuando aqui na comunidade e assim a gente foi trabalhando, trabalhando. Eles falaram: agora vocês tem que procurar o governo estadual. Aí nós fomos, eu e meu esposo e eles começaram a trabalhar dentro da comunidade. Para fazer o reconhecimento se nós éramos realmente quilombolas mesmo. Aí combinou com as famílias, tudo a mesma coisa, sangue do mesmo sangue, todos iguais aqui. [...] Então aí tivemos contratempo, aí depois ficamos sem reconhecimento de tudo. Quando Lula entrou para presidente ele ligou na minha casa, conversou muito comigo. Meu esposo estava viajando, trabalhava fora. Conversou bastante comigo. Por que a única associação que tem reconhecimento por aí tudo é a nossa aqui da Caçandoca. Por isso que a gente tinha que ser mais organizado. A gente não tem organização. Não tem em termos por que o povo não quer se entender. Aí o Lula entrou e ele falou que ia fazer o reconhecimento da Associação. No dia que ele falou comigo ele disse que estava indo para o norte, acho que o Ceará. Aí ele mandou um dinheiro para a associação, para a gente estar movimentando, fazendo pousada, quioscão, enfim, o que nós precisássemos. Aí nesta época, que ele mandou este dinheiro, ele falou comigo em 2005. Ai depois não tinha um ano que ele estava lá dentro, quando ele já mandou o documento para a gente, falando sobre o nosso reconhecimento, para que ninguém tire a gente de nossas terras.[...] Mas foi muito complexo para nós chegarmos aqui, moço. Muito trabalho. Nossa, como meu marido andava. Dias perdidos. Teve uma época que andava descalça em São Paulo por que não aguentava andar, de dor nos pés. A gente saía só com o dinheiro da passagem, para a gente procurar documento. E sem dinheiro para comer, as vezes parava num bar, pedia um copo d'água. Da torneira mesmo e vamos lá no sol quente procurar documentos. Andamos muito. Mas aí

graças a deus o governo estadual veio, reconheceu, e depois passou para o federal. Depois que virou isso aí andou mais lento. Com a Dilma ficou meio lento. Agora com o Bolsonaro vamos ver o que acontece. Mas conseguimos vencer [...] Este senhor, Alexandre de Moraes, eu conheço ele desde ponta cabeça. Por que a gente vivia todo dia na secretaria. E era ele que atendia a gente. Então a gente estava comparando aqui. Quantas pessoas que passaram pela nossa comunidade, que atenderam nós, não tinha este discurso de Caçandoca. Nós íamos tudo mesmo. Na secretaria da Justiça. Todos os meses a gente ia lá. Aí tem um secretário dele, o B., , que hoje está trabalhando com minha filha, na Ilhabela, ele chama eu e meu marido de pai e mãe. Era ele que abria as portas, ele que começou a falar de nós. Temos muita gratidão com estas pessoas. Passaram muita gente.

As ações de ocupação se deram em barracos de lona, em situação precária. Este movimento foi assim descrito por uma senhora quilombola:

E3 - Mas aí entrou esta luta do quilombo para cá. Aí tinha o Sr. A., não sei se o senhor conhece, mora lá no bairro. Aí uma turma ia e voltava. Naquela época eu fiquei internada e o M. apareceu lá, com uma carteirinha que eu tenho até hoje. Ele falou: 'Comadre, é a senhora vai assinar esta carteirinha e vinha para ser sócia nossa'. Eu disse, sócia de que? 'Nós estamos indo para a Caçandoca que tem um quilombo lá'. Aquilo para mim foi uma alegria, não era uma tristeza, uma alegria por que eu ia voltar para a Caçandoca, de novo. Aí comecei uma luta que já vai fazer trinta e poucos anos que eu estou nesta luta. Aí não tinha ninguém para vir daqui para enfrentar a realidade para ficar embaixo do plástico para guardar lugar para o povo voltar. Tava eu lá. A responsável tudo daquilo ali era eu. Eu tinha que correr atrás de comida, para o povo que estava chegando, eu tinha que correr atrás de gente para dar roupa, só tinha uma pessoa que me levava, trabalhava na prefeitura. Era o J., que é parente do meu marido. Era um branco, mas ele estava ali tudo junto comigo.

A gente chegou onde tem aquelas casas ali, tem o centro comunitário, tem a casa do N. Barraca de lona. Barraca de plástico preto. Aí para cada um, para não ficar no tempo, a gente dormir, as mulheres de um lado, os homens num outro. O J. chegou a ficar aqui um pouco junto comigo, inchou muito o olho por causa da fumaça. A gente ficava um pouco em cada lado. A gente não tinha banheiro. Era um buraco no chão, mosca, mosca... Ficava com as pernas inchadas assim. E até hoje eu estou aqui.

P - Quando a senhora voltou para o quilombo, quantas pessoas tinha morando aqui, ou não tinha ninguém?

E3 - Não tinha ninguém. Estava a Continental.

P - E a senhora mora nesta casa aqui a quanto tempo?

E3 - Tem mais de vinte e cinco anos. A polícia veio aqui várias vezes para me tirar, mas eu não saí. E nem saio. Para mim sair daqui só se me amarrarem. Aí eu saio. Mas eu mesmo, com minhas próprias pernas, não.

Sobre o processo de reocupação seu filho também relata:

E5 - Para a gente reocupar o território a gente teve o apoio do MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra]. A gente não sabia como

fazer isso. A gente não tinha a mínima ideia. Aí através na época de um cara que era muito mais politizado que era o J., que era o D., o J. que depois veio a ser vereador da câmara aqui de Ubatuba, e o D. que é professor de Geografia, formado pelo USP, parece também que professor de História, eles tinham ligação já com estes movimentos. Então eles pediram apoio e o MST veio nos orientar. O que fazer para fazer a reocupação do território. Aí fizemos isto. Os acampamentos tinha toda a questão de segurança, para entrar e para sair. A gente não deixava qualquer carro descer. O carro para poder descer tinha que informar quem era e para onde ia, que horas que ia voltar se não, não descia. Então não tinha nada de romântico. Não tinha nada de legal naquilo ali por que era um momento de extremo risco. A gente sabia que havia policiais contratados pela Continental que transitavam e eles ameaçavam. Havia remanescentes quilombolas que não entendiam o processo e que nos viam como inimigos. Por que hoje em dia moram, hoje em dia fazem parte da associação, mas naquele momento por questão de ignorância, de desconhecimento eles achavam que era prejudicial para a comunidade aquilo ali. E hoje em dia eles entendem que era um processo necessário. Então o MST dando o apoio naquele momento. A gente teve o apoio do ISA (Instituto Sócio Ambiental), Fundação Padre Chico. Fora as instituições: Ministério Público Federal, Doutora M. L. G., ela chegou e disse: 'olha, ou você entram na terra ou você vão ficar para o resto da vida fora. Ocupem. Por que partir do momento que você ocuparem, o governo é obrigado a tomar posição.'. E foi isto que fez: a gente veio, fez ocupação, teve diversas ordens de reintegração de posse. A sexta câmara vinha e nos defendia, e com isto, com o advento do Governo Lula, que criou o decreto 6848 desapropriando boa parte do território que é este que a gente está aqui na Caçandoca e entregando para a comunidade.

A volta ao território demonstra que alguns quilombolas já se encontravam de certa forma satisfatoriamente instalados em outras cidades (qualidade expressa em termos materiais). No entanto, mesmo assim empreenderam o retorno, cientes dos desafios de conquistar novamente acesso à infraestrutura básica, conforme relatado:

E3 - Aí eu vim para cá não teve ninguém que fizesse que nem eu fiz. Abandonei minha casa lá no Guarujá, deixei com tudo lá com os meninos e vim embora para cá. Fiquei lá no Saco da Raposa de novo. Fez uma casa de madeira, o chão tudo molhado, mas fiquei lá.

Sob o mesmo olhar outra quilombola narra:

E7 - então eu acho que na minha vivência, até os meus 73 anos, eu morava aqui. Namorava meu esposo aqui. Tive meu esposo aqui, casei fora. Casei lá no Guarujá, por que eu marido trabalhava para lá. Voltei de novo para trabalhar, para ter onde você está sentando aqui. Por que a gente tinha perdido para a imobiliária isto aqui. A imobiliária tinha tomado conta. Ai meu marido falou, a gente era noivo: impossível a gente perder aquilo lá. Não a gente não vai perder trabalhar em cima daquilo lá. E trabalhando, estamos aqui nesta luta. Luta que um dia vai, outro dia para. Mas a gente continua a luta aí. Então eu acho

assim: para mim, agora, é uma vivência assim maravilhosa. Que eu acho.

Vê-se aqui uma repetição de luta, exemplificada pela quilombola que foi morar em palafitas no Guarujá, sem o mínimo de condições sanitárias para vivência. Mesmo tendo depois conseguido moradia em bairro já com infraestrutura naquela cidade, decidiu voltar ao quilombo, para aqui novamente reconstruir junto com os seus o seu território e aqui conquistar os serviços que deveriam ser direito de todos (saneamento, luz, acessos, educação, emprego).

Após longos embates, a titularidade da terra veio em 2006, mediante desapropriação efetuada pelo governo federal, de área de posse de empresa urbanizadora (SÃO PAULO (ESTADO), 2017). Ocupa área de 890 hectares (metade do que foi reivindicado), localizado na Costa Sul do Município de Ubatuba. Deste perímetro, 412 ha foram reservados pelo Incra para a execução de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Caçandoca (ARAÚJO, 2016, p. 3). Sob a ótica de um gestor público, este processo é assim relatado:

E10 - Enquanto algumas famílias foram forçadas - sob coerção e ameaças - a deixar o território (especialmente na porção que depois seria apropriada pela Urbanizadora Continental), outras famílias lograram permanecer no território, por meio de acordos tácitos com ocupantes de fora. No fundo, essas dois movimentos distintos, em todas as suas nuances, foram diferentes estratégias de resistência praticadas pelas famílias na busca pela permanência, ou pela retomada, do território tradicional da comunidade. [...] Apesar desses sobressaltos, e da condução pouco cuidadosa de algumas situações por parte do Incra, as conquistas da Caçandoca nessa trajetória são muito significativas, especialmente se considerado o panorama geral (e, atualmente, pouco animador) da regularização territorial das comunidades quilombolas no Brasil: Caçandoca tem seu território reconhecido pelo Incra (com área de 890 ha) e parte dele (a Fazenda Maranduba, com cerca de 410 ha) em processo de desapropriação, o que assegura à comunidade a posse sobre essa área, de grande atrativo turístico. Como já mencionei, trata-se da primeira ação de desapropriação por interesse social ajuizada em favor de uma comunidade quilombola no Brasil, no ano de 2006.

Assim, segundo informa Ana Carolina Estrela da Costa (2016, p. 3) o Quilombo da Caçandoca torna-se o primeiro localizado em terras de marinha a receber tal titulação e também a primeira comunidade a ser beneficiada pelo escopo do Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003²⁸. No entanto, este processo

²⁸ Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

também passou por desafios de ordem interna, com dissidência representada por duas associações que requeriam o mesmo território. Ambas inclusive com certidão de autorreconhecimento expedida pela Fundação Cultural Palmares em 2008 (ARAÚJO, 2016, p. 10). Este processo é assim relatado por membro da comunidade:

P - O quilombo tem divisão? Vou dar um exemplo: o quilombo só da Raposa? Hoje está mais unido, já se resolveu esta questão?

E1 - Não tem como fazer divisão.

P - Mas já existiu uma tentativa?

E1 - Já existiu várias tentativas e inclusive os terceiros, lá na Praia Brava do Frade, no Simão, eles entraram com processo querendo anular nosso laudo técnico e dizer que não era um quilombo, eles que viviam lá, não nós. E graças a Deus eles perderam, né, eles perderam. Então o tribunal regional federal deu a nosso favor, disse que é um território de quilombo, e do outro lado o governo não vai dar título individual a ninguém.

Sob a ótica de gestor público, que atuou nesta mediação, esta cisão é assim descrita:

E10 - Em 2006, quando cheguei ao Incra, Caçandoca era um dos então apenas quatro quilombos com reconhecimento territorial em São Paulo. Mas só fui trabalhar mais diretamente com a comunidade a partir do final de 2007 (ou começo de 2008, não me recordo ao certo), quando se instaurou um conflito de grande parte da comunidade em relação à condução do processo de reconhecimento pelo INCRA. Esse conflito, (que reverbera até o presente) requereu um longo trabalho de mediação para ser contornado. [...] Mas essas trajetórias distintas criariam fissuras dentro da própria comunidade, e o movimento de reconhecimento da comunidade como quilombola, no princípio, foi uma iniciativa encampada principalmente por famílias expulsas que reocuparam o território. [...] Eu trabalhei no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra em São Paulo entre os anos de 2006 e 2018 (fiquei licenciado entre agosto 2013 e novembro e 2016). Em linhas gerais, meu trabalho com a comunidade de Caçandoca teve mais a ver com essas iniciativas de mediação do que com o processo de regularização fundiária em si - embora ambos estejam intimamente relacionados. Quanto ao conflito que mencionei, e que opôs, naquele período, parte da comunidade ao processo de regularização, me parece que, no início, realmente houve pouco zelo do Incra com as distintas trajetórias percorridas pelas famílias da Caçandoca em função do contexto de expropriação territorial sofrido pela comunidade entre as décadas de 1960 e 1980. [...] Por parte do Incra, não houve, naquele momento, uma tentativa de entendimento das motivações e das estratégias que levavam algumas das famílias da comunidade a não se somarem imediatamente àquele movimento. Esse entendimento só começou a se consolidar após a criação de uma segunda associação quilombola (que por sua vez gerou uma segunda certificação pela Fundação Cultural Palmares). Foram necessários vários anos e muitas conversas para que a comunidade voltasse a se fazer representar através de somente uma associação.

Em 2009, para evitar prejuízos ao processo de titulação, decisões judiciais 'congelaram' a ocupação. Em 2013, por intermédio do Incra, a comunidade concordou em unificar as associações, com permissão de ingresso de novas famílias e de construção de novos equipamentos (ARAÚJO, 2016, p. 11). Se consolida no quilombo a Associação dos Remanescentes da Comunidade Quilombola da Caçandoca (ARCQC), cuja trajetória é assim descrita por seu integrante:

E8 - Eu comecei, na verdade sempre tive envolvido nas questões do território mesmo antes de ser reconhecido como comunidade quilombola e minha mãe já era liderança comunitária aqui no território. E durante muitos anos a gente acompanhava as atividades da comunidade. Na época a gente tinha uma associação de bairro e aí todas as ações que se faziam na comunidade, estas reuniões, eu estava sempre participando. Com o passar do tempo eu me casei, vieram meus filhos e aí minha mãe começou a se afastar um pouco mais destas atividades e aí começou, veio o reconhecimento da comunidade quilombola. A gente começou trabalhar em cima disto e depois de um tempo a gente tirou esta associação de bairro e transformou ela numa associação, alterou o estatuto para um associação de quilombo também, e depois eu me candidatei, acabei ganhando a primeira eleição e comecei a participar, até hoje participando.

P - E esta associação de bairro era da Caçandoca...

E8 - Era da Caçandoca mesmo. A SABACRA. Sociedade Amigos do Bairro da Caçandoca, Raposa e Saco das Bananas. Aí depois apareceu, tinha outra associação também que era a Associação Quilombo Caçandoca. Por um período ela ficou o bairro com duas associações de quilombo. E depois em 2013, 2014, a gente unificou as duas numa só.

P - Hoje esta cisão institucional ela cessou. Não tem mais?

E8 - Cessou. Só tem uma hoje.

Cabe à associação deliberar sobre a ocupação do território e definir o arranjo espacial das unidades habitacionais, laborais e lúdicas da comunidade. Referente ao retorno das famílias ao quilombo, ou o aceite de seus descendentes (mesmo que não nascidos na comunidade), o processo é assim descrito:

P - Como é a escolha de um terreno, de um local para um quilombola construir a sua casa? Se um quilombola chegasse hoje, como é este critério?

E5 - Geralmente a associação, a diretoria, tem o presidente executivo e o presidente deliberativo. Esta pessoa do presidente deliberativo no caso seria o Sr. A., e na diretoria dele existem os conselhos. Normalmente são as pessoas mais antigas da comunidade. Minha mãe faz parte do conselho. Então a gente vai analisar primeiro se aquela pessoa é realmente quilombola. Se ela está na árvore genealógica. Se ela for quilombola e estiver na árvore genealógica, aí vai ser apresentado o regimento e estatuto para ela. Aí vai pedir para ela procurar um local para ela fazer a casa dela. Ela vai sair com alguém da comunidade, geralmente pessoas, sempre me encarregam

disso, me escolhem para fazer isso. Aí eu saio com esta pessoa, é aqui, é aqui.

Sobre este papel de ordenamento urbano da Associação, este é feito sob preceitos ancestrais, permeados por nuances caiçaras-quilombolas. Muitas vezes estas escolhas são avessas às características usuais citadinas. Formas vernáculas apresentam traçado não ortogonal; unidades gravitárias a residências parentais; simbiose com o meio natural imediato para coleta e cultivo; posse franca, sem contraposição de cercas e muradas; espaços comunais, dentre outras. Este modo próprio de locação desperta nas lideranças da comunidade a sua continuidade, conforme descrito:

E5-E com relação da área que vai ser ocupada, a gente precisa com urgência neste momento um plano de ocupação e manejo da comunidade para a gente delimitar a área que a pessoa vai ser ocupada. Por que neste momento não existe isso. Esta delimitação da área. O que acontece: as pessoas vêm, ocupam uma área e depois começa a achar que é dono de tudo em volta. Então neste momento a associação ela, embora está no estatuto, que delimita uma área de 600 m a partir de 5 pessoas, 1200 m a partir de 10 pessoas, mas precisa ser delimitado fisicamente. Fisicamente precisa ser delimitado. Cabe à associação e ao Incra ir lá e delimitar: 'sua área é esta daqui'. Dar um perímetro para esta pessoa ocupar.

Estes conceitos tradicionais de uso do solo por vezes deparam-se com resistências de novos moradores, que trazem consigo formas antagônicas de ocupação, segundo relatado:

P - Como está este equilíbrio populacional? Como você vê? Acha que o quilombo hoje ele está num crescente de ocupação ou um decrescente?

E5 - Eu creio que existe uma estagnação deste processo, por que é algo muito complexo. Que ao mesmo tempo que é necessário as pessoas virem reocupar o território, mas tem uma preocupação nossa, da gente que mora aqui dentro, os conceitos que as pessoas trazem para dentro do território [...] Então o que acontece: estas pessoas que estão fora do território, são quilombolas e que tem direito ao acesso a terra, elas chegam com conceitos muitas vezes equivocados. Elas chegam com conceitos do terreno, por que aqui no quilombo é terra coletiva. A gente não aceita cerca, a gente não aceita as coisas que tem em área urbana. Mas a pessoa que vem de ocupação urbana chega com este conceito. Então muitas vezes 'ah, isto aqui é meu, eu faço o que eu quero'. Então ela vai meter a cerca, ela vai cercar por que ela acha que tem direito de fazer isto. Então isso é um choque dentro da comunidade. Porque dentro da comunidade está havendo muita cerca, isso incomoda as lideranças. A gente se incomoda muito com aquilo e isto acaba criando um choque interno dentro da comunidade. Que as pessoas não respeitam todo o histórico de luta para poder conseguir este direito do acesso a terra. [...] Só que a gente

não pode para criar atrito desnecessário. Então tem todo um jogo de conversa, de convencimento desta pessoa. Às vezes é um processo demorado, para a pessoa entender que este conceito que ela trouxe não cabe mais neste espaço, o conceito do meu, o conceito do meu terreninho não existe aqui. Não pode existir. A área tem que ser assim, tem que ser aberta. Não é necessário muro para dizer que aquele espaço ali lhe pertence. A pessoa vai respeitar, aquele espaço é daquela família, tem que ser respeitado. Então o choque destas pessoas que estão fora é neste aspecto. O conceito de vida, geração de renda de educação que as vezes se confronta com a realidade quilombola. Há o momento que ela vem construir a casa dela e larga e vai embora. [...] Geralmente eu oriento: ó, próximo de curso de rio não pode, próximo de nascente não pode, oriento sobre questões ambientais, se você construir por livre e espontânea vontade, a ambiental vai contra você, depois você não poder culpar a associação. Imagina, por que aqui não tem o trabalho da Sabesp sempre escolhem próximo a curso de rio, para poder captar a água. Então aí leva-se lá na, legal, quero fazer a casa tal, em tal local. Até este momento como ele não tem o terreno dele, a área dele, ele respeita. Depois que ele consegue, ele já não conhece mais ninguém. Geralmente é assim. Isso aqui é meu, não quero que ninguém entre aqui, é assim, é assado. Eu sou quilombola também tenho meus direitos. Começa a recusar o pitaco da associação. Do mesmo jeito que procura a associação para pedir apoio, a partir do momento que ela consegue o que quer ela já não respeita mais a associação. A associação tem como parar isto? Tem. Por que para a pessoa conseguir ligação de luz ela só consegue através da associação. A gente nunca vai deixar uma pessoa sem luz. Mesmo ela sendo do contra, ela vai lá e dá o direito a esta pessoa.

Além destas questões de ordem espacial, embates entre gerações também são narrados, baseados tanto em resistências dos mais jovens em apreender conteúdos ancestrais quanto dos mais velhos em acatar novas manifestações. Vê-se no depoimento a seguir:

E5 - E eu não consigo dar liberdade para ele, exatamente expor as ideias dele de maneira bem diferente do meu. Ele não é obrigado a aceitar meus conselhos, e nem eu aceitar os conselhos dele. A gente se respeita. Mas quando ele vai com pessoas mais antigas, por exemplo, Seu. A., aí o choque é inevitável. Por que seu A. acha que tem alguma coisa a ensinar para ele. Ele acha que não. 'O senhor não tem nada para me ensinar. Eu vou observar o senhor para aprender. Mas o senhor não tem que me ensinar.' [...] Agora você chegar e falar isso com os mais antigos é difícil. O cara não aceita. Não aceita. Aí geralmente tem que surgir uma intermediação por que eu tenho mais paciência para conversar com o Sr. A., por que geralmente o Sr. H. é um cara super aberto. O negócio dele é o seguinte: vamos fazer um chiba, vamos dançar, vamos tomar sua cerveja e toca para frente. É um cara mais aberto. Como minha mãe, tudo o mais. Sr. A., como ele se empodera como a principal liderança do território ele geralmente ele tem esta dificuldade. Então ele é uma pessoa bastante engessada nestes conceitos.

Os conflitos internos também se refletem em ausência de participação ou contribuição, cenário usual em sistemas associativos. Uma destas dificuldades é assim expressa:

P - E a associação ela tem alguma forma de mensalidade, de contribuição?

E5 - Sim, a contribuição é uma fortuna: R\$ 5,00 por mês. Dá o que? R\$ 60,00 por ano. O associado paga e ainda assim não querem pagar. Por que a pessoa 'ah, vou pagar por que? A terra não é coletiva? A terra não é nossa então por que eu tenho que pagar?'. Sei que a associação precisa desta verba para poder se movimentar. Quer dizer que se precisa fazer viagem a gente tem que desembolsar do nosso próprio bolso. E a gente não é remunerado para isso.

Em termos demográficos, a comunidade está em processo de expansão de sua população, conforme informado:

P - Aproximadamente quantos quilombolas residem aqui hoje?

E8 - Está numa faixa de umas 60, 70 famílias.

P - Mais ou menos então umas 200 pessoas?

E8 - Mais ou menos isso. Nesta faixa. Por que tem um público muito variável por que a comunidade hoje ainda não gera uma renda fixa dentro do território e muitos, muitas áreas do quilombo ainda estão sem luz elétrica, mas afastados. E aí, com estas dificuldades de acesso então muitos estão fora do território e aí retornam as vezes no final de semana, trabalha fora depois retornam para a comunidade. Então, o público varia. Agora, chega em dezembro, como termina o período escolar e aí começa a renda do verão aí a população da comunidade ela sobe um pouco.

P - Em relação a população você acha que o quilombo ele pode sofrer uma ameaça em relação a menos jovens no quilombo, ou mais quilombolas indo embora, morando na cidade. Como está esta curva de demografia?

E8 - Ela tem crescido na verdade. Ela não tem diminuído. Ela deu uma aumentada. Uma quantidade grande de remanescentes voltando para o território. E jovens também. Quantidade grande de jovens voltando a comunidade. Teve o período de diminuição, mas, hoje tem mais voltando que saindo.

P - E esta diminuição você chegou a vivenciar?

E8 - Sim, cheguei ver a Caçandoca vazia. Hoje tem uma faixa de mais de cem casas ou obras aqui no território.

Nos depoimentos coletados vê-se um termo mencionado pelo Entrevistado 5: quilombo flutuante. Refere-se a membros que revezam sua moradia entre sua casa na comunidade e aquela mais próxima do seu local de trabalho, ou de algum parente que possibilite melhor acesso a estudos.

P - E você falou uma coisa interessante da questão dos quilombolas flutuantes. Você tem mais ou menos quantas pessoas vivem nesta situação, mais ou menos?

E5 - Olha, só para você ter ideia, ontem eu estava conversando com o Sr. A. S., ele falou em associados, por que a gente separa entre o associado, entre o quilombola. Que muitas vezes a pessoa se associa, mas o fato de ela estar associada não significa, quer dizer que ela vai ter o direito de vir, ocupar o território como quilombola. Ela é quilombola na árvore genealógica mas dentro do território ainda ela tem algumas coisas que precisam ser feitas para ser considerada realmente quilombola fixo, dentro do território. Então ele falou em torno de 367 pessoas associadas que fazem parte da árvore genealógica. São quilombolas, mas eu diria que 80 por cento destes associados não moram no território. Ser quilombola fora do quilombo. [...] Também esta questão que é muito questionado: 'ah, vocês constroem casa e não moram?' Não é por que a pessoa não queira morar, é que infelizmente falta ter esta geração de emprego não só dentro do quilombo mas em Ubatuba mesmo tem esta dificuldade. As pessoas acabam saindo para trabalhar em Caraguá ou na Baixada Santista ou mesmo São José, Paraibuna, estas regiões. As pessoas constroem a casa fica tipo um veranista: vem eventualmente para morar o que a gente chama aqui que é um quilombola flutuante. Não se fixa.

P - Por falta de oportunidades?

E5 - Não só por falta de oportunidades, mas por que você acaba criando vínculos. Por exemplo, você mora fora você cria vínculos. Vínculos familiares, vínculos de emprego, uma série de vínculos que eles impedem você de retornar para dentro do quilombo. Você tem que quebrar este vínculo para poder vir. Tem pessoas que não conseguem quebrar. Eu quebrei, eu consegui quebrar meu vínculo. Eu quebrei por que minha mãe (inaudível), eu não tenho esposa, não tenho filhos, então ficou muito fácil. Largar o serviço e vou me jogar para o território quilombola.

No mesmo sentido narra uma jovem:

P - E na sua trajetória do quilombo, você mora fora a quanto tempo?

E4 - Mais ou menos desde que meus pais se separaram. Eu acho que tinha uns doze anos, aí eu fui morar com minha mãe, no Centro de Ubatuba, com meus avós aí, depois eles se mudaram para cá. Por que minha mãe conseguiu, ela é professora de educação infantil. Agora ela está como diretora. Quando ela conseguiu este, subir este cargo aí a gente se mudou para cá. Antes ela ia e voltava todo dia. Por que ela sempre trabalhou aqui em Caraguá.

P - E quando você começou, no início de sua adolescência, de sua infância... Como você vê o cotidiano da Caçandoca?

E4 - Bom, é que, minha mãe ela trabalhava muito. Ela, quando eu nasci minha mãe estava estudando ainda na faculdade. Então eu ficava com meus avós. Ela trabalhava muito. Ela saía de manhã cedo com caixa de gelo, monte de coisas para ir trabalhar na praia, no quiosque. Meu vô era pescador, meu pai trabalhava bastante com isso na época. Depois ele deu uma parada. Agora voltou de novo com pesca, mas aí eu sempre, desde pequena eu tentava ajudar por que eu achava divertido, né? Mexer com pesca, meu vô tinha aquelas canoas enormes, com as redes enormes. Ele fazia eu desenrolar toda aquela rede. Aí eu achava super divertido. Agora eu entendo o que era uma coisa muito chata (risos). Ele deixou a parte mais chata e eu achava muito legal. Mas o trabalho do quilombo, assim, é muito voltado para o condomínio, do lado, né? Por que muitas pessoas trabalham de caseiro, lá. Minha vó trabalhava de caseiro, também. Trabalha até hoje. A mulher adora minha avó. Minha avó quer parar e

a mulher quer que ela continue. Mas grande parte de minha família trabalhava lá. Do quilombo também trabalhava lá. Aí os filhos conseguiram estudar, por causa do estudo a noite, tem que morar fora, aí estudar e depois, de conseguir com as facilidades do dia a dia, voltar para o quilombo, por ser distante, estrada ruim, tem muito disso também.

P - Você tem contato com outros jovens do quilombo?

E4 - Mais ou menos. É que como eu não moro lá, não vivo lá faz um bom tempo, eu só fico lá nas férias quando eu fico com meu pai, nas férias, então não tenho tanto contato quanto eu tinha quando eu era pequena. Pessoal que eu era pequena, as meninas já cresceram e estão casadas já, têm filhos. Aí eu nem tenho mais tanto contato. Mas eu sei as coisas que acontecem lá, meio por cima. Sei que começaram uma oficina de Jongo, que estão cantando e dançando em vários lugares.

Sob este mesmo olhar outra quilombola descreve a relação de suas filhas com o território:

P - A senhora tem quantas filhas?

E7 - Tenho três. Três meninas. A minha menina mais nova, minha caçula casou com um rapaz lá da Ilhabela, as outras duas moram no Guarujá. Os maridos trabalham para lá. Eu sempre falo para elas: pega os maridos de você para fazer transferência. A minha do meio é doída para vir morar para cá. Já meu genro, ah, que ele tem as coisas dele lá, mas as minhas filhas falam de vir morar aqui. Elas ficavam aqui não estavam nem querendo ir embora. Onde ela mora não tem espaço.

Uma situação correlata é representada por jovens que frequentam com maior assiduidade o quilombo, inclusive exercendo atividades laborais diárias e não de forma sazonal, como por exemplo, mudança temporária para trabalho da temporada de verão, como pode-se ver nos relatos:

E6 - Eu venho todo dia para cá basicamente por que agora eu estou morando na cidade, mas meu pai mora aqui. Moro na cidade por que é mais fácil ir para a escola. Mas eu venho todo dia para cá. Eu venho pescar com meu pai. Vivo aqui e vivo na cidade

E5 - Foi o meu caso durante muito tempo. Durante muito tempo fiquei assim: eu trabalhava na Baixada Santista, em Boracéia, eu morava em Guarujá, trabalhava em Boracéia e na sexta feira eu vinha para o Quilombo. Eu ficava no Quilombo sexta, sábado, as vezes no domingo, as vezes voltava na segunda, ou no domingo a noite. E de um tempo para cá larguei tudo isso e resolvi me dedicar exclusivamente, zelar aqui pelos meus pais, pela área, faço alguns serviços esporádicos na construção civil, ou como guia e me dedicando. Ultimamente me dedico mais na questão do quilombo para fortalecer esta questão. Que no momento é extremamente necessário fortalecimento desta questão de identidade cultural, identidade étnica.

Porém, o autorreconhecimento como quilombola, mesmo morando fora da comunidade, é latente, conforme descrito:

P - Você tem contato com alguns estudantes, ou o próprio caso da sua mãe, eles saíram da Caçandoca para conseguir emprego, para estudar... Na sua percepção, a maioria das pessoas que moram fora do quilombo mantêm esta relação ainda de quilombola?

E4 - Sim, acho que... Eu acredito que sim por que, pela minha mãe: eu vejo muito disto. Ela se considera quilombola, ela tenta estar por dentro das coisas que acontecem, mas ela não se vê morando mais por causa desta dificuldade da estrada, mas ela tenta, tipo, ter um lugar lá... Meu vô construiu uma casa lá para minha avó, depois os dois morarem lá. Pelo menos no final de semana. Minha mãe também vai sempre que possível. Agora nem tanto, por problemas familiares, mas sempre tenta ter este contato. Por que é um lugar muito bonito. Tem uma história, né? Uma carga: tão logo que a gente chega se sente bem.

P - O senhor tem filhos aqui no quilombo?

E2 - Tem.

P - E eles moram aqui?

E2 - Mora junto comigo. Um filho, tenho dois filhos que moram comigo, são solteiros ainda. Aí três filhas minha casaram e estão morando lá no... Uma está morando aqui na Lagoinha e a outra duas moram no Perequê. Tem casa aqui, mas só que o serviço dela é lá. Só vem no fim de semana, o serviço dela é lá. Se aqui tivesse, vamos dizer, uma lei para trabalhar aqui, mas aqui não tem serviço para eles.

P - Uma pergunta: a sua filha mora na Lagoinha. Mesmo ela morando lá, ela se considera quilombola?

E2 - Quilombola! As outras filhas minhas se consideram também, cada uma quilombola.

P - Indiferente do cadastro elas se sentem quilombolas

E2 - Se sentem quilombolas. Só que elas não estão aqui por causa, não tem serviço para elas que é para ganhar o pão de cada dia.

P - E suas filhas se consideram quilombolas?

E7 - Todas. Consideram. Se vestem e tudo. Principalmente esta que está se candidatando para vereadora, só se arrumam como quilombola. Faz cada turbante que tem nem ideia. Um mais lindo do que o outro. Eu que comecei com os turbantes, ela passou na minha perna. Agora ela que usa os turbantes muito bonitos. A outra também já vem pondo o turbante da irmã. Já vem praticando para lá. Falei tá bom. Aí está uma foto que está elas três. Ela fala assim: 'E., você não é quilombola, por que a outra estava sem turbante.'

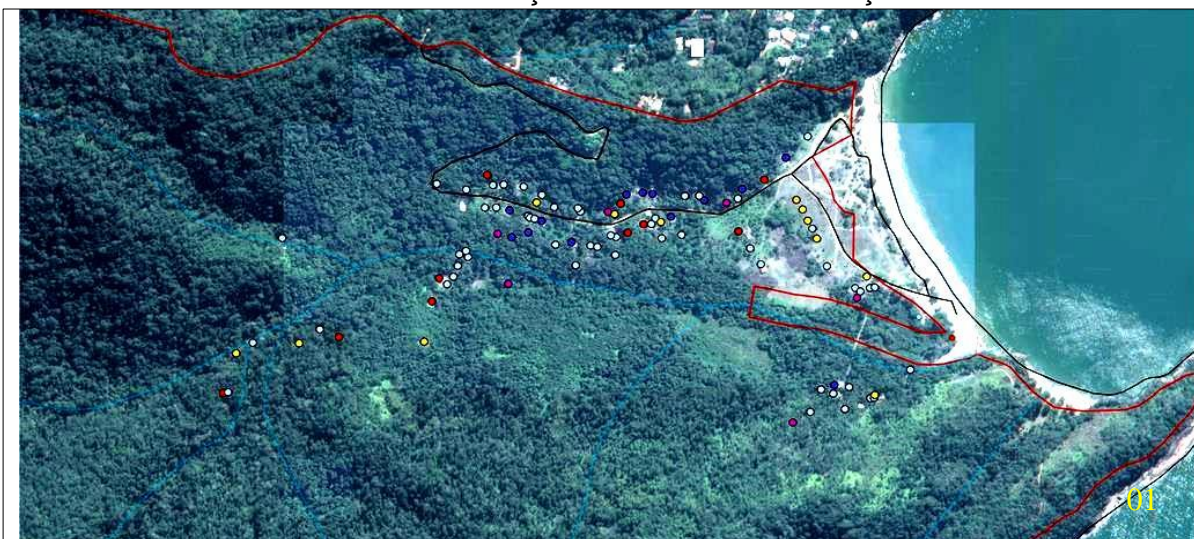
E5 - Porque não é pelo fato de ele não querer fazer uma casa de pau-a-pique, do cara não querer plantar uma roça que ele deixa de ser quilombola. O cara pode estar lá no Japão, morando lá no Japão, mas ele é quilombola do mesmo jeito. Ele pode até não se autoafirmar, mas existe algo que corre no sangue dele, que é a genética dele. Isso é preponderante. Ele vai abrir a árvore genealógica e vai ver que o antepassado dele, que foi um homem que foi escravizado.

Quando da titulação da comunidade, havia ainda algum espraiamento das famílias pelos diversos núcleos que a compõem, em especial no Saco das Bananas e Raposa. Porém, as dificuldades de acesso aliadas à chegada de luz elétrica somente na parcela da Praia da Caçandoca, fizeram com que a comunidade se concentrasse. Esta nova conformação está ilustrada na prancha 16 e no mapa 03. É assim relatada:

E8 - Os que estão lá pra cima na maioria são pessoas de idade. Então começa a ficar mais difícil. Os filhos vão crescendo e estão descendo aqui para a Caçandoca. E os mais velhos tem esta resistência de vir para cá no território, mas acabam com o passar do tempo, ficando isolado, e aí acaba descendo também. Então, o território cada vez mais, a parta alta, por esta dificuldade, de acesso. Mas com certeza, se tivesse uma estrada, tivesse um acesso mais fácil mesmo com a dificuldade da luz elétrica, a estrada com certeza abriria um leque maior e com certeza teria mais gente lá no território. Principalmente na Raposa.

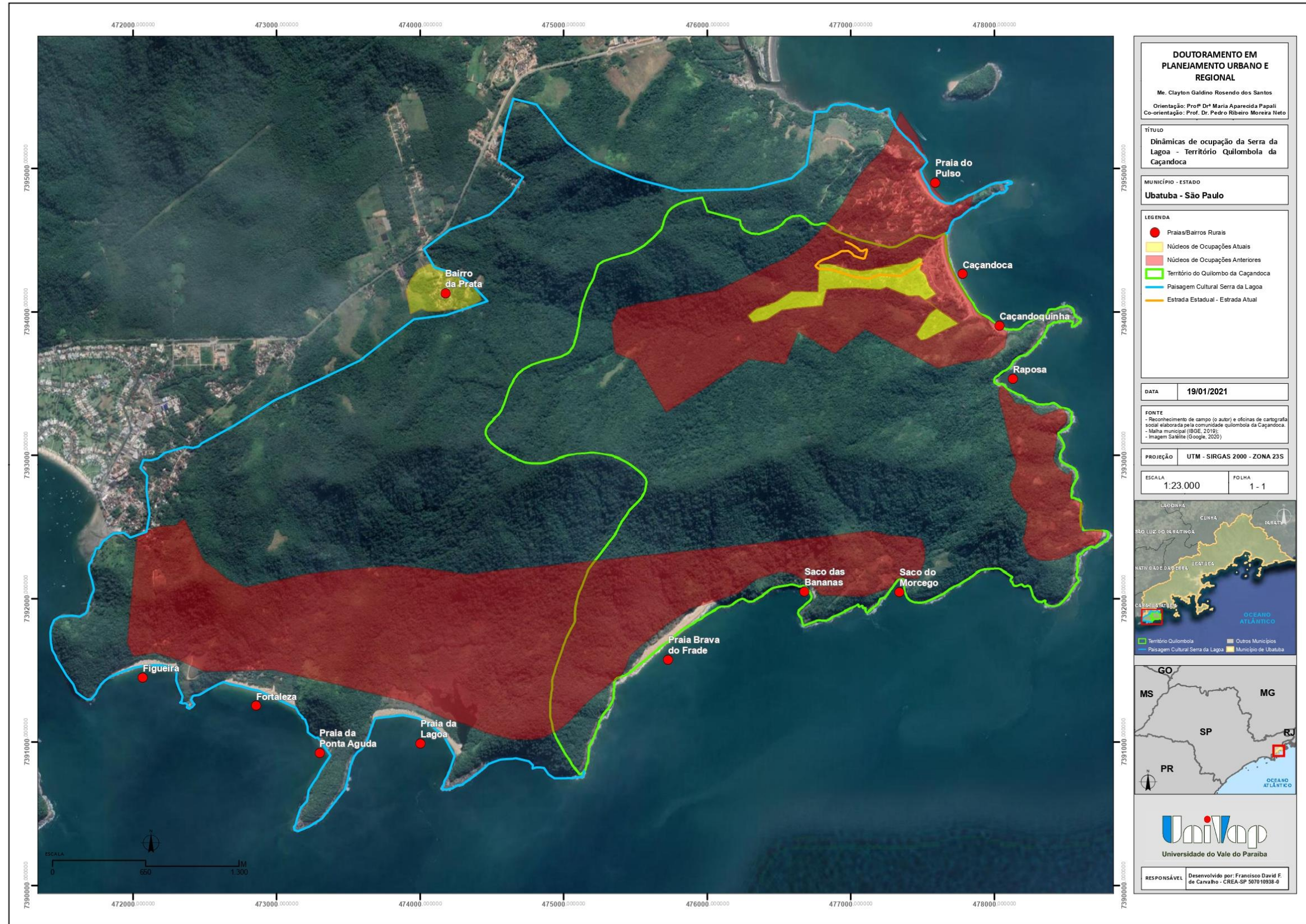
Neste mesmo sentido, a jovem quilombola também atesta este fator agregador da Praia da Caçandoca: “E4 - A luz está chegando agora. Conseguiram colocar luz agora, mas só tem na Caçandoca, não tem nas outras praias. As outras praias é só gerador ou a vela.”

Prancha 16: Concentração urbana – Praia da Caçandoca.



Nota: Figura 01: levantamento das moradias e demais edificações atuais, adensadas na praia e sertão da Caçandoca. Situação em 2018.; Figura 02: praia e sertão da Caçandoca, em 2020, Figura 03: casa abandonada no Saco da Raposa, ano de 2020. Fonte: Inkra, SR-SP, 2018, .ARCQC e o autor

Mapa 03: Dinâmicas de ocupação do Quilombo da Caçandoca. Situação em 2021.



Fonte: Francisco David de Carvalho sob orientação do autor.

Já o seguinte depoente acrescenta à Praia da Caçandoca outros fatores indutores: a estrada e a atividade turística na praia, conforme relata:

E5 - Por que tem outro problema também que é a questão da pessoa querer construir a casa na beira da estrada para ter acesso maior para a praia. Por que a maior fonte de geração de renda é a praia. O que acontece: a pessoa vem, vou fazer minha casa na beira da estrada por que eu quero trabalhar na praia. Eu sou quilombola tenho direito. Pô, mas que direito que ela tem? Ela não mostra o direito mas acha que tem direito. Então ela não mostra este direito. Mas respeito, vamos lá: vamos ver se você tem espaço para a praia. Isto cria outro conflito. Especialmente na alta temporada. É o momento de maior conflito interno dentro da comunidade é na temporada de verão. Porque todo mundo acha que é dono da praia. Eu sou quilombola sou dono da praia. Aí quer deixar os ambulantes de fora não trabalhar, acha que pode exigir coisas absurdas do turista. Então vai criando este choque. E quando o bicho pega, o pessoal vai para a porta da associação. Quem é a diretoria que vai resolver isso? Então cria este conflito.[...] Por que, como eu falei anteriormente: as pessoas estão ficando só na beira da estrada, com o objetivo de chegar na praia. E o chamado sertão, que é onde você está, está sendo relegado. Por que as pessoas sempre justificam: 'ah, eu não vou morar no sertão, por que não tem luz. Não vou morar no sertão por que tem muita árvore para cortar.' Na verdade isto é meramente uma desculpa, por que as pessoas querem facilidades.

Este rearranjo espacial, que concentra em uma única praia todas as famílias derivadas dos demais núcleos, gera conflitos internos, eivados de disputas anteriores, rixas familiares ou então, atuação diversa quando do processo de retomada do território. Neste sentido, há a seguinte afirmação: “E7- Saco da Raposa era tudo contra nós. Agora estão todos aqui. Eles vieram para cá e o Saco da Raposa ficou lá.”

Por fim, mesmo diante da titulação alcançada, vê-se na Caçandoca constante luta para a preservação de sua identidade cultural. Entende-se que esforços para o fortalecimento desta, ou pelo menos subsídios para decisão sobre o que perenizar ou olvidar, tanto em caráter material ou imaterial, funcional ou simbólico, devem ser empreendidos. O quilombo configura-se como fiel depositário de bens de ordem natural e cultural, além de suas manifestações de ordem étnica, patrimônios sujeitos a políticas e planejamentos de base territorial. Tal repertório de recursos ambientais está sob égide de vasto arcabouço jurídico, tema da próxima seção.

5 PATRIMÔNIO CULTURAL REGIONAL: PROTEGER PARA USUFRUIR

Os urbanistas devem escutar os moradores, estar abertos à sua memória, que é a memória de cada rua e de cada bairro. Recuperar a dimensão humana do espaço é um problema político dos mais urgentes. A sobrevivência de um grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade; esta ligação se desarticula quando a especulação urbana causa um grau intolerável de desenraizamento.

Ecléa Bosi

A RMVPLN, localizada na porção leste do Estado de São Paulo, congrega em seus 39 municípios parcelas que apresentam características distintas, que expressam homogeneidades setoriais (GOMES, ANDRADE, SANTOS, 2019, p. 20). Têm-se como exemplos unidades federativas com viés industrial (São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, etc.); de montanha (Campos do Jordão, São Bento do Sapucaí); pequenas cidades com núcleos urbanos herdados do período imperial ainda preservados (Bananal, Cunha) e os municípios litorâneos, dentre outros aspectos expoentes.

Além destas subdivisões, há porções territoriais no interior de municípios que demandam ações específicas. Detentoras de instrumentos jurídicos próprios, certa autonomia e que mesclam usos em âmbitos privado e comum além de forte componente histórico e étnico (BERNO DE ALMEIDA, 2002, p. 45). Estas parcelas podem ser representadas na RMVPLN por territórios guarani (em São Sebastião e Ubatuba); quilombolas (Ubatuba, São Bento do Sapucaí e Guaratinguetá); caiçaras e caipiras; estas pontilhadas por diversos municípios do litoral e planalto, respectivamente.

Essas comunidades prescrevem análises urbanísticas que transpassam questões meramente funcionais (garantia da posse da terra, infraestrutura, serviços). Exigem também abordagens de ordem simbólica (topofilia, cosmologia, conhecimentos empíricos e rituais sobre caça, pesca, agricultura, trabalho solidário), dentre outras. Neste universo insere-se o território quilombola da Caçandoca, em Ubatuba.

Assim, busca-se descrever amostra do arcabouço jurídico pertinente a posse do território por grupos tradicionais, bem como as relativas ao patrimônio cultural. Ambos os conjuntos refletem em base territorial, incidente nas instâncias do pacto federativo nacional e que podem atuar especificamente no quilombo citado.

Inicialmente elenca instrumentos jurídicos balizadores da preservação e fruição de bens relativos às memórias coletivas. Diplomas legais derivados das esferas internacional, federal, estadual e municipal, bem como alguns advindos de outros contextos (urbanístico, ambiental, comunidades étnicas) que se inter-relacionam.

Em seguida, busca-se discorrer sobre dispositivos que incidem especificamente no Quilombo da Caçandoca. E, em conclusão, expressar as prerrogativas a serem observadas em âmbito municipal e/ou colegiada de municípios, no caso, uma futura governança consolidada a ser exercida pela Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

5.1 O ordenamento jurídico internacional e interestadual: as cartas patrimoniais

Considerar patrimônio cultural de uma nação como recursos comuns ao seu povo trouxe necessidades de construção, aprimoramento e aplicação de dispositivos legais para sua preservação. Igualmente, garantia de uso destes pela sociedade, em âmbitos mundial, regional, nacional ou local (FALCÃO; FRANCA FILHO, 2018, p. 475). Na esfera internacional, a baliza que direciona normas e partidos de preservação e fruição é oferecida pelas cartas patrimoniais, exaradas por instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Mercado Comum do Sul (Mercosul), as quais o Brasil é integrante. Embora não tenham caráter vinculante para os estados partícipes (SOARES, 2007, p. 59; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2011, p. 1), tais diplomas mostram-se importantes para a elaboração de diretrizes nacionais.

Tem-se o compromisso, por parte dos países signatários, de elaborar dispositivos legais adequados à sua realidade, destinados à execução das propostas aceitas. No caso brasileiro, citam-se como exemplos a promulgação do Decreto 72.312 de 3 de Maio de 1973, ratificando a Convenção de Paris de novembro de 1970, que trata de comércio ilegal de bens culturais; bem como o artigo 8º da Portaria IPHAN 230/02, que contempla preceitos estabelecidos na Carta de Nova Délhi, 1956, para o patrimônio arqueológico (SOUZA; BASTOS, 2010, p. 101).

A trajetória de preservação do patrimônio cultural em âmbito mundial volta-se inicialmente para os bens arquitetônicos (ano de 1931 - Carta de Atenas, elaborada pela Sociedade das Nações, precursora da Organização das Nações Unidas). Procedeu este documento a Carta de Atenas do Congresso Internacional de

Arquitetura Moderna (CIAM), de 1933. Posteriormente a Carta de Veneza – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), de maio de 1964, diploma guia para ações de restauro e intervenções em sítios históricos. Estes instrumentos são também citados pelas Normas de Quito, da Organização dos Estados Americanos, de novembro e dezembro de 1967 (IPHAN, 2019).

Um aparte se faz necessário, referente às cartas de Nara, Japão, (1994), e de Brasília (1995) que revisam conceitos de autenticidade relativos à proteção do patrimônio material. Em suma, não preconizam exclusivamente a ancianidade ou originalidade dos materiais de determinado bem para sua eleição como patrimônio. Consideram igualmente aspectos imateriais, como por exemplo, técnicas de manufatura, conservação e simbolismo (GALLO, 2006, p. 102). Portanto, são passíveis de tombamento exemplares arquitetônicos com duração efêmera ou que demandam trocas constantes de componentes, mas que carregam consigo técnicas longevas de fabrico e/ou características simbólicas.

Em relação ao patrimônio intangível, este tem como instrumento base a Recomendação de Paris – Outubro de 2003, exarada pela ONU, resultado da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Já os chamados bens paisagísticos tiveram especial atenção na Recomendação de Paris – Novembro de 1972, elaborada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A proteção ao patrimônio arqueológico esteve em pauta nas assembleias mundiais e americanas, decorrente da preocupação com as demandas de preservação e usufruto. Bem como, instrumentar a resolução de delicados processos derivados de saques de vieses colonial ou belicoso, que adentram por questões de ordem nacional (SILVA; OLIVEIRA; BORGES, 2011, p. 78).

São exemplos a Carta de Nova Délhi para o Patrimônio Arqueológico, de dezembro de 1956, emitida pela Unesco; A Carta de Veneza de 1956 que, embora verse sobre monumentos de ordem arquitetônica, prescreve recomendações para procedimentos arqueológicos em obras de restauração. Por fim, destaca-se a Carta de Lausanne, de 1990, documento que direciona a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico. Evidentemente, outros diplomas internacionais fazem menção ou sua abrangência possui forte incidência, diante de intervenções nos chamados monumentos urbanos.

Um instrumento internacional que incide sobre bens de natureza ambiental de populações tradicionais refere-se à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Foi ratificada no Brasil pelo decreto legislativo 143, do Senado Federal e pelo Decreto Federal Nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Embora derivada de um órgão relacionado com os direitos do trabalho, este diploma versa incisivamente sobre questões culturais, ambientais e de território de comunidades tradicionais. Ressalta-se o artigo 16 que atua de forma direta em ações de Planejamento Urbano e Regional, relativo ao direito de retorno de populações originárias ao seu território, quando cessem ou se resolvam questões que demandaram seu êxodo.

Por fim, tendo em vista a amostragem de instrumentos internacionais, o Brasil é signatário de acordos do Mercosul. Desponta neste contexto a Decisão 55 de 2012, que cria a categoria de Patrimônio Cultural do Mercosul (PCM). Esta eleição pode tanto englobar sistemas culturais que transcendem territórios nacionais (caso das Missões Jesuíticas e Tava Guarani, por exemplo) quanto certificar bens culturais próprios dos países integrantes.

Em resumo, o conjunto das cartas, emitidas tanto em âmbito internacional quanto nacionais (diplomas expressos por estados brasileiros), fornecem diretrizes para partidos de preservação. Orientam abordagens do patrimônio em associação a outros contextos, como, por exemplo, o Turismo, Educação, Etnicidades e o Planejamento Urbano. Neste ponto ressalta-se o artigo 5º da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, Carta de Paris de 1972, que prescreve:

Adotar uma política geral que vise determinar uma função ao patrimônio cultural e natural na vida coletiva e integrar a proteção do referido patrimônio nos programas de planejamento geral (IPHAN, 2019).

5.2 A legislação nacional para o patrimônio cultural

O olhar inicial para a proteção dos bens culturais no Brasil, a exemplo do contexto internacional, reveste-se de caráter eminentemente monumental, no sentido de grandioso ou ligado à memória de classes dominantes (clero, nobreza) (LIMA FILHO; BELTRÃO; ECKERT, 2007, p. 30). Contudo, no decorrer do século XX, outras perspectivas são inseridas, principalmente voltadas as demais categorias de patrimônio que não o edificado, como paisagens notáveis e as de caráter intangível

“[...] a partir de uma pressão periférica e pós-colonial”, conforme pontua Mário Ferreira de Pragmácio Telles (2018, p. 32).

O conjunto jurídico nacional para o patrimônio cultural é extenso e complexo, com instrumentos que muitas vezes se sobrepõem, tanto horizontalmente (mesmas instâncias), quanto verticalmente (de escalas superiores para inferiores); contexto similar a outros campos da legislação nacional.

Regina Coeli Pinheiro da Silva (2007, p. 60) informa que a proteção ao patrimônio cultural brasileiro remonta ao ano de 1937, com origem em regime de estado democrático, mas promulgada no contexto nacionalista ditatorial da era Vargas. Tal iniciativa resultou no Decreto-Lei 25/37, ainda em vigor, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, ao conceituá-lo como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011).

O Decreto-Lei 25/37 insere na governança federal o instrumento de tombamento. Este se configura com um dispositivo de proteção, que define para um determinado bem cultural material ou paisagístico as diretrizes de preservação: graus de manutenção da integridade, tais como fachada e interior ou somente face externa; perímetro de área envoltória; ações de conservação e restauração.

É comumente elaborado por um colegiado (conselhos federal, estaduais e municipais), com poder de polícia (GALLO, 2006, p. 105), mas não exclusivo destes. Ações de tombamento e registro podem também ser emitidas pelos poderes executivos e legislativos, das três esferas do pacto federativo nacional (D'ELBOUX E BAIRON, 2018, p. 125). Insere-se também a possibilidade de emissão por meio de conselhos derivados de conjuntos de municípios, na forma de consórcios e regiões metropolitanas, possibilidade tratada nas páginas a seguir.

Em âmbito federal Ubatuba dispõe de um bem arquitetônico tombado: O Sobrado do Porto, Casa de Baltazar Fortes, sob o processo Iphan No. 0592, de 03 de março de 1959 (IPHAN, 2008, p. 349).

O Decreto 25/37 foi suplementado por diplomas específicos, como a Lei Federal 3924/61, referente à proteção do patrimônio arqueológico. Esta garante proteção a estes bens no ato de sua descoberta, não exigindo ação de tombamento, e destina ao Iphan o poder administrativo e de polícia para o trato arqueológico

(SOARES, 2007, p. 68). Sobre esta categoria Ubatuba conta com três patrimônios cadastrados: sítios arqueológicos Acampamento Conchífero Mar Virado; Tenório e Itaguaí. Todos pré-coloniais (IPHAN, 2020) No entanto, o referido inventário não se encontra atualizado.

A regulamentação da Lei Federal 3924/61 foi realizada por dispositivos infralegais emitidos pelo IPHAN, com intuito principal de ordenar a pesquisa arqueológica e inseri-la nos processos de licenciamento ambiental.

Inicialmente, tem-se a portaria 07 de 01 de dezembro de 1988. Este instrumento até hoje é importante, pois insere o pacto federativo nacional na pesquisa e gestão arqueológicas. Em seu artigo quarto descreve o instrumento da *comunicação prévia* que dá autonomia a estados e municípios (e seus respectivos órgãos – fundações, autarquias, etc.) de atuarem em seu patrimônio arqueológico, quando há o interesse público ou quando os bens incidem em próprios da administração.

A portaria Iphan 07/88 foi complementada por outro importante instrumento, a Portaria Iphan 230 de 17 de dezembro de 2002. É alinhada à Lei Federal 6938 de 31 de agosto de 1981, a chamada Lei do Licenciamento Ambiental. Ela organiza a pesquisa arqueológica de acordo com as fases do Licenciamento Ambiental: Licença Prévia, quando se analisa a viabilidade do empreendimento; a Licença de Instalação, quando se autoriza a construção das estruturas propostas mediante cumprimento das ações de salvaguarda e por fim, a Licença de Operação, quando são analisados os atendimentos totais das medidas protetivas, compensatórias ou mitigadoras, referentes ao macrobem ambiental brasileiro.

Já em 2015, o Iphan emitiu a Instrução Normativa 01, de 25 de março, que procurou readequar as rotinas de permissão de pesquisas também referentes aos processos de licenciamento ambiental. De forma minuciosa, estabeleceu cinco níveis de empreendimentos: Não se aplica (NA) e níveis I a IV, adequados a iniciativas da menor à maior complexidade.

Os empreendimentos foram classificados por tipos (aeroportos, ferrovias, energia elétrica, etc.) e cada qual subdivididos por características de tamanho, reutilização de estruturas pré-existentes, etc.

Na esteira dos recursos arqueológicos a IN Iphan 01/15 trouxe benefícios na forma de regulamentações para outras categorias do patrimônio cultural no trato do licenciamento ambiental. São elas: edificado, imaterial, paisagístico e ferroviário. Outra benesse que se identifica é a atenção especial para programas integrados de

Educação Patrimonial, na forma de projetos específicos e não como apêndices das pesquisas arqueológicas.

Em caso de possível atuação do empreendimento em perímetros de bens edificados, imateriais e paisagísticos (tombados, registrados e cancelados, respectivamente), relatórios específicos deverão ser apresentados, com avaliações objetivas de impactos, sejam negativos ou positivos.

Já em relação aos bens valorados, estes são derivados da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA). A IN 01/15 também traz aprimoramentos neste sentido, pois a lei 11483/07, que trata da extinção da RFFSA, reza em seu artigo 9º. que cabe ao Iphan receber e administrar os bens ferroviários de valor memorial. Excluem-se aqueles que a concessionária demonstrar interesse, para uso operacional. No entanto, não há atualmente definição da titularidade de milhares de exemplares arquitetônicos e de composições, sujeitos a ações de vandalismo, trepidação ante comboios cada vez maiores e, sobretudo, pela maior ação destrutiva do desuso.

Deteve-se de forma mais alongada sobre a IN 01/15 em decorrência de sua atuação no Planejamento Urbano e Regional. Ela incide fortemente nos empreendimentos de micro à macro escala, ao prever ações de reconhecimento, salvaguarda (inclusive com adequações de projeto) e demais medidas protetivas aos bens culturais brasileiros.

Ainda em âmbito federal, entende-se necessário abordar a legislação incidente sobre o planejamento urbano e o patrimônio cultural da nação. Tal correlação, de forma expoente, é inserida na Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade. Em seu artigo 2º., inciso, XII, versa sobre a “proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico” (CONFEA, [2001]).

Tal dispositivo reveste-se de acentuada importância nesta interface (Patrimônio Cultural e Planejamento Urbano) por prescrever o atendimento a demandas de ordem popular. Possibilita direcionamento de políticas públicas a setores até então excluídos, além de fornecer subsídio a questionamentos sobre a prevalência de aspectos econômicos e fundiários sobrepostos ao direito à vida, conforme observado por Arlete Moysés Rodrigues (2004, p. 11).

Um outro instrumento federal que atua nesta integração é representado pela lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, relativa ao Plano Nacional de Cultura. Segundo Guilherme Varella (2018, p. 313) este diploma tem como uma de suas estratégias

"Construir instrumentos integrados de gestão do patrimônio, em todas as suas dimensões, com outras áreas, como desenvolvimento urbano, turismo e meio ambiente, entre outros".

Vê-se amparo sobre as responsabilidades previstas no ordenamento urbano em relação aos bens culturais no sistema processual para a defesa dos direitos difusos e coletivos, como o Código Civil - artigo 1228, § 1º, que reza:

O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas (BRASIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2019).

O alinhamento das tratativas para o patrimônio cultural sob tendências mais "participativas da sociedade", mediante o que diz Manoel Lemes da Silva Neto (2011), deu-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em especial o descrito no artigo 216, conforme descrito:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2019).

A regulamentação de tal artigo 216 se fez por meio de diversos dispositivos, como por exemplo, o decreto 3551/2000, relacionado ao patrimônio imaterial brasileiro. Este texto institui o registro como instrumento de proteção a bens culturais imateriais, erroneamente inseridos como 'tombamento', como observa Maria Cecília Londres Fonseca (2018, p. 75).

Um fator diferencial que rege o mecanismo é a efetiva participação do grupo detentor do bem cultural. Desde o pedido de inserção bem como na elaboração do processo e sua incidência geográfica (FONSECA, 2018, p. 73). Neste contexto, incidem no Município de Ubatuba duas manifestações imateriais registradas como

patrimônios nacionais: o Jongo do Sudeste e o Fandango Caiçara, e outra com processo em andamento: a feitura de canoas caiçaras.

5.3 O direito quilombola em âmbito federal

Os direitos relacionados às comunidades tradicionais vêm coligados ao fortalecimento dos movimentos sociais e os reclames pela redemocratização brasileira, na década de 1980, que derivou inserção de tópicos inclusivos na Carta Magna de 1988 (BOAVENTURA LEITE, 2008, P. 93).

Ao abordar os patrimônios culturais nacionais, esta trouxe consigo, além da preservação almejada, a forte manifestação de grupos indígenas, afro-brasileiros, caiçaras, beradeiros e demais representantes de comunidades tradicionais. Diretamente interessadas na gestão destes bens, como coatuantes do processo civilizatório nacional (D'ELBOUX; BAIRON, 2018, p. 122). No entanto, estas conquistas trouxeram consigo a necessidade de engajamento destes agentes coletivos na gestão destes recursos, conforme pontua Rossano Lopes Bastos (2006, p. 163).

A expropriação de territórios ancestrais do povo negro por agentes econômicos hegemônicos, o impedimento do acesso a terra ou mesmo o relegar de terrenos impróprios, insalubres representam uma profunda chaga no urbanismo brasileiro. Segundo Boaventura Leite (2008, p. 90) este processo decorre desde 1850, com a Lei de Terras, que ao negar a plena cidadania aos escravos libertos, impede seu acesso ao sistema jurídico e à efetiva titulação de suas paragens ancestrais.

Jaime Rodrigues (2000, p. 54, 55), ao abordar as condições civis e políticas de negros alforriados e ex-escravos no findar do século XIX, ressalta as condições de semicidadania. Os negros deveriam ser integrados à sociedade nacional desde que direcionados à mão de obra. “[...] ‘direito’ de ter um trabalho útil à nação”. Deveriam ser apenas donos de seu trabalho, mas não de seu chão. O autor (RODRIGUES, 2000, p. 84, 88) prossegue:

Uma rígida distinção social entre os proprietários, em geral brancos e cidadãos plenos, e os negros livres e libertos, que só deveriam tornar-se proprietários de sua força de trabalho. [...] Não significava deixá-los à vontade para escolher seus destinos. Era necessário torná-los trabalhadores disciplinados e engajados no projeto de nação socialmente agregada e sem conflitos de qualquer natureza.

Este problema não foi solucionado com a abolição da escravatura e tampouco pela primeira constituição republicana de 1891 (BERNO DE ALMEIDA, 2002, p. 57). Assim, a ausência de políticas efetivas de garantia de terras e território por comunidades negras no Brasil perdurou desde a escravidão (em relação aos libertos e alforriados) e espalhou-se pela abolição até o fim do século XX.

A possibilidade de efetiva titulação de suas terras somente encontrou ressonância na Constituição de 1988. Neste sentido o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da carta magna é o único instrumento legal produzido no Brasil para garantia da posse de territórios de afro-brasileiros (BERNO DE ALMEIDA, 2002, p. 47). Também na constituição foram abordados os vestígios culturais produzidos por tais comunidades, conforme destaca o § 5º, do artigo 216 que diz: "Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos."

Tanto o texto constitucional quanto o artigo 68 do ADCT não explicitam o termo *remanescente*. Ainda assim inauguram "[...] a possibilidade de reparação histórica às populações afrodescendentes e representa a luta pela posse das terras ocupadas e dos territórios construídos por eles" (FREITAS MONTEIRO, 2020, p. 383).

A prerrogativa de titulação de terras ancestrais não foi aceita tacitamente pelos setores conservadores da política. Um projeto de lei para regulamentar o artigo 68 foi vetado pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em 13 de maio de 2002. Em 2003, volta a pauta por forte pressão de movimentos sociais, que resultou no Decreto 4887, 20 de novembro de 2003 (BOAVENTURA LEITE, 2008, p. 92). Este texto orienta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

A possibilidade de reconhecimento e titulação de centenas de territórios quilombolas pelo Brasil, por meio do referido decreto, inflama diversas ações em contraponto, especialmente por ruralistas e agentes imobiliários. Tem-se como exemplo a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, que confronta especificamente o Decreto 4887/03.

Soma-se a esta ação a tentativa de estabelecimento de um marco temporal (que restringe a titulação apenas a comunidades que estivessem de posse de seus territórios antes de cinco de outubro de 1988, data da promulgação da constituição). Seria vedada, portanto a titulação de territórios expropriados por agentes externos e

reocupados ou requeridos posteriormente pelas comunidades detentoras (FREITAS MONTEIRO, 2020, p. 371). Em 13 de março de 2020, o Superior Tribunal Federal rejeitou tais ações e garantiu a constitucionalidade do Decreto 4887/2003. Afastou a aplicação do marco temporal, permitindo assim a possibilidade de reivindicações de comunidades expulsas de seus territórios (INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL, 2020).

Em conjunto com o Decreto 4887/03, incide nos trâmites de titulação de terras quilombolas a Portaria Nº 98 - Fundação Cultural Palmares, de 26 de novembro de 2007 (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019). Atua de forma conjunta a Lei Federal 12288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2019), o qual se destaca o inciso VII do artigo 4º., que versa sobre garantias funcionais e simbólicas das populações afro-brasileiras, como manifestações culturais e moradia. Sob este contexto, o roteiro de titulação dos territórios requeridos fornecido pelos diplomas citados é sintetizado por Cordeiro (2020, p. 38):

O processo de organização das comunidades quilombolas em torno da identidade quilombola é, sem dúvida, o primeiro momento da regularização fundiária dos territórios quilombolas e representa, muitas vezes, o momento de intensificação dos conflitos. Posteriormente a associação comunitária solicita a certidão de autodefinição quilombola a Fundação Cultural Palmares. A comunidade apresenta a certidão ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Após dar entrada no Incra a primeira etapa para a regularização do território é a elaboração do Relatório Técnico de Identificação de Delimitação (RTID), que consiste em levantamentos e estudos fundiários, cartográficos, antropológicos, ecológicos, geográficos, socioeconômicos, históricos obtidos em campo e junto a instituições de caráter público ou privado. O objetivo principal do RTID é identificar os limites dos territórios das comunidades quilombolas. A fase seguinte é a publicação do RTID, no qual os interessados terão 90 dias para contestarem o Relatório junto à Superintendência Regional do Incra. Do julgamento das contestações caberá recurso único ao Conselho Diretor do Incra, no prazo de 30 dias. A próxima fase é a portaria de reconhecimento, no qual há a publicação de portaria do Presidente do Incra no Diário Oficial da União (DOU) e dos estados. Na publicação estará descrita os limites do território quilombola. Após a publicação, caso existam imóveis privados (títulos ou posses) no território tradicional, é necessária a publicação de Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social. Esses imóveis serão vistoriados e avaliados conforme o preço de mercado e receberão indenização em dinheiro. A titulação do território é o coroamento desse processo. Aqui o presidente do Incra realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo, imprescritível e pró-indiviso à comunidade, em nome da associação comunitária.

Sobre os trâmites de titulação, bem como as demais tratativas das comunidades quilombolas com o estado, Berno de Almeida (2006, p. 27) ressalta dificuldades administrativas derivadas da atuação institucional. Uma rotina fragmentada em diversos atores do governo, como por exemplo, Incra, Fundação Palmares e Iphan. Estes institutos e autarquias são locados em ministérios como da Cultura, Justiça, Meio Ambiente, Agricultura e não em um exclusivo dedicado às demandas destas comunidades.

Ressalta-se que as comunidades quilombolas contempladas com a titulação de seus territórios não são tuteladas pelo estado. O território é propriedade privada direcionado ao coletivo (BERNO DE ALMEIDA, 2006, p. 26), inalienável – ou seja, proibida de ser vendida – e retirada do mercado de terras (FREITAS MONTEIRO, 2020, p. 384). Assim, há a especificidade da posse coletiva da terra, com a titulação entregue não a cada família integrante, mas a uma pessoa jurídica na forma de associação.

Os dispositivos legais relacionados ao direito quilombola trazem consigo questões como auto atribuição como remanescente (individual e coletiva); propriedade privada titulada a um ente coletivo (associação) e resistências exercidas pelos contraditórios (mercado, poder público, especuladores imobiliários). Estes fatores demandam não somente militância pela garantia dos direitos assim como aprimoramentos do arcabouço jurídico vigente.

Neste sentido, Rifiotis (2012b, p. 17) observa que tal ramo legal é imbuído de: “[...] dimensão vivencial de suas experiências, seus dilemas, suas modalidades de enfrentamento, a reapropriação que fazem dos discursos e práticas judicializantes.”. Também incide sobre este viés teórico a busca pelo direito ao lugar, não exclusivo a terra, mas também autonomia sobre suas práticas e modos de produção, além da inserção dos grupos quilombolas na ordem jurídica (BOAVENTURA LEITE, 2008, p. 110).

A inclusão de olhares não hegemônicos nos trâmites legais busca consorciar seus preceitos com as especificidades da teoria do patrimônio e dos cotidianos colaborativos, sem o prolixo jurídico (LIMA RODRIGUES, 2018, p. 330). Em suma, trata de construção de uma abordagem gestada na participação popular, acessível no linguajar e na percepção de tempo e espaço do detentor do bem cultural, seja ele individual ou coletivo, como o caso de grupos tradicionais.

O direito quilombola procura adicionar nas teorias e práticas jurídicas formas alternativas de mediação de conflitos, outras percepções de viés comunitário sobre regramentos e diretrizes. Tal mediação muitas vezes é vista e almejada nas lideranças locais, por meio da sua associação. Ente regulamentador e deliberativo dentro do território, pautada nos usos comuns e particulares da comunidade, “[...] nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares” (BERNO DE ALMEIDA, 2006, p. 24).

Rifiotis (2008a, p. 55) observa que a abordagem do direito estatal não pode ser a única e deve considerar variáveis como memória e história; sensibilidades; identidades e reconhecimentos. Para exemplificar esta assertiva tem-se as considerações do seguinte depoimento:

E5 - Então esta questão deste entendimento, empoderamento da associação, que os órgãos públicos reconhecem os quilombolas através da associação. Os órgãos públicos não reconhecem o indivíduo. Reconhecem o coletivo. O coletivo quilombola da Caçandoca. Então quando o Ministério Público Federal, governo federal, municipal, estadual, eles vêm conversar com a associação. Quem representa a associação juridicamente é esta diretoria que foi escolhida através de uma eleição. Então a gente tem esta obrigação de conversar com Ministério Público Federal, com o Incra, com prefeitura, com toda a gente. A gente é muito cobrado por isso. A gente não recebe um salário, voluntário, e a gente é muito cobrado, até de maneira injusta. As pessoas esperam da gente o que a gente não pode oferecer. [...] Então o que acontece: estas pessoas que estão fora do território, são quilombolas e que tem direito ao acesso a terra, elas chegam com conceitos muitas vezes equivocados. Elas chegam com conceitos do terreno, por que aqui no quilombo é terra coletiva. A gente não aceita cerca, a gente não aceita as coisas que tem em área urbana. Mas a pessoa que vem de ocupação urbana chega com este conceito. Então muitas vezes 'ah, isto aqui é meu, eu faço o que eu quero'. Então ela vai meter a cerca, ela vai cercar por que ela acha que tem direito de fazer isto. Então isso é um choque dentro da comunidade. Porque dentro da comunidade está havendo muita cerca, isso incomoda as lideranças. A gente se incomoda muito com aquilo e isto acaba criando um choque interno dentro da comunidade. Que as pessoas não respeitam todo o histórico de luta para poder conseguir este direito do acesso a terra. Então quando a gente criou o estatuto, o regimento interno, foi para dar uma regularizada nesta situação de ocupação. Só que as pessoas que vem chegando atualmente elas vem tratorando isto. Elas vem tratorando. Isto por outro lado elas tem como evitar isso. Qual a maneira de evitar isso? Pedir a reintegração de posse demolitória desta casa. A associação pode fazer isso, mesmo sendo quilombola. Só que a gente não pode para criar atrito desnecessário. Então tem todo um jogo de conversa, de convencimento desta pessoa. As vezes é um processo demorado, para a pessoa entender que este conceito que ela trouxe não cabe mais neste espaço, o conceito do meu, o conceito do meu terreninho não existe aqui. Não pode existir. A área tem que ser assim, tem que

ser aberta. Não é necessário muro para dizer que aquele espaço ali lhe pertence. A pessoa vai respeitar, aquele espaço é daquela família, tem que ser respeitado. [...] Então quando a gente criou o estatuto, o regimento interno, foi para dar uma regularizada nesta situação de ocupação. Só que as pessoas que vem chegando atualmente elas vem tratorando isto. Elas vem tratorando. Isto por outro lado elas tem como evitar isso. Qual a maneira de evitar isso? Pedir a reintegração de posse demolitória desta casa. A associação pode fazer isso, mesmo sendo quilombola.

Vê-se no trecho do depoimento acima a faculdade deliberativa da associação, tanto para eleição de novos assentamentos quanto a demolição daqueles que não correspondem aos parâmetros estabelecidos comunitariamente. Mas recai também à associação o ônus do confronto, condição natural de qualquer contexto colaborativo. No entanto, a autonomia efetiva da associação não é visível quando são vistas as prerrogativas mediadoras e fiscalizatórias do poder judiciário, em específico o Ministério Público Federal, conforme expresso pelo depoimento abaixo:

E5 - Por que a associação é regida por um estatuto com regimento interno, e a gente tem como base que nos defende juridicamente a defensoria pública de Taubaté e Ministério Público Federal. E muitas vezes nos questionam, o que você querem aí? O que você estão fazendo aí? E se a gente vacilar o Ministério Público Federal muitas vezes manda até a polícia contra a gente.

Há no depoimento acima duas nuances: o poder mediador e protetivo do Ministério Público, mas também o fiscalizador e repressivo. Representa-se assim duas faces de uma moeda: numa, a garantia do acesso à justiça aos movimentos sociais. Noutra, o poder judiciário traz para si a primazia da resolução de conflitos, e muitas vezes, forte influência no direcionamento das atividades econômicas e sociais da comunidade.

Também sobre ações de âmbito institucional, há a possibilidade de ações lesivas. Sejam elas omissões assim como as deliberadamente contrárias a um projeto associativo, comunitário, que representem setores excluídos. Neste sentido, tem-se o relato de quilombola em depoimento:

E5 - Mas o que está pegando mesmo, como minha mãe falou, ela disse que não é dona da terra por causa do título. A gente não tem o título. Foi desapropriado através de um decreto do governo federal. Este decreto pode cair a qualquer momento, se o Bolsonaro quiser, por que basta ele amanhecer o dia com a bola virada por ir lá e anular este decreto. Então a terra foi desapropriada através de um decreto, pode cair. Questões por exemplo, que a gente vivia sendo questionado, o nosso laudo antropológico sendo questionado, a

discriminatória recentemente a gente perdeu, no Saco da Raposa e no Saco das Bananas. Então todo este processo neste momento está sendo questionado através deste governo. Então por isso o empoderamento. Necessidade de estar organizado, atrás a gente fez, por que lá atrás se organizou. E agora existe um processo ao contrário. De desorganização social dentro da comunidade que me preocupa. Me preocupa.

Desta forma, a segurança jurídica e territorial tão almejada com a titulação da terra pelo estado ainda demanda constantes esforços. Sejam de ordem interna (na forma de resoluções de conflitos entre correntes políticas na associação, ou desta com alguma família ou integrante), assim como externa, em relação a vizinhos ou agentes econômicos. Sobre estes aspectos o entrevistado 10 assim explicou:

P - Ainda sobre este tema, nas decisões do Incri as demandas simbólicas da comunidade são observadas, como por exemplo, locais de memória, fontes de matéria prima para realização de cerimônias ou outras atividades tradicionais?

E10 - Então, sim, há especial consideração, no trabalho de reconhecimento, às dimensões simbólicas dos territórios indicados pelas comunidades. Deve-se ressaltar sempre, no entanto, que a proposta territorial levantada pelo RTID está sujeita aos contraditórios dos eventuais ocupantes não-quilombolas, que são notificados e podem apresentar contestações e recursos administrativos ao trabalho de reconhecimento - além da possibilidade de judicialização.

Em específico ao Quilombo da Caçandoca, ações de invasão, caça ou coleta ilegais exercidas por terceiros são narradas pela comunidade, cuja ação repressiva cabe também a Polícia Ambiental do Estado de São Paulo. Tal assunto foi assim abordado por entrevistado:

P - Em conversas com quilombolas, alguns me relatam invasões, caças e extração ilegais feitos por terceiros. Neste caso, a Polícia Ambiental pode ser acionada? Em caso positivo, atua em conjunto com algum outro órgão?

E11 - Sim, quaisquer denúncias podem ser direcionadas à Polícia Militar Ambiental por meio do telefone de nossa Companhia no Litoral Norte, ou mesmo através do telefone 190. Quando solicitados, ou quando necessário de acordo com as demandas específicas, atuamos em parceria com outros órgãos.

Por fim, se observa que a titulação coletiva do território quilombola, associada a forte atuação de seus movimentos sociais, possibilita a estas comunidades um caminho para a gestão autônoma de seus limites e de seus recursos. Exemplifica-se neste sentido as ações de fechamento e abertura do quilombo da Caçandoca para

não moradores, em decorrência da pandemia da Covid-19. Em 21 de março de 2020, a comunidade determinou a proibição de acesso a não moradores, com reabertura feita no dia 22 de Julho do mesmo ano (prancha 17).

Neste Sentido, Freitas Monteiro (2020, p. 385) e Berno de Almeida (2006, p. 26) destacam a criação de um novo sujeito político: as comunidades quilombolas, não tuteladas pelo estado, detentoras de propriedade definitiva e alienável de suas terras e com certos poderes administrativos sobre seus perímetros. Em suma, o debate sobre o direito quilombola está em franco processo de aprimoramento e emancipação e transita entre questões de tutela, autonomia, olhares laterais (e não marginais) sobre regramentos e mediações. Tais abordagens poderão credenciar futuramente os territórios quilombolas como unidades territoriais partícipes do pacto federativo nacional à maneira de enclaves soberanos presentes nos municípios que as acolhem.

Prancha 17: Ação deliberativa da associação.



NOTA OFICIAL QUILOMBO DA CAÇANDOCA

A Associação dos Remanescentes da Comunidade Quilombo de Caçandoca – A.R.C.Q.C., informa que em razão da pandemia **COVID-19**, está suspensa a visitação na Comunidade, bem como a abertura dos nossos serviços, *passaios turísticos*: praias, cachoeiras, flora e fauna; venda de artesanato e culinária local.

Vamos aguardar as informações e orientações do OMS, Ministério da Saúde e Governos do Estado de São Paulo.

Acreditamos que com os esforços da nação de se manter em casa, esse momento logo passará e voltaremos com nossas atividades.
Sem mais.

Ubatuba, 18 de março de 2020 **01**

Nota: Figura 01: nota oficial do da ARCQC deliberando pelo fechamento do quilombo e das praias a não moradores, em decorrência da pandemia Covid19; Figura 02: placa indicando o fechamento do território; Figuras 03 e 04: reunião deliberativa para reabertura do território.:
Fonte: ARCQC;

5.4 A proteção aos recursos culturais - ambientais na esfera paulista

Ao adentrar na legislação do estado de São Paulo, diplomas legais de matriz ambiental atuam de forma expressiva no trato ao patrimônio cultural, como veremos adiante. Porém, em relação à sua constituição, esta é fugaz em tratar o tema. Brevemente, o cita em seu artigo 180, inciso IV:

No estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano, o Estado e os Municípios assegurarão: a criação e manutenção de áreas de especial interesse histórico, urbanístico, ambiental, turístico e de utilização pública (SÃO PAULO (ESTADO), 2019).

O Estado, por meio do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), atua na gestão de bens eleitos por meio de tombamento e registro. Especificamente no município de Ubatuba, existem sete bens protegidos²⁹: Edifício Paço da Nóbrega; Ilhas, Ilhotas e Lajes; Residência Irmãos Gomes; Ruínas do Engenho da Lagoinha; Complexo Serra do Mar e Paranapiacaba; Sobrado do Porto e Unidades Habitacionais de Picinguaba (CONDEPHAAT, 2020).

Também sob ação deste conselho, dois sítios arqueológicos ligados ao Quilombo da Caçandoca foram inseridos em processos de tombamento: as ruínas do Sítio Arqueológico Fazenda Tabatinga 01 receberam pedido feito pela prefeitura municipal no ano de 1983 (CONDEPHAAT, 2014), cujo processo foi negado e arquivado no ano de 2015 (CONDEPHAAT, 2020); já o Sítio Arqueológico Fazenda Lagoa 01 foi inscrito no ano de 1984 (CONDEPHAAT, 2015), ainda sem conclusão (CONDEPHAAT, 2020a). Sobre tais patrimônios há reclames da comunidade da Caçandoca por sua proteção jurídica, conforme expressado a seguir:

E5- Então eu acho que os principais é aquele da praia da Fazenda, da Fazenda não, da Praia da Lagoa, que eu acho que precisa ser tombado com urgência, o do Saco do Morcego, e as covas de casa acho que vai precisar ter uma conversa muito séria com a comunidade, o que ela pretende fazer com isso. Se pretendem realmente ocupar, se pretendem realmente preservar, através de um tombamento, são estes aspectos.

²⁹ Destes bens, o conjunto de Ilhas, Ilhotas e Lajes e o Complexo Serra do Mar e Paranapiacaba englobam outros municípios.

No campo do fomento e assessoramento a comunidades quilombolas, a atuação é regida pelo Itesp, vinculado à Secretaria de Justiça e Cidadania. Sua trajetória é assim resumida (INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020):

A Fundação Itesp é responsável atualmente por 140 assentamentos numa área total de 153.539,52 hectares. A instituição presta ainda assistência técnica a 1.445 famílias quilombolas, em 14 municípios nas regiões do Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e de Sorocaba. Além disso, o Itesp já entregou mais de 40.000 títulos de propriedade no programa de Regularização Fundiária Urbana e Rural.

Recentemente, um importante instrumento aguarda sanção do governador do estado: o Projeto de Lei Nº. 952, de 2019, de autoria da deputada Erica Malunguinho, que Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais. Discorre sobre sustentabilidade dos territórios tradicionais mediante: proteção ao patrimônio ambiental; acesso aos seus estoques de matérias primas; exercícios de suas atividades ancestrais; participação política e defesa dos gêneros. Um dos pontos que se destaca refere-se à solução de conflitos gerados pelas unidades de conservação (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2019).

Por fim, em âmbito estadual, outros instrumentos jurídicos incidem sobre comunidades tradicionais e, conseqüentemente, sobre seus recursos culturais, em especial os diplomas derivados do cenário ambiental, que será descrito adiante.

5.5 O patrimônio cultural na governança interfederativa

Relacionado à governança interfederativa, ainda não há no Brasil exemplo de conselhos de proteção ao patrimônio cultural derivados de colegiados de municípios, como por exemplo, consórcios e regiões metropolitanas. No entanto a Lei Federal 13089/15 – Estatuto da Metr pole – em seu artigo 7^o, § único, indica que a administra o metropolitana deve considerar "[...] as características e especificidades dos Municípios quanto   popula o, ao território e às características ambientais", assim como prescreve que os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) devem contemplar:

A delimita o das áreas com restri es   urbaniza o, visando   prote o do patrimônio ambiental ou cultural, bem como das áreas sujeitas a controle especial pelo risco de desastres naturais (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2019b).

Neste sentido, existem algumas ações, como as iniciadas no Consórcio de Municípios do Alto Tietê (CONDEMAT), SP³⁰, processo embrionário para a gestão compartilhada de seu patrimônio cultural. Também pode-se ver na minuta do PDUI da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) diretrizes gerais que podem derivar ações conjuntas pelos municípios envolvidos. Como o descrito pelo artigo 1º, parágrafo 1º. inciso IV, que insere em seus objetivos o prescrito no artigo 7º do Estatuto da Metrópole (RMSP, 2019), isto é, a delimitação e inventário de áreas com restrições culturais e ambientais.

Gestões compartilhadas do Patrimônio Cultural por municípios podem ser assertivas, por congregar características locais e fomentar roteiros temáticos, com conjuntos de bens culturais que extrapolam os limites municipais. Diegues (2001, p. 139) aponta o potencial destas ações conjuntas ao afirmar: "Nesse sentido a constituição de órgãos colegiados (costeiros, consórcios intermunicipais, etc.) e seu desenvolvimento são elementos essenciais".

Assim, o Roteiro da Estrada Real, em Minas Gerais, as rotas religiosas ou os quilombos de Ubatuba e Paraty podem servir de exemplo. Esforços coletivos para preservação e fruição destes conjuntos inserem-se no que Silva Neto (2011) define como função pública de interesse comum, ao explicar que tal ação "[...] implica a prevalência do espírito cooperativo, integrador, descentralizado e participativo". Sobre tal conceito observa Lucas Lixinski (2018, p. 68):

Nesse sentido, pode-se dizer que instrumentos regionais, por estarem mais próximos às comunidades, permitem mecanismos mais efetivos para promover o controle sobre o patrimônio e, ao fazer isso, têm chances maiores de promover políticas multiculturais inclusivas.

Abrem-se neste viés novas possibilidades de gestão compartilhada, decorrentes não de olhares exclusivos municipais, mas voltadas a compreensões, proteção e fruição de bens isolados ou conjuntos de patrimônios culturais que ofereçam cenários regionais de ocupação.

³⁰ Desta iniciativa participou-se como consultor nos anos de 2017 e 2019.

5.6 O olhar jurídico para o patrimônio cultural na legislação municipal de Ubatuba

Por fim, no cenário municipal ubatubense, está presente em sua legislação os Artigos 173/A e 173/B, da Lei Orgânica, que versam sobre a proteção aos "direitos, bens materiais, crenças, tradições e todas as demais garantias conferidas aos quilombos", além de prescrever apoio do município para a garantia de sua cultura e seu território, por meio de assistência jurídica (UBATUBA, CÂMARA MUNICIPAL, 2019, p. 27). O mesmo texto, em seu artigo 209, inciso II, prevê:

Elaborar o inventário dos bens relativos ao patrimônio histórico e cultural, mediante o prévio levantamento dos bens de valor artístico, histórico, turístico, paisagístico, arqueológico e espeleológico do Município (UBATUBA, CÂMARA MUNICIPAL, 2019, p. 33).

Em seu Plano Diretor, expresso pela lei 2892/06, o trato ao patrimônio cultural e às comunidades tradicionais é elencado pelos seguintes artigos (UBATUBA, PREFEITURA, 2019):

- Artigo 124, específico sobre a Política Urbana do Município que, dentre outros tópicos prevê em seu inciso V "A Preservação das características naturais e históricas do Município, bem como dos seus valores culturais tradicionais";
- Artigo 125, diretrizes de execução da Política Urbana do Município, também inciso V, que trata de "Conservação, recuperação e valorização do meio ambiente natural e urbanizado, da paisagem e do patrimônio histórico, artístico e cultural da Cidade";
- Artigo 126, sobre as funções sociais da cidade, em seu inciso II:

A preservação, o resgate, a valorização, a proteção e a documentação sistemática dos usos, costumes e tradições das Populações Tradicionais caracterizadas por grupos humanos culturalmente diferenciados, fixados numa determinada região, reproduzindo historicamente seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência;

- Artigo 226, sobre comunidades tradicionais:

São consideradas Populações Tradicionais os grupos humanos culturalmente diferenciados, fixados numa determinada região, historicamente reproduzindo seu modo de vida em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidas ao longo de gerações e

adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica, notadamente os Caiçaras, os Quilombolas e os Indígenas. Parágrafo único – O Executivo deve dispor às Comunidades ou Populações Tradicionais radicadas no Município de Ubatuba, de espaços públicos permanentes para promover a exposição e vendas de artesanatos, extraídos ou coletados de áreas autorizadas pelos órgãos ambientais, bem como promover eventos ligados à cultura local, de modo a desenvolvê-las em qualidade, auto estima e valor, reconhecendo a legitimidade do uso comunitário e domínio ancestral do espaço físico necessário à sua subsistência, garantindo-lhes a continuidade e reprodução de seus valores culturais tradicionais.

Em síntese, há no arcabouço jurídico brasileiro uma teia de dispositivos que permitem, sob vieses culturais, étnicos e urbanísticos, balizar as políticas públicas que podem incidir em territórios tradicionais.

Objetivou-se nos tópicos acima elencar instrumentos jurídicos e instituições que transitam do dossel internacional à esfera nacional, perpassam a estadual paulista, pode ser aplicada numa gestão colegiada de municípios (RMVPLN, por exemplo) e por fim, em Ubatuba. Conforme abordado, estes instrumentos se correlacionam com outros derivados de outros cenários, destacadamente o ambiental, descrito a seguir.

5.7 O macrobem ambiental: território, cultura e recursos naturais

No rol de instrumentos jurídicos culturais há de se considerar a atuação do arcabouço ambiental, que pode tanto trazer oportunidades de preservação para bens culturais e étnicos quanto agir de forma repressiva, tolhendo práticas vernáculas pertencentes a grupos ancestrais.

Esta análise se dará sob conceito que compartilha em um mesmo contexto os recursos naturais e culturais da nação, abrigados no macrobem ambiental brasileiro, direitos coletivos da humanidade (NODARI; BOTELHO, 2008, p. 138).

A correlação entre cultural e natural no decorrer das décadas de 1980 e posteriores procura romper com a noção dissociada entre estes dois contextos. Busca promover sua integração em um mesmo aparato administrativo e jurídico. Um exemplo é expresso na readequação do viés de intangibilidade das unidades de conservação (UCs), que, ao serem instaladas, não consideraram as populações tradicionais que ali habitavam. Também não aventaram a possibilidade de serem

fruto de manejo de populações pretéritas desde tempos milenares (OLIVEIRA; FERNANDEZ, 2016, p. 779). O seguinte depoimento aborda tais questões:

E10 - É claro que essas práticas se transformam historicamente, assim como os territórios e também suas populações. As comunidades foram ao longo de décadas, alcançadas pelas relações de mercado, pela necessidade cada vez maior de inserção no universo do trabalho, e também pelas legislações ambientais que penalizam e criminalizam muitas de suas práticas tradicionais. As pressões econômicas exercidas por determinadas atividades introduzidas regionalmente, a alteração das condições demográficas, entre uma série de outros fatores, podem acarretar desequilíbrios ambientais nas práticas desses grupos. Mas também é fato que as políticas de preservação ambiental ainda são muito pautadas pela lógica da "não-intervenção" humana, e, salvo exceções, seguem pouco permeáveis às soluções ambientais manejadas e desenvolvidas por populações tradicionais há séculos em suas relações com seus territórios.

Diegues (2001, p. 222) corrobora críticas a estas políticas de proteção dissociadas, ao opinar: "Frequentemente, o chamado patrimônio natural a ser protegido faz parte integrante do patrimônio cultural das populações tradicionais e não podem ser protegidos separadamente". Também neste viés opina o Entrevistado 10:

E10 - Em qualquer situação, penso eu, a preservação ambiental de um determinado território tem que considerar as práticas historicamente empregadas pela população que foi diretamente responsável pelo interesse ambiental que aquele determinado território desperta na atualidade.

Em relação a alternativas de criação das UCs., Diegues (2001, p. 171) propôs a alteração de sua conformação para reserva ecológico-cultural, isto é, "[...] áreas de domínio público que possuem características naturais com valores ecológicos significativos, ocupadas por populações tradicionais". Na consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (Lei 9.985/00 e Decreto Federal 4.340, de 22 de agosto de 2002) - esta proposta foi inserida sob o nome de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) (O ECO, 2015). No Litoral Norte paulista esta categoria foi aplicada recentemente à comunidade caiçara de Castelhanos, Ilhabela.

Sobre benefícios da legislação ambiental sobre bens culturais, Virgínia do Prado Soares e Talden Farias (2018, p. 150) observa que as leis ambientais trazem

consigo maior lastro repressivo e protetivo, em relação a eventuais agressores de bens culturais.

A adequação de anseios preservacionistas ambientais às demandas de grupos tradicionalmente ligados a terra inclui a atuação de movimentos sociais. Há exemplos de sua articulação no final dos novecentos até o presente, diante de tentativas de expulsão pelo Estado na criação das UCs, bem como o direito de exercerem suas práticas ancestrais.

Um exemplo da almejada harmonia entre preservação ambiental e práticas tradicionais pode ser expresso pelo Art. 3º Inciso IX b da Lei Federal Nº 12.651, de 25 de maio de 2012, popularmente conhecida como Novo Código Florestal, que diz:

[Caracteriza como atividade de interesse social] a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área. (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2020).

Sob este escopo tem-se um instrumento estadual (com incidência direta sobre o Quilombo da Caçandoca): o zoneamento ecológico-econômico do Litoral Norte São Paulo, instituído sob o Decreto nº 49.215, de 07 de dezembro de 2004, com objetivo assim descrito:

[...] organizar o uso do espaço territorial e marítimo na orla paulista, levando em conta as peculiaridades de cada um dos setores que a constitui, tendo em vista o desenvolvimento sustentável (SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2005, p. 9).

Segundo Diegues (2001, p. 75), este zoneamento pretende "[...] compatibilizar usos múltiplos no sentido de harmonizá-los com as vocações naturais dos ecossistemas". O autor (DIEGUES, 2001, p. 97) prossegue:

Esta atividade de planejamento visa à ordenação do espaço costeiro e seus ecossistemas, ao uso sustentado de seus recursos naturais e à proteção do patrimônio histórico, étnico e cultural em benefício das populações.

O Quilombo da Caçandoca insere-se majoritariamente na Z1 terrestre - Z1T, mais restrita que prescreve, entre outras características, ampla área florestada e presença de comunidades tradicionais (mapa 04). Em menor escala tem-se a Zona Z3T, áreas contínuas com assentamentos de caráter rural, e alteração da cobertura

vegetal em 50%, dentre outros aspectos. Vê-se portanto que quase a totalidade do perímetro do quilombo possui o grau mais restritivo em relação a usos e transformações. Tal fator, à primeira vista, pode propiciar melhores cenários para a preservação do seu estoque natural, mas pode demandar maiores restrições às práticas vernaculares da comunidade, como por exemplo, as atividades rotativas de plantio.

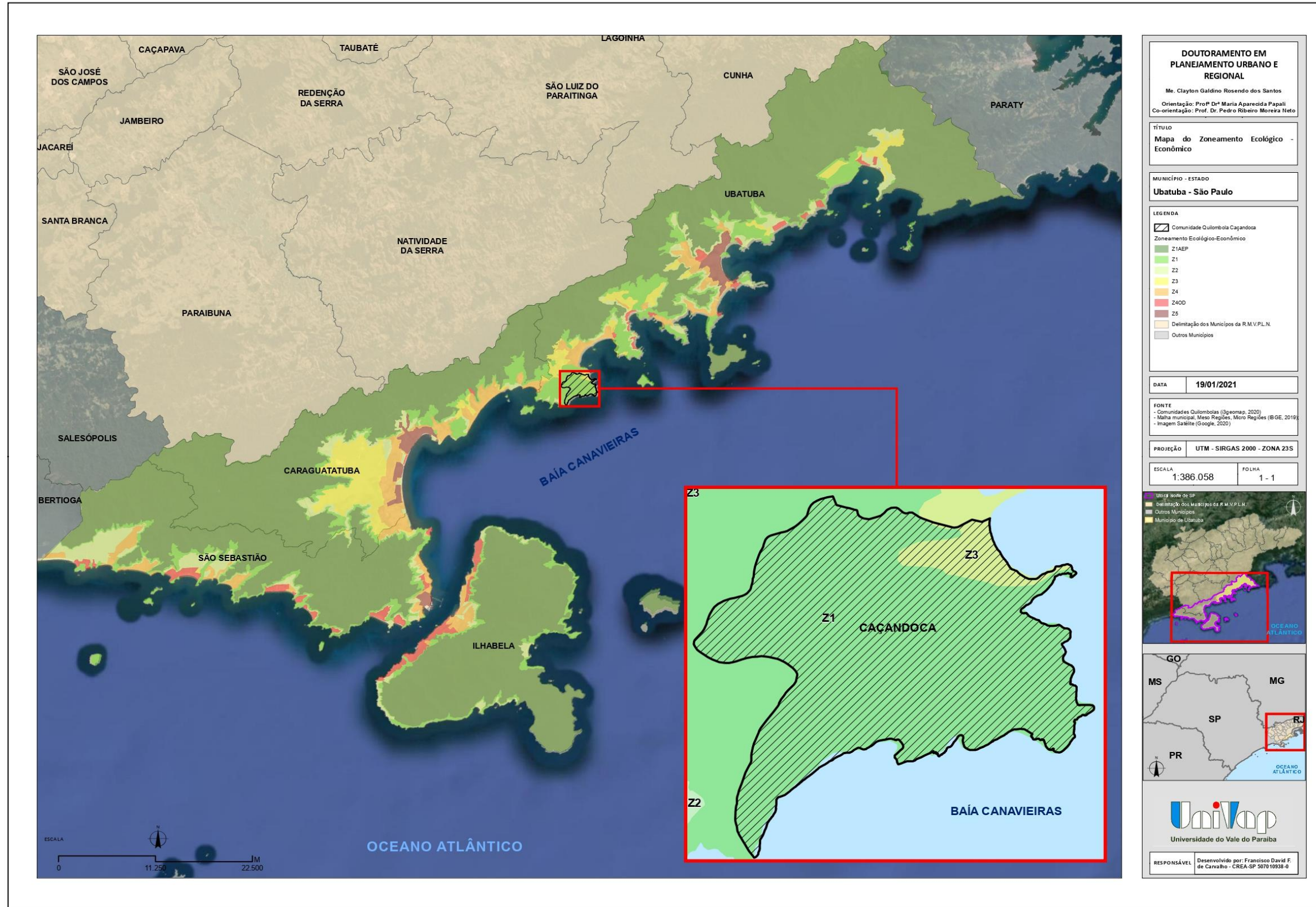
Apesar das ações articuladas, lutas empreendidas e dispositivos legais que pretendem oferecer sincronia entre uso secular e preservação, foi possível constatar no município de Ubatuba dissonância entre os contextos natural e cultural, que reflete condições em âmbito regional. Sob o pretexto de preservação integral de manchas naturais, sob *práxis* repressiva do Estado, populações tradicionais ainda se vêm tolhidas em seus direitos básicos (moradia, infraestrutura, equipamentos públicos) assim como na oportunidade de exercerem suas práticas vernáculas. O relato a seguir aborda tal tema:

E10 - Infelizmente, no entanto, as políticas ambientais não só ignoram esses saberes e práticas tradicionais, como muitas vezes os criminalizam e colaboram para desestruturar sistemas produtivos. O resultado acaba sendo prejudicial tanto do ponto de vista da preservação ambiental quanto da preservação territorial das populações tradicionais.

Para ilustrar esta situação, o depoimento de morador da Caçandoca descreve a ação das forças de segurança em relação as práticas tradicionais de pesca e cultivo:

E6 - Agora está complicado pelo fato da, (Polícia) Ambiental estar bastante em cima do pessoal, tem bastante gente que já perdeu bastante rede e, é complicado. Que tem algumas espécies que não podem ser pescadas, tipo como na costeira. Aí eles não deixam. Mas só que, tipo, não é todo mundo que faz o errado, mas para eles é em geral. É um conhecimento nosso, mas para eles não é isso

Mapa 04: Mapa do Zoneamento Ecológico – econômico do Litoral Norte de São Paulo, 2021.



Fonte: Francisco David de Carvalho sob orientação do autor.

Sobre a ação policial citada, procurou-se saber com o entrevistado 11 como são as diretrizes da corporação para com as comunidades tradicionais. Assim foi respondido:

P - Na sua formação na corporação, inicial ou continuada, são abordadas práticas específicas para atuar junto às comunidades tradicionais?

E11 - Sim, teoricamente nos cursos de formação. A práxis é executada ao logo da carreira do policial militar ambiental.

P - O Quilombo da Caçandoca não está inserido no Parque Estadual da Serra do Mar. Desta forma, em linhas gerais, o que é permitido ou proibido em relação a construção de suas casas, roças e extrativismo?

E11 - As permissões e proibições seguem os mesmos parâmetros da legislação ambiental em vigor para as demais áreas. Cabe ressaltar que em 17 de abril do corrente ano a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado publicou a Resolução 28, a qual dispõe sobre os critérios para a concessão de autorizações em caráter emergencial para a atividade de implantação de roças tradicionais praticadas por povos e comunidades tradicionais no Estado de São Paulo, em resposta à Pandemia de Covid-19.

As respostas acima deixam a entender que as rotinas de fiscalização e repressão são elaboradas na prática do dia a dia. Uma abordagem adaptada para as características destes núcleos populacionais poderá depender do arbítrio do agente, sem o norte de uma política institucional direcionada. A concessão citada, em relação à pandemia vigente, pode não ter o efeito perene de estímulo e segurança jurídica para o exercício das práticas vernáculas, uma vez que é emergencial e não atende ao planejamento prévio para o exercício destas atividades, como por exemplo, a mobilização de ajudantes nos pitirões.

Nesse cenário de áreas de preservação e atuação policial, a ação do Estado é temerosa. Mesmo que reconheça a existência dessas populações tradicionais antes da criação das unidades de conservação ou de instrumentos legais, inibe o exercício das atividades econômicas tradicionais. O extrativismo, a pesca e pequena agricultura são atividades que garantem sua sobrevivência, mas são coibidas, sem que se apresente alternativas viáveis (DIEGUES, 2001, p. 180). Sobre este aspecto o entrevistado 10 pontua:

E10 - Complementarmente, o Estado atuou principalmente criminalizando as práticas tradicionais desses grupos, seja instalando Unidades de Conservação sobre seus territórios, seja ignorando a necessidade de promover com urgência a regularização fundiária de grupos ali instalados há gerações. Somente nas últimas duas décadas têm se construído um novo

entendimento da relação entre essas populações e as políticas ambientais, enquanto os reconhecimentos e titulações dos territórios avançaram muito pouco. Então também o Estado promoveu, historicamente, rupturas significativas, colaborando em grande medida para a desagregação da relação entre as populações tradicionais e seus territórios.

Berno de Almeida (2006, p. 18) cita outra modalidade do que define como violência institucional, na forma de omissão ou classificação errônea em censos demográficos que não indicam a denominação ou autorreconhecimento de comunidades tradicionais. Não é realizado nos censos o reconhecimento claro e efetivo das formas de ocupação tradicionais. Apenas as inserem como comunidades rurais, sem destacar sua origem (quilombola, caiçara, beradeira, faxinalense, etc.). Já foi visto na seção anterior que até o presente não se contabilizou a população quilombola no Brasil, nos censos do IBGE. Somente em 2021 esta categoria será abordada.

5.8 Conexões jurídicas: entre poderes, instâncias e temas

O rol de instrumentos jurídicos elencados, em caráter amostral, indica a necessária abordagem do patrimônio cultural em políticas de base territorial, cenário por demais premente quando um município, ou outra instância governamental, depara-se com territórios tradicionais em seus limites administrativos.

Esta responsabilidade reveste-se de desafios diante das escalas que incidem sobre a administração pública: poderes municipal, estadual, federal; autarquias; consórcios de municípios; regiões metropolitanas; dentre outros. Muitas vezes atuantes de maneira não sincronizada, conforme observa Telles (2018, p. 35): "[...] a aproximação das ações setorializadas que se encontram em desarmonia, principalmente no que tange à utilização articulada de seus instrumentos de proteção". Sobre este aspecto o entrevistado 10 expressou:

P - O Incra, na atuação junto a comunidades tradicionais, a faz em parceria com outros órgãos federais, como por exemplo, o IPHAN? Lhe pergunto isto em decorrência de minha área de atuação e objeto de estudo, o patrimônio cultural do Quilombo da Caçandoca.
E10 - No decorrer do processo de reconhecimento e titulação, o Incra notifica uma série de órgãos públicos (incluindo o Iphan - a relação completa dos órgãos notificados consta da IN INCRA n.

57/09) para dar conhecimento da proposta de território e dos estudos técnicos que embasam seu reconhecimento. O Iphan, portanto, tem conhecimento dos trabalhos de regularização fundiária da Caçandoca desde 2005. No entanto, eu pessoalmente desconheço parcerias entre os órgãos.

Um dos aspectos desta gestão refere-se as prerrogativas de vigilância e proteção a bens culturais, sejam eles tangíveis ou intangíveis. O instrumento do tombamento pode acarretar restrições de ordem urbanística e requerer soluções que adequem a trama urbana e demandas atuais com as obrigações de preservação do bem tombado.

Mesmo um patrimônio imaterial, em seu registro, pode requerer frequentemente ações de salvaguarda de base territorial, por seu suporte físico “[...] dimensão material (o canal físico de comunicação) e simbólica (o sentido, ou melhor, os sentidos) - como duas faces de uma moeda” (TELLES, 2018, p. 36). Rodrigo Vieira Costa e Frederico Augusto Barbosa da Silva (2018, p. 347) também informam:

Eventualmente, as questões sobre as demandas atinentes a direitos intelectuais coletivos e propriedade intelectual na salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial entrecruzam-se com os conflitos ambientais, sanitários, de organização do espaço público, de memória e identidade.

Neste ponto citam-se como exemplos os suportes geográficos para o traçado de uma procissão, um bolsão de matéria prima para determinada atividade artesanal, um local onde se exerce atividade lúdica ou ritualística, etc.

Estas nuances não podem ser vistas exclusivamente sob a ótica hegemônica, que consideraria de forma férrea noções como, por exemplo, limites administrativos, maximização do uso da terra e de seus recursos, onde predominam valores do capital. Sobre este tópico opina Dennis de Oliveira (2014, p. 92):

Atualmente, em um momento em que o capital se concentrou de forma absurda, duas novas fronteiras de expansão desse capital se apresentam: os espaços urbanos, transformados em novos lugares de intervenção do capital para configurá-los dentro de seus interesses; e os eventos culturais, que mobilizam pessoas, outras empresas, valores simbólicos.

Assim, entende-se que o Planejamento Urbano e Regional deverá considerar conformações hegemônicas de ocupação do espaço exercidas de forma

lateral, e não marginal, como por exemplo, posse e uso coletivos da terra, redes sociais, trabalho solidário e artesanal, aspectos recorrentes em núcleos ancestrais, fiéis depositários de parcelas de áreas com patrimônio ambiental preservado.

Há de se ressaltar que a cidade deve ser entendida como um bem coletivo, como diz Arlete Moysés Rodrigues (2004, p. 20), extensível a todos e não excludentes. Neste ponto apoia-se nas palavras de Ermínia Maricato (2010, p. 12) ao afirmar que:

A representação dessa cidade busca afirmar a hegemonia das “ilhas de primeiro mundo” tomando a parte pelo todo. Além de invisíveis, os bairros informais também são desconhecidos, em grande parte, nos cadastros, mapas, arquivos e registros urbanos.

Este objetivo, de prover o urbano a todos, de forma democrática, é ainda mais candente em comunidades localizadas em área litorânea, como são os casos de grupos quilombolas e caiçaras. Mais uma vez recorre-se a autora (MARICATO, 2010, p. 14), ao dizer que:

Determinados atributos que a terra pode ter — estar servida de infraestrutura urbana, contar com equipamentos públicos e privados nos seus arredores, estar situada de frente para o mar — não são reproduzíveis, ou pelo menos facilmente reproduzíveis, o que nos reporta a uma condição de monopólio.

Outra questão que poderá ser aprofundada, refere-se à possibilidade do patrimônio cultural ser objeto de disputa, tanto sob interesses hegemônicos quanto de resistência de grupos excluídos (TELLES, 2018, p. 44). Como diz Rodrigues (2004, p. 12): "Uma lei não garante, como afirmam os participantes dos movimentos de reforma urbana, o Direito à Cidade, mas é importante para sua construção".

Portanto, a busca da titulação de territórios tradicionais pela comunidade detentora pode embasar-se na apresentação de manifestações culturais, sejam materiais ou imateriais. Acrescenta-se aqui o potencial de identificação de sítios arqueológicos, como signos que comprovariam determinada ancestralidade; e assim, embasar reivindicações de posse.

Tais reivindicações podem ser eivadas de necessidades funcionais, mas também são essenciais para demandas simbólicas desta comunidade (cosmologia, ritualística, afetividade, estoques renováveis de matérias primas). Cabe, portanto ao estado considerar estas reivindicações, componentes dos direitos sociais (CUNHA FILHO; RABÊLO, 2018, p. 91), vetores da sadia qualidade de vida, tanto em aspectos materiais quanto afetivos. Assim corrobora Rodrigues (2004, p. 23):

A utopia do Direito à Cidade impõe que o urbano seja compreendido como modo de vida e que, além da dinâmica do uso do solo, outras dinâmicas, entre as quais as culturais, as questões de gênero, de etnia.

Vistas as obrigações legais referentes ao patrimônio cultural e a sua interface com o Planejamento Urbano e Regional, entende-se que análises sobre as categorias destes bens podem ser apresentadas, tema da próxima seção.

6 FRUTOS DA TERRA, MENTES E MÃOS: O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E OS BENS CULTURAIS INTEGRADOS

A cultura popular tem raízes na terra em que se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo.

Milton Santos, 1999

O cenário atual brasileiro apresenta convergência entre manifestações sociais de cunhos culturais, étnicos, ambientais e de gênero. São conscientes da necessidade de preservação de seus valores para melhoria das condições de vida, seja em âmbito individual e/ou coletivo. Tal panorama expõe ações de ordem urbanística, demográfica e social sobre seu território, sobre nichos tradicionais expoentes, como por exemplo, comunidades caiçaras e quilombolas.

Este contexto se faz presente no Litoral Norte de São Paulo, região que é testemunha das “[...] primeiras regiões a serem colonizadas pelos europeus, ponto de atrito entre portugueses e espanhóis no início da história colonial” (DIEGUES, 2004, p, 40). Esta trajetória, aliada à sua ocupação pré-colonial, relegou vasto repertório de manifestações culturais que, associadas à paisagem com amplo apelo cênico, a reveste de acentuada atratividade econômica.

Esta atratividade pode infringir impactos aos espaços e territórios de comunidades tradicionais litorâneas e aos seus patrimônios. Transformações que muitas vezes implicam em perda daquilo que lhe é peculiar, construído pelo homem ou herdado da paisagem que o cerca. Novas necessidades e novas tecnologias absorvem intensamente os recursos disponíveis e demandam modificações mutilantes que, sem planejamento, descaracterizam o ambiente que identifica determinado local.

De um lado, constante ameaça de ordem econômica e social e de outro, manifestações culturais que demandam proteção e valorização. Assim, propõe-se neste momento elencar amostra dos bens culturais identificados no Quilombo da Caçandoca. Tais recursos são passíveis de reconhecimento, por meio de registros, inventários e posteriores programas de gestão e valorização, instrumentos com potencial para mitigar ou reverter impactos negativos.

Entende-se que as manifestações culturais, sejam elas pretéritas (herdadas dos antepassados), ou presentes (praticadas pelos seus atuais componentes), podem, em conjunto com a posse da terra, servirem de vetores de fortalecimento da identidade local. Uma atuação conjunta entre características funcionais (deslocamento, moradia, lazer, instrução, trabalho), com aspectos simbólicos e afetivos (identidade, reconhecimento, crenças, memórias, manifestações artísticas, saberes tradicionais, técnicas construtivas vernaculares, dentre outras). Conforme respalda Rogério Haesbaert (2004, p. 4): “Para os 'hegemonizados' o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais funcionalidade (“recurso”) e identidade (“símbolo”).”

Sob esta ótica, Berno de Almeida (2006, p. 78) ressalta que o conjunto de bens culturais pode estar a serviço político dos grupos tradicionais, e prossegue:

Os símbolos também politizam a propriedade intelectual dos saberes ditos 'tradicionais', que não podem ser reduzidos a uma simples oposição ao 'moderno', alargando os tipos de reconhecimento para além das identidades regionais que vinculam as identidades coletivas a unidades da federação, a bacias hidrográficas, a ecossistemas determinados e a acidentes naturais. Em suma trata-se de uma politização da natureza.

Em territórios tradicionais, não há, portanto, predileção de bens relacionados a valores hegemônicos, usualmente eleitos em ambientes citadinos. Há o reconhecimento local, e direta relação com seu cotidiano, com a rememoração de suas trajetórias. Sua pesquisa reveste-se de caráter cidadão e de justiça, no momento no qual estes patrimônios são testemunhos dos itinerários sociais e econômicos da comunidade detentora (GALLO, 2006, p. 111). Sobre este tema Mónica Rotman e Alicia Norma Gonzáles de Castells (2007, p. 59) observam: "Pugna-se pela valorização e pela inclusão de diferentes expressões culturais como parte integrante dos patrimônios nacionais, dentre elas aquelas produzidas por setores subalternos."

Portanto, a presente seção tecerá considerações sobre os patrimônios culturais do Quilombo da Caçandoca e suas categorias, aqui representadas sobremaneira pelos seus bens arqueológicos. Direcionados para a compreensão de dinâmicas de ocupação tanto do elemento dominante (unidades agrícolas monocultoras) quanto das ocupações vernáculas caiçaras-quilombolas. Em sequência, listará amostra dos bens culturais integrados do território em estudo, a

saber: os bens edificados; os monumentos e obras de arte em espaços públicos; os paisagístico-culturais, as manifestações imateriais e por fim, os acervos móveis de natureza individual.

6.1 Patrimônio: heranças e construções

O conceito de patrimônio tem como designação primaz o termo *pater*, pai, antepassado, e remonta à Antiguidade, referindo-se à herança, com caráter eminentemente privado (CUNHA FILHO, RABÊLO, 2018, p. 88) e o termo *monium* "[...] que indica condição, estado ou função daquilo que seria transmissível" (FALCÃO; FRANCA FILHO, 2018, p. 474).

Sua conotação cultural é iniciada no século XVIII, sob influência da Revolução Francesa. Os que tomaram o poder se vêm diante de vasto repertório de bens artísticos e edificados, outrora particulares e agora, recurso comum da sociedade. Telles (2018, p. 32) designa o patrimônio público não mais como reflexo de dinastias, mas como uma "biografia da nação".

Sobre o nascimento de um monumento, sua relevância patrimonial pode ser intencional em sua construção (uma lembrança para a posteridade) ou não intencional (uma função utilitária inicial que adquire *status* memorial). Um bem cultural pode trazer consigo trajetórias emocionais mutáveis, com seu espectador ou comunidade (indiferença, afetividade ou repulsa). Também carrega traços de ações de conservação, adaptação e mutilação. Estes partidos de intervenção foram variáveis no passado, e são passíveis de serem no futuro, mediante novas técnicas e tecnologias (ARGAN, 1984, p. 216).

Em relação ao patrimônio cultural nacional, este é formado pelo rol de bens naturais (a matéria prima para sua realização: a fauna, a flora, os recursos geológicos, o suporte geográfico) (DIEGUES, 2001, p.78), o de ordem imaterial (o saber fazer, a técnica) e os recursos materiais, a obra decorrente dos ingredientes cedidos pela natureza em conjunto com a receita originada na criatividade humana (LEMOS, 1981, p. 8). Compõe-se assim o macrobem Patrimônio Ambiental, necessário à vida e à dignidade do povo brasileiro.

O conjunto cultural é dividido em algumas categorias, materiais e imateriais, cada qual com suas subdivisões, que se complementam: o edificado; o monumental

e artístico em logradouros públicos; o imaterial; o arqueológico; o paisagístico-cultural e os bens móveis (coleções, acervos, de ordem artística ou documental).

6.2 Letras dispersas, em páginas na terra e na água: o patrimônio arqueológico

A categoria material que balizou a etapa de reconhecimento de campo refere-se aos bens arqueológicos. Trata-se de vestígios relegados pelas ocupações de outrora, na forma de alterações da paisagem, instrumental cotidiano, ruínas de edificações, bolsões de descarte doméstico, objetos de ordem simbólica-religiosa e naufrágios. Souza e Bastos (2010, p. 33) os definem como:

Patrimônio cultural composto por testemunhos que englobam todos os vestígios da existência humana e interessam todos os lugares onde há indícios de atividades, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

São objeto de estudo da ciência arqueológica, assim descrita por Funari, (2003, p. 15): "A Arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico". Paul Bahn e Colin Renfrew (1993, p. 425) acentuam a vasta janela de atuação na qual a Arqueologia pode atuar, ao afirmarem: "[...] é única entre as ciências humanas pela grande amplitude do lapso de tempo que abarca." (Tradução do autor).³¹

Os sítios arqueológicos podem se referir a acontecimentos pretéritos milenares, centenários ou decorrentes de poucas décadas. Tem-se como exemplo de origem recente a Vala Comum do Cemitério de Perus (Município de São Paulo, SP) testemunho da perseguição política da Ditadura Militar do Golpe de 1964, no Brasil (SOUZA; BASTOS, 2010, p. 66).

Podem ser classificados segundo seu contexto de origem. No cenário brasileiro têm-se os de natureza pré-colonial, anteriores ao elemento colonizador europeu; os de contato, que evidenciam interações entre a cultura autóctone e a estrangeira; os coloniais e posteriores, derivados de assentamentos urbanos e agrários sob influência europeia ou afro-brasileira. Outras designações são

³¹ "[...] es única entre las ciencias humanas por la gran amplitud del lapso de tiempo que abarca....".

aplicadas a nichos específicos (aquática, industrial, militar, ferroviária) e algumas relacionadas a etnias e gêneros. Portanto, a classificação de um bem arqueológico nasce não somente de contextos históricos, mas também de apropriações por movimentos sociais.

6.2.1 Uma trajetória do pensamento arqueológico

Na antiguidade, o costume de se colecionar achados já existia, por valor estético, associado a misticismo ou como butim de guerras, como informa Françoise Choay (2001, p.33). A coleta de artefatos se inicia como atividade sistemática no esteio das ideias renascentistas, quando da retomada de valores clássicos e atração por suas obras. Esta ação teve como estímulo o *grand tour* das juventudes nobre e burguesa europeias, além das viagens coloniais, ambos com relatos sobre terras e costumes distantes. Segundo Marily Simões Ribeiro (2007, p. 30-31) expedições para escavações foram organizadas, cenário que deu origem à fase arqueológica primaz ligada ao antiquarismo e colecionismo. Catálogos de antiguidades clássicas eram elaborados, com atenção mais voltada a aspectos artísticos, contexto que se manteve até o findar dos setecentos.

No século seguinte, estudos elaborados pelo advogado e geólogo Charles Lyell compartilharam novos olhares sobre a idade da Terra, por meio de estratos que evidenciavam períodos cronológicos distintos da escala bíblica (FUNARI, 2003, p. 24).

Um arqueólogo dinamarquês – Christian Jürgensen Thomsen – propôs a divisão de estágios de sociedades primitivas extintas em três datações: idades da pedra, bronze e do ferro (RIBEIRO, 2007, p. 38). Assim, os estratos arqueológicos eram estudados segundo uma ótica de evolução, na qual toda sociedade passaria de um estágio primitivo para uma sociedade complexa e estruturada. O padrão a ser alcançado seria o do continente europeu, visão que também se insinuava em outras ciências (MARCELINO, 2020, p. 450). O evolucionismo rompia com a noção de degeneração natural do ser humano, derivada da cultura cristã (RIBEIRO, 2007, p. 32).

Sob este viés a Arqueologia se consolida como disciplina, no bojo do imperialismo do século XIX, um "subproduto das potências coloniais europeias e dos Estados Unidos, que procuravam enriquecer explorando seus territórios"

(FUNARI, 2002, p. 9). Portanto, representações sociais hegemônicas exaravam legitimidade para a atuação de metrópoles em suas colônias.

A atuação estatal como mecenas da atividade arqueológica balizou uma nova matriz teórica, baseada na identificação de determinada cultura por meio da dispersão de seus vestígios materiais. A chamada teoria histórico-culturalista convive no seio do nacionalismo de determinados estados. É utilizada para justificar a posse de seus territórios assim como a reivindicação, e tomada à força, de outros lindeiros (FUNARI, 2002, p. 24). A Arqueologia assim se solidifica como política de estado, baseada em noções de superioridade racial (RIBEIRO, 2007, p. 47).

A teoria histórico-culturalista procurava identificar a dispersão de vestígios e pendia para hipóteses de que as mudanças ocorrem por migração, difusão ou imposição de técnicas. Questionava a possibilidade de determinada solução/invenção ocorrer sem contato em mais de um local no planeta (RIBEIRO, 2007, p. 51; MORALES, 2014, p. 47). Para a análise de vestígios, aplicava técnicas taxonômicas para identificação de características, que indicavam origem nesta ou naquela cultura.

Em contraponto a esta abordagem surge, na década de 1960, a Teoria Processual, ou Nova Arqueologia. Buscava estabelecer leis gerais para a trajetória de escolha, assentamento e abandono de determinado sítio e de seus artefatos. Defende que o comportamento do homem pode ser moldado pelo ambiente, originando soluções similares em diversos locais do mundo e em épocas distintas, sob identificação de padrões (RIBEIRO, 2007, p. 79). Funari (2002, p. 17) assim a descreve:

A Arqueologia Processual preocupava-se basicamente em descobrir regras universais, válidas para todos os agrupamentos humanos, em qualquer época e lugar, pois partia do pressuposto de que o homem sempre age da mesma maneira, buscando minimizar os esforços e maximizar os trabalhos.

Tal abordagem originou uma variante, de viés marxista, cujas análises davam-se sob a ótica das relações de produção e ideologia, inclusive inserindo os simbolismos como decorrentes de fatores materiais. As mudanças internas e externas de um sítio arqueológico derivavam de relações de poder (RIBEIRO, 2007, p. 85; BAHN; RENFREW, 1993, p. 425). Nesta ótica, até mesmo rituais de povos que viveram a milênios atrás seriam explicados não como ação mística e simbólica do grupo. Mas, como uma necessidade funcional para garantir, por exemplo, a

colheita do próximo ano, ou proteção contra agressões do clima. Foi alvo de críticas, que refletiam também posturas de teóricos de outras disciplinas, como por exemplo Edward Thompson (1981, p. 182) ao citar olhares materialistas sobre rituais simbólicos de ordem cívica.

Este incisivo olhar funcional e materialista expressado por estas correntes originou, no decorrer da década de 1970 e posterior, movimentos em contraponto. Viam a necessidade de se identificar a ação do indivíduo não somente baseada em fatores ambientais e funcionais, mas também como fruto de valores pessoais, desprendidos de qualquer desejo de ordem material (BAHN; RENFREW, 1993, p. 446).

Esta nova corrente, chamada de Arqueologia Pós-processual, procura estudar e identificar não somente padrões, mas explicar transformações em caráter local, num cruzamento entre os fatores ambientais e simbólicos de determinado grupo, "[...] tentando compreender cada sociedade em suas especificidades e não cumpridoras de padrões previstos em leis gerais" (RIBEIRO, 2007, p. 90). Tal crítica encontra ressonância com o que expressa Thompson (1981, p. 189) e Guareschi e Jovchelovitch (1995, p. 18), ao negarem a predominância de determinismos ambientais e econômicos para o comportamento humano, mas que sejam estudados em caráter paritário.

O volver às questões simbólicas da cultura estudada, que muitas vezes incorria em ancestralidades de comunidades do presente, alicerçou novos olhares. Estes, acompanhados de reivindicações de grupos sociais até então excluídos da pesquisa arqueológica. Muitas vezes tinham seus patrimônios estudados exclusivamente por um olhar hegemônico, comumente eurocentrista ou norte-americano. Surgem assim subcampos denominados Arqueologia Social e Arqueologia Pública.

A Arqueologia Social caracteriza-se por análises dos vestígios em associação com conjunturas históricas sob o olhar da comunidade detentora, em cenário pós-colonial (SCATAMACCHIA, 2011, p. 22; BENAVIDES, 2011, p. 173; MORALES, 2014, p. 57).

Para a produção e dispersão destas pesquisas para (e com) a comunidade diretamente envolvida, grupos de arqueólogos buscam romper com o academicismo na *práxis* arqueológica, com o intuito de torná-la efetivamente franca, fator de fruição e co-instrução. Este movimento proporciona uma atividade

especializada, chamada de Arqueologia Pública. Sobre este subcampo Funari (2003, p. 98) observa:

A arqueologia cada vez mais deve voltar-se para as disciplinas que refletem sobre o destino da cultura material que ela estuda e o caminho que se tem proposto é a colaboração da população em geral de maneira que esta possa ajudar a definir os usos desse material e mesmo sua interpretação. Também mostra-se relevante a tendência de interação dos arqueólogos com grupos de interesse, como os movimentos de mulheres ou de minorias étnicas (como os indígenas, os afro-descendentes etc.), sempre objetivando uma arqueologia que não seja excludente, mas que propicie a participação das pessoas no acesso ao conhecimento.

Atualmente, as diversas correntes apresentadas conduzem este ou aquele pesquisador, ou mesmo, esta ou aquela pesquisa. Infere-se que a consolidação da ciência arqueológica, com o incremento da produção acadêmica, oferece não um cenário excludente, mas a possibilidade de eleição e consórcio de abordagens mais apropriadas para o determinado objeto de estudo. Com este breve olhar sobre a trajetória teórica da Arqueologia, explana-se o cenário de pesquisa no Quilombo da Caçandoca.

6.2.2 As taperas da Serra da Lagoa

Os tópicos anteriores pretenderam oferecer um breve olhar sobre a trajetória da Arqueologia e suas teorias. Além de escalas nacionais ou regionais, tal possibilidade pode também se aplicar em nível local, como por exemplo, no Quilombo da Caçandoca. Até o momento foram identificados nesta paragem cinco patrimônios, que coincidem com descrições sobre a formação do quilombo. Embora sua existência se insinue no imaginário local, algumas lacunas foram identificadas, representadas pelo desconhecimento por parte da população local, conforme narrado:

E7 - Estes dias um menino foi fazer entrevista, a mãe dele falou que aqui não havia ruínas. Como não? Esta parte aqui que vai até lá embaixo era tudo ruína. De um lado e do outro. Tudo. Eu acho que esta parte de rua que está mais seca era tudo onde eles destruíram as ruínas que ficou os vestígios no chão. A gente passava do lado das ruínas. Como não tinha? Como a mãe não teve esta vivência, então explica para o filho que não houve isso aqui.

Sobre a potencialidade desta categoria no Quilombo da Caçandoca, este oferece opções de estudo de ao menos três contextos: o do dominante, relativo ao colonizador europeu; o resistente de subsistência, relacionado a comunidade caiçara-quilombola e o atual, decorrente do rearranjo espacial do quilombo. Não se pode excluir a possibilidade de ocupações pré-coloniais bem como vestígios decorrentes de naufrágios, tendo em vista suas expoentes trajetórias neste recortado litoral.

Estes cenários foram acolhidos em suporte geográfico que moldou, e molda, as ocupações e fornece marcos toponímicos que transcendem os limites cartográficos oficiais. Estes marcos são derivados das percepções das comunidades com seus acidentes geográficos. São frutos tanto das necessidades funcionais quanto simbólicas.

A adoção de um compartimento geográfico como uma unidade de Paisagem Cultural é consoante com o que aborda André Munhoz de Arghollo Ferrão (2004, p. 135), ao dizer: "Há que se adotar unidades de análise e/ou planejamento distintas por suas características ecológicas, econômicas ou culturais". Nesta mesma direção, Oliveira e Fernandez (2016, p. 780) dizem:

A paisagem é, portanto, um *locus* de interação dotada de uma dimensão temporal, que é tanto histórica e cultural quanto evolutiva e física, sobre a qual eventos passados encontram-se inscritos, por vezes sutilmente.

A conceituação de Paisagem Cultural também embasa-se nas observações de Tuan (2012, p. 136), referente a percepções da comunidade para com o anfiteatro que a acolheu. Podem ser de ordem estética-contemplativa e funcionais, como diz o autor: "Mais permanentes e mais difíceis de expressar são sentimentos que temos para um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida". E prossegue (TUAN, 2012, p. 198): "As paisagens servem de pano de fundo para as atividades humanas diárias." Também se apoia nas palavras de Diegues (2001, p. 64) ao afirmar que:

A paisagem é uma estrutura espacial que resulta da interação entre os processos naturais e atividades humanas. A ação das diversas sociedades modelam a natureza e seus diversos habitats, construindo um território.

Assim conceitua-se Paisagem Cultural como os limites naturais que moldaram a eleição, instalação, operação, declínio/abandono e rearranjo dos

sistemas sociais e econômicos que compõem a trajetória de determinada comunidade. Sob esta ótica, entende-se a Paisagem Cultural do Quilombo da Caçandoca o compartimento conhecido localmente como Serra da Lagoa. Sua eleição seguiu três vieses:

Primeiro, a leitura feita da paisagem pelo autor, que considerou os rios Tabatinga e Maranduba, cada qual bordejando as terminações sul e norte; os limites do contraforte que se debruça para as praias, por meio de suas vertentes e por fim, o mar imediato, ao mesmo tempo via de comunicação e espaço de trabalho e lazer.

Em segundo, o viés histórico obtido com a descrição de inventário de 1847 das unidades agrícolas presentes na Serra da Lagoa (Ponta Grossa, Simão/Brava do Frade, Morcego, Lagoa e Bananas) e os limites da fazenda original: “[...] pelo poente com mattos da Tabatinga e Sitio de Quintino dos Santos, pelo leste com Sítio chamado dos Morcegos, pelo Sul com o mar e pelo norte virando vertentes com Maranduba³².

E em terceiro, a percepção da comunidade, obtida por meio de cartografia social elaborada pelos seus moradores, que contribuíram para as definições espaciais identificadas. Ressalta-se que estes limites coincidem com o perímetro reivindicado pela comunidade como o seu território. A delimitação da Paisagem Cultural da Serra da Lagoa está ilustrada no mapa 05.

³² Arquivo Público Municipal de São Sebastião. Documentos judiciais. Cx. 51, Processo 177.

Mapa 05: Limites da Paisagem Cultural Serra da Lagoa e Perímetro do Quilombo da Caçandoca. Situação em 2021.



Fonte: o autor, integrantes do quilombo (cartografia social) e elaboração final de Francisco David de Carvalho

Assim, a relação dos habitantes com o seu meio estende-se como algo cotidiano. Não somente contemplativo, mas suporte das ações laborais e lúdicas, sagradas e profanas da comunidade, atuais e dos seus antepassados. Um suporte geográfico que funciona como espaço de resistência ante modos hegemônicos de ocupação. Sobre este assunto Oliveira (2020, p. 326) observa:

Esse complexo contra-espacial é marcado por biopotências. Suas formas de ação se expressam da curta a longa duração, do discurso explícito aos discursos ocultos, elas podem estar inscritos na paisagem natural, isto é, da natureza socialmente construída que emerge nas ervas, plantas, pedreiras, matas, rios, mar, cachoeira, mangue aos símbolos na arquitetura de prédios coloniais de culturas africanas, nas técnicas de construções e sistemas de engenharias de túneis e galerias de povos mineradores da diáspora na exploração colonial. Rastros de resistências e (re)existências nas cidades tem sido historicamente invisibilizadas e apagadas.

A Paisagem Cultural da Serra da Lagoa acolheu sistemas culturais que ou foram suplantados ou coexistiram, e deixaram para a atualidade seus vestígios. Sejam eles ruínas ou cicatrizes no terreno tais como cortes, aterros, extrações, caminhos. Estes patrimônios se expressam nestes sistemas, como por exemplo as unidades fabris monocultoras; as ocupações unifamiliares caiçara-quilombolas; os equipamentos públicos (cemitério, escolas), etc. Portanto, define-se um sistema cultural (componente de uma Paisagem Cultural) como um conjunto de vestígios relacionados à uma atividade ou forma de ocupação, em associação a um determinado momento histórico do Quilombo. Baseia-se assim no que prescreve Haroldo Gallo (2006, p. 98) ao dizer que:

Os monumentos se co-ligam e se reportam uns aos outros e formulam então um discurso. [...] Não se trata de negar a preservação daquilo que se destaca pela 'excepcionalidade', mas de estender essa ação a tudo aquilo que constitua conjunto e que determine um 'tipo'.

Salienta-se que esta ordenação dos testemunhos em sistemas culturais deriva-se do olhar do autor como pesquisador, pois conforme observa Tuan (2012, p. 199): "Para um estranho, eles [estes sistemas] têm uma afinidade natural". Isto é, a separação das ruínas escravocratas, os nichos caiçara-quilombolas pretéritos, as ocupações atuais ou outro sistema que venha a ser identificado no território não foi expresso exclusivamente pelos moradores, mas sim deliberado pelo autor, balizado pela pesquisa realizada.

Sob este enfoque, identificou-se preliminarmente três sistemas culturais que explicitam momentos históricos, atividades econômicas e formas de apropriação peculiares. São estes: colonial; ocupações pretéritas caiçara-quilombolas e ocupações atuais, conforme ordenado no fluxograma 02 a seguir.

Os sistemas culturais colonial e de subsistência caiçara-quilombola foram expressos juntamente com reconstituição hipotética de ocupação. O mapa 06 contempla as unidades produtivas Lagoa, Morcego, Caçandoquinha e Caçandoca. Por meio de análise de imagem aérea de 1962, com comparação das nuances de vegetação em cruzamento com condicionantes topográficos, foram inferidos os talhões de plantio monocultor. Já o mapa 07 representa, sob uso de mesma imagem e técnica, as manchas de plantio (roças) das ocupações caiçara-quilombolas.

Decorrente da cartografia social e do reconhecimento de campo realizada, todas as informações até então coligidas estão ilustradas nos mapa 08 e no Apêndice A³³: ruínas, covas de casas, ocupações atuais, marcos votivos, conflitos territoriais, etc. Tais mapas ilustras portanto o conjunto total da Paisagem Cultural da Serra da Lagoa: sistemas monocultores; subsistência e ocupação atual.

Salienta-se que este processo é dinâmico e representa o estado atual da pesquisa. Outros bens poderão ser acrescentados em iniciativas futuras. Isto posto, descreve-se os sítios arqueológicos e demais vestígios identificados, no reconhecimento de campo realizado.

³³ O Apêndice A é composto pelo mapa geral da cartografia social e suas 14 articulações, para melhos visualização, por setores da Paisagem Cultural da Serra da Lagoa

Fluxograma 02: Organização dos sistemas culturais do Quilombo da Caçandoca.



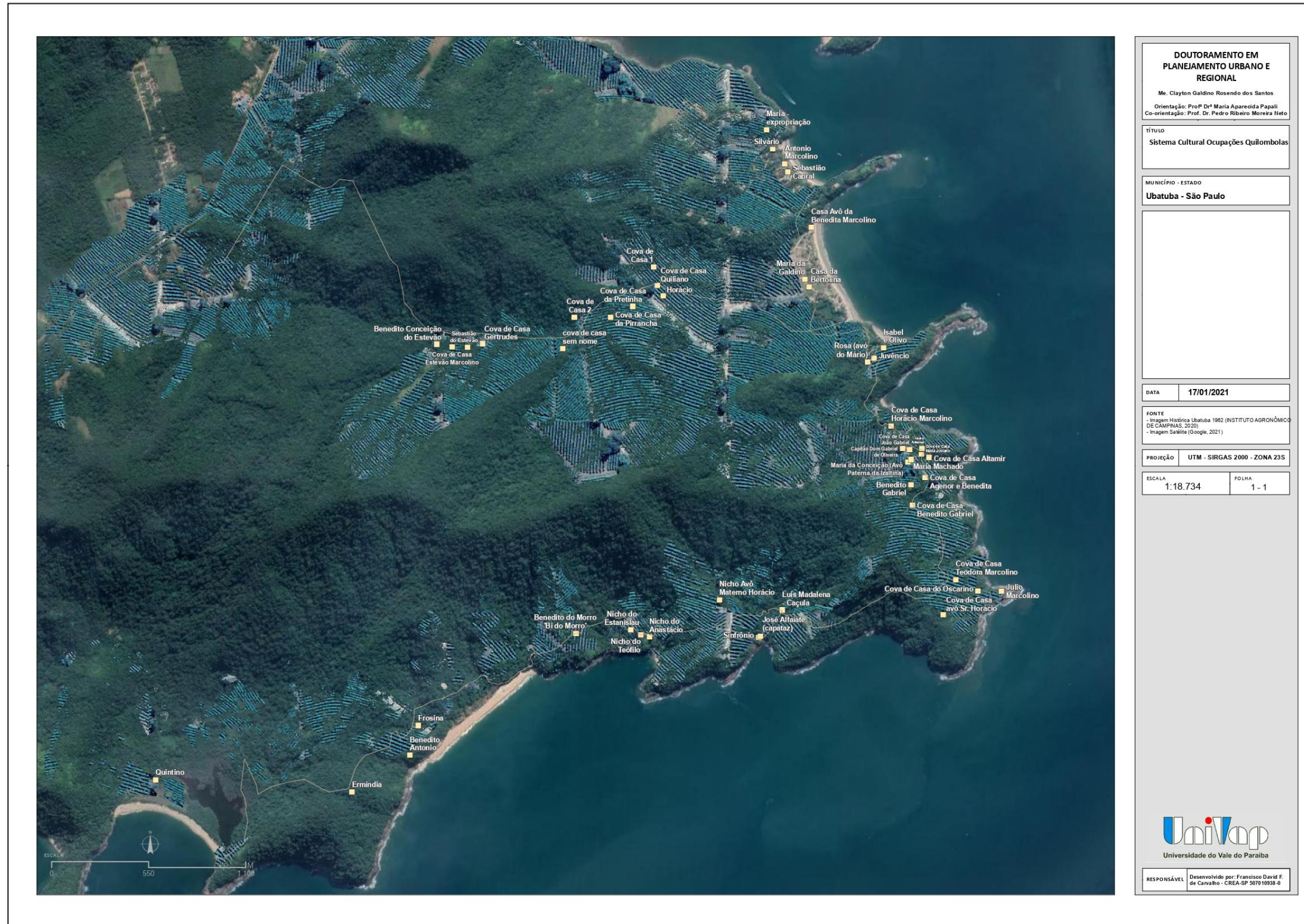
Fonte: o autor.

Mapa 06: Mapa da reconstituição hipotética do Sistema Cultural Colonial.



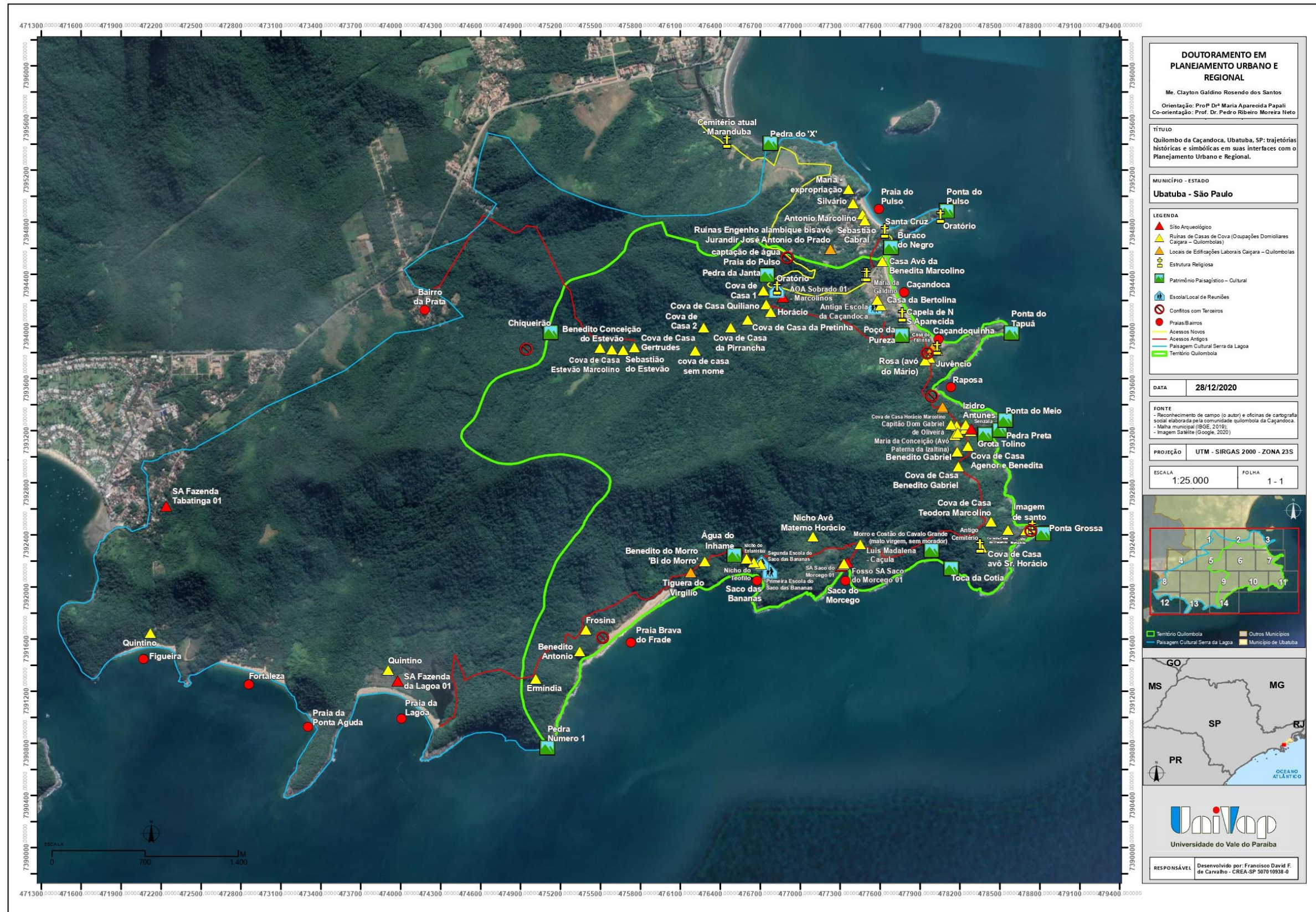
Fonte: o autor e Francisco David de Carvalho.

Mapa 07: Mapa da reconstituição hipotética do Sistema Cultural das ocupações quilombolas.



Fonte: o autor e Francisco David de Carvalho.

Mapa 08: Cartografia Social do Quilombo da Caçandoca, com sinalização dos três sistemas culturais. Situação em 2021.



Fonte: o autor, comunidade e Francisco David de Carvalho

6.2.2.1 Sítio Arqueológico Praia da Lagoa 01

Coordenadas centrais: 23k 473976, 7391279

Sítio arqueológico de natureza colonial composto por vestígios de engenho canavieiro (fosso de roda d'água) e colunas que indicam estrutura de embarque e desembarque (prancha 18 e mapa 09). Está localizado em praia homônima, junto a foz do Rio Lagoa. Em entrevista concedida é assim descrito:

E1 - A Lagoa ali é um desembarque dos escravos era onde quando eles traziam os negros da África, eles traziam para Ilhabela, aí na Ilhabela eles chegavam muito abatidos os negros. Então eles davam comida, tratava. Chamava-se de engorda, engordando os negros e descarregavam na Lagoa. Da Ilhabela traziam para Lagoa. Da Lagoa para serem vendidos, né, então é o porto principal do Quilombo Caçandoca é a Lagoa, aonde eles descarregavam, desembarcavam os negros ali, né. Então aquilo ali é uma coisa que faz parte daqui e tem que ser definida, entendido né, que a região de trabalho era aqui era na Raposa, mas tinha uma sede lá, tinha sede aqui, né, tinha sede na Caçandoquinha, tinha sede no Pulso, mas os desembarques eram lá. Bom, o que eles falavam que lá era uma sede, onde descarregavam os escravos, isso que eles falavam. E depois ficou lá e várias pessoas que as vezes era de fora moravam um pouco, saíam, mas sempre teve gente lá, né. Agora como eles tratavam era só isso. 'Ah o lugar que eles descarregavam os escravos aqui, eles vinham de navio, chegavam na Ilhabela e fazia engordava eles e aqui era vendidos eles.

Outra entrevistada narra suas impressões:

E3 - Aí tinha tudo pendurado lá então tem a outra ruína acho que era na Lagoa, ou na Ponta Aguda, na Lagoa que era trancada a porta, os negros tinham que ficar lá dentro. Era um, ia saindo, um com um apanhar na porta por que tinha preguiça, que os negros não podiam ter preguiça. Se disser que o negro tinha preguiça era a coisa mais feia do mundo. Os negros não podiam ter preguiça. Aquele negro que era preguiçoso ficavam preso lá dentro, meu pai contava, até que a fome doía que ele via que não aguentava de fome aí ele tinha que sair dali para trabalhar para poder ganhar um prato de comida.

Em pesquisa documental realizada no Arquivo Histórico Municipal de São Sebastião verificou-se que a Fazenda da Lagoa foi adquirida por José Bernardino de Sá, o Barão do Minho, em 1846, por meio de execução de hipoteca, contra o espólio de Francisco Garcia Duarte Veiga.³⁴

³⁴ Arquivo Público Municipal de São Sebastião. Documentos judiciais. Cx. 51, Processo 177, 3ª p., frente. “[...] pelos prejuízos e danos que acaba de ter no lugar na Fazenda da Lagoa, sua escravatura, e productos de que he proprietário”.

6.2.2.2 Sítio Arqueológico Fazenda Tabatinga 01

Coordenadas centrais: 23k 472238, 7392620

Sítio arqueológico de natureza colonial composto por vestígios de engenho canavieiro - fosso de roda d'água (prancha 19 e mapa 10). Está sob despejos irregulares de lixo e tomado por vegetação. Localiza-se em área pública, não utilizada, em margem de estrada em bairro homônimo, fora do atual território quilombola. Possivelmente pertencia a uma das fazendas de José Bernardino de Sá, traficante escravocrata fluminense, agraciado com o título de Barão do Minho, morto em 1855 (COSTA - LIMA NETO, 2017, p. 109). Documentos pesquisados no Cartório de Notas de São Sebastião³⁵ indicam sua compra, conforme descrito:

Venda da Fazenda Tabatinga, pelo Capitão mor José de Matos Abreu e seu filho, José Feliciano de Matos ao Barão da Vila Nova do Minho, representado por seu procurador João José Mendes, em 1852. Plantação de café, engenho de cana, casas de vivenda e demais utensílios.

6.2.2.3 Sítio Arqueológico Saco do Morcego 01

Coordenadas: 23k 477309, 7392159

Sítio arqueológico de natureza colonial composto por colunas, alicerces e marcas de atracação em formação rochosa, localizados em reentrância de costeira, conhecida localmente como Saco do Morcego (prancha 20 e mapa 11). A análise preliminar das características do local, da bibliografia consultada e das entrevistas realizadas indicam ser porto de desembarque clandestino de escravos associado a produção açucareira. Seu topônimo já é citado na década de 1846, em processo judicial de execução de hipoteca³⁶. Está inserido no território quilombola. Em entrevista realizada nos foi relatado:

E3 - Ali no Saco do Morcego meu pai sempre contava que os negros eram pendurados. A corrente não está mais lá, mas tinha dois paus que ficava assim o pau não aguentava o peso de ninguém mais. Lá os negros que tinham preguiça, que não queriam trabalhar ficavam com os braços para cima cumprindo ordem até o chefe mandar arriar e ficar sentados horas e horas no tempo, sem poder mexer que com a mão amarrada e pendurada lá para cima. E as negras quando eram preguiçosas e não queriam trabalhar tinha uma corrente, um brinco, grandão assim, não sei se o J. chegou a

³⁵ Cartório de Notas de São Sebastião, SP. Livro do ano de 1855, Folha 96, Verso.

³⁶ Arquivo Público Municipal de São Sebastião. Documentos judiciais. Cx. 51, Processo 177, folha 33

ver lá, tinha, pendurado, era furado a orelha com aquilo ali. Era o castigo. Aí ficava lá. Tinha, quando eu visitei lá tinha vários, só que agora não está mais, está numa casa guardado, que eu não vou citar o nome. Está numa casa guardada por que diz que são o dono, que já é da família do Madalena.

Em outro depoimento tem-se as seguintes descrições:

E7 - Do Morcego meus pais sempre falavam, que ali tinha um engenho. Um engenho de café que estava lá. Eles falavam que lá tinha um poço. Aí tinha muita coisa ali. Muita coisa. O pessoal que morava lá, uma família daqui, eles deram fim de tudo. Você precisa ver o que tinha lá: as correntes que tinha lá, o senhor não tem nem a dimensão de como era o arco das correntes. Que prendiam os escravos na senzala. As correntes, os pesos, as coisas que tinham lá o senhor olhava assim: 'nossa, que vida que os escravos, utilizavam isso.' Era muita coisa. Quando o governo começou a reconhecer a área eles tiraram tudo. Não sei o que elas fizeram.

P - A senhora viu tudo isso?

E7 - Vi, por que ali era, naquela pedra, o senhor reparou naquele trecho ali do mar em volta, eles carregavam ali. Eles carregavam escravos ali. Por que era por causa do café.

6.2.2.4 Sítio Arqueológico Caçandoquinha 01

Coordenadas: 23k 478023, 7393831

Sítio arqueológico de natureza colonial composto por alicerce em alvenaria de pedra, bem como vestígios domésticos em superfície - faiança de procedência europeia (prancha 21 e mapa 12). Entrevistas realizadas apontam o local como engenho canavieiro e usos posteriores como residência caiçara–quilombola e casa de farinha. Está localizado em praia homônima, em território de quilombo. Sobre este patrimônio foi relatado:

E2 - Tinha engenho ali. Era o engenho dos Mesquita e no Pulso era do Chico Cabral. Engenho do Cabral. Já lá no São Lourenço, que é o Morcego, lá já era o Sinfrônio e aqui na Caçandoca era dos Marcolinos, né, mas todos nessa região tinha seu engenho. Agora a senzala que era ali no Saco da Raposa, né, abaixo do cemitério.

E1 - Na Caçandoquinha também tinha engenho de cana, só que hoje se você for lá você não vai achar. Na Caçandoquinha você acha o baldrame ainda. Não sei o Pulso. Faz tempo que não entro lá. Tinha pilastra, tudo, né. Os engenhos ali.

6.2.2.5 AOA Sobrado 01

Coordenadas: 23k 476873, 7394224

Área de ocorrência arqueológica composta de indicação de antigas ruínas e fragmento de faiança europeia em superfície (prancha 22). Está localizada no setor imediato à Praia da Caçandoca, entre quintais de ocupações atuais quilombolas, em margem de córrego. Sobre este patrimônio foi relatado:

E4 - Eu sei pela minha avó alguns relatos que tinham também na Praia da Caçandoca algumas ruínas só que foi destruído pelos grileiros pra tentar apagar a história. Como muitas comunidades tradicionais de Ubatuba e do Litoral Norte pela Rio – Santos. Muitos grileiros destruíram muitas ruínas por causa do imobiliário, né? Especulação imobiliária. Mas como estes outros lugares como a Ruína da Praia da Lagoa, do Morcego é muito longe, muito difícil acesso, então eles não conseguiram destruir as ruínas.

Em outro depoimento o local foi assim descrito:

E7-Aqui na Caçandoca era fazenda do café. Caçandoca, esta região era uma fazenda só. E agora que parou [...] Tinha muito café. Todo mundo tinha café. O senhor imaginar a pessoa, nossa fica falando bobeira. Era muito café. Ninguém comprava. Todos faziam seus cafés em casa. Aí eu falo para minhas filhas: como que era o processo do café, falo para elas: vamos plantar café então, mãe? Só que agora a gente não tem... Pode plantar mas se você quiser moer na maquininha, aí você tem que comprar o pilão, a gente pilava no pilão.

Outro depoente assim o descreve:

E9 - Eu ouvi que tinha um casarão que ficava aqui próximo a algumas casas, mas como tem várias histórias na comunidade, cada pessoa tem sua própria história. Então eu não sei como eu posso me identificar em uma delas. Então eu tenho mais boatos do que histórias permanentes. Algumas que eu conheço que o J., fez um dia com a gente, mostrou o formato das casas com as pedras. Identificando que tinha uma casa naquele lugar. Mas nunca ouvi uma história fixa sobre as ruínas ou sobre esse determinado assunto.

Referente aos mapas dos sítios arqueológicos, há uma adaptação feita pelo autor em relação ao preconizado pelo Iphan. Nestas cartas existem duas delimitações. A retangular, solicitada por este instituto, que funciona como perímetro de segurança e a sinuosa, real, correspondente à dispersão inicial identificada destes patrimônios.

Prancha 18: SA Fazenda Lagoa 01.



Nota: Figuras 01 a 04:
aspectos gerais do SA
Fazenda Lagoa 01, em março
de 2018.
Fonte: o autor.



Prancha 19: SA Fazenda Tabatinga 01



Nota: Figuras 01 a 03:
aspectos gerais em
março de 2018.
Fonte: o autor.



Prancha 20: SA Saco do Morcego 01.



Nota: Figura 01: aspectos gerais da reentrância da costa; Figura 02: registro de pedra de mó; Figuras 03 e 04: aspectos gerais dos restos construtivos; Figura 05: fragmento de faiança de procedência europeia. Situação em janeiro de 2018. Fonte: o autor.

Prancha 21: SA Caçandoquinha 01.



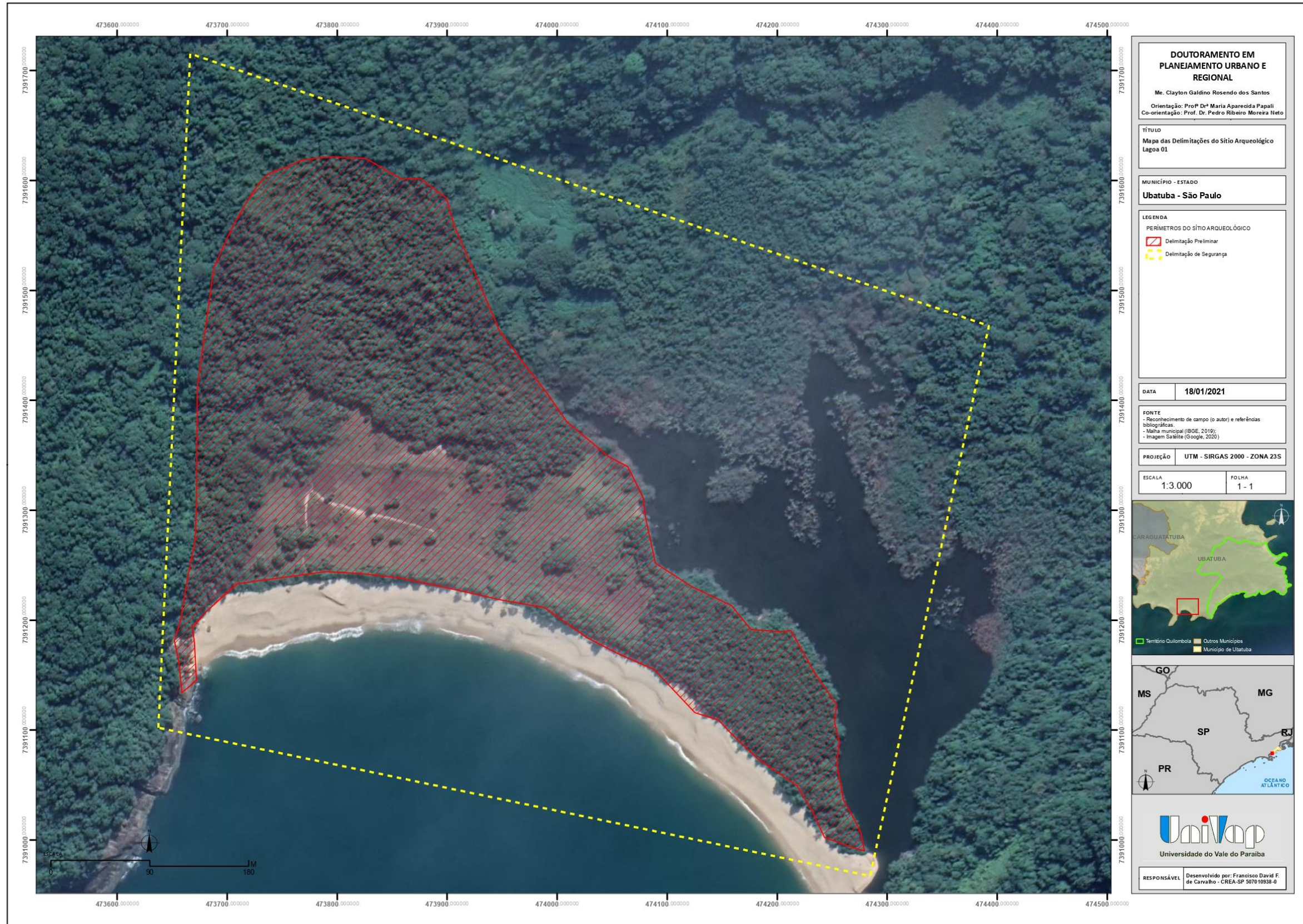
Nota: Figura 01 e 02: aspectos gerais do SA Caçandoquinha 01; Figura 03: fragmento de faiança de procedência europeia; Situação em janeiro de 2018. Fonte: o autor.

Prancha 22: AOA Sobrado 01.



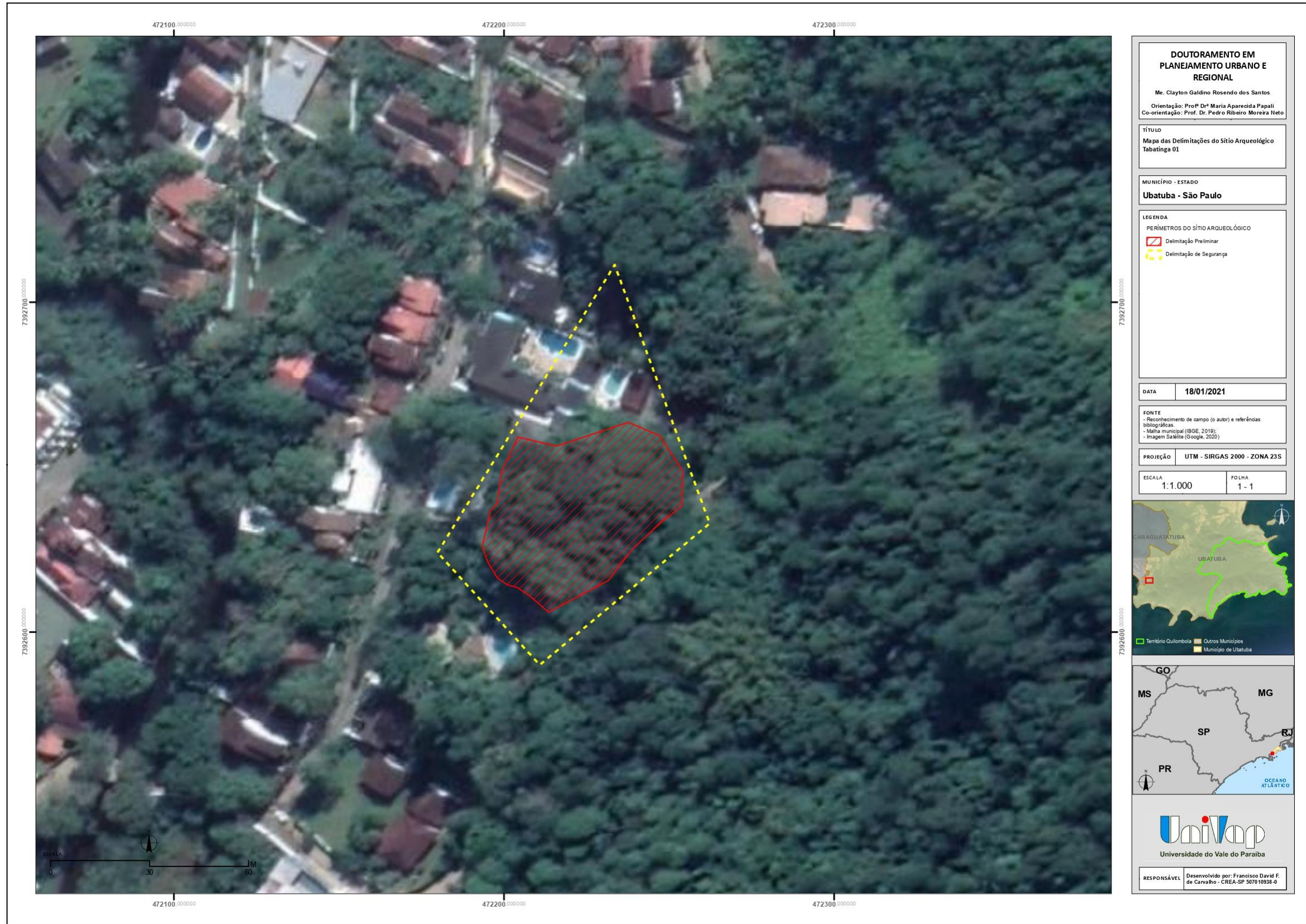
Nota: Figura 01 e 02: aspectos gerais do local onde estaria a sede da fazenda na Caçandoca, conhecido pelos quilombolas como Sobrado; Figura 03: fragmento de faiança de procedência europeia; Situação em Julho de 2020.
Fonte: o autor.

Mapa 09: SA Lagoa 01. Situação em 2021.



Fonte: Francisco David Carvalho e autor.

Mapa 10: SA Tabatinga 01. Situação em 2021.



Fonte: Francisco David Carvalho e autor.

Mapa 11: SA Saco do Morcego 01. Situação em 2021.



Fonte: Francisco David Carvalho e autor.

Mapa 12: SA Caçandoquinha 01. Situação em 2021.



Fonte: Francisco David Carvalho e autor.

6.2.2.6 Nichos, ou covas de casas, quilombolas

O trabalho de campo identificou um conjunto de 19 locais³⁷ onde existiram residências dos antigos quilombolas, além de dois pontos relacionados a engenho de aguardente e casa de farinha. Estes sítios são denominados pelos atuais moradores como covas de casas, por serem erigidas pela técnica de corte e aterro, que possibilita sua construção em setores escarpados do território (pranchas 23 e 24). Já o termo nicho refere-se à retroárea agricultável e de extrativismo de cada família.

A abordagem destas unidades, com viés arqueológico, remete a cenários de um passado recente, sob interesse pautado no que Morales (2014, p. 79) define:

[...] nas coisas simples do cotidiano de pessoas que, mesmo incapazes de registrar em textos suas vidas como no caso dos escravos (e seus descendentes), agiam materialmente sobre um mundo do qual temos abundância de documentos.

À exceção do exemplar localizado nas coordenadas 23k 478173, 7393240, que ainda apresentava suas paredes e vedos internos em pau a pique, todos os demais encontravam-se demolidos. Foram perceptíveis apenas pela indicação dos quilombolas, bem como alicerces, arrimos em pedra e pelos cortes no barranco.

Em alguns nichos registrados foram identificados equipamentos de produção de farinha de mandioca (prancha 25). Temos como exemplo um furo em um tronco de árvore que servia de apoio para prensa da massa ralada. Tal equipamento foi assim descrito por Schmidt (1958, p. 46): "Um cepo de árvore, furado a certa altura do chão, enfiaram a extremidade mais comprida de uma forquilha".

Outro destes vestígios refere-se a estrutura de cocção, formada por arco de pedras (base circular), com vão para alimentação da lenha e ar, encimado por fragmentos de disco cerâmico. Este equipamento compunha forno doméstico para torra e é similar a outros encontrados em sítios arqueológicos no Litoral Norte, a saber: área das senzalas do SA São Francisco 01 (BORNAL, 2012) e em unidade unifamiliar SA Antão Soares (ROSENDO DOS SANTOS, 2012), ambos em São Sebastião. Este pequeno forno é derivado de técnicas indígenas, representadas pelo seu disco corrugado, à maneira de "amplas frigideiras de barro" (SCHMIDT,

³⁷ Outros 27 locais foram apontados pelos quilombolas por meio de cartografia social, sem verificação em campo. Portanto, o estado atual da pesquisa compreende 46 covas de casa.

1958, p. 60) e pela sua baixa estatura. O autor (SCHMIDT, 1958, 36) assim pontua: "Até certo ponto, parece, a casa da farinha em íntima associação com a morada seria uma sobrevivência indígena na cultura atual de nossas populações caboclas". Outras características domésticas das unidades habitacionais podem ser aferidas no seguinte relato:

E3 - Minha avó era uma senhora que tinha fogo de lenha. Aí lá naquele fogo de lenha era assim no chão com quatro pedras: uma lá, outra cá, aqui no meio ela botava a panela ali. Ali ela cozinhava o feijão ali ela cozinhava tudo que nós queria tudo dado na mão dela. A filha dela estava lá para servir. Você chegava e dizia onde está dona Rosália? Você não ia saber onde ela estava. Porque ela estava no meio do carvão, lá ela estava no meio das cinzas, lá ela estava. Sentada. Tudo que pedia para ela primeiramente tomar a...você não tinha nada a ver com ela mas você tinha que tomar a benção dela primeiro para depois ela responder o que você perguntava. E se perguntasse alguma coisa que ela não servia ela chamava, você chegava perto dela, dava a palma da mão, tinha um bagaço, de cana molhada, batia duas três vezes na palma de sua mão.

O repertório de covas de casa identificado oferece potencialidades de estudos futuros, relativos a organização espacial, tipologias construtivas, análises de consumo (por meio do refugio doméstico, sob técnicas arqueológicas), dentre outras. Apresenta importância memorial, com a divulgação interna sobre dados dos antepassados e função prática, como norteador para futuras reocupações do território pelos quilombolas. Exemplifica-se com o depoimento de moradora, sobre desejo de retorno ao seu bairro original:

E3 - Que, eu aqui mesmo onde estou agora no momento, conversando contigo, eu moro aqui. Mas se fosse depender de mim eu estaria lá em cima. Lá em cima. Meu foco é lá em cima, no Saco da Raposa. Por que lá eu vi meus avós, vi meus irmãos, todo mundo, todo mundo negro, ser unido.

Além da garantia de 'estoque' de território, para possíveis retornos domiciliares podem ser retomadas ações vernáculas de produção. Ou então, a inserção de novas técnicas, alinhadas com as novas práticas ambientais, agrícolas e comunitárias dos dias atuais.

Prancha 23: Covas de casa.



01



02

Nota: Figura 01: inferência sobre o partido de implantação das casas vernáculas, sob aspectos identificados em campo; Figura 02: divisões e vedos internos de edificação. Situação em janeiro de 2018; Figura 03: face externa da mesma edificação, em pré-arruinação. Situação em janeiro de 2018. Fonte: Everaldo Cristiano Silva e autor; o autor.



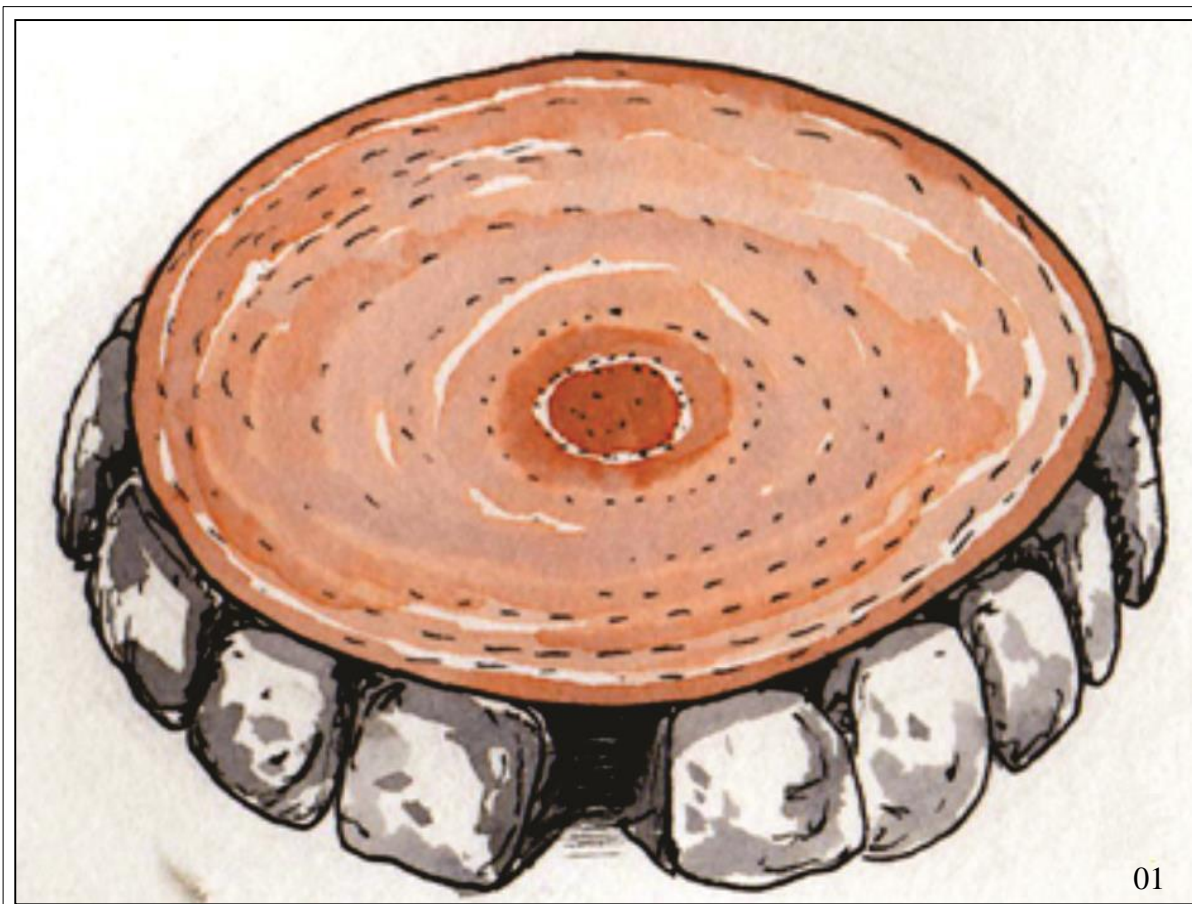
Prancha 24: Covas de casa.



Nota: Figura 01: platô em terreno, antiga ocupação, sob roçada para reuso. Dezembro de 2019; Figura 02: arrimo de alvenaria de pedra seca (sistema de corte e aterro), de exemplar de ocupação quilombola, janeiro de 2018; Figura 03: quina de alicerce em alvenaria de pedra seca, de exemplar de ocupação quilombola, janeiro de 2018; Figura 04: fragmento de telha capa e canal. Janeiro de 2018. Fonte: o autor.



Prancha 25: Covas de casa.



01

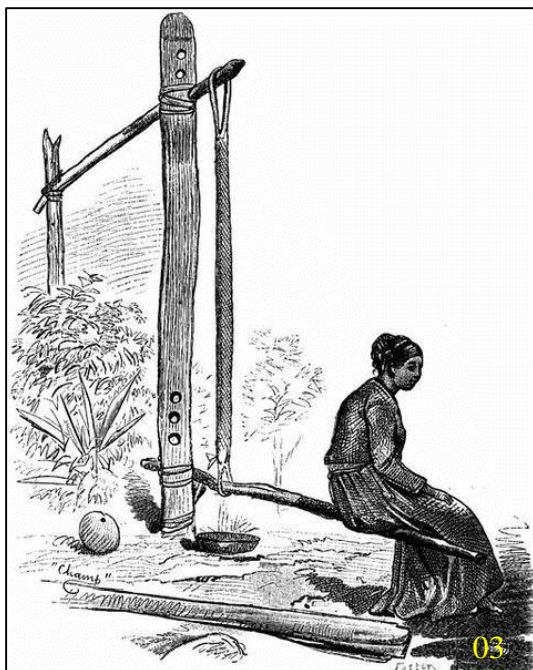


02

Nota: Figura 01: forno de torrar farinha de mandioca, com disco cerâmico corrugado (face externa), apoiado sobre círculo de pedras.

Fonte: Everaldo Cristiano Silva;

Figura 02: cavidade em tronco para apoio da vara da prensa de tipiti, envoltória a antiga ocupação caiçara – quilombola (cova de casa da Pretinha) Fevereiro de 2020.



03

Nota: Figura 03: inferência artística sobre uso da prensa de tipiti sob técnica de haste e furo.

Fonte: GaleriAmazônica.

6.2.2.7 Antigo Cemitério

Coordenadas: 23k 478350, 7392313

Local de sepultamento inicial dos moradores das praias que hoje formam o Quilombo da Caçandoca. Está localizado em platô, na margem esquerda do caminho sul, próximo à arrebentação e à Ponta Grossa (prancha 26). Não há vestígios em superfície de estruturas tumulares. Apenas, a presença de planta ornamental peregrum vermelho (*Cordyline terminalis*), considerada sagrada por religiões de matriz afro e indicada pelos quilombolas como marco do local. O uso do campo santo foi paralisado com a construção do atual Cemitério da Maranduba. Seu local é assim descrito:

P - O senhor já foi no cemitério?

E1 - É, bom, eu já cheguei ir lá, a gente tem até uma filmagem de lá, fotos. É pertinho do caminho, passagem que vai lá para o Saco do Morcego, Saco da Banana, e vai pra lá. É pertinho do caminho.

Em outro depoimento tem-se as seguintes características:

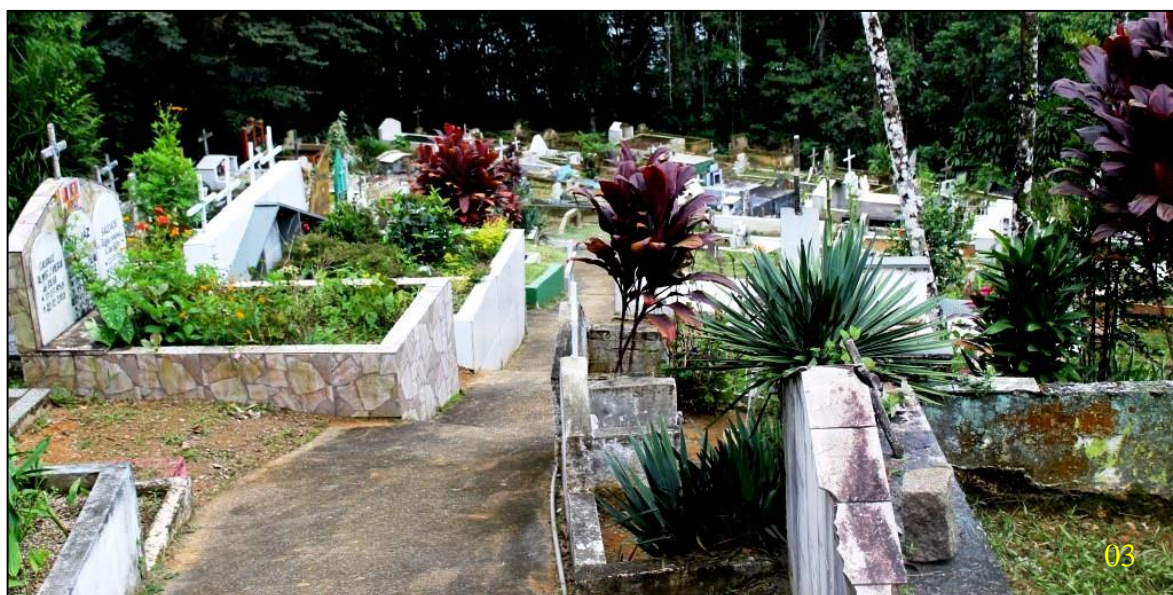
E2 - (Saber sobre) o cemitério veio através de meu pai, meu pai e minha mãe que vinham antigamente quando chegava o dia das almas, eles vinham aqui acender vela, para os negros aqui, acender vela, para os escravos aqui. Aí vinha de lá da Caçandoca, do Saco da Raposa ali, que meu pai morava, aí vinha tudo: mulher, os homens, chegavam aqui, acendia vela. Aí eu era pequeno também vinha junto. Aí inclusive que tem a flor aqui, ainda... Vinham na rede, o morto vinha na rede, chegava aqui já estava o buraco, os próprios escravos faziam o buraco para os amigos deles mesmo. Os donos mandavam fazer. Vinha uma vez por ano. Tinha trilha, tinha tudo. Como falei para o senhor. O Caetano morava aqui. A gente passava no terreiro dele e vinha. Chegava aqui, rezava e pessoal ia tudo embora. No dia das almas. Então depois já foi morrendo, acabando os mais velhos e os mais novos que vieram também já foi deixando de lado, então aonde que nós estamos...

O entrevistado 2 conta que o cemitério teria aproximadamente 50 metros de testada por 100 de fundo. Também narra a procissão anual que existia, no dia de finados, com cânticos, orações e acender de velas no local.

Prancha 26 : cemitérios do quilombo.



Nota: Figura 01: matacão, marco do antigo cemitério. Fevereiro de 2020; Figura 02: peregum vermelho, planta ornamental de caráter religioso, marco do antigo cemitério. Fevereiro de 2020; Figura 03: Cemitério da Maranduba, fevereiro de 2020. Fonte: o autor.



6.2.3 Nichos e covas de casa: ocupação caiçara ou terras de negros?

As informações coligidas referentes às covas de casa do Quilombo da Caçandoca podem indicar a possibilidade de se distinguir tais assentamentos das ocupações caiçaras. Embora ambas as comunidades tivessem características similares (economia de subsistência, auxílio vicinal, etc.), o partido de locação destes núcleos poderia variar.

Se por um lado as ocupações caiçaras usualmente eram francas, próximas ao mar e aos núcleos urbanos, as compostas por negros poderiam ter elegido setores mais recuados e ermos, embasado nas defesas ante ameaças e dos preconceitos já elencados. Neste sentido, Odalice Miranda Priosti e Hugues de Varine (2007, p. 60) ao descreverem comunidades quilombolas mineiras de Ouro Preto, MG, afirmam: “De outra forma, os membros de uma comunidade desfavorecida, vivem discretos nas encostas da serra.”

Em pesquisa no município de São Sebastião, (ROSENDO DOS SANTOS, 2012), deparou-se com unidades unifamiliares erigidas nas encostas do contraforte imediato ao Distrito de São Francisco da Praia (Bairro do Morro do Abrigo). Ocupações que diferiam do partido de ocupação comum caiçara, isto é, com o rancho a beira mar, a casa e o sertão ao fundo, relegado para a caça, roça e coleta. Tais exemplares são representados pelos sítios arqueológicos Antão Soares 01 e Boa Vista 01 (pranchas 27 e 28).

Outro refere-se a possibilidade de que tais nichos sejam originados nas senzalas unifamiliares relacionadas aos complexos agrícolas do período escravocrata. Mantidas posteriormente pelos ex-escravos e seus descendentes ou reocupadas, em períodos mais recentes. Sob este viés Rafael de Bivar Marquese (2006, p. 51) aponta tipologias de moradias de escravos em locais distantes das sedes das fazendas.

Igualmente, os vestígios identificados neste trabalho são similares a restos de edificação presentes em fazenda cafeeira e canavieira no bairro da Figueira, em São Sebastião (figura 02 da prancha 27), estudada por Bernal (2008). Apresentava partido de senzalas não em habitações alinhadas e contíguas, mas em núcleos dispersos, gravitários aos centros de produção.

Prancha 27: Ocupações do povo negro.



Nota: Figura 01: relação espacial dos sítios arqueológicos (unidades unifamiliares) com o núcleo urbano caiçara do Distrito de São Francisco da Praia, São Sebastião, SP.

Fonte: o autor, sob plataforma do Google Earth;

Figura 02: reconstituição hipotética do Sítio Arqueológico São Francisco 01. No contorno azul, a sede da fazenda e no vermelho, setor das senzalas.

Fonte: Wagner Gomes Bernal.

Prancha 28: Ocupações do povo negro.



Figura 01: escavação no SA Antão Soares, especificamente o interior da residência, na qual se evidenciou um forno similar a encontrado em casa de cova quilombola. Fevereiro de 2013; Figura 02: evidência de alicerce em alvenaria de pedra seca do SA Boa Vista 01. Fevereiro de 2013. Fonte: o autor.

6.3 Os bens culturais integrados

Realizou-se no reconhecimento de campo o registro amostral de demais categorias do patrimônio cultural do Quilombo da Caçandoca, estes elencados como bens edificados, monumentais e artísticos em espaços públicos, imateriais, paisagístico-culturais e bens móveis.

6.3.1 O patrimônio edificado

O patrimônio edificado é conceituado como as manifestações de ordem material arquitetônica destinadas as necessidades do indivíduo (o morar, segurança, deslocamento, socialização, labor, instrução, sepultamento, lazer, oração, dentre outros) investidas de caráter afetivo-patrimonial. Neste sentido Tuan (2012, p. 209) pontua:

A cidade [e suas manifestações materiais edificadas] libera os seus cidadãos da necessidade de trabalhar incessantemente para manter seus corpos e do sentimento de impotência diante dos caprichos da natureza.

Em resumo, os patrimônios edificados são os testemunhos de edificações, vias e traçados que guardam nuances vernaculares de ordem estilística. De técnica construtiva e memorial com a comunidade moradora ou passível de se manifestar na visitante. Expressam aspectos não somente funcionais (abrigo, privacidade), mas também simbólicos, o que Alois Riegl define como o "querer da arte" (2014, p. 10). Também podem representar modos cerimoniais de construção, como por exemplo, o mutirão, o barrear da casa, o bater da laje, a festa da cumeeira.

No Quilombo da Caçandoca são expoentes os bens arquitetônicos de natureza rural, assim descritos por Ferrão (2004, p. 136): "Elementos arquitetônicos, estruturais e ambientais referentes aos vários segmentos da engenharia, coexistentes na paisagem rural em que estão estabelecidos". Neste sentido expressam-se percepções de entrevista sobre esta categoria:

E1 - Mas, eu acho assim que, quando eu olho assim para a capela, eu olho para a escola, para mim já é um patrimônio cultural, né. Já é um patrimônio cultural. E a missa, o pessoal como faz as vezes entrevista como que era a escola, como que

era o estudo, isso para a gente já é rico, já é uma coisa que não pode ser esquecida, né?

O depoimento a seguir também elenca outro componente:

E9 - Acho que uma das coisas que tem aqui, a galera sempre fala, era a igreja. Acho que era um dos maiores patrimônios culturais da comunidade. Quando se fala em patrimônio de antigamente, lá na época que aqui era uma fazenda, a gente vinha para a festa que tinha na igreja, de nossa senhora. Então eu acho que isso é o que mais tem de ponto de cultura mesmo. Entre outras coisas assim o que mais tinha era a festa, a igreja e o quiosque. Eu lembro, que era ponto de cultura. Agora outras questões não sei dizer tanto assim.

Ao conjunto de bens edificados se acrescenta a infraestrutura do território quilombola. Argan (1984, p. 224) em sua obra descarta a possibilidade de apego sentimental aos traçados dos núcleos urbanos e rurais. Porém, entende-se possível incluir como patrimônios do quilombo as suas trilhas, a disposição própria de arruamentos e locações das unidades habitacionais e laborais. Em contraponto a um traçado ortogonal usual de núcleos urbanos, no quilombo este é derivado de relações parentais, onde as casas ou gravitam em torno das residências dos mais velhos, ou são frutos de eleição de um novo nicho. Desta forma, os caminhos, acessos, pontos de referência (arbóreos, hídricos, geológicos, etc.) compõem o referencial de deslocamento e ocupação dos atuais moradores e de seus antepassados.

Assim, em relação ao patrimônio edificado registrou-se no Quilombo da Caçandoca alguns exemplares como, por exemplo, capela, centro comunitário, antigos caminhos, escolas e habitações.

Prancha 29: Patrimônio edificado - comunitários.



01



02

Nota: Figura 01: centro comunitário. Fevereiro de 2020; Figura 02: casa de apoio para eventos e venda de artesanato. Fevereiro de 2020; Figura 03: centro comunitário em uso. Janeiro de 2019.
Fonte: o autor.



03

Prancha 30: Patrimônio edificado - laborais.



Nota: Figura 01 e 02: comércios a beira mar. Fevereiro de 2020.
Fonte: o autor.

Prancha 31: Patrimônio edificado – antigas escolas.



Nota: Figura 01: segunda escola do Saco das Bananas. Junho de 2020; Figura 01: primeira escola do Saco das Bananas. Junho de 2020; Figura 03: escola da Praia da Caçandoca. Dezembro de 2020.

Fonte: o autor.



Prancha 32: Patrimônio edificado – religioso.



Nota: Figura 01: templo evangélico, janeiro de 2020; Figura 02: oratório sincrético. Junho de 2020; Figura 03: oratório, religião de matriz africana. Janeiro de 2020; Figura 04: capela de Nossa Senhora de Aparecida, na Praia de Caçandoca. Julho de 2020.
Fonte: o autor.

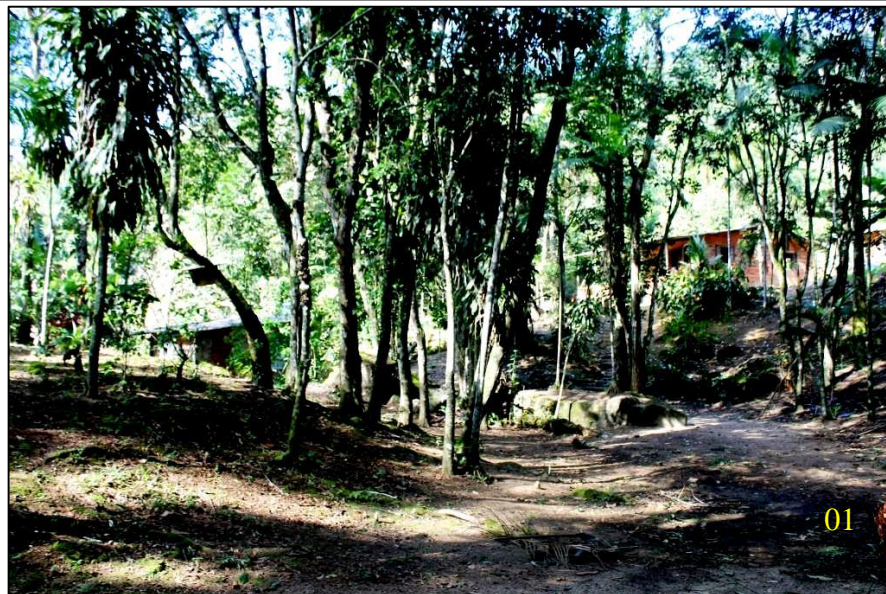
Prancha 33: Patrimônio edificado – residências atuais.



Nota: Figura 01: residência no Saco da Raposa, registrada em janeiro de 2018. Atualmente, a moradora ocupa a antiga lojinha, na Praia da Caçandoca, em decorrência da falta de energia elétrica no local anterior; Figura 02: residência atual da moradora citada na imagem 01. Dezembro de 2020; Figura 03: fogão a lenha e serpentina para aquecimento da água do chuveiro. Residência na Praia da Caçandoca. Julho de 2019. Fonte: o autor.

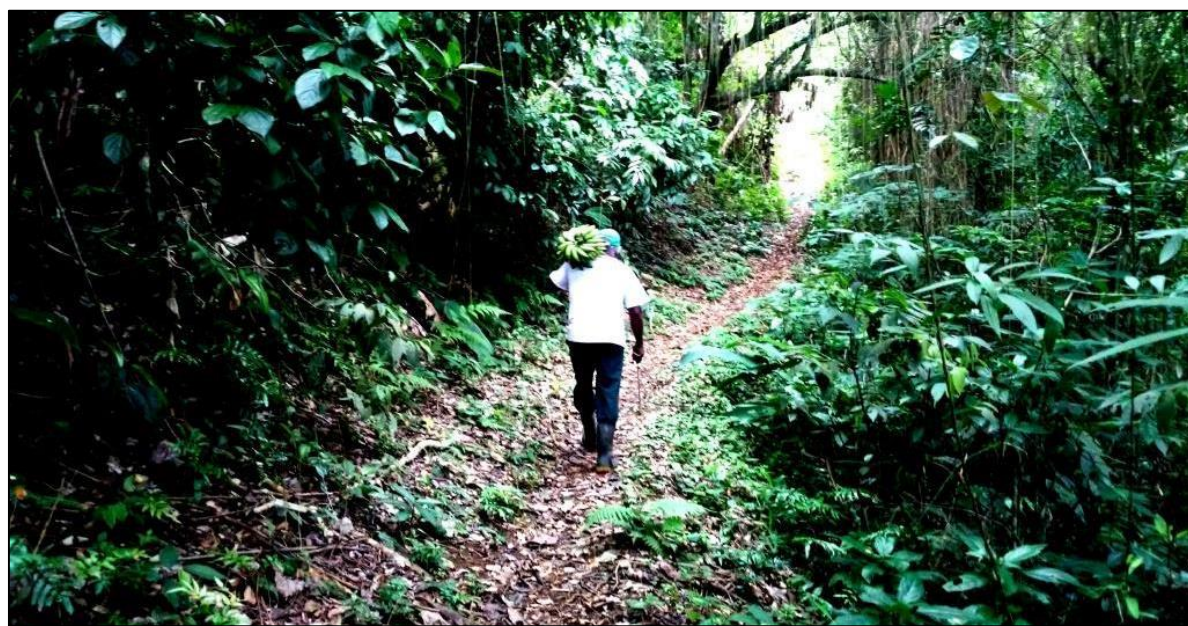


Prancha 34: Patrimônio edificado – arruamento e organização espacial.



Nota: Figura 01: casario gravitário a residência dos pais. Sertão da Praia da Caçandoca, julho de 2020; Figura 02: trilha no Sertão da Praia da Caçandoca, em direção a antigo acesso para o Bairro da Prata. Fevereiro de 2020; Figura 03: Trilha para a Ponta Grossa, fevereiro de 2020.

Fonte: o autor.



6.3.2 Monumentos e obras de arte em espaços públicos

Esta categoria refere-se a marcos edificados de caráter memorial e/ou artístico. Diante da abordagem do espaço coletivo, foram priorizados em logradouros públicos, definidos por Murilo Marx como “[...] áreas de domínio e uso comum do povo” (1989, p. 132).

Muitos são originários de iniciativas oficiais em ambientes citadinos (bustos, estátuas, totens comemorativos). Sua conservação sofre, amiúde, atenção insatisfatória decorrente da falta de representação e na nebulosa percepção sobre quem é o responsável por sua preservação, o que o autor (MARX, 1989, p. 50) chama de “gestão do chão público”. Sobre tais monumentos Choay (2001, p. 17 – 18) define:

Trata-se de objeto ou construção edificada por uma comunidade, tanto para se recordar quanto para transmitir a outras gerações a memória de fatos, personalidades, sacrifícios, ritos ou crenças. O passado invocado e convocado pelo monumento foi selecionado para ajudar na preservação da identidade étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar da comunidade.

Marx (1989, p. 50) chama a atenção para a trajetória de definição do rol de bens públicos, derivado de documento normativo do império brasileiro – carta de lei de 1º. de outubro de 1828, o qual destaca:

[...] calçadas, pontes, fonte, aqueductos, chafarizes, pódios, tanques e quaesquer outras construções em benefício commum dos habitantes, ou para decoro, e ornamento das Povoações.

Relevando a natureza unilateral/hegemônica usual em sua concepção, é necessário formular política de reconhecimento com o objetivo de fomentar a reflexão sobre seus atuais significados. Neste sentido, conceitos emanados pelo Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo (DPH) (1987, p.9) afirmam:

Esse cadastramento é de fundamental importância para a preservação da memória da cidade, pois as obras de arte participam dela como significativos marcos referenciais. Através dele, identificamos e localizamos as obras implantadas no espaço urbano, num registro que proporciona um conhecimento mais aprofundado da história de nossos monumentos. Conhecimento que, por sua vez, fornece sólido respaldo na luta contra o deslocamento aleatório das esculturas de seu local de origem.

A citação anterior destaca o caráter fixo dos monumentos, não sujeitos a alteração de local ao sabor de decisões administrativas. A instalação de uma obra de arte ou memorial em determinado espaço pode gerar afetividade por parte da comunidade envoltória. Ou então, estritamente relacionada a um fato ocorrido naquele ambiente. Portanto, a supressão ou mudança de um monumento ou obra de arte em logradouro público pode ocasionar agressões de ordem emocional aos seus idealizadores e admiradores.

Assim, incluem-se como passíveis no rol de manifestações monumentais e artísticas as santas cruzes de beira de estrada, cruzeiros, estatuária religiosa, obras de arte de iniciativa popular e erudita, grafites, dentre outros.

No Quilombo da Caçandoca identificaram-se apenas marcos votivos, conforme ilustrados nas imagens na prancha 35. No entanto, há a possibilidade de outras manifestações, sobretudo artísticas, tendo em vista a consolidada rede de eventos que o quilombo promove ou participa. Lista-se como exemplos esculturas, painéis em suporte mural, placas comemorativas.

Prancha 35: Patrimônio monumental e artístico em logradouros públicos



Nota: Figuras 01 a 03:
marcos votivos de
matriz afro nos
caminhos do quilombo.
Fevereiro de 2020.
Fonte: o autor.



6.3.3. O patrimônio paisagístico-cultural

O patrimônio paisagístico é composto por acidentes da natureza com apropriação cultural (lugares de memória, “encantados”, atribuídos a lendas) ou que exerçam forte ação de topofilia, relação afetiva do habitante com o lugar em que vive ou com determinada paisagem (TUAN, 2012, p. 19). Se ampara em Halbwachs (2003, p. 131), ao afirmar que “[...] nosso entorno material leva ao mesmo tempo nossa marca e a dos outros”.

Tal categoria alia-se à relação afetiva de determinadas comunidades tradicionais litorâneas com os marcos naturais de seu território. Em consonância cita-se Rafael Winter Ribeiro (2007, p. 111):

Se considerarmos que a categoria de paisagem cultural da forma como tem sido trabalhada junto às instituições internacionais deve ressaltar características interativas entre o cultural e o natural, ou entre o material e o imaterial, abordando o sítio inteiro de uma maneira holística. [...]

Priosti e Varine (2007, p. 66) indicam serem estes bens frutos relacionados com “[...] a própria dinâmica da vida humana em interação com outras formas de vida, a diversidade cultural, a biodiversidade, ou seja, o patrimônio da biosfera que abriga todas essas relações”.

Sobre a toponímia do lugar, a sua aplicação por iniciativa popular se reveste de extrema importância, em decorrência da escassez de documentos e sinalização que norteiem seus moradores. Alves (2020, p. 156) pontua que bens paisagísticos em quilombos possuem papel de “referência patrimonial da comunidade”. Sobre este tema aborda Ab’Sáber (2003, p. 75):

Cada um destes nomes traduz conceitos obtidos através de vivências prolongadas. Quando agregados a um topônimo, como acontece na maioria das vezes, as designações passam a ter, para o habitante, um caráter referencial – principalmente para quem não dispunha de qualquer tipo de mapa ou carta. Cada homem ou comunidade, em seu pequeno espaço de vivência, reconhecia o lugar de entorno pelos nomes herdados dos indígenas e tornados tradicionais por pescadores, mateiros, seringueiros, castanheiros e beradeiros.

A eleição de um determinado acidente geográfico ou marco toponímico (florístico, geológico, hidrológico, etc.) é volátil, isto é, muda de acordo com a percepção de determinado indivíduo ou seu grupo, em diferentes momentos de

sua trajetória (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 81; LIMA RODRIGUES, 2018, p. 324).

No entanto, há de se destacar nesta eleição a diferença entre o olhar nativo e o do visitante: o primeiro vivencia seu patrimônio paisagístico envolto em seus cotidianos laboral e lúdico, sagrado e profano, portanto de forma permanente. O segundo, o faz sob uma ótica de fruição ou descobrimento, de caráter fugaz. Neste sentido pontua Tuan (2012, p. 96, 97):

Em geral, podemos dizer que somente o visitante (e especialmente o turista) tem um ponto de vista; sua percepção frequentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros. Ao contrário, o nativo tem uma atitude complexa derivada da sua imersão na totalidade de seu meio ambiente [...] A avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética. É a visão de um estranho.

Assim, foram apontados alguns bens paisagísticos no território quilombola como, por exemplo, a Toca do Negro, Pedra da Mesa. Porém, ao ser questionado em algumas entrevistas o que seriam patrimônios paisagísticos do quilombo, a praia, o mar e a mata em si foram apontados de imediato. Tais cenários possuem alto potencial de atratividade (TUAN, 2012, p. 163), mas além desta atração, são considerados suporte para as lidas cotidianas. Sobre este aspecto tem-se o depoimento:

E6 - É, isto aqui que a gente vive, tipo a praia que a gente depende, tipo, eu e meu pai e vários parentes meus dependem do mar para pescar, como tem bastante gente que depende da roça, os eventos que a gente tem para manifestar nossa cultura, estas coisas.

Já o senhor E1 relata:

E1 - Então é a própria praia mesmo né, só que hoje a gente não vê como antes, era criança, porque evoluiu né, tirou aquele brilho da vegetação, mas a gente considera ainda isso, né. Como havia o Buraco do Negro, na Ponta do Pulso ali, que hoje está cercado, não podemos ir lá, e tem vários lugares que a gente tem que levantar, né.

Sobre pontos específicos, relacionados a lendas, a depoente nos diz:

E4 - Ah, eu sei que na Praia da Raposa tem uma pedra bem grande que dizem que na época dos escravos da fazenda que um negro saiu correndo no meio da floresta, ele pulou e caiu em cima dessa pedra e tem a marca do pé dele, na pedra. E na divisa da Caçandoca com a Caçandoquinha tem um morro bem

alto, agora tem uma casa lá, mas na ponta quem pulasse de lá e saísse vivo estaria livre. Tem estas histórias.

Sobre as possibilidades de uso lúdico destes patrimônios, tem-se os presentes relatos:

P - Das quatro praias do Quilombo da Caçandoca, qual é mais apta para surfe?

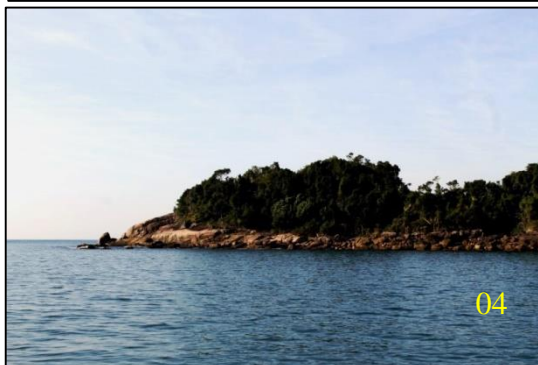
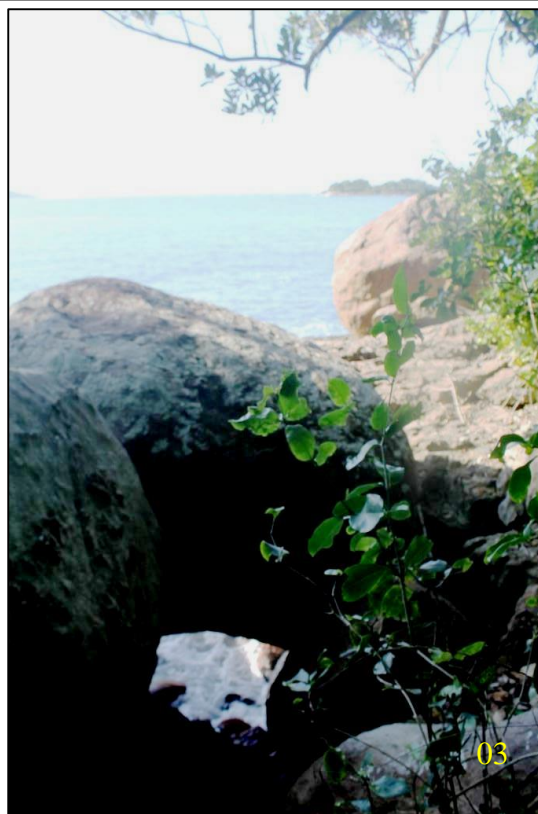
E9 - A Praia da Caçandoca mesmo. Por que assim: a praia do Condomínio do Pulso, Caçandoquinha, Raposa e Saco da Banana elas são praias que ficam em torno de algumas ilhas. Estas ilhas não deixam ondulação bater e entrar onda nestes determinados lugares. A Caçandoca é a única que tem uma brechinha, a gente fala de direções, de *swell*, a direção aonde a onda entra. Daí a de leste, que entra na Caçandoca, que é uma ondulação que é difícil de entrar, daí rola onda aqui. A gente apelidou de Canto Bravo, onde que o canto direito que dá onda.

E7 - E ai meu neto pega a bicicleta anda por aí dentro. Elas estão fazendo esta casa aqui. Aí o menino anda, aí, brinca, pula, dança. Aí ele disse. 'Vó, eu vou e já volto já'. Eu falei: tá bom. Mas ele não queria ir embora por que se ele mora aqui fica mais a vontade. Tem o quintal, tem tudo. E é assim.

As narrativas acima ilustram o olhar não somente contemplativo do quilombola sobre seus recursos, mas também a consciência da importância destes bens para seus cotidianos sejam eles laborais ou lúdicos. Tal assertiva está consoante com o que observa Tuan (2012, p. 141) ao dizer que: "O trabalhador rural não emoldura a natureza em lindos quadros, mas pode estar profundamente consciente da sua beleza".

Desta forma, vê-se que os patrimônios paisagístico-culturais do Quilombo da Caçandoca evocam, antes de sua beleza cênica, afetividades relacionadas ao suporte diário de suas atividades: a praia para a pesca, a mata para as roças, o posse conquistada para a sua permanência. Também indicam os marcos toponímicos relacionados a denominações fisiográficas (Pedra da Mesa, Ponta Grossa) e a fatos históricos (Gruta do Negro). Já o olhar visitante, turista, pode afeiçoar-se sobremaneira pelas belezas do lugar (mar, areia e mata). No entanto, ambos os olhares certificam aos recursos paisagístico- culturais do quilombo sua condição de bem patrimonial, passível de reconhecimento e medidas de proteção futuras.

Prancha 36: Patrimônios paisagístico – culturais.

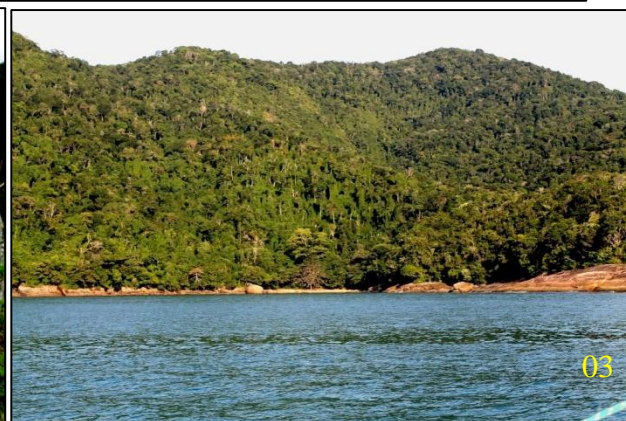


Nota: Figura 01: Pedra da Janta, matacão associado a lendas e narrativas do cotidiano dos escravos, junho de 2020; Figura 02: praça de eventos da Praia da Caçandoca. Outubro de 2020; Figura 03: Buraco do Negro, outubro de 2020; Figura 04: Ponta do Tapuá, junho de 2020; Figura 05: Ponta do Meio, junho de 2020; Figura 06: Ponta Grossa, junho de 2020.

Fonte: o autor.



Prancha 37: Patrimônios paisagístico – culturais.



Nota: Figura 01: Saco das Bananas, junho de 2020; Figura 02: Praia Brava do Frade, junho de 2020; Figura 03: Saco da Raposa, junho de 2020; Figura 04: Saco do Morcego, junho de 2020.
Fonte: o autor.

6.3.4 O patrimônio móvel: coleções, acervos e bens individuais

Por sua volatilidade, isto é, fluidez, mobilidade, não cabe neste trabalho elencar bens culturais decorrentes de coleções e acervos particulares dos integrantes do quilombo, bem como objetos isolados de posse individual. No entanto, para embasar esta categoria, bem como oferecer possibilidades de reflexões futuras, entende-se por bem abordá-la brevemente. Segundo o Iphan (2009, p. 12), os bens móveis são assim descritos:

São representados pelo conjunto de elementos artísticos, artefatos culturais e objetos relacionados com a memória individual e coletiva, possuindo como característica peculiar a condição de serem deslocados de um local para o outro. Podem estar em uso em uma residência particular, numa coleção pública ou privada, ou ainda integrado às edificações.

Izabela Maria Tamasso (2007, p. 216) os chama de “objetos biográficos”, isto é, os pertences, documentos, fotos que ilustram a trajetória pessoal e de sua família. Priosti e Varine (2007, p. 66) ressaltam que os bens móveis não se referem somente às coleções musealisáveis, “[...] mas, e prioritariamente, o patrimônio das relações cotidianas.”

Tuan (2012, p. 144) nos chama a atenção para esta categoria ao afirmar: "Os pertences de uma pessoa são uma extensão de sua personalidade; ser privado deles é diminuir seu valor como ser humano, na sua própria estimacão".

Um fato que ilustra categoria foi narrado por senhora depoente no Quilombo da Caçandoca (E3), sobre sua ida ao Guarujá, apenas para tratamento médico. Momento no qual deixou todos os seus pertences no território quilombola: "Por quando eu mudei para lá eu fui para lá não para morar, eu fui para me cuidar e voltar de volta. Quando eu fui para lá eu deixei tudo".

Em resumo, abordar os objetos móveis memoriais no Planejamento Urbano e Regional reveste-se de ética e justiça. Deve-se considerar em ações de indução ou reordenamento urbano não somente as necessidades físicas e imediatas de um indivíduo, família ou grupo, mas também as suas demandas afetivas com seus objetos. Vê-se em muitos casos de tragédias urbanas e rurais (desmoronamentos, rompimentos de barragens, enchentes, incêndios, etc.) preocupações iniciais com as moradias e bens financeiros das famílias, sem considerar as dores da perda de seus bens memoriais: as fotos da família, a

medalha da jovem adolescente, o diploma, a ferramenta de estimação, a tigela herdada, enfim, objetos do cotidiano que se revestem de afetividades e lembranças. Privar-se destes pertences, por questões traumáticas, imprime em seus detentores marcas psicológicas, emocionais, afetivas ou espirituais.

6.3.5 O patrimônio imaterial

O patrimônio imaterial, ou intangível, é composto pelo saber fazer tradicional, pelas crenças, pelo conhecimento empírico sobre técnicas, clima, receitas, benzimentos, remédios, as manifestações de ordem artística e religiosa, dentre outras. É passível de proteção por meio do registro, este o instrumento legal aplicado (SOARES, 2007, p. 37). Telles (2018, p.31) ressalta o conceito desta categoria, segundo a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial:

As práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio.

D'Elboux e Bairon (2018, p. 122) a definem como:

[...] manifestações culturais e artísticas relacionadas à identidade e à memória dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira e transmitidas oralmente, de geração em geração.

A abordagem do patrimônio imaterial em uma comunidade tradicional apresenta relação estrita com a construção e manutenção da identidade deste grupo, de forma coletiva e plural, comumente hereditária, transmitida oralmente (FONSECA, 2018, p. 84). Neste sentido um quilombola diz:

E5 - A questão é o resgate da cultura. O resgate extremamente necessário. Como minha mãe citou boa parte da comunidade, eu diria que 99% da comunidade foi retirado. Sobrou em torno de 14 famílias lá no Saco da Raposa e no Saco das Bananas. Umas 14 famílias que viviam lá neste sentido de trabalhar para o Pulso, trabalhar fora do Pulso, ou tentar a sorte na pesca, no extrativismo da banana, por que estes bananais aí são bastante antigos. Então viviam deste extrativismo. Estas 14 famílias viviam ali. Então, o retorno para dentro do território a gente fortaleceu esta questão do vínculo com a terra de novo. Então é, e eu vejo esta necessidade de resgate cultural. Então esta Festa de São Benedito que a minha mãe fala, o Divino Espírito Santo,

Nossa Senhora Aparecida, a festa de Santana, que na verdade não são festas, são confraternizações. Quando você fala festa imagina algo bem amplo. Não, são confraternizações. São Benedito é uma confraternização. Junta três, quatro famílias. Se reúnem, fazem almoço, e se alimentam, tudo mais, e depois cada um vai para sua casa. A festa mesmo que acontece é Nossa Senhora Aparecida, e a festa de Nossa Senhora Aparecida é inclusive de passado recente, por que antes tinha Nossa Senhora do Rosário, que acontecia lá na Caçandoca.

Vê-se no depoimento além da religiosidade também nuances identitárias. São presentes na invocação de Nossa Senhora do Rosário e da devoção a São Benedito, ambas usualmente eleitas como representantes do povo negro. O relato também evidencia que o patrimônio imaterial deve ser analisado em correlação seu suporte geográfico (paisagem cultural) e os marcos toponímicos (patrimônio paisagístico-cultural). Sob este tema Tuan (2012, p. 39) relaciona mitos, lendas e visões em percepções de tempo e espaço ligados aos *continuuns* da natureza, isto é, aos seus ciclos e marcos - e as demais manifestações de ordem material.

Igualmente, a manifestação imaterial depende da materialidade para ser exercida, portanto, apta a ser referenciada espacialmente: o traçado por onde serpenteia a procissão; a praça – terreiro onde se praticam as danças e as festas; a mancha de vegetação (perímetro) onde se coletam os ingredientes para receitas, remédios e artesanato. A horta e a farmácia caseira aos fundos da residência, enfim, o espaço onde a ação é planejada e praticada e suporte para seus recursos, consoante com o que afirma Halbwachs (2003, p. 133): “Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais”.

Neste sentido, foi identificado em caráter amostral no quilombo algumas manifestações praticadas: pesca tradicional, conhecimento empírico de plantio, artesanato. Schmidt (1958, p. 18) em sua pesquisa no Bairro da Maranduba, vizinho ao quilombo, pontua o saber tradicional de plantio, ligado às fases lunares "Por ocasião de lançar a rama à terra, importa ver como anda a lua." Oliveira e Fernandez (2016, p. 793), ao analisaram comunidades caiçaras fluminenses pontuam:

Também sob a perspectiva da sociodiversidade, a engenhosidade e a riqueza cultural das técnicas de manejo agrícola também são por si mesmas merecedoras de proteção e patrimonialização.

Sobre práticas ancestrais de produção, tem-se as seguintes percepções:

E10 - Todos esses fatores promoveram mudanças consideráveis - e em alguns casos radicais - dos modos de vida e nas relações ambientais e territoriais praticadas pelas populações tradicionais. Mas, em linhas gerais, alinhado ao patrimônio ambiental de que esses grupos são depositários, como você coloca, encontra-se um conjunto de saberes, conhecimentos e práticas que podem ser consideradas como um patrimônio imaterial inestimável, cultivado por gerações e ainda pouco reconhecido por instituições de estado.

E7- E as pimentas que a gente colhia. Hoje a gente não consegue pegar uma pimenta na mão. Arde, né? A gente apanhava balaios de pimenta. E nunca ardia a mão de ninguém. Balaios de pimenta malagueta, pimenta de cheiro. Tinha roças de pimenta, para os barcos levarem. Hoje em dia, eu estava agora mesmo lavando um vidro de pimenta, todo dia eu lavo ele. Você pega nele para fazer molho, ele escorrega e começa a arder.

E1 - Então tem muita coisa que a gente pode, também da cultura. Existem ainda muitas coisas: forno, roda, viravam mandioca, estas coisas todas. Isto aqui pertencia a fulano, pertencia a beltrano, e como é que faz isto, assim, assim. Então acho que as coisas são de muito grande valor...

Em relação as festividades, algumas foram introduzidas recentemente, na esteira das redes sociais da comunidade, como o maracatu, jongo, samba de roda, conforme narrado:

E4 - A gente começou a chamar o maracatu Itaomi que é de Ubatuba, para complementar a festa de Nossa Senhora Aparecida. E a gente chamou uma vez, e agora é tradição. Todo dia 12 de outubro tem que ter o maracatu junto. Eu participo do Odé da Mata, que é de Caraguá, mas o Itaomi também, pois minha vó é a Rainha do Itaomi.

E5 - O maracatu já veio o pessoal de fora das comunidades tradicionais, que, sabe, o maracatu faz parte da cultura nordestina. Mas o que a gente vem resgatando é o jongo. Existe uma menina, até agora me faltou o nome dela, que ela faz parte do fórum, e que ela trouxe o resgate do jongo dentro da comunidade. Só que o jongo que veio do Rio de Janeiro trouxe para dentro daqui de Ubatuba. Das comunidades lá do Camburi, Fazenda e Caçandoca. E este jongo carioca não tem nada a ver com o jongo paulista. O jongo paulista é praticado lá no interior de São Paulo, Tietê, nestas regiões. Então esta menina ela, esta moça, ela quer fazer este resgate cultural do jongo paulista, e não do jongo carioca. Eu acho isto muito interessante. Por que

a prática do jongo não é pratica comum desta comunidade. Nem do jongo nem do maracatu. Aqui havia umbigada, aqui havia o reisado...

Nota-se que boa parte de suas motivações estão atreladas à religiosidade do grupo. Outras mantidas ou retomadas com fervor, como a festa de São Benedito, em abril, e de Nossa Senhora Aparecida, em outubro. Ao ser questionado sobre esta categoria de patrimônio, o Entrevistado 01 relatou:

E1 - Nós aqui tínhamos festa o ano todo. Começava já dia 6 de janeiro. Não, começava dia 25 de dezembro ia até dia 6 de janeiro que era Folia de Reis depois vinha a Folia do Divino que tá passando por aí. Aí vinha a Festa de Santo Antônio, São Benedito, Sant'Ana, São João, São Pedro. É, todo isto aí, todo ano tinha festa o ano inteiro. E depois, como agora neste ainda nós festejamos São Benedito, Sant'Ana e Santo Antônio no qual dia... Nós começamos uma novena dia 5, Santo Antônio, vamos até dia 13 e dia 15 agora é a festa de Santo Antônio, né, então não parou ainda. E aí nós perdemos o, a meada do maçambique, que seria homenageado São Benedito mas aí tem o maracatu, né, estas coisas, capoeira ainda tem e a gente, vamos ver se resgata o maçambique. Por que a gente lembra bem como que era estas coisas todas, das vestes, como dançavam, assisti muito. Então vamos agora só a gente pegar a letra, para a gente levantar isso aí.

Já o entrevistado 02, narrou a retomada da Folia do Divino:

E2 - Tem, agora o Santo Antônio, que vai ser agora dia 15, dia 15 vai ter a festa. Mas antigamente tinha Santo Antonio, Nossa Senhora Santana, tinha Nossa Senhora do Carmo, São João, São Benedito, e ia indo, todo mundo festejava, agora pararam um pouco por causa da turma que viraram crente. Mas ainda teve este mês agora que tá acabando teve a Folia do Divino aqui. Veio num sábado foram embora no domingo de tarde. Mas cantou aqui. Agora estão lá no Sertão da Quina, o rapaz falou que tão lá no Sertão da Quina. Mas aquilo ali a moça chegou e falou: "H., tem a Folia do Divino, vamos trazer pra Caçandoca? Mas qual é a casa que vai cantar". Eu disse vai cantar na minha casa, canta na igreja, canta na minha casa e a Dona Rosa...

E1 – [...] quando foi ver nos cantemos em mais de dez casas aqui. E também hoje a Folia do Divino quando eles passam cantando as pessoas que viviam aqui tudo choram muito e se emocionam daí por diante.

Ainda sobre religiosidade, uma senhora quilombola descreveu seus ofícios em rituais da umbanda:

E3 - Aí eu vim para cá e tem minha prima ali embaixo, não sei se o J. já falou para você, aí de vez em quando eu vou lá, converso com ela, que ela é mãe de santo, por que a minha

companheira mãe de santo Deus já levou, era cunhada dele, aí eu, de vez em quando tenho a minha roupa, tenho meu lenço, para amarrar na minha cabeça, aí de vez em quando a gente vai para a praia, eu me arrumo. Hoje eu não posso andar muito tempo descalço, eu tiro o chinelo acompanho eles lá embaixo. Aí quando eu estou indo já, que estou vendo que tem uma coisa que não é do meu lado, aí eu vou que, mês de outubro, tem a despedida que eu faço, do final do ano. Aí o que eu estou fazendo: eu faço tudo antes de eu colocar na mesa ninguém pode pegar nada não. Eu não deixo. Aí eu coloco nos pratos tudo direitinho, cidadão aí vai despachar para mim lá. Eu estou ensinando ele já. Vai lá despacha para mim lá. E tem muito doce, as criançadas come, tem bolo, tem tudo. Isto é minha responsabilidade.

Sobre o mesmo tema tem-se outro relato:

E7 - Ela fez o ritual dela na praia, a cacique, mas pediu para não fotografar, não fazer nada lá. Acendeu os pitos dela lá. Foi muito bonito. A minha irmã é assim: eu falei para o meu marido: eu duvido que ela vai falar. Ela perde a oportunidade de falar da religião dela. Se ela não quiser assumir este negócio de espiritismo vou trazer minha filha para assumir então. Que ela dá o nome dela para identificar, que é ela dentro da comunidade. Esta minha filha que está se candidatando, meu genro também é espírita. A filha dela, virou uma bagunça agora (risos). Todo mundo é espírita agora. A outra já é. Já fez o santo dela. Vivía apanhando. Vou correr atrás do prejuízo. (risos) [...] As festas dos santos todos, quando passaram aí, todo mundo tinha festa. Tinha baile. Comemorava ainda, agora dia 25 a última festa que tinha era Sant'Ana. Era lá na estrada da Caçandoquinha. Então todas as novidades que tinham... Por exemplo: Nossa Senhora Santana caiu acho que numa quinta feira. Aí na sexta feira, dia da santa. Na véspera festejava, tinha os comes e bebes, e o outro dia era feriado. Ninguém trabalhava por que era dia da santa. Era muito respeitado, os dias dos santos. Agora ninguém nem liga mais. Eu faço ali a festinha de Santo Antônio, voltou fazer as festas de Santo Antônio, a gente reza ali na grutinha, depois a gente faz as brincadeiras no Centro Comunitário. Cada um leva um prato.

A entrevistada 03 também cita a devoção a São Benedito como herança de sua avó: "Quando eu conheci ela, já existia este oratório aqui quando eu cheguei conhecer ela já fazia festa para São Benedito, neste oratório agora você imagina quanto tempo". Sobre a orientação religiosa de matriz africana que adquiriu, também permite transparecer ações de resistência, ante intolerância de grupos do quilombo, associados a religiões evangélicas. Neste sentido, Berno de Almeida (2006, p. 80) diz:

As guerras, as perseguições e os estigmas aparecem combinados com fatores religiosos, compondo identidades que tanto afirmam territorialidades específicas, quanto estabelecem vínculos históricos que de certa maneira legitimariam os pleitos a elas referentes.

No depoimento a seguir estes embates são abordados:

E5 - Existe uma resistência por que grande parte da comunidade da Caçandoca é composta por evangélicos, sendo que estes evangélicos é a parte que eu considero pior. São os neopentecostais. Os neopentecostais geralmente são extremamente intolerantes e eles não aceitam nenhum tipo de visão que não seja esta visão assim bem estereotipada do Cristo que não tem nada a ver com o cristianismo. Então, a gente já viu casos de extrema intolerância aqui, de destruição de imagens. Por exemplo, pretos velhos que tinha ali no Centro Comunitário, destruição de imagens junto a nascente, a gente já viu isso aí. Tem esta rivalidade dentro do território. A gente vê quando eles vão fazer cultos, eles atacam as religiões de matriz africana como coisa do demônio. Então existe esta intolerância dentro da comunidade.

Um outro aspecto das manifestações culturais é representado pelas lendas, tão numerosas pelas praias deste litoral, também narrado por jovem quilombola:

E4 - Eu sei que tem histórias muito de assombração. De gente que vai acampar, que fala que vê monte de vela, caminhando assim, parece procissão no meio das casas e vê este pessoal chegando só que o pessoal nunca chega. Ouvem músicas, cantoria, mas este pessoal nunca chega. Na trilha também. O pessoal estava arrumando a trilha que era muito estreita, alargaram um pouco, que ouvia o pessoal descendo a trilha, ou subindo, falando, brincando, mas o pessoal também nunca chegava. Eram estas histórias de assombração de tinham [...]. A pesca, as brincadeiras de roda, tem as crianças que participam. Elas estão no jongo também, mas tem as brincadeiras que tentam resgatar as histórias que os antigos, as cantigas antigas. Tem as casas que eram distantes. Eu acho que as casas e as brincadeiras de roda.

Prancha 38: Patrimônio imaterial - religiosidade.



Nota: Figura 01 e 02: festividades de Nossa Senhora Aparecida, outubro de 2020.
Fonte: ARCQC.

Prancha 39: Patrimônio imaterial – artesanato.



Nota: Figura 01 a 03: produção artesanal do quilombo, ano de 2020.
Fonte: ARCQC.

Prancha 40: Patrimônio imaterial – novas manifestações.



Nota: Figura 01 roda de coco, novembro de 2018; Figura 02 e 03: apresentação de maracatu, maio de 2018; Figura 04: oficina de samba de roda. Dezembro de 2018; Figura 05: oficinas de ritmos tradicionais, novembro de 2018.

Fonte: o autor.

Prancha 41: Patrimônio imaterial – ofícios tradicionais.



Nota: Figura 01 e 02: pesca tradicional, entre gerações, julho de 2020; Figura 03: 'Tiguera', local de roça antiga. Janeiro de 2018.

Fonte: o autor.

Figura 04: barrear de parede. Dezembro de 2017.

Fonte: Mario Gabriel do Prado

6.4 O Quilombo como patrimônio cultural

Ao elencar nos tópicos anteriores as categorias de patrimônios (arqueológicos, edificados, monumental e artístico, imaterial, paisagístico- cultural e móvel), entende-se por bem abordar o quilombo como um patrimônio em si, balizado por impressões colhidas, conforme descrito:

E5 - Por que ser quilombola não é o lugar. É que nem eu falei: o patrimônio mais valoroso do território é o quilombola. É o ser humano. Este ser humano não pode ficar preso a um pedaço de terra.

Composta pelos conjuntos citados e por cada bem individual, a comunidade tradicional, ao ser incluída nos estudos e inventários municipais e regionais, apresenta-se como bem cultural, com forte atratividade turística, educacional e artística. Sobre este olhar observa Freitas Monteiro (2020, p. 383): “Os quilombos são parte de um patrimônio territorial e cultural amplo, enredado e complexo, muito ainda desconhecido pelo Estado e pelos órgãos oficiais”. Sob o mesmo viés explana Eduardo Rodrigues Alves (2020, p. 158):

Assim, o conceito de comunidade quilombola, ou comunidade remanescente de quilombo, se insere no âmbito dos patrimônios culturais (que podem ser materiais e imateriais) produtores de identidades e de territorialidades. É preciso perceber que as comunidades possuem e ao mesmo tempo são patrimônio cultural, uma vez que possuem elementos em sua paisagem e em sua formação histórica que as diferenciam umas das outras; e que são, antes de mais nada, patrimônios da história e da cultura brasileira.

Desta forma, entende-se que o quilombo da Caçandoca (e demais núcleos tradicionais de Ubatuba) compõe o repertório cultural e turístico municipal, em potencialidade que extrapola a percepção e filia dos seus integrantes, sejam quilombolas, indígenas ou caiçaras. A sua valorização patrimonial pode proporcionar cenário favorável a autonomia e empreendedorismo, além de publicidade de suas manifestações. Soma-se o posicionamento de defesa ante ações hegemônicas de ordem social e capitalista (PRIOSTI; VARINE, 2007, p. 62). Oliveira (2020, p. 325) diz:

A luta pelo reconhecimento e defesa dos patrimônios (materiais e imateriais) da diáspora africana expressam histórias e memórias invisibilizadas e apagadas pelo imaginário colonial eurocêntrico que, infelizmente, ainda se perpetua em nossa sociedade. Pensar em africanidades no Brasil é pensar as Áfricas que nos formaram enquanto sociedade, nação e território.

Em conclusão, reitera-se que o repertório patrimonial de um território quilombola compõe o rol cultural do município e dos bens comuns à nação, e é integrante do processo civilizatório brasileiro. Contribui para a trajetória de luta desta comunidade, tanto em defesa de seu território quanto de suas manifestações. Neste sentido Alois Riegl (2014, p. 41) destaca atos e manifestações materiais e imateriais derivadas de gerações passadas que atuam como parte dos próprios atos dos habitantes de agora. Adquirem um valor na atualidade. Baliza-se tal assertiva, por exemplo, em relato de quilombola:

E5 - Como eu falei, o principal patrimônio é o ser humano quilombola da Caçandoca. Este é o principal patrimônio. Por que sem ele tudo isso não teria o menor sentido. Nem a desapropriação, estes sítios arqueológicos, nada disto teria sentido sem o ser quilombola, o ser humano. Este para mim é o principal patrimônio. Que precisa de tudo e ao mesmo tempo que tem tudo, ao mesmo tempo precisa de tudo [...]. Mas o principal patrimônio mesmo é o quilombola. Por que sem o quilombola ia acontecer que nem no São Francisco³⁸, fica só para visita. Não tem sentido. Que nem diz uma liderança do Campinho, o R.: 'A gente está de saco cheio de ficar sendo exposto em museu.' Por que você vai sempre tem alguma coisa lá, ou da África, ou do Egito, a gente não quer virar peça de museu. A gente quer ser protagonista de nossa história.

As lutas dos escravos se mesclam com a luta dos seus descendentes, agora. Os seus testemunhos (ruínas, memórias, lendas, narrativas) são inseridas nas ações dos dias de hoje. Os depoimentos a seguir alicerçam tais afirmações:

P - E o que a senhora considera tradição do quilombo?

E7 - Acho que tradição para nós é a nossa vivência. Da continuidade do que a gente era do começo, até o fim. Todo mundo quisesse viver que nem a gente era antigamente, ia ser muito melhor. Por que pode fazer isso. É o que eu falo para o senhor. Depende das pessoas quiserem. [...] Olha moço. Não sei explicar o que considero. Acho que para mim patrimônio é esta terra aqui. Não tem outro patrimônio melhor que estas terras. Isto aqui é uma coisa que você vai viver, morrer, ficar ai. Nunca vai se acabar. Então, é um patrimônio, né?

E9 - Eu acho o que mais as pessoas tem como patrimônio é a origem. É a cor das pessoas, é a cultura que eles carregam. Se a gente for falar sobre o que tem de patrimônio cultural que existe hoje em dia tem muito poucas coisas. Tanto que eu mesmo conheci poucas, que era a dança, brincadeiras de roda, mas vivenciar isso hoje é muito difícil. Então é muito do que as pessoas carregam, e não do que elas praticam. Que é um ponto de cultura dentro da comunidade.

³⁸ Sítio arqueológico, um atrativo turístico de São Sebastião, SP, desabitado, relativo à diáspora africana.

Isto posto, o rol de patrimônios identificados demanda possibilidades de fruição, além de responsabilidades de zeladoria permeadas por viés autônomo, desejo de manutenção e transmissão, ações exercidas pela comunidade detentora, aspectos abordados na próxima seção.

7 TRADIÇÃO E LUTAS: A APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Vivendo sob constante exposição à apropriação do trabalho e da terra, à espoliação, exclusão, e segregação, comunidades negras no campo e na cidade, sobretudo em favelas e periferias, desenvolveram métodos de gestão econômica de recursos limitados para ser eficiente em assegurar a sobrevivência de famílias, territórios e comunidades. Tais experiências históricas resultaram, e resultam, em uma diversidade rica de saberes econômicos, de imaginação e técnicas econômicas, de formas de gestão de recursos materiais e imateriais, de maneiras de organizações territoriais.

Priscilla Vaz

Nas seções anteriores foram abordadas trajetórias de ocupação no Litoral Norte paulista, a formação de identidades caiçaras e quilombolas e suas resultantes em comunidade de afro-brasileiros da Caçandoca, bem como seus legados patrimoniais decorrentes dos processos regionais e locais elencados.

Vistos também processos econômicos e sociais que buscam a apropriação dos recursos comuns ao povo brasileiro para destinar a projetos de cunho acentuadamente especulatório, representado pela privatização do espaço e confinamento das classes menos abastadas em parcelas desfavoráveis de ocupação.

Em contraponto, formaram-se manifestações de resistência ante estas ameaças de ordem capitalista, na forma de associações, redes sociais com organizações não governamentais e atuação de órgãos públicos com o objetivo de garantia de posses de territórios, infraestrutura e serviços bem como o direito a fruição de seus recursos ambientais.

Neste sentido, esta seção busca abordar o olhar sobre preservação e tradição, coligado a análises de desenvolvimento em comunidades tradicionais, correlacionadas com a possibilidade de uso dos patrimônios culturais anteriormente elencados. Tal viés justifica-se pela necessidade de visualizar tais temas sob a ótica da comunidade da Caçandoca em colaboração com demais grupos tradicionais, além de propor reflexões sobre as potencialidades dos recursos ambientais para fomento de desenvolvimento individual e coletivo.

Propõe-se reflexões sobre potencialidades de utilização das categorias de patrimônios culturais do Quilombo da Caçandoca. Abre-se também possibilidade de serem presentes em demais comunidades tradicionais do Litoral Norte de São Paulo: demais quilombos, bairros caiçaras, os grupos indígenas atuais (guaranis em Ubatuba e São Sebastião), os bairros formados por migrantes, a memória operária que

porventura possa existir em grupos laborais de atividades econômicas de outrora, dentre outros.

7.1 Preservação dos bens ambientais quilombolas: tradição baseada em lutas, dos antepassados e cotidianas

A organização de uma comunidade tradicional em forma de associação e em rede com demais territórios tradicionais, ONGs e colegiados indica caminhos de efetiva participação. Ações não somente em caráter reativo, mas preventivo, diante de empreendimentos e políticas governamentais que aflijam o ambiente cultural e natural, sem embasamento técnico criterioso sobre os impactos negativos possíveis.

Este rearranjo de base comunitária incluiu na agenda de reivindicações a oportunidade de gerenciarem seus recursos ambientais (conjunto de bens naturais e culturais), para atendimento de suas necessidades funcionais e simbólicas, vetores de desenvolvimento local e regional. Este cenário pode ser correlacionado com o que observa Amartya Sen (2010, p. 18):

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Este engajamento reveste-se da necessidade de apoderar-se dos seus recursos ambientais sob gerência colaborativa com o poder público. Tem-se em vista que este repertório de patrimônios comumente é composto por bens de uso comum da nação (nichos florestais, geológicos, paisagísticos, arqueológicos, etc.) (DIEGUES, 2001, p. 49). Tal cenário, de gestão participativa do território é assim descrito por Klaus Frey (2004, p. 123):

A concepção da governança interativa é, portanto, orientada pela lógica governamental. Reconhece, porém, a importância de criação de novas estruturas interativas, não apenas com o intuito de tranquilizar ou reprimir o protesto social, mas, antes de tudo, com o objetivo de reinventar as formas de gestão no sentido de transformar os atores da sociedade em aliados na busca de melhores resultados, tanto referentes ao desempenho administrativo quanto em relação ao aumento da legitimidade democrática. Busca-se com isso canalizar e direcionar as forças sociais para auxiliar a gestão pública.

A co-gestão de bens ambientais, sejam eles de ordem material ou imaterial, possui forte implicância no Planejamento Urbano e Regional. Embora tais bens estejam sob posse de uma comunidade específica, em seu suporte territorial, sua manutenção reveste-se de interesse público (SOARES, FARIAS, 2018, p. 151).

Tal gestão colaborativa habilita nas comunidades tradicionais o papel de fiéis depositárias de bens ambientais (BERNO DE ALMEIDA, 2002, p. 76) para utilização própria assim como à sociedade em geral. Neste sentido dois agentes públicos, em seus depoimentos, explicam:

P - Há um pressuposto visto em literaturas consultadas de que comunidades tradicionais são fiéis depositárias de patrimônios ambientais (naturais e culturais) e que contribuem com sua ocupação vernácula para a preservação destes recursos. Na sua visão, em relação ao quilombo da Caçandoca e a outras comunidades nas quais trabalhou, isto se confirma, ainda que em linhas gerais?

E10 - Sem dúvida, sim. Há um elemento palpável que se verifica em grande parte das comunidades quilombolas, tradicionais e povos indígenas: o grau de preservação ambiental que apresentam é, normalmente, muito maior dentro de seus territórios do que nos entornos. O que gera tal preservação não é uma suposta "não-intervenção" humana nesses ambientes, mas ao contrário, um modo de antropização do ambiente que é específico desses grupos, e que em geral é um fator não apenas de preservação, mas de promoção de biodiversidade. Um exemplo bastante recorrente no estado de São Paulo (com maior predominância no Vale do Ribeira, mas também presente no Litoral Norte) é a técnica da agricultura de coivara, historicamente muito difundida entre as comunidades quilombolas.

E11 - Sem dúvida, ainda que em muitos casos seja perceptível a imersão de tais comunidades nos usos e costumes da sociedade hodierna, em sua essência ainda preservam seus saberes peculiares e sua herança cultural.

Além das práticas de baixo impacto conforme ressaltado pelos depoimentos acima, há também mudanças de comportamento que podem se traduzir em medidas protecionistas, como por exemplo, o abandono da caça, conforme relatado por uma senhora quilombola:

E3 - Agora eu estou aqui no meu serviço e eu vejo um bicho comer o milho, acabou, vai embora, a cotia vem, vai embora. Mas antigamente não. Aquilo ali que estava feito era a ceva, para os bichos virem comer, para ir lá matar e sustentar nós. Era com isto que a gente se sustentava de primeiro.

No entanto, não há de se padronizar as práticas quilombolas como essencialmente preservacionistas, pois como em toda comunidade ações destoantes e contraditórias são exercidas, conforme pode-se aferir no relato abaixo:

E7 - Aí você tem a terra, você tem tudo e fica aquela confusão. Se você derrubar uma árvore, fazer alguma coisa, você é multado. Mas as vezes as pessoas são multadas, por que elas abusam. Eu graças a Deus até agora não fui multada aqui. Não abusei, né? Mas antigamente tinha este contratempo, para você fazer a roça, botava fogo, fazia os aceros. Ai o fogo passava par a roça do outro, aí alguém ia lá fazer queixa. Mas, não que nem agora. Agora o pessoal vem, eles não tem respeito com nada, este povo que mora aqui não tem respeito por nada.

Porém, parâmetros gerais de lida com seus recursos, comumente em sintonia com a manutenção de estoque garantidor para tempos futuros, são observados. Neste sentido Priscila Vaz (2020, p. 399)

Tampouco devemos essencializar ou homogeneizar as experiências socioeconômicas e territoriais das comunidades negras. O que quero enfatizar aqui é apenas a posição estruturalmente diferenciada da população negra, em relação à população branca no sistema capitalista racial, o que resulta em experimentações econômicas próprias de uma população que teve que lidar com a limitação imposta de acesso a recursos, oportunidades, e políticas públicas.

Este cenário de co-gestão e salvaguarda destes bens pela comunidade local e para a sociedade em geral reveste-se de garantias de manutenção destes recursos. Tanto para fruição atual bem como para a posteridade, sob empréstimo de um termo muito em voga e com diversos vieses: sustentabilidade.

Não será objetivo desta seção discutir a validade de tal conceito, diante das diversas matrizes à ele associadas e expressões interrogativas recorrentes que ainda prevalecem, conforme observa Acselrad (1999, p. 79-80): " A noção de sustentabilidade está submetida à lógica das práticas: articula-se a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva".

Portanto, insere-se o termo sustentabilidade sob a ótica das comunidades tradicionais abordadas, segundo seus valores e demandas expressos. Para estes grupos o desenvolvimento econômico estaria baseado na autogestão e autossuficiência, o que Acselrad (1999, p. 79) conceitua como autorregulação comunitária. D'Elboux e Bairon (2018, p. 132) ressaltam que a Convenção da Unesco para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Paris, 2005 tem

entre seus princípios diretores "[...] a complementariedade dos aspectos econômicos e culturais do desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável."

Esta autogestão pressupõe também atuar no fortalecimento da cultura local e de suas manifestações (LIXINSKI, 2018, p. 63) e pode propiciar subsídios para a compreensão e garantia do território. Bem como, identificar alternativas apropriadas de produção agrícola e conservação da natureza, em uma região deprimida ou estagnada economicamente (OLIVEIRA; FERNANDEZ, 2016, p. 794; DIEGUES, 2001, p. 52; FERRÃO, 2004, p. 137). Estas práticas autônomas se estendem também ao tomar o patrimônio ambiental *stricto sensu* como vetor de desenvolvimento. Neste sentido Ignacy Sachs (1986, p. 10) explana:

O ambiente é, na realidade, uma dimensão do desenvolvimento; deve, pois, ser internalizado em todos os níveis de decisão. De fato, os problemas de recursos, energia, ambiente, população e desenvolvimento só poderão ser corretamente percebidos quando examinados em suas relações mútuas, o que implica um quadro conceitual unificado de planejamento.

Desta forma é preciso considerar o desenvolvimento com justiça social baseado em preceitos de atendimento as necessidades do indivíduo. Insere-se, a garantia de seus direitos básicos em associação com a preservação do meio circundante, para proporcionar a fruição pelas gerações futuras (ANDRADE, 1997, p. 49; DIEGUES, 2001, p. 76).

Outro aspecto relacionado à sustentabilidade de um bem ambiental (seja em conjunto ou individual) refere-se a ações protetivas a estes recursos, tanto na forma de prevenção quanto aquelas relacionadas a manutenção, para herança às gerações futuras (SOARES; FARIAS 2018, p. 153). Neste sentido tem-se o depoimento de quilombola da Caçandoca:

P - Sr. A., para o senhor qual o desafio de preservação deste patrimônio, sendo o arqueológico, o paisagístico que é a praia, e as manifestações chamadas folclóricas?

E1 - O maior desafio hoje como mudou tudo é, a sustentabilidade da comunidade. No momento que eles tiveram as condições de sobreviver, decente, isso vai colaborar com a preservação. Vai ter tempo da comunidade estar ajudando a gente neste trabalho. É um desafio, mas eu garanto que eles vão entender, o governo também vai entender por que hoje o governo só cobra, não dá uma saída. Você não pode fazer mais isso, mas isso você vai poder fazer.

Em outro depoimento, este de gestor público, também foi narrada a correlação entre permanência/herança e bens ambientais:

E10 - Em suma, a contribuição das comunidades tradicionais para a criação desse patrimônio ambiental e cultural (que se faz atrelada a um conjunto de saberes que é, também, um patrimônio imaterial) me parece inquestionável. Porém, em diversos territórios se verifica uma desarticulação dessas práticas e saberes, e consequências muito variáveis das transformações históricas dos territórios e suas populações, o que sem dúvida afeta em alguma medida a continuidade dessas práticas no mundo contemporâneo.

Mantovani de Oliveira (2008, p. 106) aferiu que nos quilombos de Ubatuba a noção de desenvolvimento sustentável é decorrente de cenário no qual: se tenha renda para todos; que as atividades econômicas sejam praticadas pelos moradores; que estimulem a volta dos que foram morar em outras localidades (até imbuído de desejo de reconstrução de laços familiares - mães que desejam a volta dos filhos) e que as atividades econômicas sejam realizadas com correto aproveitamento dos recursos locais.

Os pontos acima elencados inserem-se fortemente em análises de Planejamento Urbano e Regional, ao serem consideradas questões como sistemas tradicionais de manejos de recursos (frequentemente de caráter comunitário), aumento ou decréscimo demográfico e consequente desorganização social (DIEGUES, 2001, p. 93). Sobre condições de trabalho, fixação de seus moradores no território do Quilombo da Caçandoca e sua correlação com o termo sustentabilidade, foi relatado:

E1 - O maior desafio hoje como mudou tudo é, a sustentabilidade da comunidade. No momento que eles tiveram as condições de sobreviver, decente, isso vai colaborar com a preservação. Vai ter tempo da comunidade estar ajudando a gente neste trabalho. É um desafio, mas eu garanto que eles vão entender, o governo também vai entender por que hoje o governo só cobra, não dá uma saída. Você não pode fazer mais isso, mas isso você vai poder fazer.

P - Não sei um exemplo em relação, eu acompanho o Facebook do quilombo e aí o senhor H. falou que não pode fazer mais a roça, mas de repente uma alternativa que o senhor estava falando de repente é a jussara, é a fazenda de mexilhão, neste sentido?

E1 - Sim, neste sentido, e tem outras coisas que podem ser feitas, é, sem depredar nada. Só que no momento que a lei ela proíbe ela não abre uma porta, não dá uma saída. E a saída que nós temos, nós temos que ter ajuda, tem que ter a participação do governo. Sem a participação do governo a gente não consegue. Por que vamos fazer uma pousada, precisa a participação do governo. Não temos como pagar uma planta, né, o engenheiro, o arquiteto, daí por diante. Nós não temos como fazer isso. E com a participação do governo a gente

tem a mão de obra. Uma coisa meio caminho andado. Tem o território para fazer. Mas não tem a parte técnica, não tem a parte de investimento e no momento que o governo não deixa você fazer a roça, não deixa você pescar ele tinha que fazer do outro lado para a comunidade não dispersar e também não deixar este valor acabar. Por que na retirada da comunidade, as pessoas isso tudo se acaba, aqui vira condomínio. Então nosso desafio hoje é esse por que o governo tem que entender que se ele afirma um povo deste aqui 130 famílias no território ele está dando educação, ele está dando moradia, ele está dando alimentação e isso aí ajuda o governo não o pessoal sair e dar dificuldade lá fora, esta dificuldade, vão fazer favelas, vão pegar o que não é deles, isso que é o pior. Então o governo ele pensa assim, façamos de conta, que ninguém vive sem dinheiro. Por que eles querem, você não pode fazer nada sem uma planta, por que você é embargado daí por diante. Mas quem vai fazer a planta? Nós quilombolas? Nós não sabemos fazer, né. Agora no momento que o governo disser assim "Olha, nós vamos fazer nossa parte, por que tudo que a gente vai fazer precisa de técnico, precisa disto aí. Então se precisa, o governo tem que ceder. Então um de nossos desafios hoje é manter a comunidade aqui dentro.

No mesmo viés uma senhora quilombola da Caçandoca descreve sobre oportunidade de trabalho e preocupações com o esvaziamento demográfico do quilombo:

E3 - Podia estar criando que nem ele (seu filho, presente à entrevista) está fazendo, podia estar plantando, entendeu? Podia trabalhar, fazer alguma coisa assim, para vir para o quilombo, para sobreviver. Só que aqui é difícil. Ele mesmo trabalha, eu já estou comendo banana que ele plantou, então se todo mundo fosse que nem ele, pensasse, acho que a coisa seria muito mais melhor. Por que não adianta, eu sou quilombola eu estou indo para lá, vai para lá aonde? Para a casa de quem? Alguém deixou alguém aqui para fazer? Não. Vem pra casa do papai e da mamãe. Mas não é isso que a gente quer. A gente quer que eles venham, todo mundo não vai segurar ninguém para não sair, para trabalhar. Trabalha lá na sua casa. Não tem um ônibus, não tem uma bicicleta, nós andávamos de pé. Nós não estamos aqui? Criava ferida nas pernas de furar nos matos. Não podia voltar para cá para fazer o mesmo, só que não, eles fazem e lá mesmo fica. E depois retorna, ah, vou no sítio da minha mãe. Mas não foi para isso que eu vim para aqui, foi fazer sítio para eles morarem e queria que eles fizessem um sítio para eles morarem e deixar para os filhos deles, para os netos que estão vindo. Porque a geração não acabava. Aí eles sentavam, contavam a história para os filhos, por que nem o J., no dia que ele casar, ou não casar, se aparecer alguém na vida dele se ele tiver um filho, ele já tem história para contar. Por que ele está me ajudando a criar galinha, ele está me ajudando a criar ganso,

entendeu? Então (inaudível) foi do tempo da minha mãe que eu criei e está aqui. 'Cadê sua mãe? Minha mãe já morreu.' A história do meu pai e da minha mãe. Então é isso que eu espero que daqui para frente que alguém que tenha vontade, que venha para aqui que faça alguma coisa, para segurar por que a gente não veio aqui para ficar a vida toda. A gente veio aqui para passear. A gente veio aqui para passear.

P - A senhora acha que as pessoas poderiam trabalhar tanto no quilombo, mas se tivesse oportunidade, ou melhores condições elas morarem aqui, trabalharem na cidade e voltar, seria tranquilo, não é?

E3 - Tranquilo, tranquilo por que ai, aqui, a gente um dia não sabe se a gente vai pagar imposto mas uma coisa que não irá demorar para pagar uma água, pagar uma luz, tinha mais motivo de conforto neste vai e vem. Só que ter uma casa na cidade é bom. Ter uma casa na cidade até eu queria uma casa na cidade. Mas só que a casa da cidade não vai ter o conforto que a gente tem aqui. A gente mora no meio do mato mas a gente tem o conforto da gente. O sacrifício da gente aqui é o médico, alguma coisa. Mas você pode ver que a gente tem uma vida melhor aqui por que aqui você levanta de manhã não tem ninguém batendo na sua porta...aqui não. Então é isso que eu quero deixar para meus filhos. Eles querendo viver, como eu tenho fé em Deus como eu vou acabar minha vida no meio aqui onde eu estou, é uma oportunidade que Deus está dando. É difícil dizer isto mas é a realidade. Por que meus filhos que estão criando os filhos dele, os meus netos que estão criando lá, tem vezes que eles tiram o sapato e tem medo de por o pé no chão. Por que os filhos, os meus netos não aprenderam a vida que a gente leva aqui. Porque quando a gente era criança aqui a gente não tinha este negócio de chinelinho, não tinha nada. Tinha que pisar com o pé no chão. Agora se você for por, ai eu não vou na casa vovó por que eu vou ter que pisar no chão.

Sob o mesmo olhar outro integrante opina:

P - Para você o que seria um conceito de sustentabilidade na parte da economia, no Quilombo?

E8 - Na comunidade, eu falo para as pessoas, que infelizmente, hoje, não está havendo ainda, muitas famílias na época que saíram da comunidade elas estão com a veia ainda na cidade. Então a dificuldade de vir para cá para o quilombo, como tem uma certa dificuldade muitos não aderiram a isto. Mas vir para cá, a comunidade se autossustenta. Tem cinco praias dentro do território. A pessoa pode viver da pesca, ela pode viver da maricultura, se não é coletivo ela pode fazer individual. As trilhas como a gente falou, artesanato, então tem várias formas e fontes de renda que dá para fazer aqui sem depender do turismo de alta temporada. Eu mesmo estou morando hoje no território e minha esposa trabalha fora. Mas a fonte maior de sustento da minha casa sai aqui do território. Que a pesca, as trilhas que eu faço, o monitoramento, então tiro meu sustento maior aqui.

P - Em relação ao poder público é só com a prefeitura ou tem algum outro órgão que vocês têm...

E8- A comunidade ela depende de várias. As comunidades quilombolas dependem de vários órgãos como o Incra, o Itesp, o

Ministério Público, ações diretas do Governo Federal, e hoje a gente está num momento que não é propício para nenhum lado. Nem no governo do estado, nem no governo federal. E, estes órgãos Incra, Itesp, recebem recursos do governo federal, estão praticamente a zero. Então a comunidade... A intenção agora mesmo é fazer gestão do território, para que o território produza uma renda para que a comunidade comece a andar, por que os projetos de geração de renda, de atenção e locomoção dos membros da diretoria poderem fazer algumas atividades tem que sair daqui do território mesmo. Base de governo estadual ou federal com certeza, provavelmente não sai tão cedo.

Vê-se nos depoimentos acima que os colaboradores entendem que assegurar aos quilombolas as condições de trabalho, seja no território ou na cidade (com possibilidade de retorno seguro e confortável ao fim de cada dia) contribui para um cenário de preservação da comunidade e de suas manifestações culturais. Tal cenário estaria representado pela manutenção das condições demográficas favoráveis. Igualmente, pela oportunidade de praticar no território as atividades laborais vernáculas ou atuais, em consonância com preceitos ambientais que permeiam as redes sociais que envolvem comunidades tradicionais, movimentos sociais e culturais.

Entende-se que o desenvolvimento sustentável, sob a ótica das comunidades envolvidas, prescreve também a preservação, autonomia e fruição de seu patrimônio natural e cultural, que pode ser possível a partir de vieses pedagógicos, artísticos e econômicos de base comunitária.

Falar em preservação, no seio de comunidade que carrega forte herança ancestral, é tema desafiador. A comunidade da Caçandoca representa boa parte da trajetória histórica do Litoral Norte paulista, em conexão com o Brasil e o Atlântico (ao considerá-la polo da diáspora africana no século XIX) assim como no decorrer dos novecentos e até os dias atuais. Além de seu legado traz consigo avidez por mudanças seja na forma de melhorias urbanísticas, de infraestrutura e em reivindicações dos mais jovens para mudanças internas, de ordem social e cultural.

Portanto, pensar em tradição e preservação como simples apego ao passado e manutenção forçada das condições de outrora é negar a esta comunidade a oportunidade de participação nos debates atuais. O direito às mudanças e benesses do presente bem como aspirações ao seu futuro.

Os quilombolas da Caçandoca trazem consigo não somente as manifestações do passado como legado tradicional. Esta comunidade é nascida da prática escravocrata; forjada na peleja cotidiana de subsistência da pós-abolição; confrontada

e violentada na sanha capitalista imobiliária e calejada nos embates atuais. Portanto, tem como tradição, sobretudo, a luta. Respalda esta afirmativa o depoimento de jovem quilombola, ao dizer:

P - Desde a época dos escravos, é luta mesmo.

E7 - Luta, luta. É a escravidão de novo, como eu falo. Por que a luta continua. Mas se fosse assim, por exemplo, só aqui no meu quilombo, eu até me conformava só que é nos quilombos em geral.

Assim, conceitos de tradição e preservação devem ser observados sob forte autonomia desta comunidade em relação aos seus bens. Que tenha condições de decidir o que manter, crescer, modificar ou suprimir em relação aos seus recursos, tendo em vista as novas percepções de seus indivíduos e de grupos internos. O conceito de tradicional carrega não somente a ancestralidade e memórias de fatos passados, mas reveste-se também das práticas atuais de luta, resistência e identidade (BERNO DE ALMEIDA, 2006, p. 25).

Propõe-se, portanto um conceito de preservação do patrimônio cultural tendo em vista a garantia de permanência destes bens ou legitimidade para sua transformação. O ato de preservar poderá ser efetivamente exercido mediante três características (Esquema 03):

- a) zeladoria: ações de vigilância (estatal e comunitária), divulgação, prevenção a riscos, manutenção e restauração de determinado bem para o presente e gerações futuras;
- b) autonomia: garantia de condições favoráveis de gestão destes bens pela comunidade. Que esta encontre terreno propício para decidir pela conservação, adição, supressão ou transformação de determinado bem cultural. Em consonância, com preceitos exarados por diplomas regulatórios que transcendem a atuação da comunidade detentora. Esta autonomia estende-se não somente para fins lúdicos assim como para fins laborais, na condução cotidiana de seus pequenos negócios ou de suas atividades autônomas - comércio, pesca, lavoura (TUAN, 2012, p. 98).
- c) fruição: ação necessária à preservação, composta por conhecimento de seus bens e uso compatível pela comunidade detentora assim como a visitante.

Esquema 03: Componentes de um processo de preservação.



Fonte: o autor

7.2.1 Zeladoria

O conjunto de bens ambientais de uma comunidade demanda planos e ações para a garantia física (bens materiais) e de execução (liberdade de exercício de manifestações imateriais). Ressalta-se que estes contextos se permeiam, tendo em vista tanto o suporte físico quanto o conhecimento intangível.

Para maior eficiência estas ações de salvaguarda devem ser realizadas sob ação conjunta do poder público, de forma articulada com todos seus instrumentos de proteção e com a comunidade detentora, para contribuição desta e seu efetivo engajamento (TELLES, 2010, p. 35; GALLO, 2006, p. 115).

Referente a bens materiais e paisagísticos, sua conservação demanda ações desde o momento de sua eleição como elementos patrimoniais: fadiga de elementos constitutivos; bioturbação; agressões do clima; vandalismo; mau uso; desuso. Alois Riegl (2014, p. 51) assim descreve estes desafios:

Tão logo o objeto individual, elaborado pelo homem ou pela natureza, esteja enformado, começa a atividade destruidora da própria natureza, isto é, as forças mecânicas a químicas tendem a desagregar

novamente os indivíduos em seus elementos, a fundi-los novamente na natureza amorfa.

Em específico a zeladoria constante em bens de natureza paisagística (com engajamento da comunidade detentora do Quilombo da Caçandoca) tem-se o seguinte relato:

E9 - Por que a gente não estava trabalhando só com surfe: a gente pegava uma vez por mês e recolhia lixo da praia, daí foi mudando a cabeça da molecada. As pessoas mais velhas: 'ah, não é só surfe. É conscientização ambiental. É preservação de patrimônio.'[...]E antes de eu começar estas coisas de educação ambiental, de mostrar para eles quanto tempo o lixo demora para se decompor, eles irem lá e cuidarem da própria praia. Eles tinham aquele hábito de irem no bar, comprar bala e jogar o papel em qualquer lugar. Eles não tinham este conhecimento, esta conscientização. E depois que eu dei esta palestra, a gente começou a fazer estas coisas mudou muito. Eles guardam no bolso, olham para mim, dão risada e falam 'vou jogar no lixo'. Então dá para ver que alguma coisa está diferente. Transformou a vida deles em algum aspecto.

Martha Helena Loeblein Becker Morales (2014, p. 33) chama a atenção para dimensões a serem observadas em políticas de preservação: a impossibilidade de se ter registrado ou preservado tudo o que o passado derivou; a diferença entre o que se passou e o que foi relatado e os valores expressos pela testemunha e pelo ouvinte, no momento da eleição de determinado patrimônio.

Ações de zeladoria devem ter em vista também as percepções do presente, derivadas da comunidade detentora, “[...] um constante diálogo entre as inovações, as permanências e a autenticidade” (GALLO, 2006, p. 97). Neste sentido tem-se o depoimento de quilombola da Caçandoca:

E5- Agora, patrimônio físico, entendo que a principal ruína é aquela lá da Lagoa, que está bastante preservada, é aquela ruína do Saco do Morcego, que são patrimônios que precisam ser tombados, que estão sendo depredados, muito depredados mesmo. Acho que isto é uma questão de urgência, estes dois sítios arqueológicos aí, e este nichos dentro da comunidade, estas covas de casa que a gente já viu. Que muitas vezes a própria comunidade não tem conhecimento. Muitos que estão chegando agora não conhecimento destes nichos. Então havendo esta possibilidade como você já informou e você vai colocar em pauta lá na reunião, sobre a possibilidade deste curso, para a própria comunidade ter noção deste espaço que ela possui, que ela não conhece.

Referente ao exercício de manifestações imateriais deve ser considerada sua dinâmica histórica, mutável e provisória dos patrimônios sob "natureza fluida e de

produção e reprodução de saberes" (VARELLA, 2018, p. 305). Deve ser proporcionada mediante garantias tanto de estoques de matérias primas (recursos minerais, faunísticos e florestais); de suporte físico (franquear acesso a edificações, praças, terreiros, traçados); liberdade de expressão (combate a censuras, preconceitos) e hereditariedade (transmissão do conhecimento a aprendizes), o que Rodrigo Vieira Costa e Frederico Augusto Barbosa da Silva (2018, p. 378 p. 378) conceituam como "solidariedade intergeracional". Sobre este tema uma depoente da Caçandoca relata:

E7 – ‘Mas a senhora sabe fazer?’ Eu sei. Se eu tiver café para colher, comprar o pilão e faz. Tranquilo, falei para elas. E falei para minha neta antes de ontem que a gente fazia o café, ela queria saber. Expliquei para ela como fazia o café. Ela diz: vó, conta alguma história da senhora, do quilombo? E eu fico falando. Então. Tem que ter a vivência, por que um dia que a gente não existir mais pelo menos alguma coisa eles vão ter que lembrar, né? Impossível. Alguma coisa tem que relembrar. [...] Agora a vivência de agora, por exemplo: estas meninas que moram, estas meninas moças, se você for falar coisas lá atrás, eles escutam meia hora. Se o senhor for fazer entrevista não sabem do quilombo. Por que eles não prestam atenção no que a gente fala. Não acreditam que, ‘ah isso é tudo balela que estão falando’. Isso não existiu aqui. [...] Eu falo para meu marido, olha como está diferente as coisas. As vezes minhas filhas, eu tenho três filhas, e tenho três genros que são meus filhos. Eu converso com minhas filhas e elas entendem tudo. Já sabem da história melhor do que eu já. Então, quer dizer, tudo o que eu falo para elas, filha, antigamente era assim, assim, elas acatam. Eu estou com uma filha que está saindo para vereadora lá na Ilhabela e elas acatam a história da gente. Para levar para contar.

Neste relato outra liderança feminina do quilombo nos diz:

P - Dona I., em relação ao futuro, como a senhora vê o futuro do quilombo?

E3 - Olha, eu espero para mim, para mim como eu, na presença sua e de meu filho, espero que o final do quilombo vai ser uma coisa muito especial, para deixar alegria para todo mundo. Por que a luta que a gente tem eu não vou deixar jogada. Até agora eu estou com 76 anos a minha luta eu estou passando para meus filhos, entendeu? Então eu quero que essa luta ninguém esqueça. Ninguém enterra esta luta. Quando meus pais foram embora, meus avós, meus bisavós, deixaram, mas os filhos que eles deixaram não souberam aproveitar. Os netos que eles deixaram não souberam. Agora os bisnetos que nem eu é que estão começando. Quer dizer, sempre que eu falo para eles que a gente tem que ter uma coisa que nem um gravador. De vez em quando a gente lembra, estou aqui sentada de vez em quando a gente lembra, se tivesse um gravador não precisava nem eu estar conversando, já no gravador pegava tudo.

Em resumo, ações de zeladoria devem seguir protocolos técnicos de manutenção e prevenção, pelo poder público, academia e comunidade detentora. Não há de se pensar o patrimônio somente como um tomo de herança, mas também de construção (MORALES, 2014, p. 111). Neste sentido Haroldo Gallo (2006, p. 98) explana: "Conservação sem apropriação de sentimento é conservação vazia e inútil. É conservação nostálgica que não forma os liames da identidade".

7.2.2 Autonomia

Um segundo pilar formador de um processo de preservação refere-se a autonomia da comunidade detentora em gerenciar seus bens culturais. Em observação de parâmetros legais (tombamento, cadastro de sítios arqueológicos, registro de bens imateriais) a comunidade deve exercer de forma conjunta com o poder público a gestão de seus recursos ambientais (GALLO, 2006, p. 107; DIEGUES, 2001, p. 109). Neste novo cenário, o Estado, seja nos âmbitos federal, estadual ou municipal, já não atua sozinho na identificação e na seleção dos bens culturais a serem protegidos, tombados ou valorizados, conforme disserta Regina Abreu (2007, p. 276).

Um exemplo desta cogestão Estado – comunidade já foi abordado neste trabalho, relativo ao registro de bens imateriais, o que Varella (2018, p.307) define como dupla dimensão dos direitos culturais do patrimônio cultural imaterial. Ao estado, esta atuação é objetiva, presente na obrigação de atuar em sua proteção. Para o detentor do bem imaterial ela é subjetiva e facultativa, pois decorre da anuência e participação do grupo detentor na inclusão de sua manifestação no rol de bens a serem inventariados e protegidos.

Prancha 42: Zeladoria.



Nota: Figura 01 e 02: manutenção da estrada de acesso pelos quilombolas da Caçandoca, com seus recursos, agosto de 2020.
Fonte: ARCQC.

Assim, preconiza-se que o detentor (individual ou coletivo) possa deliberar sobre manutenção, modificação, acréscimo ou supressão de bens culturais ou algumas de suas características (VARELLA, 2018, p. 316), consoante com o expresso por Morales (2014, p. 107) "[...] a relação clara entre passado e presente como um universo dinâmico e que respeite a tensão constante entre o desejo de preservar e o impulso de transformar, inovar". Neste sentido, de co-autoria e autonomia, tem-se as palavras de Amartya Sen (2010, p. 26, 50):

Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos, sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. [...] De fato, na perspectiva orientada para a liberdade, a liberdade de todos participarem das decisões sobre quais tradições observar não pode ficar oficialmente escamoteada pelos 'guardiães' nacionais ou locais [...] Havendo indícios de conflito real entre a preservação da tradição e as vantagens da modernidade, é necessário uma resolução participativa, e não uma rejeição unilateral da modernidade em favor da tradição imposta por dirigentes políticos, autoridades religiosas ou admiradores antropológicos do legado do passado.

Em consonância com as considerações acima temos o relato de jovem quilombola da Caçandoca, que diz:

E9 - Existiu o sofrimento, existiu muito desta luta, mas hoje a gente tem uma vida normal. A gente tem casa de alvenaria, a gente não mora só em casa de barro. A gente tem o nosso carro, a gente estuda, a gente consegue falar com outras pessoas, nosso linguajar não é impróprio ou primitivo. A gente fala como qualquer outra pessoa. Para também trazer a realidade da comunidade. Por que tem pessoas que vêm de fora e se impactavam: 'oh, você tem carro, tem uma casa. Ah, você vai estudar fora.' Então existe um preconceito, pelas pessoas mesmo não conhecerem. Nem é por elas serem, é por elas não saberem o desenvolvimento dentro da comunidade. Por que o índio ele é um patrimônio cultural do Brasil. Por ele ser isso a galera sempre acha: você vai morar em oca... No Corcovado os índios têm carro. Então, tudo muda. O que fica é história, cultura de todas as comunidades. Mas a gente sempre está crescendo, evoluindo. E isso é em qualquer lugar.

Assim, não é possível se considerar, neste cenário, que determinada comunidade deva ser estanque, efetivamente apegada a valores e manifestações do passado, em ambiente hermético e sem possibilidade de permitir novas influências. Amartya Sen (2010, p. 312), sobre este tema, explana: "A imagem da autossuficiência regional em questões culturais é profundamente enganosa, sendo difícil defender o valor de manter as tradições puras e impolutas". Uma jovem quilombola corrobora:

P - Na sua percepção, a gente entende que a cultura é algo dinâmico, por exemplo: o maracatu não existia, agora de certa forma ele existe (no quilombo). Você acha que a juventude do quilombo ela tem condições de manter viva esta história, com novas manifestações?

E4 - Eu acredito que sim. Eu espero que sim. As brincadeiras antigas são muito bonitas. Os trabalhos que o pessoal está fazendo são muito interessantes. O pessoal do surfe fez até um campeonato com as crianças de lá. Então conseguiram prêmios. Achei incrível esta ideia. Era um menino que faz surfe, jornalismo e uma menina que faz educação física. Eles são do quilombo e agregaram as duas coisas, com as crianças.

Outro depoimento revela os reclames dos mais jovens em ser ouvidos, ou então de alterarem as formas de comunicação e reunião no quilombo:

E5 - Então existe uma série de coisas que a nova geração é, está tentando se empoderar e ter uma visão inclusive de organização que é muito diferente da nossa. Esta questão por exemplo de organização social que acha que é legal eles não querem, não consideram. Eles acham uma perda de tempo um grupo de pessoas se reunirem num espaço, chamado associação, para poder discutir estes fatos. Eles preferem isso através do WhatsApp, através do Facebook, no conforto dos seus quartos. Eles não querem perder um tempo dentro de uma sala. E a gente tem que compreender isso. Então existe esta dificuldade. Então este choque é necessário. É necessário e quando um jovem pede licença para passar a gente tem que dar licença para ele passar. Por que senão a gente é atropelado. Eu vejo isso acontecer na minha comunidade. Este choque de geração. Falta de compreensão. E sem contar existe muito orgulho, muita vaidade, misturado, e como fazer....orgulho e vaidade dos dois lados. Não é só lado dos mais velhos, mas também tem muito da molecada mais nova. Acham que os mais velhos não sabem de nada. 'Isso daí já está ultrapassado, é uma múmia viva. " É bem assim. Então...E mesmo nesta questão é uma maneira de ganhar dinheiro.

Uma expressão de autonomia expressa nos depoimentos realizados refere-se à liberdade do quilombola de exercer sua identidade e sua trajetória profissional e social fora de seu território, sem com isto ter que renunciar ao seu autorreconhecimento, conforme expresso:

E5 - O território que foi demarcado, os 890 hectares de terra é uma das partes que a sociedade nos deu por ter nos escravizado. É uma das partes. A outra parte é o direito de ir e vir que nos foi tirado lá no passado. Que a gente vivia preso na corrente. Como minha mãe falou, ficava preso nos grilhões. Então a gente não pode criar novos grilhões. Impedir que a pessoa vai e vem. Então se este jovem está pedindo licença para passar, para ir para o Japão, para ir para Groenlândia, ele vai como quilombola. Ele não vai como sujeito diferente. Ele vai como quilombola. E se um dia ele quiser voltar para o território a gente tem que receber ele.

P - E ele é considerado um quilombola, se autorreconhece e é reconhecido como quilombola?

E5 - Se autorreconhece como quilombola. Não tem como, ele é autorreconhecido como quilombola. Existe muito despeito nesta situação. Vê por que ele deu o grito de liberdade dele. Ele deu o grito de liberdade dele. Justamente com isso ele puxou um grupo de jovens com ele. Que pegou ele como referência. Já existe um grupo de jovens dentro da comunidade que de uma certa forma tem o R. aqui da comunidade que pensa desta maneira. Que tem esta liberdade de chegar e fazer aquilo que quer e não ficar preso a este ranço de achar assim: 'olha, só é quilombola quem é preto, quem tem que estar ali dentro da associação, em casa de pau-a-pique'. Não, já tem uma visão... Isso é em todas as comunidades. Em todas. Se você for para o Brasil afora a gente tem esta geração. Que tem esta visão diferenciada sobre questão etno - cultural, questão de uma comunidade tradicional. [...]Então, ontem eu estava conversando com A., Sr. A., na reunião que nós tivemos ali, sobre esta necessidade de prender a geração aqui. Seu A., ah, me preocupa a questão da educação, porque a juventude vai saindo fora. Sr. A., é ótimo que eles saiam. Eles tem que sair. Eles não tem que ficar presos. A gente não tem que prender ninguém. Deixa a pessoa ir. Se ela voltar, bom. Se ela não voltar ela não vai deixar de ser quilombola.

Outro aspecto refere-se aos reclames das novas gerações em ser ouvidas, ou terem a oportunidade de inserção de novas práticas e tecnologias.

P - Você falou das novas práticas, você falou da agrofloresta. Tem alguma outra, movimento ou técnica moderna que está querendo se associar, ou não?

E5 - A gente tem uma, o que a gente chama choque de gerações. Aconteceu lá atrás com minha mãe com os pais dela. Este choque de gerações que aconteceu da minha geração com meus pais, e agora tem um choque de gerações de uma galera que está aparecendo e que está tentando se empoderar e vai começar a se defrontar não somente nem tanto comigo por que eu tenho esta visão mais aberta, mas por exemplo em outros choques com as chamadas lideranças do quilombo. Então uma pessoa mais nova domina muito bem estas questões de informatização, de internet que eles dominam. Então uma visão bem diferenciada, bem diferente, que tem que ser respeitada. Então este choque de gerações acontece muitas vezes a antiga geração, aqueles que os mestres criaram, as lideranças, que se colocam não compreendem, não entendem. E por outro lado esta geração também não tem paciência para ficar ouvindo histórias. Eles são muito rápidos nas coisas. Eles querem informação muito rápida. E muita informação com um clique você consegue. Então existe este choque. Então muitas vezes questionam por que tem que estar na roça, se eles podem gerar uma renda... Por exemplo: você vai plantar mandioca você vai ter que esperar quase um ano para retirar aquela mandioca, fazer a farinha ou para vender ela. Então, hoje em dia a geração é muito imediatista, eles querem algo muito rápido. Então existe este choque de geração e muitas vezes volta com pressão dos dois lados. E muitas vezes tenho que servir de mediador disto. Aí eu chego e pô: tem que se entender o lado da nova geração que está pedindo passagem com seus conceitos, com suas ideias, com suas

novas criações, sua nova maneira de ver a questão de comunidade tradicional, de comunidade quilombola, com a antiga geração que ainda almeja fazer uma roça, que almeja manter uma casa de pau-a-pique, fogão de lenha, fazer o biju. E a nova geração não quer isso. E a gente tem que respeitar isso. [...]

P - E você acha que dentro deste choque o saldo está sendo positivo?

E5 - Olha eu entendo que o saldo é sempre positivo mesmo quando dá errado. Mesmo quando dá errado p saldo é positivo. Por que as coisas tem que acontecer. O ruim é quando não acontece.

Também entende-se não ser possível, tampouco desejável, a patrimonialização de toda manifestação cultural de uma comunidade, para que esta tenha direito à mudança e ao seu cotidiano, e não apego e encenação a características de outrora (CUNHA FILHO, RABÊLO, 2018, p. 89; FABRIS, 2014, p. 12).

Tem-se como exemplo, no Quilombo da Caçandoca, a garantia de retorno dos seus moradores aos antigos sítios dos antepassados, as covas de casas. Neste ponto, patrimonializar estes nichos como sítios arqueológicos, sujeitos assim a restrições legais e urbanísticas, impediria a retomada do território de seus ancestrais e manteria a concentração demográfica e geográfica atual. Sobre estes aspectos tem-se os seguintes depoimentos:

E5 - Mas a gente tinha casa lá. Agora as casas caíram por que sem água, não se interessam de ir. Meu marido já não está com saúde para estar. E eu também para ficar subindo para lá, o senhor sabe que é difícil. Para ir e voltar. Então fica assim meio abandonado, nosso sítio lá. Mas a gente vai fazer o que? Aí, minha irmã, fazendo um contrato aí para arrumar alguém para limpar, fazer acontecer, mais até agora ninguém se aproximou para fazer estas atividades.

P - Então, ambientalmente não teria problema de restaurar esta via. Por que já é um acesso consolidado, não sei se você concorda isso comigo.

E8 - Sim, A ideia era alargar ela mais para que pudesse passar um carro de pequeno porte, não um caminhão, mais um carro de passeio, um quadriciclo, até um *jeep* pequeno, aí melhoraria por que as pessoas estão tendo mais idade. Se cair doente para sair a dificuldade é grande. Já não tem a juventude para estar levando um botijão de gás, carregando compra, mantimento para subir e descer. Então se tivesse acesso para um quadriciclo, uma moto, um carro menor de passeio já aliviaria. Na época a gente alargou até uns trechos da estrada. A ideia era que a comunidade diminuísse mais os níveis de subida. E aqueles 'tobata', aqueles tratorzinhos daria para trazer banana, as coisas lá de cima para as pessoas venderem aqui embaixo. Com certeza o pessoal não sairia. A parte mais bonita da comunidade está lá em cima. Tem áreas lá que são lindas. Uma área que infelizmente tem dificuldade de acesso.

Os depoimentos acima evidenciam que os quilombolas são autores e ao mesmo tempo destinatários dos bens culturais identificados. Vê-se que o *tradicional* do quilombo também abarca a luta, a busca pela autonomia, de conhecer, preservar, mudar, reinterpretar, acrescentar, sob a ótica da população negra, em rede com outros movimentos sociais.

Quando são vistas no seio de um quilombo expressões artísticas modernas (hip hop, grafites); manifestações de outras regiões sob a temática negra (maracatus, cocos); novas técnicas agrárias (agrofloresta, permacultura), este é um cenário tradicional. De luta, de manutenção, de criação, de acolhimento, embasado no útero dos embates do passado e dos dias de hoje, na cor da pele, na altivez, no orgulho e sua consciência. Aos quilombolas cabem, em conjunto com o poder público, a identificação e eleição do que patrimonializar e como usufruir destes recursos.

7.2.3 Fruição

Referente ao uso do patrimônio cultural pela (e para) a comunidade local, esta deve ser empreendida como um fator de proteção destes bens, sob caráter perene assim como integrada à trajetória cotidiana de fortalecimento destas identidades (ARANTES, 2006, p. 428; FABRIS, 2014, p. 20). Ao encontro, Haroldo Gallo (2006, p. 114) observa: “Indispensáveis em determinados casos, para que se reincorpore os bens culturais ao fluxo natural da vida e ao uso adequado, que é de fato o mais eficaz fator de preservação.”

Pensar em utilização funcional e simbólica de um território pela comunidade da Caçandoca insere discussões sobre qual o seu valor de mercado, tendo em vistas as pressões decorrentes. O amplo apelo cênico e paisagístico do quilombo, composto por quatro praias, córregos encachoeirados, piscinas naturais e mata pujante, faz com que o quilombo enfrente forte pressão especulatória, uma vez que exclui da oferta comercial suas terras. Boaventura Leite (2008, p. 100) pontua:

A via comunitária de acesso às terras desafia os parâmetros de propriedade individualizada e porquanto eles passem para o controle de associações comunitárias, esta forma de propriedade imobiliza as terras enquanto mercadoria, tornando-as de função social precípua.

Sobre este tema tem-se o depoimento de gestor público:

E10 - Por fim, muitas vezes as divisões internas dificultam a organização social, especialmente se essas divisões são fomentadas e incentivadas pela ação de especuladores de terras e grileiros. Isso pode ter um impacto especialmente grande no caso de comunidades quilombolas, que na forma da lei, devem-se fazer representar através

de uma associação comunitária, e cujo direito à terra é concebido de forma coletiva. Essa articulação comunitária é de fundamental importância em locais como a Caçandoca, onde há enormes interesses imobiliários contrários a titulação da comunidade, por ser um território de enorme potencial turístico e, portanto, de retorno econômico e financeiro. Por outro lado, as famílias quilombolas também têm seus projetos próprios e interesses particulares sobre como e para que finalidade utilizar o território, e nem sempre é fácil fazer conciliar todos esses projetos em um visão consensual da comunidade sobre o território e suas potencialidades. Mesmo diante dessas dificuldades e ameaças, os últimos anos têm mostrado um grande esforço por parte das famílias da Caçandoca para a construção desses consensos.

A título de comparação, usa-se como parâmetro o valor do metro quadrado da vizinha Praia do Pulso (reivindicada como parte do Quilombo). Em valores atuais, baseados em anúncios na internet³⁹, o terreno não construído é vendido por valor médio de R\$ 263,00 o m². Ao considerarmos a área útil do quilombo da Caçandoca (60,5 hectares, inseridas na Z3T do Zoneamento Ecológico-econômico do Litoral Norte São Paulo, que permite efetiva ocupação) o patrimônio imobiliário do Quilombo da Caçandoca giraria em torno de R\$ 159.165.233,00 (cento e cinquenta e nove milhões, cento e sessenta e cinco mil, duzentos e trinta e três reais). Se pensarmos no potencial futuro edificante, este valor tem possibilidades muito maiores.

Com estes valores referência, comunidades que exercem “[...] uma economia em favor da vida sob conceitos que são contrários à ética utilitária de mercado” (DELGADO, 2017, p. 2112) estão sob constante pressão ou para perderem seu território ou pelo menos, justificar sua utilização numa lógica de maximização de recursos.

Aos olhos hegemônicos o modo lateral de ocupação quilombola (de viés associativo, integrado com os seus ecossistemas e com demais comunidades) não credencia aos seus integrantes possuírem um vasto território, com tantos atrativos e com alto valor imobiliário. Para a lógica dominante de ‘progresso’, todas as terras devem estar disponíveis para o mercado, como parte do processo de expansão do capital. Portanto, a titulação de territórios tradicionais é sempre combatida (CORDEIRO, 2020, p. 41).

³⁹ Sítio eletrônico Imovelweb. Valores de 30 de dezembro de 2020.
<https://www.imovelweb.com.br/terrenos-venda-praia-do-pulso.html>

Assim, o vasto patrimônio ambiental a disposição do Quilombo da Caçandoca permite a possibilidade de fruição por esta comunidade sob usos educacional, cultural e econômico (MENESES, 2007, p. 46).

Referente às práticas pedagógicas, pode ser o recurso cultural subsídio a atividades intra e extra-classe, nos diversos níveis de ensino, tanto na grade curricular consolidada quanto nas chamadas atividades transversais. Tal possibilidade é embasada por Sachs (1986, p. 26) quando explana sobre a necessidade de se "[...] incluir numa estratégia de desenvolvimento técnicas locais de cultura e educação, com conseqüente menor dispêndio de recursos." Vê-se como exemplo a iniciativa de jovem quilombola em aplicar aos seus estudos aspectos de seu território, conforme descrito:

P - E na sua carreira?

E4 - Eu faço arquitetura e urbanismo. Eu pretendo fazer uma pós em restauro, ou alguma coisa assim, e esta parte histórica das construções.

P - E você pretende usar sua carreira, seu conhecimento, em algum benefício do quilombo?

E4 - Sim. A parte de urbanismo.

Em outro depoimento um jovem quilombola narra suas expectativas profissionais com ênfase em comunidades tradicionais:

E9 - Então eu me formei em fotografia, trabalho com isso dentro da comunidade, e agora estou fazendo curso de inglês. Depois quero fazer intercâmbio. Ficar três meses na Califórnia para trabalhar mesmo com documentários fotográficos. Fotografando comunidades, histórias, outros lugares do mundo, nesta questão.

O atendimento as demandas sociais em ambiente pedagógico compartilha preceitos fornecidos pela Educação Patrimonial. Maria de Lourdes Parreiras Horta (1999, p.6) deste modo a conceituam:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Isto significa tomar os objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

O conjunto de bens culturais, seja ele de ordem material ou imaterial, reveste-se de práticas cotidianas que podem embasar, e potencializar, o conteúdo ministrado nas salas de aula e possuem "um valor educativo determinante" (ARANTES, 2006, p.

434). Neste sentido Leilane Lima e Gilberto da Silva Francisco (2006, p. 53) corroboram: "A temática do patrimônio é hoje uma das mais prolíferas e profícuas da nossa contemporaneidade, e por isso mesmo, essencial para levarmos o patrimônio para as salas de aula".

Tal potencial presente em comunidades tradicionais pode também atuar em uma via de mão dupla: auxiliar nos resultados esperados em programas pedagógicos bem como no fortalecimento das identidades locais. Neste ponto, Marília Xavier Cury (2006, p. 44) disserta:

Com ação educativa conceitos como êxito cultural, alteridade e identidade, diferença e diversidade cultural, cooperação e organização social, (des) territorialização podem ser discutidos com o público, ao mesmo tempo que se exercita a tolerância dialógica.

Neste sentido explica uma senhora quilombola da Caçandoca:

P - Eu vim no encontro das Mulheres, neste ano, e em uma das rodas elas estavam discutindo a Educação quilombola. Como você falou, eu acho que o momento atual da administração federal não é favorável a isto. Você acha que poderia voltar o polo educacional, atividades extra-classe?

E8 - Sim, a gente teve ontem aqui uma reunião com o prefeito. E a secretária de Educação, secretaria de obras, e a gente estava discutindo isto. Isto é uma coisa que a gente pontuou com ele. Que seria interessante. Conversei com minha irmã, ela faz parte da coordenadoria de ensino e a gente discutiu já com eles que era para tentar montar dentro da comunidade o reforço escolar. Por que tem muitas crianças daqui da comunidade, que elas têm dificuldade na escola e aí pra elas fazerem reforço escolar, geralmente elas estão indo na parte da parte e na parte da manhã, fica o dia inteiro na escola. Com o reforço escolar elas ficariam aqui na comunidade e aí faria aqui e sairia.

Outro quilombola também observa:

E5 - tem o Virgínia, que se diz uma escola quilombola, uma criança não sabe o por que afro. E dentro do território quilombola. Então existe uma questão de educação aí. A educação por parte dos pais, que não se autoafirmam como quilombolas, e como afrodescendentes, e uma escola que se diz quilombola, que é o Virgínia e o Aurea, estão neste processo errado de educação destas crianças. Que não estão educando, não estão fazendo afirmação por que eles ganham, estão usando este recurso, e não se existe problema na grade curricular desta necessidade de educação, de ensinar a história da cultura afrobrasileira, da questão da história africana. Então não existe este processo de educação. Tem que partir não só de dentro das casas dos pais, que as vezes os pais não estão preparados para isto. Mas dentro das escolas não está acontecendo isto. Então isto deu aquele start: pô, se uma criança está questionando por que afro, então é algo que preocupa para a futura geração. Então este jovem com certeza ele não vai dar o valor necessário sobre estas covas de casa, sobre estes

nichos arqueológicos. Para ele tanto faz como tanto fez. Então tem a necessidade de fortalecer isso. [...] E esta questão de educação. Então se não educar a pessoa, e tem diversos processos de educação, que é uma coisa que a gente rediscute que é a educação diferenciada. Para a pessoa se autoafirmar como negro, como quilombola, como uma comunidade tradicional. Tudo é questão de educação.

Concernente à produção artística, pode-se considerar nesta abordagem tanto a de matriz empresarial (corporações artísticas, editoras, gravadoras, prestadores de serviços, eventos, etc.) bem como a inserida em ambiente comunitário, como por exemplo, coletivos de cultura, grupos populares, dentre outros (FIGUEIREDO; PEREIRA; BEZERRA, 2012, p. 31).

Para ambos os públicos o conjunto de bens culturais também pode ser subsídio a manifestações originadas em diversas linguagens: literatura, teatro, artes plásticas, audiovisual, jogos eletrônicos, etc. Pode-se emprestar a tais obras inspirações advindas dos conteúdos de determinado patrimônio, como ícones, narrativas, sons, cenários, dentre outros. Haverá terreno propício ao que Meneses (2007, p. 46) define como “[...] formas de compartilhamento das ações de promoção cultural com a sociedade”. Exemplos praticados no Quilombo da Caçandoca podem ser observados nos depoimentos a seguir:

P - A oficina é realizada lá no quilombo?

E4 - Lá no quilombo. Eu não sei o dia, mas eu sei que tem quase toda semana. Meu pai tentou voltar com a capoeira, que eu sei que meu pai começou com a capoeira quando ele era pequeno lá no quilombo. Que ia um mestre todo final de semana, fazer aula. Aí ele tentou voltar com a capoeira só que as crianças não têm tanto interesse quanto tinha, né, antigamente. E eu sei que muitos jovens estão fazendo faculdade aqui também. Alguns que estão fazendo fotografia, vídeo, audiovisual, estas coisas assim. [...] Tem um que faz fotografia, o J., ele recebeu vários prêmios com fotos que ele tirou lá no quilombo. Fotos incríveis. Tem outro também, ele também faz fotografia, faz poesias. Ele tem projeto de surfe, o Afrosurfe, que tem lá no quilombo, também. Só não participo, mas sei das coisas por cima.

E5 - O Afrosurfe é essencial, um trabalho maravilhoso que R. vem fazendo embora ele não receba nenhum apoio da associação. A associação acho que falha muito em não dar apoio para ele. Muitas vezes até questionado: 'por que está fazendo esta bobeira aí, não sei o que. Fica perdendo tempo com isso'. Por que existe esta questão. Por que aquilo que eu te falei: choque de geração. Uma pessoa mais velha não entende por que um moleque tem que colocar uma prancha e ir para o mar surfar. Ele acha aquilo um absurdo. Ele acha que, 'ah, devia estar com uma enxada nas costas, limpando o terreno, uma perda de tempo fazer isto daí.' Esta é a questão do choque de geração.

Em outro depoimento, o talento e produção artística em fotografia de um quilombola é ressaltado:

E5 - Ele trouxe uma visão totalmente diferente sobre estes tipos de ações. Ele domina muito bem esta questão da informatização, me parece que ele é web designer, e ele viaja, já viajou para longe, já via o Peru, ele não para, vive viajando. Por que hoje em dia ele trabalha com fotografia. Ele é um exímio fotógrafo. Ganhou prêmio da National Geographic. Ele tem um drone. Ele tem uma visão bem diferenciada.

Em outro depoimento vemos que um integrante do quilombo milita pela sua comunidade por meio de expressões artísticas e esportivas, conforme narrado:

E9 - Minhas fotos eu divulgo no Instagram. Nunca fiz um trabalho de exposição de fotos aqui do quilombo, mas eu caracterizo muito com a natureza. Minhas fotos são mais de paisagens, mais do que pessoas. Também faço as fotos das reuniões da comunidade, passo para as pessoas divulgarem as notícias. Agora mesmo que a gente teve a pandemia, eles fizeram debate para ver se reabriam a comunidade ou não. Então fiz as fotos, por que algumas fotos, diríamos assim seriam de matéria jornalística. Coloquei no meu Instagram e coloquei um baita texto, falando sobre o que gente debateu aqui. e o que a gente esperava das pessoas que viessem aqui, visitar a comunidade. Então eu acho que a minha parte de fotografia é mais para identificar a beleza, a cultura e a resistência do lugar mesmo. Dentro da comunidade seria isso.

P - E isso você buscou também com sua faculdade de jornalismo? Pretende voltar?

E9 - Pretendo voltar. Quando eu decidi fazer faculdade de jornalismo tem muitos segmentos. Eu escrevo poesias desde meus oito anos de idade. E depois da poesia comecei a participar de campeonatos de poesia, daí ganhei alguns. E depois me encantei pela redação. Tipo, alguém me dava um determinado tema, se eu me interessasse por determinado tema eu escrevia até a pessoa dizer 'está bom'. Poderia escrever um livro sobre aquele determinado assunto. Fechado naquele mundo das palavras.

O mesmo depoente explica sobre seu projeto voluntário Afrosurfe, destinado às crianças do quilombo:

E9 - Meu nome é R., tenho 19 anos, moro aqui faz uns dez anos. Eu vim morar para cá por que minha mãe se casou com meu padrasto, que é da comunidade. E foi assim que tudo começou. Vim para cá, vi muitas coisas para se fazer, já que comunidade é fechada, o acesso a internet é bem difícil. Então não tinha tantas coisas voltadas para os jovens. Como eu vim de um projeto de surfe de Camburi, que é outro quilombo, perto de Parati. Sai de lá com sete anos e eu a oportunidade de poder voltar a surfar, por que eu vim para cá e eu vi que não tinha nenhuma atividade física, ou algo que preenchesse o tempo na comunidade, então eu voltei a surfar. Eu fui evoluindo de novo, comprei outras pranchas. Teve um dia assim na temporada, eu desci para a praia e vi várias molecadas assim brincando na rua e eu ficava

com receio de carro atropelar elas. Não tem lombadas para ir para os quiosques. E daí eu vi a possibilidade de dar uma oficina de surfe para eles. De início era isso. De lá para cá eu pegava eles um dia a ensinava a surfar com uma prancha que eu tinha. Dai eu tive meus dois primeiros alunos, que foi o L. e o J., que na época acho que ele tinha oito o outro tinha nove, e comecei a ensinar eles com duas pranchinhas de body board, para começarem a ficar de pé e depois passarem para minha prancha. Eu tive um estalo que querer fazer algo maior do que aquilo que eu estava fazendo. Pegar eles sem compromisso, levar para surfar e depois trazer para a casa de novo. Ai que eu sentei com dois amigos meus, que é a C., que estuda educação física e o T., que na época estudava jornalismo e agora estuda direito, e também são da comunidade, para a gente poder fazer alguma coisa juntos. Dai que surgiu o projeto Afrosurfe. É um nome de impacto, para mesmo valorizar a cultura do território da comunidade. Assim que surgiu o projeto. [...]E este foi o meu maior intuito: trazer alegria, trazer qualidade de vida, esporte e lazer para as crianças e jovens de dentro da comunidade. De início assim eu não tive uma aprovação tão boa. Depois que as coisas começaram a fluir, a gente começou a ganhar visibilidade, sair em revista, sair no Vanguarda Mix, a galera começar a reconhecer mesmo o trabalho, e ver o desenvolvimento da molecada.[...] Então foi habituando e gerando assim, como dizer, mais tranquilidade para as pessoas da comunidade. Por ele saber como era o surfe antigamente e como o surfe está sendo valorizado hoje. Fundar o projeto e começar a ganhar alunos e ver o sorriso deles ao ficarem de pé para mim foi muito gratificante. O projeto tem vinte alunos. Na época quando comecei tinha quinze alunos. Fui ganhando apoio, pranchas, comecei dar aula para a molecada e comecei vendo a diferença: ficar de pé, eu passava na rua e eles falavam: 'ah, quando é que a gente surfar de novo' Ficavam me cobrando quando a gente ia surfar.

A produção lúdica derivada de elementos arqueológicos é bastante fértil, sobretudo para expressar trajetórias e símbolos da diáspora africana no Brasil. As expressões excluídas comumente dos documentos formais encontram nos fragmentos arqueológicos possibilidades de leituras e reprodução por meio de diversas linguagens artísticas (GUIMARÃES, 2020, p. 303).

Por fim, aborda-se a terceira potencialidade, a econômica, mas também simbólica e cidadã, de viés solidário (CUNHA FILHO; RABÊLO, 2018, p. 89). Alinhada com as características ambientais (naturais e culturais), é impregnada com os conhecimentos locais e sob liberdade de mudança, quando desejado pela comunidade detentora. Neste sentido, procura-se respaldo nas palavras de Arantes (2006, p. 432) que expressa:

É preciso enfatizar que o patrimônio como recurso não se encontra necessariamente vinculado ao mundo dos grandes negócios e à especulação. Mas é também verdade que programas de geração de renda, de consolidação da cultura pública e da cidadania buscam

eficácia no fortalecimento de tudo aquilo que a população pode fazer, com os recursos de que dispõe e que tradicionalmente acumulou, nos lugares onde vive e em seus modos de vida diferenciados. O patrimônio serve também para desenvolver a cultura pública e por isso deve ser valorizado: o patrimônio urbano é bom para o desenvolvimento sustentável, para as festas, para a civilidade e também, porque não, para os negócios.

Há de se almejar uma atividade econômica de matriz comunitária, endógena (VAZ, 2020, p. 392), o que Crespo e Moreira (2012, p. 41) resumem ser um "desenvolvimento mais humanista, com participação social (esclarecimento), no seio das comunidades, em respeito aos recursos naturais." Além de critérios estritamente financeiros, há de se incluir como benesse a possibilidade de fortalecimento colaborativo, um fator de coesão (BERNO DE ALMEIDA, 2006, p. 75). Assim, entende-se que o patrimônio cultural de determinada comunidade pode subsidiar produtos e serviços baseados em duas principais categorias: produção artesanal e o turismo, este em suas diversas modalidades.

Por produção artesanal tem-se o exercício de ofícios tradicionais: pesca, culinária, carpintaria, arquitetura, etnobotânica, extrativismo, agricultura e produção de bens sob técnicas vernáculas: tapeçaria, calçados, vestuário, etc., atividades adequadas às condições ecológicas locais (SACHS, 1986, p. 19, 27).

Estas atividades inserem-se nas chamadas tecnologias sociais, que privilegia o associativismo, a propriedade coletiva dos meios de produção, processos integrados com os recursos locais e forte apelo identitário (DAGNINO, 2011, p. 1). Novas técnicas de cultivo em processo embrionário no quilombo da Caçandoca, como sistemas agroflorestais e permacultura se inserem nesta categoria (AGUIAR *et al.* 2020, p. 342; FERRÃO, 2004, p. 137).

Os autores Aguiar *et al.* (2020, p. 341) ressaltam o caráter paralelo e não marginal ao capitalismo, pois: "[...] a tecnologia social está relacionada com as atividades coletivas e não mercadológicas [...] ajustando melhor e valorizando o modo de vida e os saberes quilombolas." Em trabalho de campo realizado, pode-se verificar iniciativas em curso na Caçandoca, representadas por maricultura, conforme narrado:

E8 - Sim, as principais fontes de renda seriam a maricultura, a pesca mesmo, que poderiam ser administradas de forma coletiva, como o cerco de pesca também. Hoje tem dois cercos de pesca registrados para mim, em meu nome, mas ele também é uma forma de poder gerar renda também. O cerco é uma forma de trabalho coletiva, por que individual não tem como estar fazendo. Quando eu vou trabalhar eu

agrego alguns membros da comunidade para estarem trabalhando. Mas poderia ser também, se a comunidade tiver interesse, a Associação de montar, também geraria renda.

Em relação ao turismo, este pode ser exercido por meio da motivação cultural e suas subdivisões: étnico, de aventura, gastronômico, dentre outros. No entanto segundo Figueiredo, Pereira e Bezerra (2012, p. 23) a atividade turística deve seguir a observação de critérios de planejamento da recepção e do espaço (paisagem). Controle de fluxo e suporte do atrativo, sua capacidade de carga, ou seja, o limite de visitação aceitável para o objeto, sem que ele seja prejudicado na sua essência e nas suas características originais (SACHS, 1986, p. 18; ANDRADE, 1997, p. 49).

Ayer de Oliveira (2001, p. 57) ao abordar atividades realizadas no Quilombo de Camburi, em Ubatuba, elenca impactos negativos tais como sujeira, poluição, tensões culturais e observa que a comunidade "Considera que a melhor alternativa para a sustentação econômica das famílias com a geração de emprego e renda, é o ecoturismo organizado". A autora Oliveira (2001, p. 61) aferiu que sustentabilidade nesta atividade, sob a ótica da comunidade estudada, está baseada na utilização coletiva da infraestrutura para geração de emprego e renda no atendimento ao turista, na capacitação da comunidade e na organização local por meio de associação e cooperativas.

Em cenário similar Mantovani de Oliveira (2008. p. 93) relata que quilombolas da Fazenda da Caixa, em Ubatuba, expressaram desejo de poder abrir negócios (de administração comunitária ou não), para oferecerem meios de hospedagem, alimentação, passeios e turismo integrado.

Neste ponto, para exemplificar uma possibilidade de uso de um bem cultural como vetor turístico baseia-se em procedimentos de campo realizado no Quilombo da Caçandoca, Ubatuba, que resultou no rol de bens arqueológicos expressos pela seção 06. Estes recursos poderão futuramente subsidiar iniciativas turísticas, contudo, sob especificidades que garantam sua integridade e correta experiência para o receptor e o visitante.

A opção pelo aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico pressupõe infraestrutura apropriada para sua visitação. Esta reveste-se de nuances referentes à preservação dos vestígios, fluxo/direção, capacidade de carga (quantidade de visitantes/dia que determinado bem pode suportar) e comunicação que possibilite a

interpretação dos vestígios (SCATAMACCHIA, 2005, p. 12; GALLO, 2006, p. 109).

Sobre este assunto abordou um quilombola da Caçandoca:

P - E, neste plano de ocupação que você falou a questão da identificação dos sítios arqueológicos ela pode auxiliar, né? Porque como você falou existem áreas de preservação permanente, também os sítios arqueológicos que forem cadastrados eles também têm esta restrição. Você concorda que pode ser uma contribuição?

E5 - Eu acho que pode ser uma contribuição. Eu já falei para outras lideranças comunitárias que deveriam abrir uma conversa com você. Para eles terem esta compreensão. Para depois dizer: 'ah, eu não sabia'. Então eles tem que estar muito bem ciente deste fato. Já expliquei para eles. Dependendo do que a comunidade for pedir, um perímetro vai ser tombado e eles não vão poder mais ocupar. Eu sou favorável, muito favorável que isto aconteça. Eu sou favorável. Que estes sítios não sejam ocupados. Sejam preservados. [...] Então a comunidade é necessário ter esta compreensão. Por que se não ela vai ocupando, vai destruindo e como eu falei: existe este choque de pessoas que vem de fora, que não conhecem e nem querem conhecer. Embora sejam quilombolas, este é o fato verdadeiro. As pessoas chegam aqui, vem pela questão agrária, da terra, não vêm pela questão etno - cultural. Isto é um fato. É quilombola? É. Mas a questão etno - cultural muitas vezes passa ao longe. Isto ficou para poucos. Nem todo mundo tem engajamento.

Também pontuou um jovem da comunidade, ao relatar:

P - No começo da nossa conversa eu falei que estou identificando, junto com a ajuda de vocês, os sítios arqueológicos que são as ruínas, por exemplo do Saco do Morcego, da Caçandoquinha, da Praia da Lagoa. Seu pai me levou até a da Tabatinga, as ruínas mais antigas, não pertencem mais (ao quilombo), mas é tudo um sistema. Você acha que estes patrimônios, além do que você falou da praia, etc., estes patrimônios históricos podem contribuir um dia para o cotidiano do quilombo?

E6 - Acho que sim para manter nossa história e tipo fazer um turismo arqueológico assim para levar o pessoal para conhecer um pouco da nossa história, eu acho que é legal, interessante.

Um das variantes de turismo já citadas, a do turismo étnico, é aqui definida como a modalidade na qual o oferecimento da cultura local e a interação entre visitante e morador são imbuídos por ações de afirmação e resistência por parte da cultura receptora. A atividade turística é exercida “[...] num cenário no qual os atrativos culturais e naturais locais sejam apropriados pelos seus legítimos detentores e sejam oferecidos como vetores de sua identidade” (CORIOLANO; SAMPAIO, 2012, p. 62).

Neste aspecto a pesquisa arqueológica pode oferecer conteúdo para o planejamento e execução de projetos econômicos dirigidos e voltados às comunidades até então alheias do panorama turístico, como grupos quilombolas e

indígenas. Cumpre-se então um papel da Arqueologia preconizado por Maria Cristina de Oliveira Bruno (1995, p. 8), referente a possibilitar a grupos excluídos a sua manifestação neste processo.

As linhas acima expressam sobremaneira potencialidades econômicas baseadas em aspectos ambientais do Quilombo da Caçandoca. Tanto em observações de campo quanto em informações colhidas em entrevistas, vê-se que atividades caracterizadas como sustentáveis ainda são incipientes. Predominam no quilombo práticas ainda alinhadas com o modo hegemônico de produção econômica: prestação de serviços para condomínio, turismo de massa sazonal, dentre outras.

Por vezes, resta ao quilombola apenas a cessão de sua força de trabalho, ainda sem condições plenas de ser o senhor de seu negócio, cenário similar ao que Amartya Sen (2010, p. 20) define como “[...] maneiras de manter a sujeição e o cativo da mão de obra.” Sobre este tema tem-se o seguinte depoimento:

P - Sobre a parte de economia, de emprego, quais são as atividades hoje do quilombo?

E5 - A comunidade quilombola atualmente ela depende muito do fluxo turístico de verão para poder gerar alguma renda, para poder sobreviver, para poder construir, para manter minimamente um bem estar social. Mas na maioria do ano ou trabalha na construção civil, como é meu caso, serviços esporádicos ou então de jardinagem, manutenção de piscinas. Geralmente no loteamento aqui do lado, loteamento do Pulso. Loteamento do Pulso é que acaba agregando os quilombolas neste trabalho. Ou trabalha de caseiro. As pessoas também trabalham de caseiro dentro do Pulso.

Mesmo as atividades turísticas exercidas no quilombo são questionadas por parte da comunidade, por atenderem não a uma expectativa alinhada com práticas ambientais, mas a um turismo de massa considerado predatório. Sobre este ponto nos narra uma integrante da comunidade:

E7-Agora estamos nesta luta da praia. Não sabemos o que vai acontecer, por que o pessoal, a praia é para movimentos sociais. Então o senhor a senhora é quilombola, o que você fizer nós temos que dividir com a associação. Pagar as mensalidades em dia, tem uns critérios. Só que ninguém quer saber disso. Ninguém quer pagar 5 reais para a associação, já está parada mais de cinco anos, que ninguém paga mensalidade. Aí cada um faz a sua parte. Você já foi na praia como está cheio. E cada vez o povo fazendo mais coisa. Todo dia o caminhão passa levando bugiganga lá para baixo. Aí como estava tudo parado pelo problema do corona vírus, mas eles conseguiram descer agora. A Caçandoca vai virar uma devassa aí viu. Qualquer hora dessa. Por que eles passaram por cima da lei. Não é para fazer nada na praia. A praia tinha um projeto, nos fizemos quando começamos entrar aqui nos fizemos projeto. Ia ter os quioscões, eles

foram proibidos de fazer, pelos quilombolas. Foi feio. Aí tem o decreto. Não pode fazer nada sem pedir autorização pela associação. Tudo mundo fez o que quis. Ninguém falou nada até agora. Aí deixamos entrar na justiça. Como eu vou mexer com o senhor se o senhor é valente. Ninguém vai. Eles vão ter muito prejuízo. Tem muitas casas proibidas. Tem uma que está decretada para ser derrubada mesmo. Tem ordem da juíza e tudo já. Mas agora ela resolver ver os outros também que estão ilegal. Tudo para baixo. Não vai ser legal isto aí.

A percepção da depoente é compartilhada por gestor público, quando de sua atuação com a comunidade, conforme narrado:

E10 - Nos últimos anos em que atuei no Incra/SP, entre final de 2016 e final de 2018, os principais temas de trabalho junto à comunidade foram dedicados à tentativa de corrigir alguns erros de trajetória do Incra no percurso de regularização e auxiliar a comunidade de Caçandoca na ordenação e no zoneamento de seu território. Em conjunto com a associação, consideramos tratar-se de um requisito crucial para a promoção de geração de renda na comunidade, para auxiliar as famílias a também encontrarem soluções para equilibrar suas necessidades de desenvolvimento, de preservação ambiental e de sustentabilidade, especialmente na atividade turística, que é de enorme relevância para a Caçandoca, mas ainda ocorre de forma bastante desregulada.

No entanto, a busca por um turismo mais adequado às características ambientais do quilombo é almejada, tida como objetivo, conforme narrado:

P - E quais as atividades que você pode pontuar de geração de renda dentro do quilombo?

E8 - O principal de geração de renda hoje aqui dentro do território é o turismo. Só que a ideia é focar não no público de massa, não este turismo predatório que agora de alta temporada, mas sim o turismo que agregue mais na baixa temporada. Turismo pedagógico, com escolas, com faculdades e grupos de professores também. O artesanato que vem crescendo dentro da comunidade. As mulheres estão tirando e incrementando a renda com o artesanato, e tem também esta veia tanto da área da pesca quanto da área da agricultura. Mas tem as restrições ambientais aí que dificulta bastante.

P - Na parte do turismo, vocês têm um corpo já de monitores ou como é esta mão de obra no quilombo, que atende o turismo das trilhas.

E8 - A gente tem uns jovens que estão se destacando, acompanhando aí os trabalhos que a gente tem feito com turismo e está crescente. E agora a alteração do estatuto a gente fez uma alteração em 2018 no qual a gente está focando mais no turismo de base comunitária. Então a intenção é que as casas agora que vão ser construídas elas podem ter uma edícula para receber turistas. Com certeza turista que vier e se ele tiver uma edícula, uma casa separada que possa estar ficando no território, ele vai consumir alimentação, vai contratar um guia da comunidade. A gente também abriu para que as pessoas possam usar os quintais para fazer área de camping. A ideia é trazer um turismo para que ele fique dentro da comunidade e consuma os produtos daqui.

No mesmo sentido, um jovem quilombola almeja incrementar seu projeto esportivo voluntário, com alternativas de renda e aprendizado aos seus alunos, conforme narrado:

E9 - E outro sonho meu, que é voltado ao projeto Afrosurfe, é conseguir ganhar um edital. A gente faria um mini instituto na praia, uma área de preparo físico, acadêmico, exercícios. Uma mini loja, e uma sala em cima para eles verem os vídeos deles surfando, e uma salinha para eles poderem estudar. Nesta sala teriam curso de inglês, espanhol fotografia, construção de pranchas. Seria uma capacitação para depois que eles terminassem este curso eles poderem trabalhara na loja e assim ganharem um salário. Então seria algo para não ter tantas dificuldades, eles saírem, ter que sofrer preconceito, terem várias dificuldades e terem que desistir no meio do caminho por falta de oportunidades, de possibilidades. Então poder trazer isto para a comunidade, fazer com que a molecada tenha uma profissão, que através disso eles possam ter o lucro deles aqui dentro mesmo vai ser muito gratificante. E através deste lucro que eles ganharem uma parte iria para o projeto e não dependeríamos mais de edital. Mas é um sonho que é um pouco difícil de realizar. Por que é um projeto bem alto, um custo bem alto, então faz quatro anos que eu dou aula para a molecada e nestes quatro anos poucas coisas mudaram.

Parte deste cenário também deriva das restrições jurídicas às práticas vernáculas, à concentração da comunidade num único núcleo (Praia da Caçandoca) que detêm o melhor acesso e luz elétrica, além de não adesão de parte dos novos quilombolas às atividades ancestrais de cultivo, extrativismo e pesca, conforme relatado:

E7- Meu marido tentou fazer uma roça lá, nem sei para onde é. Um dia vocês vão lá ver. Foi ele o J., seu H. e meu cunhado. Fez um tanto de roça que dá para ir daqui até na praia. Eles pegaram daqui de baixo, ficaram dois dias roçando. Convidaram o povo para ir plantar. Ninguém quis. Ele disse que a hora que ele melhorar ele vai plantar. Ele com o Jurandir vão fazer roça. Eu falei. Vai J., você com o seu padrinho. Nós vamos. Mas é. A gente vivia disso, né moço. Não é possível você deixar de colher. Minha vivência é esta daí.

Há de se inferir que parte desta não adesão dos mais jovens é decorrente da discordância com as práticas ancestrais de cultivo, e voltadas agora para novas técnicas (agrofloresta, por exemplo) conforme narrado:

E5 - E complementando esta questão de geração de renda estou a disposição da comunidade a voltar a fazer a reocupação do que a gente chama aqui de tiguera, de fazer os nossos plantios, mas através da agrofloresta, não mais aquela prática antiga da coivara, que é escolher um pedaço da mata atlântica, queimar para a produção. Hoje

em dia a nova geração que está vindo começa a discutir isso que é fazer este trabalho através da agrofloresta. Então a gente vai tentar fortalecer isso através da associação dos moradores. Não somente para geração de renda, mas ter como morar dentro do quilombo da Caçandoca porque a gente quer sair deste sistema de ficar preso exclusivamente na praia, na praia ou o sujeito ter que trabalhar dentro do loteamento do Pulso.

7.2.3.1 O suporte à identidade: uma quarta base de fruição

No decorrer da concepção e desenvolvimento desta tese teve-se em mente que as possibilidades de uso do patrimônio cultural pela sociedade estavam baseadas no tripé pedagogia, produção artística e economia. No entanto, as informações coletadas indicam uma quarta potencialidade: a identitária. Neste sentido Priscila Vaz (2020, p. 397) observa:

Ao fato de que é justamente em territórios majoritariamente negros, como muitos assentamentos rurais, territórios tradicionais e favelas, que uma diversidade de formas econômicas não capitalistas, coletivistas, de solidariedades se desenvolvem.

Esta se apresenta quando os patrimônios culturais identificados, seja pela comunidade ou com auxílio de um agente externo, possibilitam reforçar a narrativa das trajetórias deste grupo e permitem se (re) conhecer em seus vestígios e símbolos. Sobre esta assertiva baseia-se no depoimento de quilombola da Caçandoca:

E5 - Porque esta é a memória da comunidade. Se você começa a destruir esta memória, como fez a Incorporadora Continental, a gente só vai ficar na historinha? A gente precisa de algo visual, contato, chegar lá e mostrar aqui, ó. Por que este casario que a minha mãe falou só ficou na memória. Pouco sobrou dele. Quase nada. Sobrou lá a região do Saco do Morcego, que está sendo depredada, sobre resquícios que estão ali na Caçandoquinha que também está sendo depredado, e aqui para dentro se não tomar cuidado vai acontecer a mesma coisa.

Em outro exemplo pode-se ver a apropriação de elementos ambientais do quilombo como subsídios para o fortalecimento de sua identidade, por meio de atividades lúdicas, conforme narrado:

P - Me corrija se eu estiver errado: você carrega a tradição do Quilombo do Camburi e do Quilombo da Caçandoca. E você continua esta resistência de preservação ambiental, de preservação da cultura, junto com o Afrosurfe. É uma forma de preservação que você encontra. É isso?

E9 - É uma forma de preservação e identificação de cultura. Por que eu poderia colocar qualquer outro nome neste projeto. Surfe Jovem,

Surfe Transformador, qualquer outra coisa. Mas eu quis bater nesta tecla de ser o Afrosurfe. Até por que os próprios alunos meus olharam para mim e perguntaram: 'R., por que Afrosurfe?' Vocês mora numa comunidade quilombola. 'E o que é uma comunidade quilombola?' Então existe muita falta de informação de cultura dentro da comunidade. Quis bater nesta tecla por que todo lugar que tem praia, tem onda, o surfe se transforma em ferramenta de cultura. Só que eu não queria que fosse uma cultura só de surfe. Mas uma cultura de surfistas negros. Tanto que, acho que foi em 2018, fiz o primeiro campeonato de surfe quilombola do Brasil. Nunca ninguém fez um campeonato que voltasse à origem de escravos, de ex-escravos, de remanescentes quilombolas. Então isso foi para mim uma conquista muito grande por que eu pude identificar realmente qual era a cultura e o que a gente trata o surfe não como esporte, mas como cultura dentro da comunidade.

O mesmo depoente relatou outro de seus trabalhos, com o objetivo de divulgar o território e sua gente:

E9 - a gente postou este curta. Foi bem legal. A gente teve mais de 4000 visualizações. A gente pegou um público bom. Depois de realmente trazer aqui que estudou, aquilo que a gente batalhou para mostrar para as pessoas de dentro e de fora da comunidade, como é a Caçandoca de verdade.

Outro ponto identificado nas entrevistas refere-se ao caráter fortemente comunitário do quilombo, no suporte fraternal cotidiano balizado por bens patrimoniais imateriais (conhecimentos, saberes) como por seus bens materiais. Em resumo, não refere-se a utilização apenas funcional mas também simbólica. Exemplifica-se com o seguinte relato:

P - Não é só a renda também a questão do conforto, né, do emocional da pessoa?

E1 - Do emocional da pessoa, dele. Vê, minha mãe estava aqui e minha vó estava aqui quando isto estava acontecendo. E está acontecendo hoje. Isto tudo é bom para a pessoa, né? Por que num momento que você vê tanta coisa ruim e você, e a comunidade aqui era uma comunidade como já falei, como os primeiros cristãos e se vê isso que acontecia lá anos atrás, isto é muito importante, muito importante.

Assim, as linhas tecidas nesta seção procuraram elencar alguns olhares sobre a possibilidade de utilização de bens ambientais (naturais e culturais) como vetores de desenvolvimento aplicado em escala local, especificamente relacionada a territórios de comunidades tradicionais.

Salienta-se mais uma vez que a abordagem sobre desenvolvimento sustentável se baseou no olhar das comunidades citadas. Pode-se considerar que o patrimônio

cultural brasileiro, originado de diversas escalas (nacional, regional, local, individual) reveste-se tanto de valor simbólico quanto econômico. Ao apresentar possibilidades de fortalecimento de identidades, subsidiar atividades empresariais (tanto corporativas quanto de base comunitária) potencializa resultados esperados em serviços públicos, como educação, saúde, cultura, dentre outros com conseqüente redução de custos.

Sobre este último item, entende-se ser possível aferir, por meio de pesquisa específica, dados referentes à economia gerada pela melhoria da qualidade de vida em determinada população, quando esta é contemplada por um programa perene de proteção e uso de seu patrimônio cultural. Empiricamente, entende-se ser possível a obtenção de bem estar físico e emocional decorrente da apropriação destes bens, seja na forma de aprendizado, de atividades físicas, de expressões artístico - culturais e sobretudo, no fortalecimento de identidades e de atitudes republicanas e cidadãs.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No findar desta etapa acadêmica, não será clichê afirmar que esta agiu de forma transformadora na alma caçara do autor. Diante de sua formação em Arqueologia (à primeira vista externa ao Planejamento Urbano e Regional) o aprendizado foi efetivo, decorrente tanto das aulas quanto dos contatos com a comunidade quilombola. Igualmente, ao ter a oportunidade de apreender a visão sistêmica do urbano (ocupação, mobilidade, acesso a serviços, migração, topofilia, lazer, segurança, etc.) em conjunto com patrimônio cultural e território de comunidade tradicional.

Assim, o ponto motriz desta tese, a relação entre o patrimônio cultural do Quilombo da Caçandoca e o Planejamento Urbano e Regional, revelou-se assertivo. Baseia-se no reforço da ideia de que o território não é uma unidade estanque, desconexa do meio urbano; de que o patrimônio cultural de uma localidade possui funções práticas, cotidianas que vão além das demandas memoriais.

Sobre os questionamentos iniciais (qual o papel do patrimônio cultural na formação e consolidação de um território quilombola; qual sua relação com as políticas de Planejamento Urbano e Regional) pode-se aferir sua atuação em linhas gerais, referentes a: formação (passado), consolidação (presente) e expectativas de fruição (futuro) do quilombo da Caçandoca.

Em sua formação, os patrimônios eram considerados no cotidiano da comunidade: a mata para a roça, caça e extrativismo; as praias para a pesca e deslocamento; as manifestações imateriais para lazer, religião e saúde. Sua valorização era sedimentada no dia a dia e não demandava ações de consagração, representadas atualmente pelos dispositivos de tombamento e registro, por exemplo.

Da mesma forma se referenciava o território. Este era composto pela posse franca, rotativa e parental. Franca, sem cercas e divisórias rígidas, mas balizado pelos marcos topofílicos (o córrego, a árvore anciã, a grande pedra). Rotativa, marcada pelo uso sábio de determinado pedaço de terreno, até este apresentar sinais de esgotamento. Escolhia-se outro local, para descansar o anterior, ação condizente com práticas vernáculas de cultivo e extrativismo. Parental, pois usualmente era gravitária à residência dos mais velhos, o que gerava o quintal comum e o cuidado coletivo das crianças e dos mais debilitados.

Na consolidação do quilombo, os patrimônios foram elencados, tanto mentalmente quanto inseridos nos estudos conjuntos (pesquisadores e comunidade). Foram investidos do papel de símbolos desta cultura que se aglutinou em torno da resistência ante os ataques do mercado e do estado omissos. Uma das hipóteses levantadas inicialmente se confirmou: parte dos patrimônios não era de conhecimento pleno de alguns quilombolas, ou mesmo sua possibilidade de aproveitamento, como por exemplo, os sítios arqueológicos.

Referente ao território, este foi reivindicado pela comunidade com a inserção de limites rígidos, à maneira de fronteira entre as terras comuns quilombolas e os terrenos particulares derivados da atividade econômica hegemônica. No entanto, uma característica permaneceu, tanto na formação quanto na consolidação: seu valor de uso, em contraponto ao valor monetário.

O território mantém sua importância cotidiana para as práticas vernáculas, com adição do valor memorial, de elemento fundamental para a identidade quilombola da Caçandoca. Cenário também derivado da posse coletiva das terras, que não permite que sejam oferecidas ao mercado.

Em relação às expectativas de fruição do patrimônio cultural, estas são coligadas com a ideia de sustentabilidade. Tal termo é balizado pela autonomia/autogestão dos seus bens ambientais; compatibilidade de uso com o meio circundante e garantia de herança para as gerações futuras. As práticas orgânicas e tradicionais de uso dos recursos corroboram esta expectativa. E credenciam quilombos e demais comunidades ancestrais como fiéis depositárias de bens ambientais. Um benefício que não se limita aos seus indivíduos, mas se estende para toda a sociedade.

Tinha-se como hipótese inicial a possibilidade de uso baseada no tripé pedagogia, produção artístico-cultural e economia. No entanto, uma quarta base se apresentou ao autor: a identitária. Os patrimônios culturais serão suporte para as narrativas e trajetórias étnicas do quilombo, tanto material quanto prática vívida, intangível, das heranças e das construções do presente.

No âmbito de uma comunidade tradicional a metodologia aplicada revelou-se assertiva. Os métodos da Arqueologia da Paisagem possibilitam o reconhecimento de suas ocupações ancestrais e podem subsidiar a gestão deste território pelos seus detentores. Pode orientar a retomada destas parcelas, diante de futuros rearranjos

urbanísticos e auxiliar na compreensão de práticas e locais de trabalho de outrora. Também pode apoiar estes grupos contra ações de expulsão, sejam eles praticados pelo mercado ou pelo poder público, como por exemplo, conflitos com unidades de conservação.

Em relação à Arqueologia Pública, a construção conjunta do conhecimento foi vivamente praticada. Embora tenha-se preconizado o olhar paritário entre as diversas fontes documentais, foram os relatos os que mais deram suporte as conclusões deste trabalho. Assim, utilizou-se repertório metodológico adaptado aos anseios da comunidade detentora, consoante com cenário reivindicado pelo povo negro no Brasil.

Referente ao contexto histórico, este trabalho reforça a percepção de outros autores sobre o papel da Serra da Lagoa como uma das últimas trincheiras do tráfico clandestino de escravos no Brasil. Testemunha importante no holocausto do povo negro e de sua diáspora, de certa forma, reproduzida no século XX, com a expropriação dos territórios por incorporadoras e grileiros.

Sobre as identidades da comunidade, pode-se discorrer sobre a transição entre as referências denominativas: se antes eram grupos nos bairros da Serra da Lagoa, agora são unidos pelo ideal do quilombo. Na retomada destes valores de outrora, busca-se nos bens culturais elementos de uma identidade comum. Os vestígios materiais (ruínas, paisagens) e imateriais (saberes ancestrais, memórias, lendas) são incorporados, para alinhar esta nova identidade, de quilombola da Caçandoca. Portanto, a origem em determinado bairro/praias migra para o autorreconhecimento geral, caiçara; adota o termo quilombola e, por fim, avança a junção de ambos, em modo inclusivo, caiçara-quilombola.

Uma nova afirmação que não relega suas trajetórias ancestrais, mas também relembra da possibilidade de preconceitos sobrepostos ao quilombola, pela sua condição de praiano e ao mesmo tempo, negro. Também traz consigo as lutas exercidas pelas redes sociais, empareadas com outros movimentos que acolhem os reclames ambientais, culturais e de gênero.

Apresentou-se a trajetória histórica do Quilombo da Caçandoca como um resumo tanto do roteiro do Litoral Norte quanto da evolução dos conceitos de autorreconhecimento do povo negro. Em caráter complementar, ofereceu reflexões sobre a possibilidade de formação de quilombos urbanos satélites, compostos por famílias evadidas de seu território original. Cita-se como exemplos núcleos de

familiares da comunidade que vivem nas periferias de Ubatuba, Caraguatatuba e Guarujá.

A análise do arcabouço jurídico indicou os caminhos interligados entre os contextos culturais, ambientais, urbanísticos e de territórios e destes com o Planejamento Urbano e Regional. Tem-se como exemplo, de ordem demográfica, o direito de retorno de comunidades expropriadas ao seu torrão natal, não somente sob reivindicações, mas também sob orientação e indução. Com ações democratizantes que permitam o acesso dos excluídos ao ambiente jurídico, que o compreendam e sejam instruídos de seus direitos, conforme pode-se verificar nas parcerias da retomada do Quilombo da Caçandoca.

Na esteira das ações conjugadas dos movimentos sociais, aventam-se possibilidades de planos jurídico-administrativos integrados, derivados de colegiados de municípios, como roteiros e conjuntos de atrativos culturais e turísticos que transcendem os limites municipais.

Nestes roteiros, além das justificativas práticas inserem-se também as de ordem simbólica, presentes na afinidade de patrimônios de origem comum (bens culturais de quilombos coirmãos, por exemplo). Assim, no âmbito de uma região metropolitana pode-se visualizar a abrangência geográfica de comunidades tradicionais, seus recursos, produtos e serviços. Por conseguinte, as expressões de suas identidades.

Também na análise do ordenamento jurídico vê-se um caminho, ainda incipiente, da efetiva autonomia dos territórios pela comunidade detentora. O fato de possuírem limites definidos, à maneira de um enclave nos municípios, já indica simbolicamente esta possibilidade. Há ainda o reforço de medidas infra-legais que permitem a gestão administrativa dos seus domínios. Tem-se como exemplo o controle de acesso de não moradores, fechamento ou abertura de espaços e serviços e, sobretudo, o papel de gestor do ordenamento urbano facultado à associação quilombola. Sob este olhar, os territórios tradicionais poderão ser considerados no futuro um novo ente no mosaico territorial e no arcabouço administrativo do pacto federativo nacional.

A identificação amostral dos patrimônios culturais do Quilombo da Caçandoca trouxe como contribuição a sua sistematização. Os dados utilizados para definição da

Paisagem Cultural da Serra da Lagoa (olhar do pesquisador, documentos históricos, bens arqueológicos e percepção da comunidade) revelaram-se consoantes.

Indicam um compartimento geográfico bem definido, na trajetória histórica de Ubatuba e do Litoral Norte, passível de estudos específicos. A organização dos vestígios das ocupações em sistemas culturais pode propiciar melhor entendimento das fases de sua ocupação: sistemas colonial, de subsistência e quilombola atual.

A identificação das unidades produtivas (fazendas) indica a possibilidade de análises futuras, inclusive arqueológicas interventivas, em conjunto com a comunidade. Além de contribuir para a melhor compreensão das trajetórias históricas, tanto do opressor quanto do resistente escravizado, poderá subsidiar subprogramas de uso, como o turismo, por exemplo.

O rol apresentado das covas de casas permitirá compreensões tanto sobre os cotidianos domésticos de cada unidade habitacional quanto sobre a tipologia do quilombo. Se este se formou com a retirada dos proprietários ou se aquilombou ainda na presença dos fazendeiros, no vácuo de liderança e influência econômica.

Iniciou-se esta pesquisa com um rol de seis categorias de patrimônios: arqueológico; edificado; monumental e artístico em espaços públicos; paisagístico – cultural; imaterial e bens móveis. No entanto, uma sétima unidade se apresentou: a comunidade tradicional em si. Entender o conjunto territorial e populacional detentor das seis categorias iniciais como o organismo que as alinhava, o todo maior que a soma de todas as partes. Sua concepção poderá ser aprofundada e aprimorada, e com potencial de ser aplicada em diversos territórios, sejam eles rurais (territórios indígenas, quilombolas, beradeiros, caiçaras, caipiras, etc.) ou urbanos (bairros tradicionais, favelas, distritos operários, etc.).

Em correlação com as potencialidades de uso dos bens culturais, os depoimentos colhidos expressaram o desejo de que as edificações e os fragmentos arqueológicos não sejam simples objetos museológicos, a céu aberto ou em vitrines, mas marcos das lutas e dos valores da comunidade.

Que futuros monumentos e obras de arte em espaços públicos sejam livres para expressar as crenças e permitam a inserção de novas linguagens, novos olhares. Que os bens paisagísticos continuem a balizar a contemplação, o deslocamento e os fatos passados. As manifestações imateriais permaneçam insinuadas no dia a dia,

como prática cotidiana e orgânica da alma quilombola, e não sujeitas a encenações teatrais.

Por fim, os objetos biográficos. Que estejam sob a guarda de sua família, protegidos das agressões do clima, das expropriações, de sinistros. Juntos com seus detentores encontrem um ambiente urbano equilibrado, em comunidade com solo estável, posse titulada, acesso a serviços e infraestruturas que são direitos de toda a nação.

Faz-se uma conexão neste ponto com a situação de milhares de assentamentos vulneráveis Brasil afora. Favelas em encostas, erigidas em terreno instável, com materiais inflamáveis ou sob projeto insalubre de ventilação, circulação/evacuação e iluminação. Bairros rurais ou territórios nativos debaixo de cortinas tênues que suportam lama e dejetos, sempre em alerta para soterramentos e inundações, ou expulsos previamente por estas barragens. Diante de um desastre, natural ou antrópico, seus pertences são consumidos, varridos, soterrados. Junto com eles, a materialização de suas memórias.

Com as demandas de utilização destes patrimônios pela comunidade vem a responsabilidade de preservação. Mediante ação sistemática e permanente composta pela zeladoria, de forma conjunta com os órgãos oficiais; de autonomia para manter, modificar, adicionar ou suprimir determinado bem cultural e garantia de uso tanto pela comunidade quanto pelo público visitante.

Curadoria baseada na tradição, não composta por congelamento de cenários, ações teatralizadas e apego a valores do passado, mas pela luta, esta sim o componente tradicional do povo negro. Que possibilita identificar manifestações atuais de resistência, acolhê-las e deliberar sobre sua inserção no repertório cultural do quilombo, a exemplo de como eram aceitos os excluídos nos tempos ancestrais.

Um exemplo desta tradicional luta pode ser representada pelas ações autônomas de zeladoria do território. Se em momentos anteriores agressões especulatórias agiram para aglutinar o quilombo em torno de um ideal, atualmente o descaso do poder público faz com que esta comunidade aja para garantir, por ela, sua infraestrutura. Tem-se como exemplo a manutenção da estrada da Caçandoca com os recursos próprios, advindos de cobrança de estacionamento.

Em cenário similar, podem-se citar ações coordenadas de comunidades urbanas no combate aos efeitos da Covid-19. Viu-se no ano de 2020 favelas

paulistanas organizarem elas próprias sua rede de assistência social e até contratação de serviço de emergência médica.

Sob esta perspectiva, convida-se a reflexões sobre o Planejamento Urbano e Regional em quilombos, nichos caiçaras, favelas, não somente pela ótica do atendimento das necessidades funcionais. Atentar para os valores simbólicos, para a produção cultural local, para o querer da arte na formulação de suas edificações e traçados. Entender esta comunidade tanto como um repositório de bens ambientais como ela mesma um patrimônio em si.

Porém, apesar da densidade cultural e do legado histórico do quilombo, deve-se dar a esta comunidade o direito ao cotidiano. De exercer suas atividades organicamente, e não de forma teatralizada. De não terem a obrigação de expressarem um discurso padrão, homogeneizado, mas com liberdade de divergências. E que a opinião de um indivíduo ou de uma parcela da comunidade não seja utilizada para invalidar toda a luta empreendida, ou para fomentar o conflito interno. E para solucionar os debates, que tenham 'a mente livre' dispondo de condições satisfatórias de infraestrutura e serviços (cujo papel cabe sobremaneira ao estado).

O poder público tem o dever constitucional de considerar as especificidades urbanas, culturais e econômicas dos territórios tradicionais em sua rotina administrativa. Pode-se aferir no decorrer desta tese a preocupação dos quilombolas com oportunidades locais de emprego; transporte; saúde; decréscimo demográfico; acesso à escola (com oferta de currículo escolar adaptado à trajetória afro-brasileira). Estas demandas práticas são fiadoras do desenvolvimento da comunidade, com conseqüente liberdade para pensarem em suas demandas simbólicas. Tão complexas, envoltas em responsabilidades de preservação e garantia de herança para as próximas gerações.

Ao Estado também não pode ser facultado o esquecimento e omissão na preservação dos bens culturais quilombolas. No caso dos sítios arqueológicos, estes são testemunhos da diáspora africana e do holocausto e resistência do povo negro. Permitir que seus perímetros sejam entregues à iniciativa privada, suprimidos para darem lugar a empreendimentos hegemônicos, é perpetuar a opressão. Vide o caso específico das ruínas da Caçandoca (AOA Sobrado 01): foi demolida pela incorporadora para uso na pavimentação da estrada. Representa um ato

administrativo (ainda que por omissão pela municipalidade), que gerou impactos memoriais na comunidade detentora.

Portanto, pensar em território quilombola, seja em Planejamento Urbano e Regional, gestão do patrimônio cultural ou qualquer outro escopo é pensar em resistência. Ação que traz para a atualidade as lutas dos escravos, que por meio das narrativas se mesclam com os embates do presente. Os quilombolas carregam consigo as memórias ancestrais não como meras lembranças, mas como patrimônios, como referenciais de sua identidade e suportes para as lidas de agora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AB'SÁBER, A. N. **Previsão de impactos**. São Paulo: EDUSP, 2006.
- AB'SÁBER, A. N. **Uma nova ligação entre o Litoral e Planalto, no setor Paulista do Eixo Rio – São Paulo: (re) visão de um projeto**. [São Paulo: Dersa, 1989]. Fotocópia de manuscrito. Acervo Fundação Cultural São Sebastião. Manuscrito do autor.
- ABREU, G. D. Urgem providências para solucionar a crise de transporte na Costa Sul do município. **O Bandeirante**, São Sebastião, 15 de outubro de 1961, número 240, página 1.
- ABREU, R. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. *In*: LIMA FILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. **Antropologia e Patrimônio Cultural**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 263 – 286.
- ACSELRAD, H. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.
- ACSERD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n.1, p. 79-90, maio, 1999.
- AFONSO, M. C. Arqueologia dos sambaquis no litoral de São Paulo: análise da distribuição dos sítios e cronologia. **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, v. 17, n. 30, p. 203-227, jan./jun, 2017.
- AGOSTINI, Camilla. **Mundo atlântico e clandestinidade. Dinâmica material e simbólica em uma fazenda no sudeste, século XIX**. 2011. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- AGUIAR, V. G. *et al.* Tecnologias sociais no território comum: articulação institucional e inclusão social no quilombo grotão. **Revista da ABPN. Geografias Negras**. v. 12, n. Esp., p. 336-360, abr. 2020.
- ALMEIDA, A. P. Discurso. *In*: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. **Terceiro Centenário de Ubatuba**. São Paulo: IHGSP, 1938.
- ALMEIDA, A. P. **Memória Histórica sobre São Sebastião**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1959.
- ALONSO, Â. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALVES, E. R. Reconhecimento valorativo do patrimônio quilombola por meio do mapeamento participativo. **Revista da ABPN. Geografias Negras**, [s.l.], v. 12, n. esp, p. 153-174, abr. 2020. Disponível em:

<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/860> Acesso em: 20 set 2020.

ANDRADE, T. (org). **Quilombos em São Paulo: Tradições, direitos e lutas**. São Paulo: IMESP, 1997.

ARANTES, A. A. O Patrimônio Cultural e Seus Usos: a Dimensão Urbana. **Revista do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia**, v. 4, n.1, p. 425-435, 2006.

ARAÚJO, C. P. **Porto (in) seguro: a perda do paraíso**: Os reflexos do turismo na sua paisagem. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ARAÚJO, D. P. R. Território quilombola Caçandoca: termo de ajustamento de conduta como instrumento de Governança. "Desafios para a governança agrária do país". In: CONGRESSO NACIONAL DOS PERITOS FEDERAIS AGRÁRIOS, 2., 2016, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: SindPFA, 2016. Disponível em: <https://sindpfa.org.br/apoioSindPFA/Arquivos/II%20CNPFA/trabalhos/Paulo%20Araujo%20SP.pdf>

ARGAN, G. C. **Historia del Arte como Historia de la Ciudad**. Barcelona: Editorial Laia, 1984;

ARNT, R. **As últimas praias: de Ubatuba a Paraty**. São Paulo: Terra Virgem, 2006.

ARRIGHI, G. **O Quarto Ciclo de Acumulação (Norte-Americano), no Longo Século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. **Projeto de Lei n. 952, de 2019**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000282123>. Acesso em 13 jan. 2020.

AYER DE OLIVEIRA, L. **Quilombos. A hora e a vez dos sobreviventes**. São Paulo: Comissão pró Índio de São Paulo, 2001.

BAHN, P.; RENFREW, C. **Arqueología; Teorias, Métodos y Práctica**. Madrid, Ed. Akal, 1993.

BALLARIO, C. B. **Avaliação da influência da política de transportes no crescimento do litoral norte do Estado de São Paulo**. 2000. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BARRAZA, N. C. Tierra ancestral, desplazamiento territorial y la 'nueva' identidad de 'mujer negra desplazada'. In: PIRES, A. L. C. S.; GOMES, F. S.; ROJAS, A. (orgs.) **Territórios de gente negra: processos, transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016. p. 83 – 114.

BASALLO, S. P. M. La migración de afrocolombianos hacia las ciudades: dinâmicas de movilidad, redes étnicas y procesos de ocupación espacial. In: PIRES, A. L. C. S.; GOMES, F. S.; ROJAS, A. (orgs.). **Territórios de gente negra: processos,**

transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016. p. 115 – 138.

BASTOS, R. L. A Arqueologia Pública no Brasil: novos tempos. *In*: ANDRADE, A. L. D. et al. **Patrimônio: Atualizando o debate.** São Paulo: 9ª SR IPHAN - SP, 2006. p.155 – 168.

BELCHIOR. **Alucinação.** São Paulo: PolyGram, 1976. 1. Disco.

BENAVIDES, H. Retornando à origem: arqueologia social como filosofia latino-americana. **Pedagogia holística, Filosofia política, Clima e Sustentabilidade: Olhares transdisciplinares**, v.1, n.2, p.164 –192, jul./dez. 2011.

BENDAZZOLI SIMÕES, Cíntia. **O panorama da ocupação sambaquieira no arquipélago de Ilhabela, SP.** 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014., 2014;

BERNO DE ALMEIDA, A. W. Apresentação. *In*: IPHAN. **Cartografia social dos afroreligiosos em Belém do Pará.** Rio de Janeiro: CASA 8 - IPHAN, 2012. p. 7 – 12.

BERNO DE ALMEIDA, A. W. Os quilombos e as novas etnias. *In*: O'DWYER, E. C. (org.) **Quilombos: identidade étnica e territorialidade.** Rio de Janeiro: Editora FGA, 2002. p. 43 – 82.

BERNO DE ALMEIDA, A. W. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 1.^a ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2006.

BEYER, G. Viagem a São Paulo no verão de 1813. Tradução de Alberto Loefgren. **Notícia Bibliográfica e Histórica**, Campinas, v.24, n.145, p. 5-72, jan. 1992.

BOAVENTURA LEITE, I. Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos. *In*: RIFIOTIS, T.; RODRIGUES, T. H. **Educação em direitos humanos: discursos críticos e temas contemporâneos.** Florianópolis: Ed.UFSC, 2008. p. 89-114.

BORNAL, W. G. **Sítio Histórico São Francisco:** um estudo sob a ótica da Arqueologia da Paisagem. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BORNAL, W. G.; ROSENDO DOS SANTOS, C. G. **Programa de Gestão do Patrimônio Cultural de São Sebastião.** São Sebastião: Fundação Cultural São Sebastião, 2009.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória:** ensaio de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANCO, E. R. **Encontros, desencontros e reencontros na trajetória da comunidade remanescente do Quilombo Caçandoca: identidade e territorialidade.** Dissertação (mestrado) Universidade Estadual Paulista - Faculdade De Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2007.

BRANDÃO, C. A. Transversalidade, multiescalaridade e os desafios da legitimação das políticas regionais no Brasil. In: RANDOLPH, R.; TAVARES, H. M. (org.) **Política e Planejamento Regional: uma Coletânea**. Brasília: Gráfica Movimento, 2013. p. 32 – 40.

BRASIL. Presidência da República 2019b. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm. Acesso em: 30 de maio de 2019.

BRASIL. Presidência da República **Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 11 de abril de 2019.

BRASIL. Presidência da República **Constituição Federal (1988)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 de março de 2019.

BRASIL. Presidência da República **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 13 de março de 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 13 de junho de 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 22 de março de 2020.

BRUNO, E. S. **Café & Negro: Contribuição para o estudo da economia cafeeira de São Paulo na fase do trabalho servil**. São Paulo: Atalanta Editorial, 2005.

BRUNO, M. C. O. **Musealização da Arqueologia: um estudo de caso de modelos para o Projeto Paranapanema**. 1995. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 1995.

CALDAS, E. C. **Formas de exploração da propriedade rústica**. Lisboa: Sá da Costa, 1947.

CALIXTO, B. Memória histórica. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v.19, p. 23-39, 1936.

CAMPOS, J. F. **Santo Antônio de Caraguatatuba**. Caraguatatuba: Editora Fundacc, 2000.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CHASTAN, L. **Litoral Norte: Caiçaras e franceses**. São Paulo: Ateniense, 1992.

CHASTAN, L. **São Paulo - Litoral Norte. Na trilha dos Tamoios**. São Paulo: edição da autora, 1983.

CHICO CÉSAR. **Negão**. São Paulo: Urban Jungle; Natura Musical, 2015. 1 disco.

CHOAY, F. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

COMISSÃO GEOLÓGICA E GEOGRÁFICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CGGESP). **Exploração do Rio Juqueriquerê**. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Co., 1919.

CONDEPHAAT. **Consulta de processo 00082: Pedido de tombamento das Ruínas de Tabatinga**. Disponível em:

<http://www.amigodacultura.sp.gov.br/ConsultaCondephaat/resultbusca?numProcesso=00082>. Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

CONDEPHAAT. **Consulta de processo 41132: Estudo de tombamento das ruínas localizadas na Praia da Lagoa, Ubatuba, SP**. Disponível em:

<http://www.amigodacultura.sp.gov.br/ConsultaCondephaat/resultbusca?numProcesso=41132,2020a>. Acesso em: 11 de janeiro de 2020a.

CONDEPHAAT. **Parecer Técnico UPPH n. GEI-317-2014: Pedido de tombamento das Ruínas de Tabatinga**. São Paulo: Condephaat, 2014.

CONDEPHAAT. **Ubatuba: Bens tombados**. Disponível em:

<http://condephaat.sp.gov.br/?unonce=b7e07ba75c&uformid=176&s=uwpsfsearchtrg&taxo%5B0%5D%5Bname%5D=cidades&taxo%5B0%5D%5Bopt%5D=&taxo%5B0%5D%5Bterm%5D=ubatuba&taxo%5B1%5D%5Bname%5D=classificacao&taxo%5B1%5D%5Bopt%5D=&taxo%5B1%5D%5Bterm%5D=uwpgsftaxoall&taxo%5B2%5D%5Bname%5D=livrostombo&taxo%5B2%5D%5Bopt%5D=&taxo%5B2%5D%5Bterm%5D=uwpgsftaxoall&skeyword=>. Acesso em: 11 jun. 2020b.

CONFEA. **Estatuto da Cidade**. Lei 10.257. Brasília: Confea, [2001].

CORDEIRO, P. R. O. Racismo e regularização fundiária dos territórios das comunidades quilombolas da Bahia. **Revista da ABPN. Geografias Negras**, v. 12, n. Esp. p. 32-53, abr. 2020.

CORIOLOANO, L. N.; SAMPAIO, C. A. C. Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. *In*: BRASILEIRO, M. D. S. **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012, p. 23 – 45.

COSTA - LIMA NETO, L. F. Teatro, tráfico negreiro e política no Rio de Janeiro imperial (1845-1858): os casos de Luiz Carlos Martins Penna e José Bernardino de Sá. **ArtCultura**, v. 19, n. 34, p. 107-124, 2017.

COSTA, R. V.; BARBOSA DA SILVA, F. A. Os usos do registro do Patrimônio Cultural Imaterial. *In*: SOARES, I. V.; PRAGMÁCIO, M. **Tutela Jurídica e Política de Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial**. Salvador: Juspodium, 2018. p. 343 – 402.

CRESPO, N.; MOREIRA, S. B. Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 38, n. 2, p. 25-50, 2012.

CRUZ, O. **A Serra do Mar e o Litoral na área de Caraguatatuba**: Contribuição à geomorfologia tropical litorânea. São Paulo: IGEOUSP, 1974.

CUNHA FILHO, F. H.; RABÊLO, C. N. O caráter multiforme, ubíquo e multiconcorrencial da vigilância sobre o patrimônio cultural brasileiro. *In*: SOARES, I. V.; PRAGMÁCIO, M. **Tutela Jurídica e Política de Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial**. Salvador: Juspodium, 2018. p. 87-106.

CURY, M. X. Para saber o que o público pensa sobre arqueologia... *In*: SOARES, I. V.; PRAGMÁCIO, M. **Tutela Jurídica e Política de Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial**. Salvador: Juspodium, 2018. p.121-144.

D'ELBOUX, S. M.; BAIRON, S. A Proteção Legal às Expressões Culturais Tradicionais no Brasil: mecanismos e iniciativas para a sua preservação e difusão. *In*: SOARES, V. P.; PRAGMÁCIO, M. (org.). **Tutela Jurídica e Política de Preservação do patrimônio Cultural Imaterial**. Salvador: JusPodium, 2018. p. 121-144.

DAGNINO, R. Tecnologia social: base conceitual. **Revist@ do observatório do movimento pela tecnologia social da América Latina**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2011.

DELGADO, G. C. Desigualdades sociais face ao desenvolvimento científico e tecnológico: antinomia ou problema histórico? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 7, p. 2109-2118, 2017.

DIEGUES, A. C. **Ecologia Humana e Planejamento Costeiro**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

DIEGUES, A. C. **Enciclopédia Caiçara. Vol 1. O Olhar do pesquisador**. São Paulo: HUCITEC, 2004.

DIVISÃO DE INVENTÁRIO do Instituto Português de Arqueologia. Endovélico: Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. **Revista Portuguesa de Arqueologia**, v. 5, p. 277 – 283, 2008.

EMPLASA. **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>. Acesso em: 01 jun. 2019.

ESCOBAR, A. Territórios de diferencia: la ontología política de los 'derechos al territorio'. *In*: PIRES, A. L. C. S.; GOMES, F. S.; ROJAS, A. (org.). **Territórios de gente negra**: processos, transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016, p.139 - 188;

ESTRELA DA COSTA, A. C. **Comunidade Quilombola de Caçandoca**. Belo Horizonte: FAFICH. INCRA; 2016.

FABRIS, A. Os valores do patrimônio. *In*: RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos**. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 9 – 22.

FALCÃO, A. H. B.; FRANCA FILHO, M. T. O Brasil e o patrimônio cultural agrário: uma leitura preliminar da Carta de Baeza nos trópicos. *In*: SOARES, I. V.; PRAGMÁCIO, M. **Tutela Jurídica e Política de Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial**. Salvador: Juspodium, 2018. p. 473 – 488.

FERRÃO, A. M. A. Arquitetura rural e paisagens culturais no Brasil a partir de uma abordagem transdisciplinar e da visão de processos. **Revista Vegueta**, n. 8, p. 133 – 147, 2004.

FERREIRA, S. R. B. Campesinidade negra no Sapê do Norte - ES: diversidade de saberes e pertencimento ao território. *In*: PIRES, A. L. C. S.; GOMES, F. S.; ROJAS, A. (orgs.) **Territórios de gente negra: processos, transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016, p. 379 – 392.

FIGUEIREDO, S. L. PEREIRA, E. BEZERRA, M. (org.). **Turismo e Gestão do Patrimônio Arqueológico**. Belém: IPHAN, 2012.

FONSECA, M. C. L. O patrimônio imaterial em processo: uma leitura dos bens inscritos nos livros de registro do Iphan. *In*: SOARES, I. V.; PRAGMÁCIO, M. **Tutela Jurídica e Política de Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial**. Salvador: Juspodium, 2018. p. 71 – 86.

FRANÇA, A. **A Ilha de São Sebastião: Estudo de Geografia Humana**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1954.

FREITAS MONTEIRO, G. R. F. Panorama Geohistórico dos Quilombos no Brasil: Notas Para (Re) Pensar a Formação Territorial Brasileira. **Revista da ABPN. Geografias Negras**, v. 12, n. Esp., p. 361-388, abr. 2020.

FREY, K. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? **Política e sociedade**, Florianópolis, n. 5, p.119-138, 2004.

FUNARI, P. P. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, P. P.; ROBRAHN - GONZÁLEZ, E. M. **Arqueologia Pública**. Campinas: Unicamp, 2006.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Portaria Nº 98, de 26 de novembro de 2007**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2019.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis (1830-1889). Une leçon d'ouverture et quelques fragments inédits. **Revue de synthèse historique** (Paris), v. 1, p. 241-263, 1901.

FUZZI, L. P. Memórias Quilombolas: O Bairro do Quilombo em São Bento do Sapucaí como Lugar Antropológico. ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 11., 2015. Niterói. **Anais [...]**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em: https://www.sudeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/9/1429457182_ARQUIV

O_artigomemoriasquilombolas_bairrosdosquilombos_ludmilapenafuzzi.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

GALLO, H. Arqueologia, arquitetura e cidade: a preservação entre a identidade e a autenticidade. *In*: ANDRADE, A. L. D. et al. **Patrimônio: Atualizando o debate**. São Paulo: 9ª SR IPHAN - SP, 2006, p. 91-116.

GARRIDO, M. **Fazenda dos Ingleses: um bocado de história**. São Vicente: Editora Danúbio, 1988. 169 p.

GASPAR, M. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

GIL-HERNÁNDEZ, F. Colonialidad, racialización y subjetividad: experiências de racismo y construcción de subjetividades de personas negras en sectores medios de Bogotá, Colombia. *In*: PIRES, A. L. C. S.; GOMES, F. S.; ROJAS, A. (orgs.). **Territórios de gente negra: processos, transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016. p.59 – 82.

GODOY, Renata de. **Plano de gestão para o patrimônio arqueológico da cidade de Goiás/GO**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.

GOMES, C.; ANDRADE, D. J.; SANTOS, M. H. S. O que une, separa: Questão metropolitana e paradoxos da transformação socioespacial em contexto regional paulista. *In*: ENANPUR, 19., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: Enanpur, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=327>

GOMES, F. S.; MACHADO, M. H. Interiorização, formas de ocupação e quilombos 'volantes' em São Paulo. Século XVIII e XIX. *In*: PIRES, A. L. C. S.; GOMES, F. S.; ROJAS, A. (orgs.) **Territórios de gente negra: processos, transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016, p. 291 – 330.

GRAÇA, I. **Terra tamoia**. São Paulo: Martins, 1967.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUIMARÃES, G. F. Geo-grafias negras & geografias negras. **Revista da ABPN. Geografias Negras**, v. 12, n. Ed. Esp., p. 292-311, abr. 2020;

GUSMÃO, N. M. M. Quilombo Campinho da Independência: direito insurgente, luta quilombola e educação. *In*: PIRES, A. L. C. S.; GOMES, F. S.; ROJAS, A. (orgs.) **Territórios de gente negra: processos, transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016. p. 359-378.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: UGRGS, 2004.

HALBWACHS, M. **Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2003.

HARDT, L. P. A.; HARDT, C. Avaliação da paisagem cultural: estudo de caso em Piraquara, Paraná, como fundamento à gestão urbana e municipal. *In*: TERRA, C. G.; ANDRADE, R. O. de. (org.) **Interface entre Tempo e Espaço na Construção da Paisagem Sul-Americana**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 123-129. (Coleção Paisagens Culturais, v. 2).

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

HELENA, I. Conflitos interétnicos en el Caribe Insular colombiano. *In*: PIRES, A. L. C. S.; GOMES, F. S.; ROJAS, A. (org.) **Territórios de gente negra: processos, transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016. p. 247 – 270.

HOBBSAWM, E. J. E. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLME, O. **Ubatuba**: De uma agricultura de subsistência para uma agricultura comercial. 1971. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.

HORTA, M. L. P. **O que é Educação Patrimonial**. Disponível em: <http://www.redebrasil.tv.br/salto/boletins2003/ep/tetxt1.htm>. Acesso em: 20 mar. 2004.

HYRA, T. N.; RODRIGUES, C. Contando as violências: narrando eventos considerados violentos. *In*: RIFIOTIS, T.; VIEIRA, D. (org.). **Um olhar antropológico sobre violência e estudos de narrativas**. Florianópolis: EdUFSC, 2012. p. 99 – 120.

IBGE. **Contra Covid-19, IBGE antecipa dados sobre indígenas e quilombolas**. Disponível em: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/27487-contracovid-19-ibge-antecipa-dados-sobre-indigenas-e-quilombolas.html#:~:text=O%20IBGE%20estima%20que%20no,2021%2C%20e%20do%20Censo%202010>. Acesso em: 11 de novembro de 2020;

IBGE. **Ubatuba**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ubatuba/panorama>. Acesso em: 12 de janeiro de 2021;

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Quem somos**. Disponível em: http://201.55.33.20/?page_id=786. Acesso em: 13 mar. 2020.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. **Terceiro Centenário de Ubatuba**. São Paulo: IHGSP, 1938.

INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. **STF confirma: não há marco temporal para a titulação dos territórios quilombolas**. 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/stf-confirma-nao-ha-marco-temporal-para-a-titulacao-dos-territorios-quilombolas>. Acesso em: 27 jul. 2020.

IPHAN. **Bens móveis e integrados**. Brasília: DEPAM/IPHAN, 2009.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226/>. Acesso em: 03 ago. 2019.

IPHAN. **Consulta sobre Sítios Arqueológicos/CNSA/SGPA: Ubatuba, SP**.

Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php. Acesso em: 22 mar. 2020.

IPHAN. **Patrimônio: 70 anos em São Paulo**. São Paulo: IPHAN 9ª. SR, 2008.

IPHAN. **Projeto Bem-Te-Vi: Memória do Jongo do Tamandaré**. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/979/>. Acesso em: 25 out. 2020.

JACKSON, R; HUETE, A. Interpreting vegetation indices. **Prev. Vet. Med.**, v. 11, n. 3, p. 185- 200, 1991;

JESUS, I. F. **Os desafios da formação política da militância do Movimento Negro Unificado – MNU**. [s.l.]: Movimento Negro Unificado, 2009. Disponível em:

<https://mnu.org.br/os-desafios-da-formacao-politica-da-militancia-do-movimento-negro-unificado-mnu/>. Acesso em: 5 nov. 2019.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEFEBVRE, H. **Espacio y Política**. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Nebli, 2016;

LEMOS, C. A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIMA FILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. Quando o campo é patrimônio. *In*: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia (Orgs.).

Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos.

Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 11 – 20.

LIMA RODRIGUES, F. L. Bens culturais: patrimônio cultural imaterial no Brasil. *In*:

SOARES, I. V.; PRAGMÁCIO, M. **Tutela Jurídica e Política de Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial**. Salvador: Juspodium, 2018. p. 323-342.

LIMA, L., SILVA FRANCISCO, G. O que é isso? Para que serve? Quem são vocês? O que fazem? Uma experiência de arqueologia pública em Paranã-TO. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 49-62, 2006.

LIMA, V. H. G. A herança do comércio da África pré-colonial nas práticas comerciais em Salvador e no Rio de Janeiro: continuidades e rupturas. **Revista da ABPN. Geografias Negras**. v. 12, n. Esp. p.175-199, abr. 2020.

LIXINSKI, L. Instrumentos regionais e internacionais sobre patrimônio cultural imaterial: multiculturalismo entre tradição e modernidade, cultural alta e baixa. *In*:

SOARES, I. V.; PRAGMÁCIO, M. **Tutela Jurídica e Política de Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial**. Salvador: Juspodium, 2018. p. 47 – 70.

LUZ, F. C. A dimensão racial nas políticas urbanas e habitacionais. **Revista da ABPN. Geografias Negras**. v. 12, n. Esp., p. 126-152, abr. 2020.

MALTA, Flavio José Nery Conde. **Diretrizes para o planejamento e sua gestão no litoral norte paulista**. 1994. Tese (Doutorado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MANTOVANI OLIVEIRA, T. F. de. **Tradições culturais do Quilombo da Fazenda pelas vozes da comunidade**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2008.

MARCELINO, J. As marcas da colonialidade: raça e racismo na produção do pensamento geográfico. **Revista da ABPN. Geografias Negras**. v. 12, n. Esp. p. 435-457, abr. 2020;

MARICATO, E. O Estatuto da cidade periférica. *In*: CARVALHO, C.S. ROSSBACH, A. **O Estatuto da Cidade: comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades; Aliança das Cidades, 2010. p. 5 – 22.

MARQUESE, R. B. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das *plantations* escravistas americanas no século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.14, n.1, p. 11-57, Jun. 2006.

MARX, M. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Edusp, 1989.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MÉNDEZ, M. G.; BOADO, F. C. La Edad del Hierro: de la investigación a la ilustración. Planteamientos y diseño del proyecto de recuperación del castro de Elviña. *In*: BOVEDA LÓPEZ, M. M. (org.) **Gestión Patrimonial y Desarrollo Social**. Santiago de Compostela: Laboratorio de Arqueoloxía e Formas Culturais, IIT, Universidade de Santiago de Compostela, 2000. (Capa: Criterios e Convencións en Arqueoloxía da Paisaxe, 12) p. 51 - 62;

MENESES, U. B. Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 33, p. 37-58, 2007.

MENESES, U. B. A cidade como bem cultural: Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. *In*: ANDRADE, A. L. D. *et al.* **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9ªSR IPHAN, 2006, p. 33-76.

MERLO, M. **Entre o mar e a mata: a memória afro-brasileira. São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba**. São Paulo: EDUC, 2005.

MINAS, E. A. **Registro e Preservação Cultural: Fazeres e Saberes da Comunidade Remanescente do Quilombo da Caçandoca – Litoral Norte/SP**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Fernandópolis: Universidade Camilo Castelo Branco, 2015.

MONTEIRO, P.M.M. A paisagem como lugar: o perfil das montanhas do Rio de Janeiro. *In*: TERRA, C.G.; ANDRADE, R. (ORG.) **Interfaces entre Tempo e Espaço na Construção da Paisagem Sul-Americana**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Belas Artes, 2008, p. 44 – 51.

MORAIS, J.L. A arqueologia e o turismo. *In*: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (org.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 97-106.

MORAIS, J.L. A Arqueologia e o fator geo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n.9, p. 3-22, 1999.

MORAIS, J.L. **Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico do Gasoduto Caraguatatuba – Taubaté Gastau**. São Paulo: Petrobras, 2007.

MORAIS, J.L. Plano Cartográfico do Projeto Paranapanema. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 2, p. 155-157, 1992.

MORAIS, J.L. Reflexões acerca da arqueologia preventiva. *In*: ANDRADE, A. L. D. de. *et al.* **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9ª. SR IPHAN, 2006, p.191 – 220.

MORALES, M. H. L. B. **Fragmentos de história: passados possíveis no discurso da arqueologia histórica**. Curitiba: SAMP, 2014.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

AMENOMORI, Sandra Nami. **Paisagem das ilhas, as ilhas da paisagem: A ocupação dos grupos pescadores-coletores pré-históricos no litoral norte do estado de São Paulo**. 2005. Tese (doutoramento em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, 2005.

NODARI, E. S.; BOTELHO, L. J. O inter-relacionamento entre Educação em Direitos Humanos e meio ambiente. *In*: RIFIOTIS; T.; VIEIRA, D. (orgs.) **Um olhar antropológico sobre violência e estudos de narrativas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. p. 135 – 156.

O ECO. **O que é uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/29229-o-que-e-uma-reserva-de-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

OLIVEIRA, D. A. Questões acerca do genocídio negro no Brasil. **Revista da ABPN. Geografias Negras**. v. 12, n. Ed. Especial - Caderno Temático: abril, p. 312-335, 2020.

OLIVEIRA, D. Movimentos sociais e uma nova cultura política em tempos de ação direta do capital. **ARACÊ: Direitos Humanos em Revista**, v 1, n.1, p. 89-109, jun. 2014.

OLIVEIRA, R. R.O.; FERNANDEZ, A. C. F. Entre roças e florestas: passado e presente na Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro. **RBPG**, Brasília, v. 13, n.32, p. 777-806, 2016.

OLIVEIRA, W. **Ubatuba: Lendas & outras histórias**. Ubatuba: edição do autor, 1977.

ORIGEM ARQUEOLOGIA. **Relatório do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Loteamento Residencial e Comercial Green**

Village Ubatuba. Município de Ubatuba/SP. São José dos Campos: Origem Arqueologia, 2017.

OSÓRIO, M.; SALGADO, T. Um sistema de informação geográfica aplicado na Arqueologia no Município de Sabugal. **Práxis Archaeologica**, n. 2, p. 9 – 22, 2007.

PAES, S. R. **Espaço da vida, espaço da morte na trajetória Caiçara.** 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1998.

PEREIRA DOS SANTOS, Ademir. **Inventário digital e modelos historiográficos para urbanização e arquitetura.** 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PEREZ, C. S. B. Juventude, música e ancestralidade na comunidade jongueira do Tamandaré - Guaratinguetá/SP. **Periódicos Eletrônicos em Psicologia. Imaginário**, v. 11, n. 11, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2005000200012. Acesso em: 22 set. 2020.

PESSOA, T. C. Sobre o que se quis calar: o tráfico de africanos no litoral norte de São Paulo em tempos de pirataria. **História**, Assis/Franca, v. 39, e2020030, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742020000100210&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 22 set. 2020.

PETRONE, M. T. S. Terras Devolutas. Posses e Sesmarias no Vale do Paraíba Paulista em 1854. **Revista de História**, v. 52, n.103, p. 375-399, 1975. Disponível em: revistas.usp.br/revhistoria/article/view/133157

PETRONE, M. T. S. História: Considerações sobre a Tributação do Açúcar e da Aguardente Paulistas - 1765 - 1851. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 5, p. 23-30, 1968. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i5p23-30.

PINHEIRO DA SILVA, R. C. Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da Lei 3924/61. In: IPHAN. **Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação.** Brasília: Iphan, 2007. p. 59-74.

PRIOSTI, O. M.; VARINE, H. O novo museu das gentes brasileiras: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológicos comunitários. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 28, n. 28, p. 57-70, 2007. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/512>

QUEIROZ, R. S. **Caipiras Negros do Vale do Ribeira:** um estudo de antropologia econômica. São Paulo: Edusp, 2006.

RESTREPO, E. Espacialidades afrodescendentes en el Pacífico colombiano. In: PIRES, A. L. C. S.; GOMES, F. S.; ROJAS, A. (org.) **Territórios de gente negra:** processos, transformações e adaptações: ensaios sobre Colômbia e Brasil. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016, p. 189 – 214.

RIBEIRO MOREIRA, Pedro. **Fotografia e histórias de vida**. 2002. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

RIBEIRO, M. S. **Arqueologia das Práticas Mortuárias**. São Paulo: Alameda, 2007.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIFIOTIS, T. Direitos humanos e outros direitos: aporias sobre processos de judicialização e institucionalização de movimentos sociais. *In*: RIFIOTIS, T.; VIEIRA, D. (org.). **Um olhar antropológico sobre violência e estudos de narrativas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012a. p. 39 – 58.

RIFIOTIS, T. **Direitos Humanos: sujeito de direitos e direitos do sujeito**. *In*: RIFIOTIS, T.; VIEIRA, D. (org.). **Um olhar antropológico sobre violência e estudos de narrativas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012b. p. 13 – 26.

RMSP. **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. São Paulo: Região Metropolitana de São Paulo**. 2019. Disponível em: <https://www.pdui.sp.gov.br/rmsp/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações de arqueologia pública ligadas ao Projeto de Ampliação de Mina Calcária Limeira. *In*: FUNARI, P. P. **Arqueologia Pública**. Campinas: Unicamp, 2006, p. 62 – 122.

RODRIGUES, A. M. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. **Cadernos Metrôpole**, n. 12, p. 9-25, 2004.

RODRIGUES, J. **O infame comércio**. Campinas: UNICAMP, 2000.

ROSENDO DOS SANTOS, Clayton Galdino. **Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico de São Sebastião, SP**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.71.2012.tde-19062012-101406.

ROSSI, M.; QUEIROZ NETO, J. P. de. Relações solo/paisagem em regiões tropicais úmidas: o exemplo da Serra do Mar em São Paulo, Brasil. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 14, p. 11 – 23, 2001.

ROTMAN, M.; CASTELLS, A. N. G. Patrimônio e Cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades. *In*: LIMA FILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. **Antropologia e Patrimônio Cultural**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 57 – 80.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. Salvador: Câmara Municipal, 1955.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, v. 13, n. 2, p. 16-26, 1999.

SANTOS, R. B. B. *et al.* Quilombo Sertão do Itamambuca de Ubatuba/SP e suas Memórias. *In*: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 12., 2008, São José dos Campos. **Anais [...]**. São Jose dos Campos: Univap, 2008.

Disponível em:

http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosINIC/INIC0249_02_O.pdf.

Acesso em: 01 de novembro de 2020.

SANTOS, S. Herdeiros de Zumbi: Olhando o Futuro sem Esquecer o Passado. *In*: ANDRADE, T. (org.). **Quilombos em São Paulo. Tradições, direitos e lutas**. São Paulo: IMESP, 1997, p. 43 - 61;

SÃO PAULO (CIDADE) - Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. **O Direito à Memória: o patrimônio histórico e cidadania**. SÃO PAULO: DPH, 1992.

SÃO PAULO (ESTADO) Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. **Zoneamento Ecológico-Econômico - Litoral Norte São Paulo**. São Paulo: SMA/CPLEA, 2005;

SÃO PAULO (ESTADO) Secretaria do Meio Ambiente. **Ilhas do Litoral Paulista**. São Paulo: SMA-SP, 1989.

SÃO PAULO (Estado). **Constituição**. Disponível em:

<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/a2dc3f553380ee0f83256cfb00501463/46e2576658b1c52903256d63004f305a?OpenDocument>. Acesso em: 23

de março de 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. **Quilombo de Caçandoca**. Disponível em: <http://estadodacultura.sp.gov.br/espaco/972/>. Acesso em: 11 jun. 2017.

SCATAMACCHIA, M. C. M. **Arqueologia Regional como prática da Arqueologia Social**. Perugia, Itália: THULE, 2011.

SCATAMACCHIA, M. C. M. **Turismo e Arqueologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

SCHADEN, E. Os primitivos habitantes do território paulista. **Revista de História. Universidade de São Paulo**, v. 8, n. 18, p. 385-406, 1954.

SCHMIDT, C. B. **Lavoura Caiçara**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1958.

SCHMITT, A. **Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade de Quilombo da Caçandoca. Município de Ubatuba / São Paulo**. São Paulo: ITESP, 2000.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA NETO, M. L. Evolução e tendências da gestão metropolitana em São Paulo Aspectos normativos (parte 1). **Vitruvius**, v. 11, set. 2011. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/11.124/3584>

SILVA, L. G. Da terra ao mar: por uma etnografia histórica do mundo caiçara. *In*: DIEGUES, A.C. **Enciclopédia Caiçara. Vol 1. O Olhar do pesquisador**. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 60 – 79.

SILVA, R. S.; OLIVEIRA, C. E. F.; BORGES, J. N. **Memória da Cidade**. São Paulo: CEF, 2011.

SILVEIRA, F. L. A. BEZERRA, M. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. *In*: LIMA FILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. **Antropologia e Patrimônio Cultural**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 81 – 100.

SIQUEIRA, P. **Genocídio caiçara**. São Paulo: Guaneli, 1984.

SOARES, M. V. P. **Proteção jurídica do patrimônio arqueológico**: fundamentos para efetividade da tutela em face de obras e atividades impactantes. Erechim: Hábilis, 2007.

SOARES, I.V.P.; FARIAS, T. Patrimônio cultural imaterial no licenciamento ambiental. *In*: SOARES, I. V.; PRAGMÁCIO, M. **Tutela Jurídica e Política de Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial**. Salvador: Juspodium, 2018, p. 145 – 182;

SOUZA, M. C.; BASTOS, R. L. Arqueologia preventiva no patrimônio arqueológico brasileiro. *In*: SOUZA, M. C. de. **Arqueologia preventiva. Gestão e mediação de conflitos**. Estudos comparativos. São Paulo: Iphan 9ª. SR, 2010. p. 45 – 64.

SUÑER, M. A. *et al.* Patrimônio e Arqueologia Comunitária no Morro da Queimada: desafios para a gestão compartilhada. *In*: SEMINÁRIO PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, 4., 2016, Rio de Janeiro. **Anais[...]**. Disponível em:

<http://paineira.usp.br/cema/images/ProducaoCEMA/MarciaMArcuriSuner/patrimonio-e-arqueologia-morro-da-queimada.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020;

TAMASO, I. M. Relíquias e patrimônios que o Rio Vermelho levou. *In*: LIMA FILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. **Antropologia e Patrimônio Cultural**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 199-220.

TELLES, M. F. P. A negação do patrimônio cultural imaterial. *In*: SOARES, I. V.; PRAGMÁCIO, M. **Tutela Jurídica e Política de Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial**. Salvador: Juspodium, 2018. p. 29 – 46.

TERESA CRISTINA. **Pedro e Teresa**. Rio de Janeiro: Deck Disk, 2016. 1 disco.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TUAN, Y. **Topofilia um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Edeal, 2012.

UBATUBA, CÂMARA MUNICIPAL. **Lei Orgânica Municipal**. Disponível em: http://camaraubatuba.sp.gov.br/lei_organica.pdf. Acesso em: 13 de abril de 2019;

UBATUBA, PREFEITURA MUNICIPAL. **Lei 2892/06**. Disponível em: <https://www.ubatuba.sp.gov.br/download/LEI%202892%20Plano%20Diretor%20Cons%20ci%20dades.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2019, às 20 horas.

UCHÔA, D. P. **Arqueologia de Piaçaguera e Tenório**: análise de dois tipos de sítios pré-cerâmicos do litoral paulista. Erechim: Habilis, 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Notas sobre as Cartas Patrimoniais**. São Paulo: FAU-USP, 2011. Disponível em: http://www.usp.br/fau/fau/administracao/congregacao/planodiretor/material/leitura_patrimonial/notas_sobre_as_cartas_patrimoniais.pdf.

VALERA, A. C. A divulgação do conhecimento em Arqueologia: reflexões em torno de fundamentos e experiências. **Praxis Archaeológica**, v. 3. p. 9 – 23, 2008.

VARELLA, G. O patrimônio cultural imaterial no Plano Nacional de Cultura. *In*: SOARES, I. V.; PRAGMÁCIO, M. **Tutela Jurídica e Política de Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial**. Salvador: Juspodium, 2018. p. 301 – 322.

VAZ, P. Diversidade econômica e geografia negra. **Revista da ABPN. Geografias Negras**, v. 12, n. Esp., p. 389-417, abr. 2020.

WASTH RODRIGUES, J. **Tropas paulistas de outrora**. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

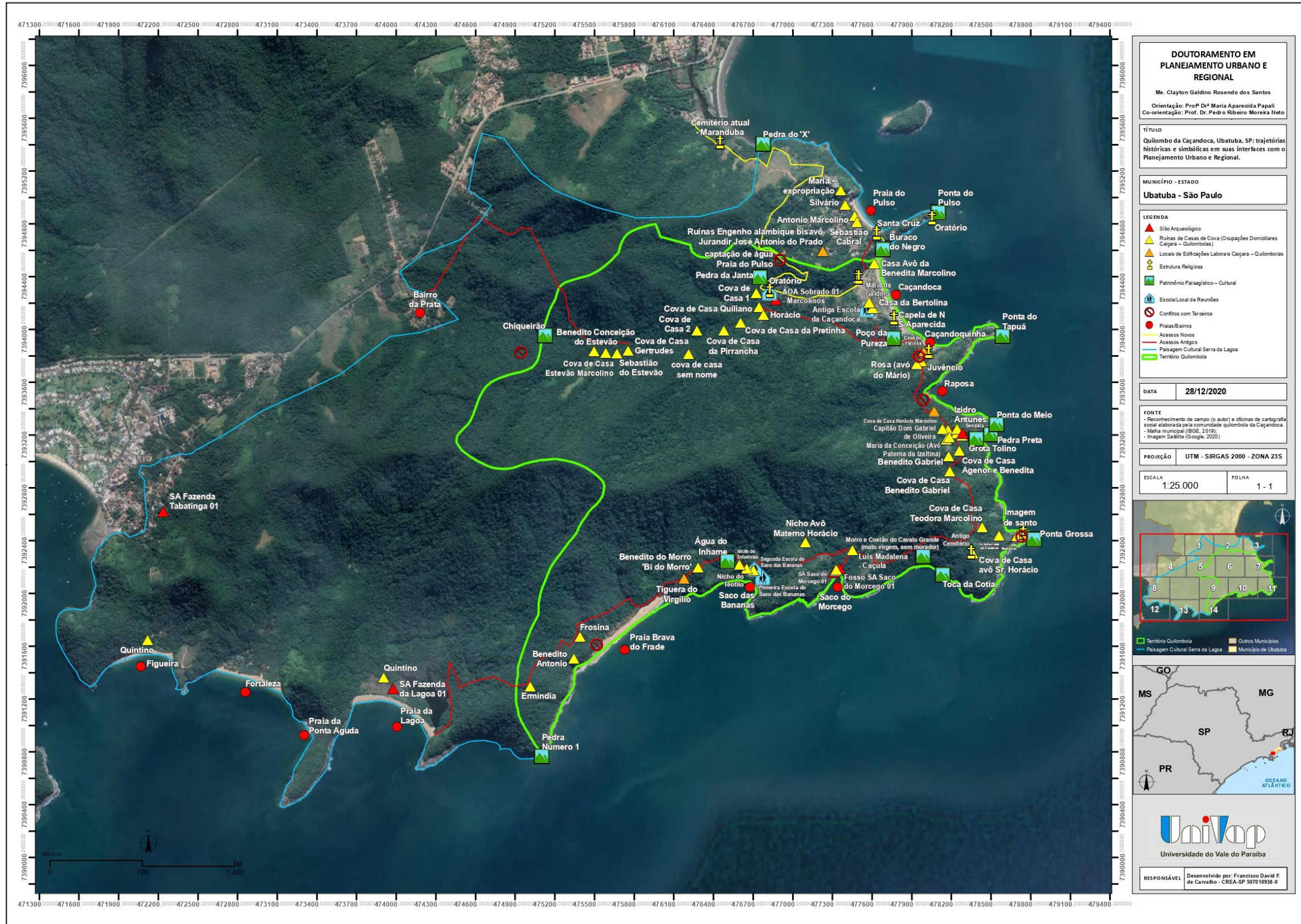
WILLEMS, E. **A Ilha de Búzios**: uma comunidade Caiçara no Sul do Brasil. São Paulo: HUCITEC; NUPAUB; CEC, 2003.

WINTER RIBEIRO, R. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

YÁZIGI, E. O Litoral como patrimônio natural e cultural. *In*: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 123-130.

YÁZIGI, E. A importância da paisagem. *In*: YÁZIGI, E. (org.) **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 11-28.

APÊNDICE A: Cartografia social: geral e articulações





DOUTORAMENTO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
Me. Clayton Galdino Rosendo dos Santos
Orientação: Pro^{fa} Dr^a Maria Aparecida Papali
Co-orientação: Prof. Dr. Pedro Ribeiro Moreira Neto

TÍTULO
Quilombo da Caçandoca, Ubatuba, SP: trajetórias históricas e simbólicas em suas interfaces com o Planejamento Urbano e Regional.

MUNICÍPIO - ESTADO
Ubatuba - São Paulo

LEGENDA
— Acessos Antigos
— Paisagem Cultural Serra da Lagoa
— Território Quilombola

DATA 28/12/2020

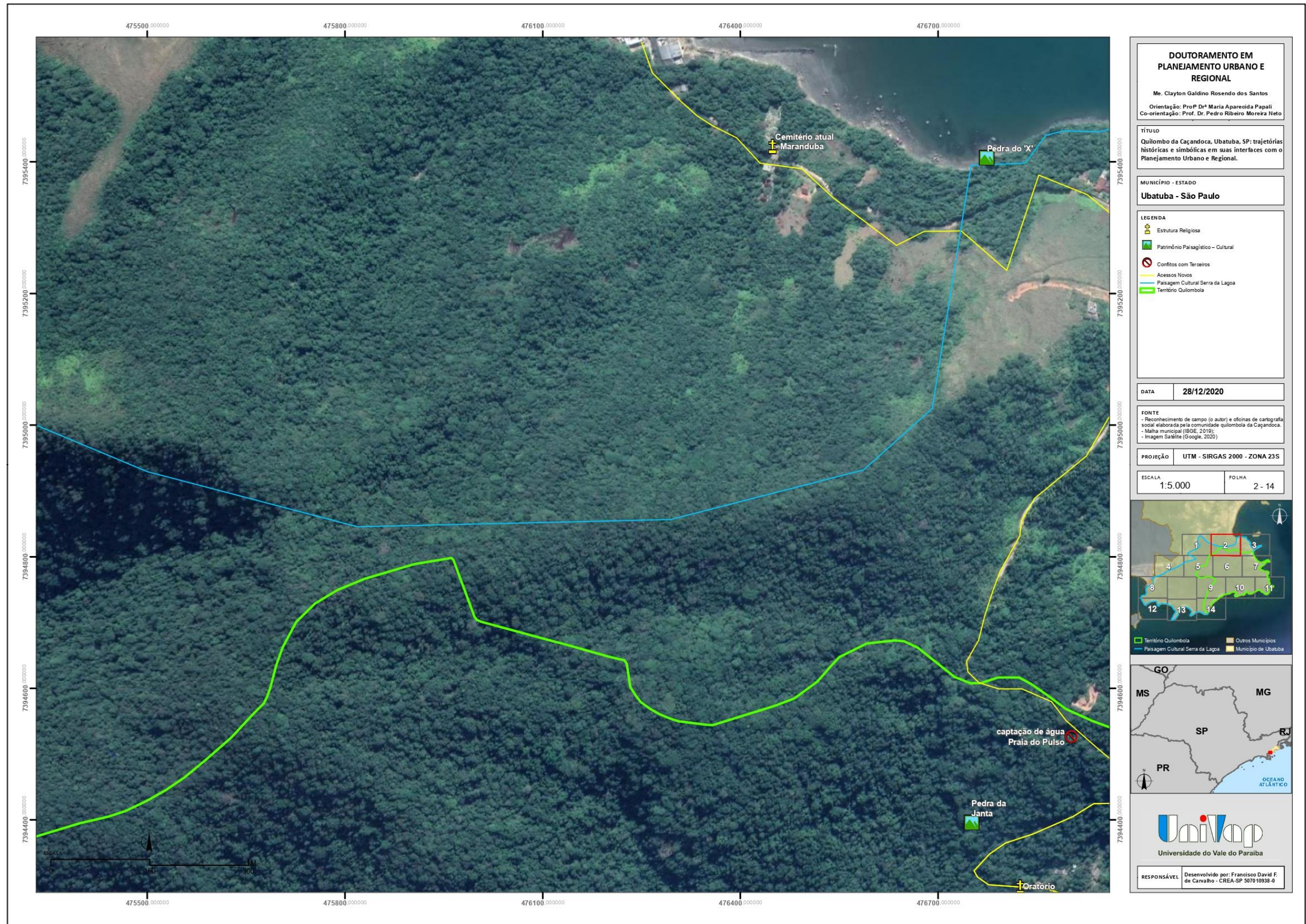
FONTE
- Reconhecimento de campo (o autor) e oficinas de cartografia social elaborada pela comunidade quilombola da Caçandoca.
- Malha municipal (BGE, 2018).
- Imagem Satellite (Google, 2020)

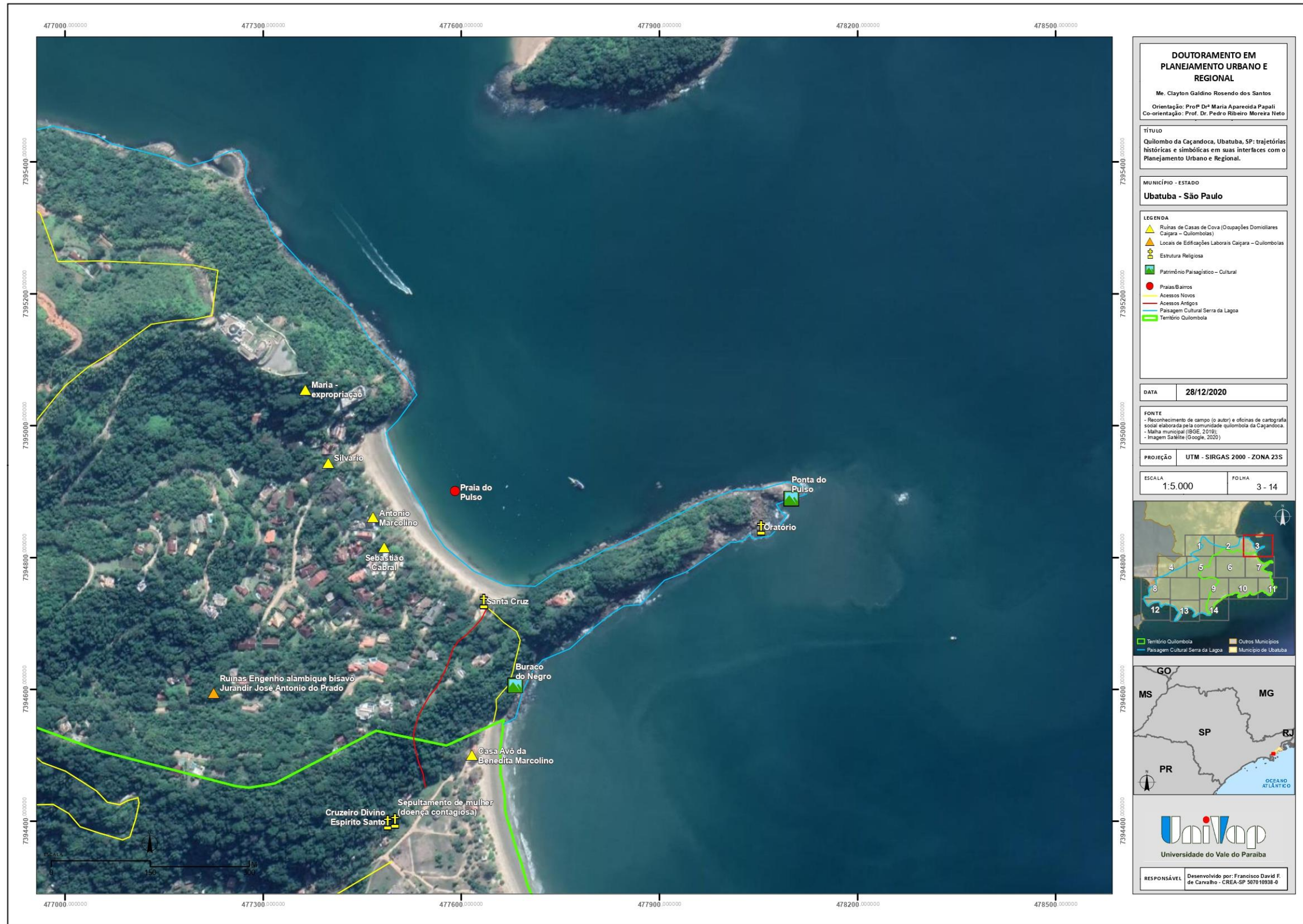
PROJEÇÃO UTM - SIRGAS 2000 - ZONA 23S

ESCALA 1:5.000 **FOLHA** 1 - 14



RESPONSÁVEL Desenvolvido por: Francisco David F. de Canabio - CREA-SP 5070 10338-9





DOUTORAMENTO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Me. Clayton Galdino Rosendo dos Santos

Orientação: Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida Pappali
Co-orientação: Prof. Dr. Pedro Ribeiro Moreira Neto

TÍTULO
Quilombo da Caçandoca, Ubatuba, SP: trajetórias históricas e simbólicas em suas interfaces com o Planejamento Urbano e Regional.

MUNICÍPIO - ESTADO
Ubatuba - São Paulo

LEGENDA

- Ruínas de Casas de Cova (Ocupações Domiliares Caçara - Quilombolas)
- Locais de Edificações Laborais Caçara - Quilombolas
- Estrutura Religiosa
- Patrimônio Paisagístico - Cultural
- Praias Gaiolas
- Acessos Novos
- Acessos Antigos
- Paisagem Cultural Serra da Lagoa
- Território Quilombola

DATA 28/12/2020

FONTE
- Reconhecimento de campo (o autor) e oficinas de cartografia social elaborada pela comunidade quilombola da Caçandoca.
- Malha municipal (IBGE, 2010);
- Imagem Satellite (Google, 2020)

PROJEÇÃO UTM - SIRGAS 2000 - ZONA 23S

ESCALA 1:5.000 **FOLHA** 3 - 14

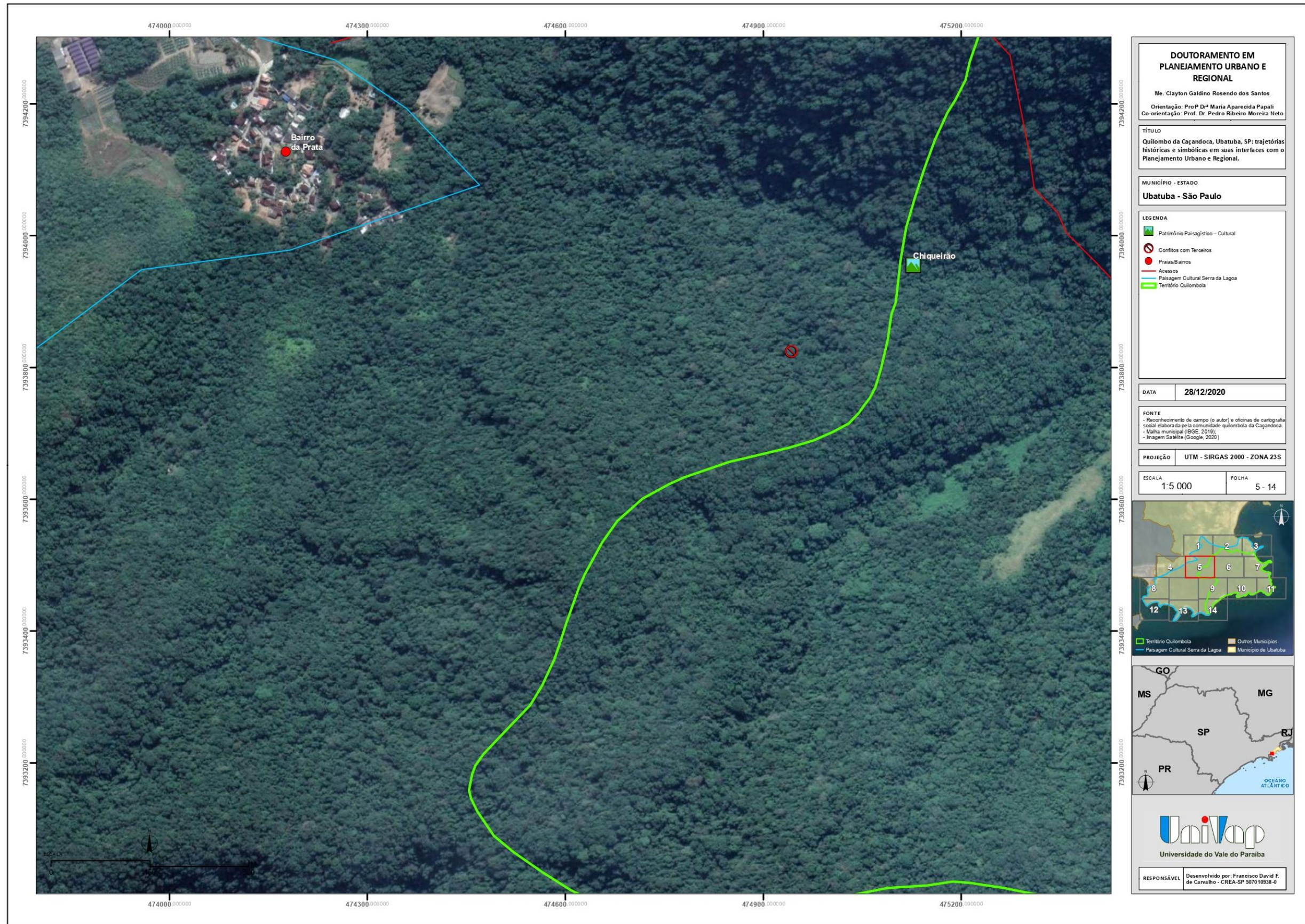
Mapa de Localização: 14-folhas grid, 3 highlighted in red.

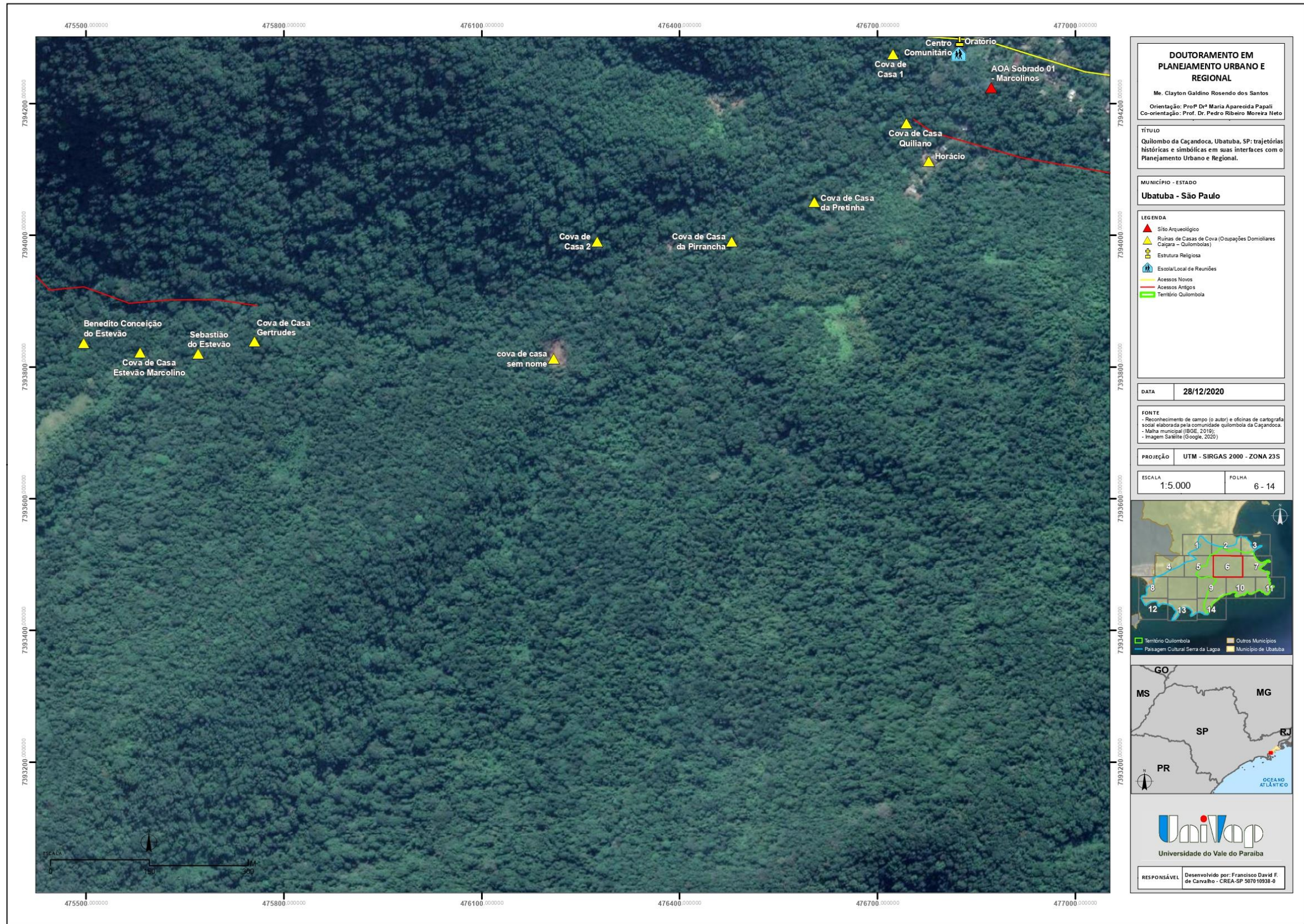
Mapa Regional: GO, MS, MG, SP, RJ, PR, OCEANO ATLÂNTICO

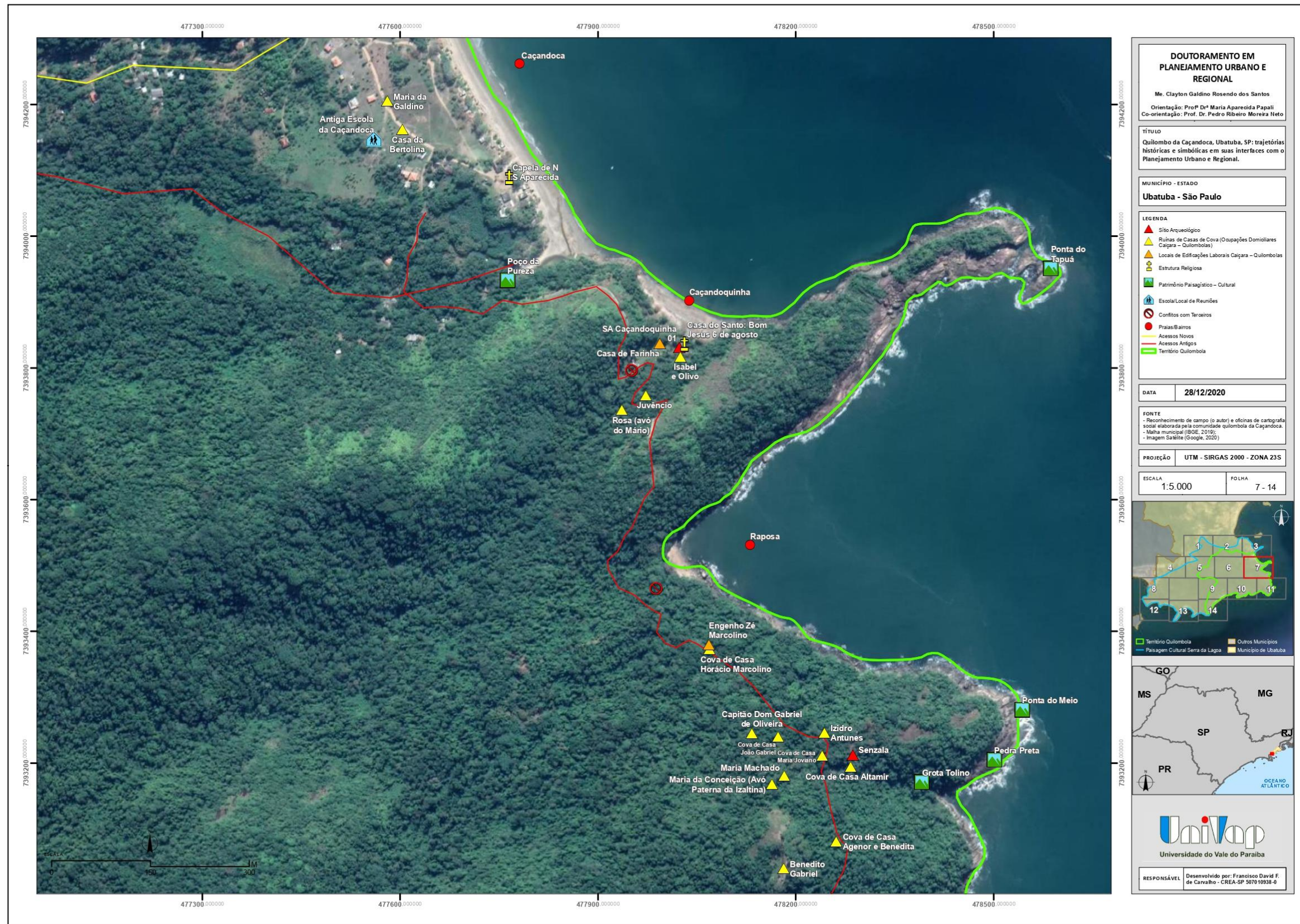
Logotipo: Univap - Universidade do Vale do Paraíba

RESPONSÁVEL Desenvolvido por: Francisco David F. de Carvalho - CREA-SP: 5079/1992-0









DOUTORAMENTO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
 Me. Clayton Galdino Rosendo dos Santos
 Orientação: ProF Drª Maria Aparecida Papali
 Co-orientação: Prof. Dr. Pedro Ribeiro Moreira Neto

TÍTULO
 Quilombo da Caçandoca, Ubatuba, SP: trajetórias históricas e simbólicas em suas interfaces com o Planejamento Urbano e Regional.

MUNICÍPIO - ESTADO
 Ubatuba - São Paulo

LEGENDA

- ▲ Sítio Arqueológico
- ▲ Ruínas de Casas de Cova (Ocupações Domiliares Caçara - Quilombolas)
- ▲ Locais de Edificações Laborais Caçara - Quilombolas
- ▲ Estrutura Religiosa
- ▲ Patrimônio Paisagístico - Cultural
- ▲ Escola/Local de Reuniões
- Conflitos com Terceiros
- Praias/Bairros
- Acessos Novos
- Acessos Antigos
- Território Quilombola

DATA 28/12/2020

FONTE
 - Reconhecimento de campo (o autor) e oficinas de cartografia social elaborada pela comunidade quilombola da Caçandoca.
 - Malha municipal (IBGE, 2010);
 - Imagem Satellite (Google, 2020)

PROJEÇÃO UTM - SIRGAS 2000 - ZONA 23S

ESCALA 1:5.000 **FOLHA** 7 - 14

Mapa de Localização
 11 grids (1-11) showing the location of the study area within the municipality of Ubatuba.

Mapa Regional
 Shows the location of Ubatuba (SP) relative to neighboring states: GO, MS, MG, RJ, and PR, and the Atlantic Ocean (OCEANO ATLÂNTICO).

Logotipo
 UniVap - Universidade do Vale do Paraíba

RESPONSÁVEL Desenvolvido por: Francisco David F. de Carvalho - CREA-SP 5079/10938-0



DOCTORAMENTO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
Me. Clayton Galdino Rosendo dos Santos
Orientação: Pro^{fa}. Dr^a Maria Aparecida Papali
Co-orientação: Prof. Dr. Pedro Ribeiro Moreira Neto

TÍTULO
Quilombo da Caçandoca, Ubatuba, SP: trajetórias históricas e simbólicas em suas interfaces com o Planejamento Urbano e Regional.

MUNICÍPIO - ESTADO
Ubatuba - São Paulo

LEGENDA
▲ Sítio Arqueológico
— Paisagem Cultural Serra da Lagoa

DATA 28/12/2020

FONTE
- Reconhecimento de campo (o autor) e oficinas de cartografia social elaborada pela comunidade quilombola da Caçandoca.
- Malha municipal (IBGE, 2010).
- Imagem Satélite (Google, 2020)

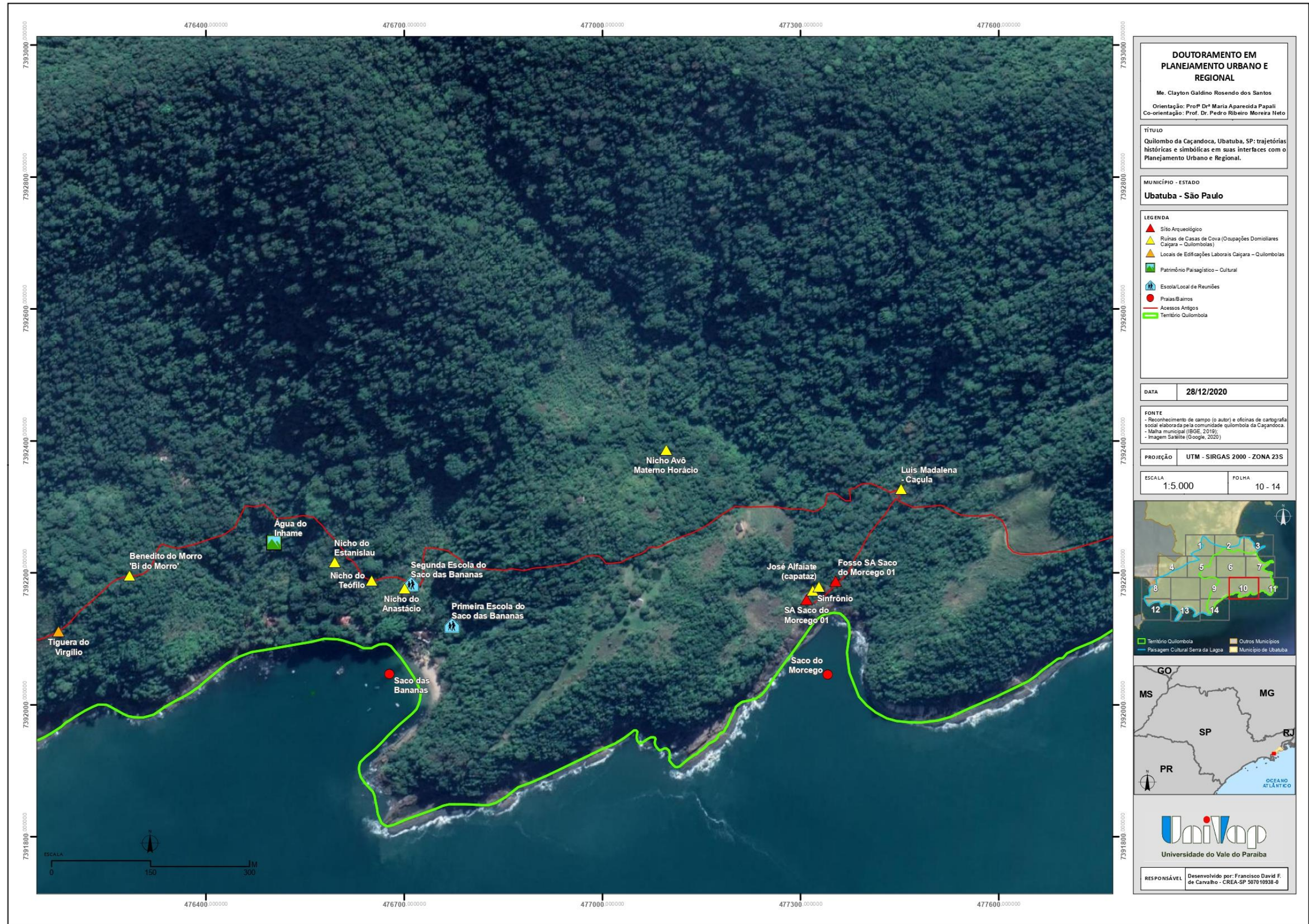
PROJEÇÃO UTM - SIRGAS 2000 - ZONA 23S

ESCALA 1:5.000 **FOLHA** 8 - 14



RESPONSÁVEL Desenvolvido por: Francisco David F. de Carvalho - CREA-SP 5070/10938-0





DOCTORAMENTO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
 Me. Clayton Galdino Rosendo dos Santos
 Orientação: Profa. Dra. Maria Aparecida Papali
 Co-orientação: Prof. Dr. Pedro Ribeiro Moreira Neto

TÍTULO
 Quilombo da Caçandoca, Ubatuba, SP: trajetórias históricas e simbólicas em suas interfaces com o Planejamento Urbano e Regional.

MUNICÍPIO - ESTADO
 Ubatuba - São Paulo

- LEGENDA**
- ▲ Sítio Arqueológico
 - ▲ Ruínas de Casas de Cova (Ocupações Domiliares Caçara - Quilombolas)
 - ▲ Locais de Edificações Laborais Caçara - Quilombolas
 - ▲ Patrimônio Paisagístico - Cultural
 - ▲ Escola/Local de Reuniões
 - Praias/Bairros
 - Acessos Antigos
 - Território Quilombola

DATA 28/12/2020

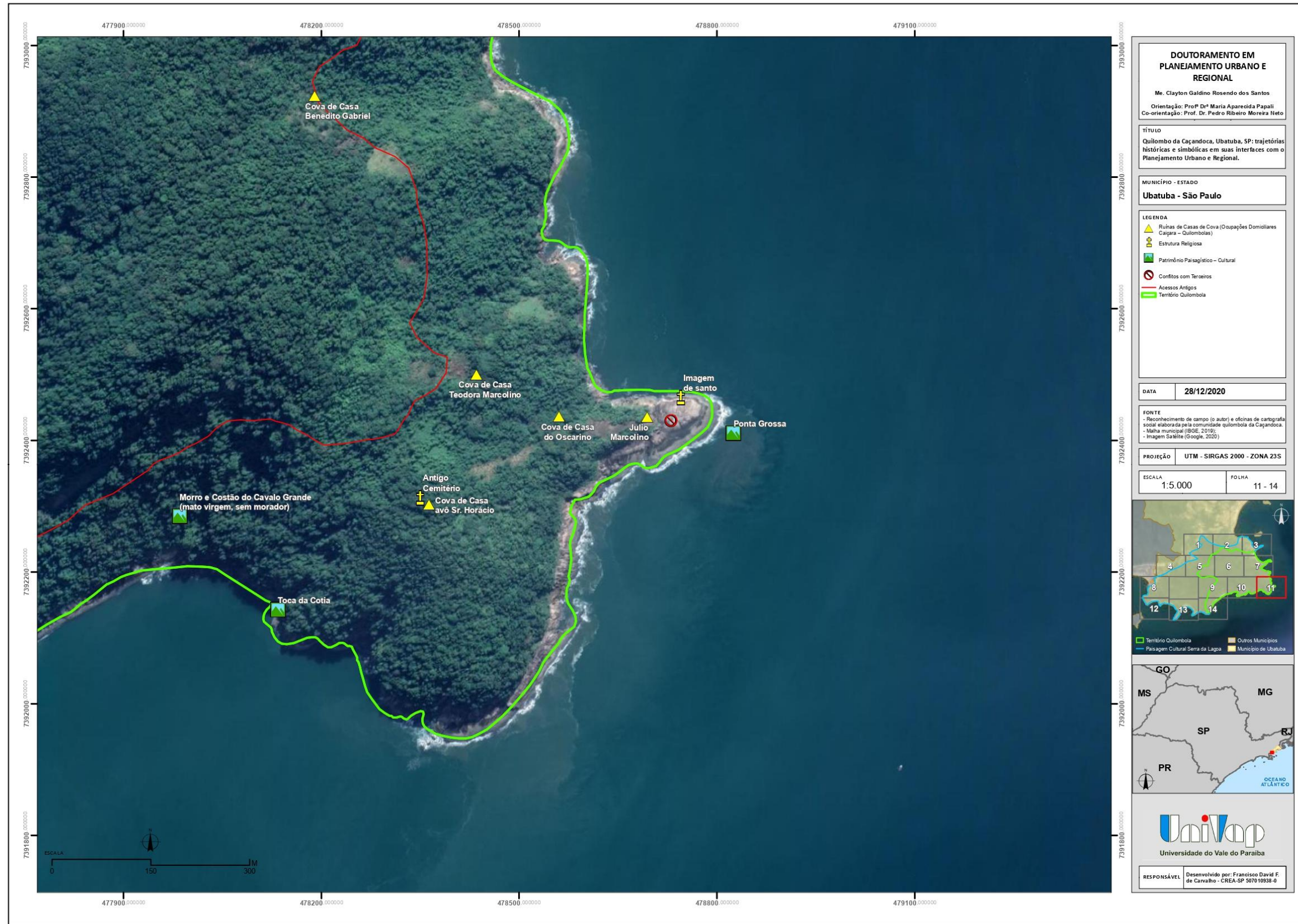
FONTE
 - Reconhecimento de campo (o autor) e oficinas de cartografia social elaborada pela comunidade quilombola da Caçandoca.
 - Malha municipal (IBGE, 2019);
 - Imagem Satélite (Google, 2020)

PROJEÇÃO UTM - SIRGAS 2000 - ZONA 23S

ESCALA 1:5.000 **FOLHA** 10 - 14



RESPONSÁVEL Desenvolvido por: Francisco David F. de Carvalho - CREA-SP 5070/10938-0





DOCTORAMENTO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Me. Clayton Galdino Rosendo dos Santos

Orientação: Pro^{fa} Maria Aparecida Papali
Co-orientação: Prof. Dr. Pedro Ribeiro Moreira Neto

TÍTULO
Quilombo da Caçandoca, Ubatuba, SP: trajetórias históricas e simbólicas em suas interfaces com o Planejamento Urbano e Regional.

MUNICÍPIO - ESTADO
Ubatuba - São Paulo

LEGENDA
▲ Ruínas de Casas de Cova (Ocupações Domiliares Canga - Quilombolas)
● Praias/Bairros
— Paisagem Cultural Serra da Lagoa

DATA 28/12/2020

FONTE
- Reconhecimento de campo (o autor) e oficinas de cartografia social elaborada pela comunidade quilombola da Caçandoca.
- Malha municipal (IBGE, 2010);
- Imagem Satélite (Google, 2020)

PROJEÇÃO UTM - SIRGAS 2000 - ZONA 23S

ESCALA 1:5.000 **FOLHA** 12 - 14

GO
MS **MG**
SP **RJ**
PR
OCEANO ATLÂNTICO

Univap
Universidade do Vale do Paraíba

RESPONSÁVEL Desenvolvido por: Francisco David F. de Carvalho - CREA-SP 5070/10938-0



